

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

VITOR DE MORAES

**RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU-
PARANÁ**

FOZ DO IGUAÇU-PR
2021

VITOR DE MORAES

**RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU-
PARANÁ**

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Foz do Iguaçu, para obtenção do título de Doutor, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Doutorado. Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Martins.

FOZ DO IGUAÇU-PR
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

MORAES, VITOR DE
RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO
CANTUQUIRIGUAÇU-PARANÁ / VITOR DE MORAES; orientador
Fernando José Martins.. -- Foz do Iguaçu, 2021.
215 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e
Fronteiras, 2021.

1. Território Cantuquiriguaçu. 2. Campesinato. 3.
resistência . 4. luta. . I. Martins., Fernando José ,
orient. II. Título.

VITOR DE MORAES

**RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU-
PARANÁ**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Doutorado, área de Concentração em: Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando José Martins
Orientador

Prof.^a Dr.^a Luciana Vedovato
Membro 1

Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti
Membro 2

Prof. Dr.^a Dalva Helena de Medeiros
Membro 3

Prof. Dr. Wilson João Zonin
Membro 4

Foz do Iguaçu
2021

AGRADECIMENTOS

Este espaço de agradecimento é de extrema importância, principalmente por se tratar de alguém que jamais imaginava estar concluindo um Curso Superior, dois mestrados e agora o Doutorado, em uma Universidade Pública, considerando a origem camponesa de meus avós, pais e irmãos que não tiveram acesso ou pouco acessaram a educação formal. Logo, concluir o Doutorado é uma marca da luta travada contra todas as impossibilidades para poder estudar. Assim, agradeço em primeiro lugar aos meus pais, de todo meu coração, Salvador de Moraes (in memoriam) e Jardelina Lemes Barboza de Moraes, ambos de origem simples e humilde. A eles devo todos os bons valores adquiridos, oriundos de uma criação sincera, honesta e esperançosa, apesar das dificuldades da vida na roça com meus nove irmãos. Ao meu pai, saudades, tantos anos se passaram de sua morte, mas sua forma de viver e encarar a vida se faz sempre presente. Salvador de Moraes, pai: presente! Minha mãe, exemplo de mulher camponesa, lutadora, sonhadora, sorridente, sempre um alento para a família e com muitos saberes. A ela agradeço por ter emprestado a simpatia, o sorriso fácil e a arte do diálogo, do amor ao próximo, do companheirismo, do exemplo. Pai e mãe, vocês foram e sempre serão o meu exemplo de vida. Fico honrado pela oportunidade de ser seu filho. Assim, a vocês agradeço, pois nunca deixaram que eu desistisse de estudar. Agradeço aos meus nove irmãos: Pedro, Maria, João, Frederico, Ernestina, José, Marilda, Paulo (in memoriam) e Edison. As dificuldades de um são as dificuldades de todos, bem como as alegrias e conquistas de um são as alegrias e conquistas de todos. Obrigado irmãos e irmãs pelo compartilhar dos sofrimentos, alegrias, conquistas e, agora, quero celebrar com vocês essa vitória. Agradeço aos meus sobrinhos, sobrinhas, cunhados e cunhadas pelo apoio, amor e convivência. Não irei nomeá-los, por serem muitos. Cada um mora em meu coração. Agradeço à minha companheira Genielli Gracheki pelo apoio e compreensão. Agradeço aos meus filhos Evelyn Kris de Moraes e Vitor de Moraes Filho, e aos meus netos Gabrielly e Leonardo. A eles/elas expresso os sentimentos mais singelos e afirmo que minha ausência, em função dos estudos e da práxis social, foi em prol da utopia e da luta para a construção de caminhos e possibilidades de conquistas para o povo, com as quais, certamente, todos poderão ser contemplados. Empresto o tempo que deixei de conviver com minha mãe, irmãos,

sobrinhos, sobrinhas, amigos, amigas, irmãs, companheira, filhos e netos a essa utopia de lutar por um mundo melhor. Assim, que esse meu desejo e práxis sejam o meu exemplo. Mesmo nas dificuldades individuais, econômicas, nunca abandonei as causas sociais populares e quero que esta seja a minha história. Acima do individualismo, pensar que podemos contribuir para uma sociedade melhor, mesmo que nossa ação seja pequena. Agradeço à turma de Doutorado e Mestrado em Sociedade Cultura e Fronteira da UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. Foram muitos os aprendizados nos debates e na vivência coletiva e educativa de cada dia de aula. Muito aprendi com todos e todas. A luta continua, camaradas, agora mais qualificada. Assim, agradeço à UNIOESTE pela formação recebida. Agradeço a todos os professores do Doutorado, pois com eles tive a oportunidade de compreender a importância da ciência social e humana, de apreender novos conhecimentos, qualificar o debate, avançar e criar novas possibilidades. Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul, de uma forma especial, pela oportunidade de, enquanto professor, obter a licença para a conclusão do Doutorado. Certamente, essa formação poderá contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual e poderá ser um instrumento da luta dos camponeses e das camponesas, para fortalecer o território do campesinato, agora com mais conhecimento científico. De forma especial, dedico esta tese a todos os sujeitos camponeses que sonham e lutam, e às educandas, aos educandos, às educadoras e aos educadores dos Cursos de Graduação em Educação do Campo no Brasil. Ousar lutar é ousar fazer. E assim se fez, se faz e fará a Educação do Campo como a protagonista da agroecologia e da reforma agrária. Especialmente, agradeço ao orientador Professor Doutor Fernando José Martins, que não mediu esforços para contribuir com o meu desenvolvimento pessoal e da pesquisa. Muito mais que um professor, um educador, um lutador do povo, lutador social das causas populares, terra e educação. Muito obrigado, professor Fernando, aprendi muito com sua forma de ver, refletir e agir. Espero retribuir todo esse esforço aos povos do campo e que, para além da pesquisa, sirva como instrumento formativo e de luta. Agradeço de forma especial as bancas de qualificação e defesa, pela paciência, elevada compreensão e exigência acadêmica e científica. De modo especial, à Professora Dr.^a Luciana Vedovato que, além de estar na banca de defesa, foi crucial pela contribuição na construção deste trabalho acadêmico. A efetivação deste trabalho é de todos nós. Agradeço aos sujeitos camponeses e aos agricultores

do agronegócio que doaram seu tempo, deram seus depoimentos, permitiram o acesso às suas propriedades e cederam informações na observação e no diálogo no Dia de Campo. Participaram diretamente e indiretamente desta pesquisa, por considerar a tese como um instrumento da luta, e deste projeto de vida. Foram inúmeras as visitas às comunidades camponesas de diferentes identidades: camponeses tradicionais, quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, ribeirinhos atingidos por barragens, acampados, assentados, dentre outros. Também, foram muitos os diálogos com lideranças dos diferentes Movimentos Sociais Populares do Campo: MST, MPA, MAB, MMC, FETRAF, STR, CPT, CTRs, Via Campesina, Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, lideranças indígenas, Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira e Ilhéus, ex-conselheiros do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu e representantes de Cooperativas e Associações. Destaco as lideranças que contribuíram com o seu tempo, com documentos, depoimentos e espaços. Agradeço à Via Campesina que defende um projeto alternativo popular, que se materializa na proposta da luta no e pelos territórios, soberania alimentar, autonomia e emancipação dos povos e faz o contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura. A tese é uma continuidade da minha práxis social vinculada ao campo e ao projeto de desenvolvimento e emancipação no território camponês, correspondendo ao refinamento e à rigorosidade a fim de evidenciar uma realidade concreta, vivida e que se torna conhecimento sistematizado, científico. Concluo com uma frase de Bertolt Brecht (2012): “Não basta ter sido bom quando deixar o mundo. É preciso deixar um mundo melhor”.

Nós fomos acampados na BR dois anos. Aqui ficamos dois NÓS fomos acampados na BR dois anos. Aqui ficamos dois anos acampados no barraco, até entrar na terra. A renda agora vem da aposentadoria, da produção de leite, da criação de porco, galinhas, boi, frutas, verduras, feijão, mandioca. Temos lenha, temos fonte de água boa, mesmo na seca não secou, porque tem toda a cobertura natural em volta. Para o consumo tem praticamente de tudo. Pouca coisa se compra no mercado. A gente pode olhar toda propriedade você vai ver que temos de tudo. Pode tirar fotos de tudo, para o seu trabalho (ARMANDO S. DA SILVA, 2019).

MORAES, Vitor de. **Resistência e luta pela terra no Território Cantuquiriguaçu-Paraná**. 2021. 215 p. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

Neste trabalho foram investigadas e analisadas a resistência e a luta pela terra, tendo como recorte o Território da Cantuquiriguaçu -Paraná - Brasil. Apresentaram-se o Território Camponês, seus elementos de luta e resistência presentes na cultura, na produção da vida, na relação do trabalho familiar, comunitário, na relação com a terra, bem como nas contradições presentes por meio dos conflitos, das disputas e dos enfrentamentos, dado o avanço do agronegócio. Nesta pesquisa considerou-se, hipoteticamente, que havia no Território da Cantuquiriguaçu resistência e luta pela terra resistindo ao modo de produção capitalista, ainda que em permanente conflitualidade, com continuidades e descontinuidades. Para tanto, os objetos de estudo apresentados e analisados apresentam os territórios e as paisagens camponesas e do agronegócio. As análises foram desenvolvidas a partir do materialismo histórico e dialético, com uma metodologia de base quantitativa, qualitativa e participativa a partir de pesquisas de campo, bibliográfica, documental e comparativa. O aporte teórico deste trabalho apresenta o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário por meio da resistência e luta pela terra. Esta pesquisa evidencia a disputa entre os camponeses e o agronegócio no Território Cantuquiriguaçu, que apresenta duas paisagens: a paisagem homogênea do agronegócio, com concentração da terra, monoculturas, agrotóxicos e grandes equipamentos agrícolas, e a paisagem heterogênea do campesinato, com base na terra de trabalho, de produção da vida, cuja realidade tem sido construída pelo protagonismo dos Movimentos Sociais Populares do Campo e, também, por camponeses não organizados em movimentos sociais. Podemos concluir que o Território da Cantuquiriguaçu se configura, na prática do campesinato, como um território de conflitos, de disputas, com lutas, resistências e enfrentamentos ao agronegócio, visto que se rompem as cercas do latifúndio e se produz outro tipo de paisagem e de território, com o policultivo, mantendo-se a essência do trabalho familiar, da relação com a terra e da produção da vida com laços culturais e sociais específicos. O campesinato adota relações com o Estado a fim de pressionar por suas demandas de acesso à terra, de produção, comercialização e qualidade de vida, como estratégias de resistência. A organização camponesa em Movimentos Sociais Populares do Campo, a cooperação, mercados de circuitos curtos, a luta e a resistência por terra e direitos são fatores decisivos para a manutenção do campesinato, mesmo com o avanço do agronegócio. A luta e a resistência camponesa no Território da Cantuquiriguaçu, associadas aos elementos já descritos, apresentam a agroecologia como potencialidade e, concomitantemente, a realidade e a utopia de um modelo de agricultura que articule o cuidado com a vida, com a terra e com uma sociedade pautada na igualdade social, na democracia e na solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Território Cantuquiriguaçu, Campesinato, resistência e luta.

MORAES, Vitor de. Resistance and struggle for land in the Cantuquiriguaçu Territory - Paraná. 2021. 215 p. Thesis (Doctorate in Society, Culture and Borders) – State University of West Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

In this assignment were investigated and analyzed elements of farmer re-creation, historically inherent to the resistance and to the fight for the land, having as cutout the territory of Cantuquiriguaçu – PARANA – BRAZIL (TC1). Evince the Farmer Territory (TC2), the elements of re-creation existent in culture, in life production, in fight and resistance, in relation to the familiar work, community, in relation to the land, as well as contradictions current through the conflicts, the disputes and the tackling in agribusiness advance about the TC2. It was considered, hypothetically, that there is in TC1 the farmer re-creation through the resistance and the fight for the land enduring to the manner of capitalist production, in constant conflict, in continuity and discontinuity. In this respect, the tools of study presented and analyzed in this assignment introduce the territories and the countryside landscapes and of the agribusiness. The analyzes were developed through the dialectical and historic materialism, being the methodology based on quantitative, qualitative and collaborative from field research, bibliographic research, documental research and comparisons. The technical contribution of this assignment presents the Agriculture Issue Paradigm (AIP) against the Paradigm of Agrarian Capitalism (PAC) in defense of farmer re-creation. This research is of extreme importance, because, besides to evidence the dispute among the farmers and the agribusiness, evidence the reality of Cantuquiriguaçu Territory, presenting two sceneries: homogeneous scenery of agribusiness, land based, monocultures, toxic agronomic substance and big farming equipment, and the peasantry heterogeneous scenery, based in the land of work, production of life, which reality has been built by leadership of Popular Social Movements in the Countryside (PSMC) and also by farmer non organized in movement. We can conclude that the Cantuquiriguaçu Territory configures itself, in practice of peasantry, with a territory of conflicts, of disputes, with fights, resistance and tackling to the agribusiness while they break the fences of land property and produce other kind of scenery and territory, with the polyculture and keep the essence of familiar work, of relation to the land and the production of life with specific cultural and social ties. The peasantry adopt relation with the State in sense of intend their demands in relation to production and marketing as strategies of resistance and re-creation. Nevertheless, the fight and resistance for land and rights are crucial factors to the creation, re-creation and the maintenance of peasantry, even with the advance of agribusiness. The peasantry in TC1 indicates to the possibility of human and political emancipation, presents the agroecology as potentiality and, concurrently, the utopia of a society lined in equity, in democracy and solidarity.

KEYWORDS: Cantu Cantuquiriguaçu Territory; Re-creation of Peasantry; Agribusiness.

MORAES, Vitor de. La recreación campesina en la resistencia y en la lucha por la tierra en el territorio Cantuquiriguaçu-Paraná. 2021. 215 p. Tesis (Doctorado en Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMEN

En este trabajo se investigaron y analizaron elementos de la recreación campesina, inherentes históricamente a la resistencia y a la lucha por la tierra, teniendo como recorte el Territorio de la Cantuquiriguaçu – Paraná - Brasil (TC1). Evidencia el Territorio Campesino (TC2), los elementos de recreación presentes en la cultura, en la producción de la vida, en la lucha y resistencia, en la relación del trabajo familiar, comunitario, la relación con la tierra, bien como las contradicciones presentes por medio de los conflictos, de las disputas y de los enfrentamientos, en el avance del agronegocio sobre el TC2. En esta investigación se consideró, hipotéticamente, de que hay en el TC1 la recreación campesina por medio de la resistencia y de la lucha por la tierra resistiendo al modo de producción capitalista, en permanente conflictividad, con continuidades y discontinuidades. Para tanto, los objetos de estudio presentados y analizados en este trabajo presentan los territorios y los paisajes campesinos y del agronegocio. Los análisis fueron desarrollados a partir del materialismo histórico y dialéctico, siendo la metodología de base cuantitativa, cualitativa y participativa a partir de investigación de campo, investigación bibliográfica, investigación documental y comparaciones. El aporte teórico de este trabajo presenta el Paradigma de la Cuestión Agraria (PQA) contra el Paradigma del Capitalismo Agrario (PCA) en la defensa de la recreación campesina. Tal investigación es de extrema relevancia, pues, alla de evidenciar la disputa entre los campesinos y el agronegocio, evidencia la realidad de Territorio Cantuquiriguaçu, presentando dos paisajes: el paisaje homogéneo del agronegocio, con concentración de la tierra, monoculturas, agrotóxicos y grandes equipajes agrícolas, y e paisaje heterogéneo del campesinado, con base en la tierra de trabajo, de producción de la vida, cuya realidad tiene sido construida por el protagonismo de los Movimientos Sociales Populares del Campo (MSPC) y también por campesinos no organizados en movimientos. Podemos concluir que el Territorio de Cantuquiriguaçu se configura, en la práctica de campesinado, como un territorio de conflictos, de disputas, con luchas, resistencias y enfrentamientos al agronegocio a medida que rompe los cercos del latifundio y producen otro tipo de paisaje y de territorio, con el policultivo y mantiene la esencia del trabajo familiar, de la relación con la tierra y de la producción de la vida con lazos culturales y sociales específicos. El Campesinado adopta relaciones con el Estado en el sentido de tensionar sus demandas y relaciones de producción y comercialización como estrategias de resistencia y recreación. Sin embargo, la lucha y la resistencia por tierra y derechos son factores decisivos para la creación, recreación y manutención del campesinado, mismo con el avance del agronegocio. El campesinado en el TC1 apunta para la posibilidad de emancipación política y humana, presenta la agroecología como potencialidad y, concomitantemente, la utopía de una sociedad pautada en la equidad, en la democracia y en la solidaridad.

PALABRAS CLAVE: Territorio Cantuquiriguaçu; Recreación del Campesinado; Agronegocio.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Marcos do campesinato: lutas e resistências históricas	73
Quadro 02 - Produção de soja	81
Quadro 03 - Espaço de produção	81
Quadro 04 - Programa de Aquisição de Alimentos PAA (Brasil) – Evolução dos recursos aplicados de 2003 a 2013 – Evolução da renda média por Agricultor – CDS de 2003 a 2013	98
Quadro 05 - Características gerais do Território Cantuquiriguaçu	109
Quadro 06 - Política do Território da Cidadania. Investimentos no território: Pronat e Proinf - 2003 a 2013	117
Quadro 07 - Tipologia de Assentamentos de Reforma Agrária – 1961-2010	125
Quadro 08 - Tipologia dos Projetos de Assentamentos de reforma Agrária de Mercado-1998-2009	126
Quadro 09 - Campesinato x Agronegócio. Relações de produção	156
Quadro 10 - Quadro de comparações entre o agronegócio e o campesinato	
Quadro 11 - Paisagem heterogênea do campesinato x Paisagem homogênea do agronegócio	157 160
Quadro 12 - Financiamento agrícola – número de famílias: Cantuquiriguaçu - Paraná- Brasil	173
Quadro 13 – Educação do Campo Território Cantuquiriguaçu Paraná	176
Quadro 14 – Fóruns de Educação do Campo do território Cantuquiriguaçu ...	178

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Propriedade do Agricultor do Agronegócio (AA1) - Monoculturas da soja, milho cevada, aveia - Candói – PR	80
Figura 02 – Propriedade do Agricultor do Agronegócio (AAC). Armazém, Silo	89
Figura 03 – Agroindústria multifuncional de pequeno porte Recanto Feliz ..	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Utilização de agrotóxicos em estabelecimentos com mais de 0 a menos de 50 hectares (%): Cantuquiriguaçu-Paraná- Brasil	164
Gráfico 02– Venda de agrotóxicos no Brasil em 2015 - por tipo de cultura	166
Gráfico 03 – Evolução do crédito rural para agricultura familiar e patronal/ agronegócio de 2003 a 2019 em R\$ bilhões	172
Gráfico 04 – Valor total repassado pelo PRONAF no período de 2002 a 2017 .	173
Gráfico 05 – Recurso para a Educação do Campo no MEC (2008 – 2019)	181

LISTA DE SIGLAS

AFC	Agricultor Familiar Camponês
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
CC	Caderno de Campo
CEMPO	Centro Missionário de apoio ao Campesinato
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra

(Continua)

LISTA DE SIGLAS

(Continuação)

CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento Territorial
CONSIR	Conselho Nacional de Sindicalização Rural
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento Territorial
CONSIR	Conselho Nacional de Sindicalização Rural
DITC	Desenvolvimento Integral dos Territórios Camponeses
DC	Dia de Campo
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
ETRAF	Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
FNA	Fórum Nacional de Agricultura
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MSPC	Movimentos Sociais Populares do Campo
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
ONU	Organização das Nações Unidas
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAC	Propriedades dos Agricultores Capitalistas
TC1	Território da Cantuquiriguaçu
TC2	Território do Campesinato ou Território Camponês
TC3	Território da Cidadania
TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

(Continua)

LISTA DE SIGLAS

(Continuação)

ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UDR	União Democrática Ruralista
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UPC	Unidades de Produção de Base Camponesa
VCI	Via Campesina Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - QUESTÕES TEÓRICAS PARA A REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO CAMPONESA E AGRÁRIA: UM PERCURSO DE LEITURA	28
1.1 A QUESTÃO CAMPONESA: CAMINHOS E DESCAMINHOS	30
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPONÊS: CLASSE E MODO DE VIDA	36
1.3 APROXIMANDO O CONCEITO DE ESPAÇO PARA O ENTENDIMENTO DE CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO	39
1.4 APROXIMANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS SOBRE CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO	42
1.5 A PAISAGEM COMO EXPRESSÃO DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO	48
CAPÍTULO 2 - LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	54
2.1 O PERCURSO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL	54
2.2 AS CONFLITUALIDADES NA CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL APÓS A DITADURA MILITAR	74
2.3 A IMPOSIÇÃO DO MODELO DE AGRICULTURA DO AGRONEGÓCIO: UMA REALIDADE CONTRADITÓRIA EM RELAÇÃO À LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM BUSCA DE SUA RECRIAÇÃO	79
2.4 CONTRADIÇÕES, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBORDINAÇÃO OU ESTRATÉGIA CAMPONESA?	90
CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA	107

(Continua)

SUMÁRIO

(Continuação)

3.1	O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU (TC1): FORMAÇÃO TERRITORIAL	107
3.2	CANTUQUIRIGUAÇU: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL	117
3.3	TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: A CONFLITUALIDADE E O PROTAGONISMO DOS CAMPONESES NA RECRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO	119
CAPÍTULO 4 - EXPRESSÕES DA LEITURA DE UMA POSSÍVEL RE-CRIAÇÃO CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE CANTUQUIRIGUAÇU		142
4.1	ATUALIDADE AGRÁRIA: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A RECRIAÇÃO CAMPONESA	144
4.2	A REALIDADE AGRÁRIA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: EXPRESSÕES DE (RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO	151
4.3	A AGROINDÚSTRIA COMO EXPRESSÃO DA(RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	160
4.4	OS AGROTÓXICOS: UMA REALIDADE CONTRADITÓRIA NA (RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	163
4.5	A AGROECOLOGIA COMO EXPRESSÃO DA (RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO TC2 NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU TC1	165
4.6	AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO EXPRESSÕES DE CONTRADIÇÕES E DA(RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	171
4.7	A EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICA PÚBLICA QUE CONTRIBUI PARA A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO TC1	174

(Continua)

SUMÁRIO

(Continuação)

CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	188
ANEXO I – Mapa de localização: Território Cantuquiriguaçu Paraná	203
ANEXO II – Territórios da Cidadania da região Sul do Brasil	204
ANEXO III – Território Cantuquiriguaçu & Território do Campesinato	205
ANEXO IV – Assentamentos no Território Cantuquiriguaçu – Paraná – Brasil	206
ANEXO V – Assentamentos, famílias e área utilizada no território da Cantuquiriguaçu	207
ANEXO VI – Assentamentos, famílias e área utilizada no território da Cantuquiriguaçu	209
ANEXO VI – Agroindústria no Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil ...	
ANEXO VII – Cantuquiriguaçu: a formação política do território	210
ANEXO VIII – A luta política	210
ANEXO IX- A criação do Território na Microrregião 18	211
ANEXO X - As pautas coletivas	212
ANEXO XI – O planejamento político territorial.....	213
ANEXO XII – Foto Histórica da luta pela terra. Foto de Sebastião Salgado	214
ANEXO XIII – Unidade de Experimentação e capacitação em Agroecologia (Ceagro), Vila Velha, Rio Bonito do Iguaçu - PR	214
ANEXO XIV – Cesta Camponesa: orgânicos e agroecológicos	215

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado teve como objeto a recriação camponesa mediante a resistência e a luta pela terra no Território Cantuquiriguaçu – Paraná. Assim, é possível dizer que o trabalho se confunde com a minha história de vida. Filho de pai e mãe camponeses saí para estudar ainda criança, sempre retornando nas férias escolares. Cursei o ensino médio em um Seminário Católico, na época, uma das únicas possibilidades para que filhos de camponeses pudessem estudar. Assim que concluí o ensino superior, voltei para a minha comunidade para lecionar em uma escola do campo, depois me tornei diretor dessa escola e secretário de educação do município de Candói, que também faz parte do Território Cantuquiriguaçu (doravante TC1).

Pela prática militante e, na educação, fui escolhido pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC) em 2009 e 2010 para Coordenar a Educação do Campo na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, período esse de luta e de conquistas para a Educação do Campo. Em virtude da prática educacional ligada aos MSPC e, mais especificamente, à Educação do Campo, em 2013, após 17 anos como professor da Rede Estadual de Educação do Paraná, optei por fazer concurso para docente do Magistério Superior em Educação do Campo, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Também atuei como frente de massa do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na organização do povo para ocupação, fazendo parte da organização do Acampamento 8 de outubro em Candói, entre 2007 e 2008, hoje um assentamento. Militei na Pastoral da Juventude Rural (PJR) entre os anos de 1985 e 1990, como diretor sindical dos Comerciários de Pato Branco de 1992 a 1995, como coordenador de base do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de 2005 a 2010 e, também, atuei nas atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT), regional de Guarapuava, entre os anos de 1985 e 2008, e em seguida no Centro Missionário de apoio ao Campesinato (CEMPO), de 2009 a 2013. Ainda, fiz parte do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CONDETEC) durante os anos de 2005 e 2008 como conselheiro e, posteriormente, vice-presidente, coordenando a Câmara Setorial de Educação. Tal trajetória mostra a intrínseca relação entre o objeto pesquisado e o pesquisador.

Desta forma, a pesquisa parte do pressuposto de que no TC1, no estado do Paraná, Brasil, ocorreu e ocorre a recriação camponesa, desde meados de 1990, por meio da resistência e da luta pela terra em permanente disputa e da conflitualidade com o modo capitalista de produção, o modelo de agricultura do agronegócio, os latifúndios e a violência no campo. Assim, o campesinato luta e resiste em meio às contradições impostas pelo modo capitalista de produção.

O TC1 está localizado majoritariamente na mesorregião centro do estado do Paraná e abarca 20 municípios, com uma população de 247.384 habitantes, da qual metade reside na zona rural. Esse território possui o maior assentamento de trabalhadores rurais sem terra da América Latina, totalizando 49 assentamentos, sendo cinco dos atingidos pela construção de barragens. No TC1, no ano de 2010, havia 4.426 famílias assentadas, representando 21% dos agricultores familiares do território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar. Mais de 3.598 famílias estão acampadas, em torno de 12.000 pessoas enfrentam o dia a dia do acampamento na luta pela terra. O território agrega ainda a maior reserva indígena do estado, dos povos Kaingang e Guarani, e quatro grupos quilombolas, e mais de 80% das propriedades rurais do território são de agricultura familiar. No espaço desse território há sete usinas hidrelétricas e 15 faxinais, com 921 famílias, e uma população de 3.131 faxinalenses. As informações colhidas nesta pesquisa mostram que existe o permanente movimento de luta pela terra, pela criação e recriação do campesinato.

Não podemos ignorar os dados do Censo Agropecuário de 2017. No TC1 são 24.782 estabelecimentos ocupando uma área de 1.070.875,37 ha. O pessoal ocupado nos estabelecimentos totaliza 64.841 pessoas. Uma em cada cinco unidades de produção é de famílias de assentados. Destaca-se a territorialidade camponesa com o objetivo da reprodução do território para a reprodução da vida. Os MSPC e indivíduos praticam relações de poder por meio das quais criam e reproduzem espaço/território de produção e, portanto, de vida.

O ano de 1996 é um dos marcos da história de luta no TC1, quando o latifúndio da Giacomet Marondin¹, em Rio Bonito do Iguaçu, foi ocupado pelo MST,

¹A Giacomet Marodin/Araupel é a mesma empresa/latifúndio que, ao longo dos anos, vai modificando seu nome fantasia, a Razão Social e a sua natureza/composição jurídica, em função de várias situações que serão detalhadas durante a pesquisa. Essas situações levam-na a modificar a sua atuação de Sociedade Limitada (Ltda.) para Sociedade Anônima (S.A.). Segundo o Código Civil Brasileiro (2002), na Sociedade Limitada (Ltda.) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas

desencadeando um processo de ocupações, conflitos, lutas e conquistas, o que provocou avanços, como a implantação de diversos assentamentos e uma marca histórica e necessária: a implantação em 2009 do *Campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em um Assentamento, conquistado na luta empreendida pelo MST, que oferece cursos voltados ao desenvolvimento territorial e à agroecologia, com projeto popular, do qual participo como docente e em projetos de pesquisa e extensão em Educação Popular, Educação do Campo e Agroecologia com os MSPC.

O objetivo desta pesquisa foi analisar e explicitar a realidade, as conflitualidades e as contradições que existem na recriação camponesa por meio da resistência e da luta pela terra no TC1, na disputa permanente com o agronegócio.

Intencionamos verificar as potencialidades dos camponeses e seus enfrentamentos a fim de construir uma base para estudos, para a proposição de políticas públicas nos diversos territórios, nas esferas do município, do território, do estado e da federação.

A relevância desta pesquisa está em apresentar uma história de luta e resistência dos camponeses, em meio às conflitualidades e contradições, na (re)construção da história brasileira pelo olhar do subalterno, daqueles que foram silenciados pela história hegemônica, elitista e capitalista. Compreende-se, nesta pesquisa, que o conhecimento jamais é neutro e, portanto, serve para elucidar e desvelar a realidade obscurecida e ofuscada pelos dominantes, em virtude da permanente disputa por território, terra e poder. O poder hegemônico controla a mídia e os centros de pesquisa e desconsidera ou subalterna a recriação, a relação de luta e resistência, de vida e produção camponesa nas dimensões econômica, social e cultural.

todos respondem solidariamente pela integralização do capital. Já na Sociedade Anônima (S.A.) ou Companhia (Cia.), o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir. Como veremos no segundo capítulo, uma das características da Giacomet Marodin/Araupel S.A. é ser uma empresa de cunho familiar, o que requer mais acuidade na abordagem sobre a empresa e sobre a família de empresários, aliás, proprietários de várias empresas, bem como a presença deles e delas nesse local, no Centro-Sul paranaense. Neste trabalho nos referimos a ela como Araupel, que é o nome atual da empresa/latifúndio e, também, não foi usada, em todas as referências, a complementação S.A., para não ser repetitivo, uma vez que já indicamos a condição da Pessoa Jurídica (Ltda. e S.A.), mas não perdendo de vista que ela também é uma grande companhia (HAMMEL, p. 27, 2020). Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5004>. Acesso em: 01 dez. 2021.

Dentre o referencial teórico utilizado para explicitar os conceitos, respaldar e atingir os objetivos, destacamos os mais relevantes para a compreensão da totalidade do objeto em questão: o método em Marx (1983; 1984; 2004; 2008; 2011; 2017), o método em Kosik (2010), Neto (2017), Marconi e Lakatos (2003), Triviños (1987), Cheptulin (1982), Kopnin (1978), Kuenzer (1998) e a interdisciplinaridade em Pombo (2008). Para a compreensão histórica da formação do campesinato, da questão agrária, dos conceitos de campesinato, agronegócio, território e paisagem, trouxemos os autores Prado Jr. (2001), Oliveira (1991), Munir (2010), Lenin (1945; 2005), Kautsky (1968), Shanin (1980), Chayanov (1981; 1986), Oliveira (1996), Carvalho (2005), Fernandes (2005; 2007; 2008; 2010; 2013), Felício (2012), Abramovay (1992), dentre outros, bem como Jornais da Biblioteca Nacional, que mostram a existência política e territorial do TC1. Além disso, documentos e produções bibliográficas, fôlderes e cartazes da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu e do CONDETEC.

As análises foram desenvolvidas de forma histórica, material e dialética, a partir do paradigma da questão agrária, com uma visão crítica ao modelo de agricultura do agronegócio, expressão do capitalismo agrário, a sua ideologia, a sua concepção e a sua estrutura, a fim de decifrá-lo para enfrentá-lo por meio da luta de classes. No estudo do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) fomos instigados a adentrar nesse debate rico e necessário da academia, de modo a pensarmos o Desenvolvimento Integral dos Territórios Camponeses (DITC). Neste sentido, o território e a paisagem passam a ser centrais na discussão do campesinato e do agronegócio.

O olhar atento à realidade e os estudos científicos apontam para a existência de um problema e uma hipótese, apresentados neste trabalho pelo conflito entre campesinato e agronegócio, expresso na paisagem e no território, nossos objetos de estudo. Por isso, escolhemos o TC1 como espaço-território e paisagem, considerando o que afirma Fernandes (2008, p. 282), pois o território está caracterizado pela “conflitualidade, interesses caracterizados, na composição da paisagem no território”, pelo enfrentamento de classes. Assim, de um lado, o agronegócio avançando sobre o território do campesinato e, de outro, a resistência, a luta camponesa na defesa de sua autonomia. A paisagem do território explicita a realidade mostrada no conjunto de metodologias e técnicas que apreenderam e abstraíram, transformando o teórico deste trabalho em fotografia da realidade vivenciada no TC1. Ousar fazer é ousar afirmar a importância de continuar o debate acerca do campesinato, suas formas de

luta, de resistência e de recriação, e sobre a agroecologia como possibilidade concreta de ser um modelo de produção que possa se contrapor ao modelo de produção do agronegócio. Isso permite pensar no potencial da agroecologia como fazer científico, econômico, político e social no TC1.

A compreensão dos conceitos centrais território, paisagem, agronegócio e campesinato foram analisados, portanto, dentro do que se entende por PQA e PCA. Segundo Kunh (1994, p.13), os paradigmas são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência”. Também contribui Pereira *et al.* (2020, p. 11), ao afirmar que “os paradigmas são abordados como visões de mundo, que possuem interesses, discursos e ideologias”.

Para compreensão da realidade do TC1, a base deste trabalho é o método do materialismo histórico e dialético que proporciona entender que não há uma relação direta e lógica entre sujeitos e objetos, uma vez que são mediados pela cultura, conceitos e ideologias. A utopia permite, no movimento real, contraditório e histórico, acreditarmos em uma nova concepção de homem e de sociedade, uma interpretação dialética da história, como resultado do desenvolvimento individual e da ação recíproca dos homens e com a natureza. Neto (2017) afirma que o método mostra a realidade expressa no pensamento e na sistematização do pesquisador.

Triviños (1987, p. 51) salienta que “uma das ideias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade”. Em Neto (2017), compreendemos que o método utilizado nesta pesquisa é um caminho orientador, não é fechado, mas é o que dá rigor e direção para a pesquisa. Não é um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que foi recortado, bem como não é um conjunto de regras que o pesquisador escolhe conforme sua vontade para enquadrar um objeto de investigação.

Assim, na análise de Neto (2017, p. 13), entendemos o método como ponto de chegada que “se posiciona na relação com o objeto para dele abstrair o novo conhecimento”. Logo, o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros[...] o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 83).

O resultado da pesquisa depende de inúmeros fatores externos à vontade do pesquisador devido às contradições presentes nos objetos. Sem as contradições, as totalidades seriam inertes. Esse movimento permanente está em constante transformação, pela oposição dos contrários, “porque segundo Marx a realidade social é marcada pela contradição ou pelo antagonismo de classes” (BASTOS, 1997, p. 133).

Lowy (2010, p. 16) afirma que no materialismo histórico e dialético, a totalidade significa “a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”. Essa relação do homem com o mundo, que é material, que é histórica, pressupõe a compreensão do todo em movimento para a abstração do conhecimento. Essa compreensão da totalidade e da mediação deve ser compreendida de forma dialética.

Nesse sentido, os objetos de pesquisa não estão isolados, mas dentro do modo de produção capitalista, como uma legitimação das relações sociais de exploração, resultantes de uma construção histórica, de resistência e luta. Essa realidade naturaliza processos sociais, desiguais e injustos, historicamente construídos, e ignora as contradições fundamentais que mobilizam e requalificam o desenvolvimento integral do ser humano.

Em relação à pesquisa de campo foram realizadas expedições nas Unidades de Produção de Base Camponesa (UPC) e nas Propriedades dos Agricultores Capitalistas (PAC). As atividades dos Dias de Campo foram realizadas entre março de 2019 e maio de 2020. As visitas foram denominadas Dia de Campo e foram registradas no Caderno de Campo. Foram anexados depoimentos, imagens e as autorizações para o uso das imagens e das falas. Para Minayo (2004, p. 93-94), “a categoria empírica tem a finalidade operacional, visando o trabalho de campo, como propriedade de apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade”. Somente com uma base sólida de pesquisa permite-se analisar a produção historicamente acumulada, questionar a teoria do conhecimento produzindo um novo, a lógica que rege a produção, as leis, as categorias e o pensamento pensado.

Os depoimentos foram (re)colhidos no decorrer dos vários Dias de Campo² por meio de questões preestabelecidas, de forma semiestruturada, para coleta dos

²Técnica de observação sistemática do fenômeno *in loco*. Para os registros das observações utilizou-se o caderno de anotações de campo como instrumento principal e também fotografias. (Paisagens

depoimentos ou materiais. As atividades de campo foram realizadas após o diálogo e autorização dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguirmos informações sobre determinados aspectos da realidade, pois ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p. 79). Entre as técnicas e instrumentos de pesquisa de campo foram utilizados o telefone celular (para contatos), o caderno de campo (para as anotações), a câmera fotográfica (para as fotografias), o gravador (para gravar os depoimentos), o notebook (para sistematização) e o carro particular do pesquisador (para o deslocamento).

Os sujeitos que contribuíram para a construção do diálogo nesta pesquisa são residentes nos municípios do TC1: Candói, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Pinhão e Laranjeiras do Sul. A escolha das unidades de produção camponesa e das propriedades de produção do agronegócio foi em função da diversidade e dos modelos de produção, “pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado” (DUARTE, 2002, p. 141).

A escolha dos participantes da pesquisa requereu uma compreensão prévia da realidade por parte do pesquisador. A relação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa “supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos” (DUARTE, 2002, p. 147). As imagens obtidas no Dia de Campo foram coletadas na expectativa de evidenciar e apresentar o real observado, o real vivido, uma vez que “cada imagem deve não apenas ter importância enquanto parte de uma sequência, mas também se sustentar, ter importância independentemente do conjunto” (ACHUTTI e HASSEN, 2004, p. 289).

Contribuíram para esta pesquisa diferentes metodologias, como a qualitativa, a quantitativa e estudos comparados da relação entre campesinato e agronegócio e

que identificam o objeto de pesquisa no Território Cantuquiriguaçu – Campesinato e Agronegócio). O sigilo das informações concedidas ficará unicamente sob posse do pesquisador, sabendo-se que os diálogos serão convertidos em atividades acadêmicas e podem suscitar novas produções a partir dos resultados obtidos. O diálogo foi realizado de forma ética e clara. Tudo registrado no caderno de campo, um instrumento indispensável para o êxito e credibilidade de uma pesquisa científica, pois deve conter o registro detalhado das informações e observações, bem como as reflexões que emergem durante toda a pesquisa.

com o estado e o país. A tradição antropológica torna a pesquisa qualitativa conhecida como investigação etnográfica e, “pode-se dizer que, às vezes, se usam indistintamente ambas as expressões para se referir a uma mesma atividade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 120). E, é possível concluir que “os meios que se usam na investigação quantitativa podem ser empregados também no enfoque qualitativo” (Ibid., p. 127).

Utilizamos dados do Censo Agropecuário de 2017 e comparamos com dados dos censos anteriores, analisando e observando a realidade do TC1 e utilizando, a partir dessa sistematização, tabelas, quadros e gráficos à luz do referencial teórico e metodológico. Procuramos não cair em um ecletismo científico e nem dogmatizar uma ou outra metodologia, por considerarmos que não se opõem, ao contrário, complementam-se, interagem dinamicamente.

Considerando o exposto, organizamos o trabalho da seguinte forma:

No Capítulo I, trazemos o aparato teórico que permite apresentar o objeto em questão e como ocorre a sua análise em relação permanente com o real na sua temporalidade, espacialidade, materialidade, historicidade e movimento. Os conceitos trabalhados de camponês, campesinato, agronegócio, espaço, territorialidade, terra, conflitualidade, lugar, escala, localizam e explicitam a paisagem e o território como síntese, resultado visível, explícito e manifesto da realidade construída pelo campesinato e pelo agronegócio, o que permite apreciar e abstrair a realidade no real.

No Capítulo II, apresentamos e desenvolvemos o histórico da questão agrária no Brasil, chegando à atualidade de conflitualidade e contradições entre campesinato e agronegócio. O Capítulo III, historicizamos e apresentamos o TC1. Trata-se de um capítulo histórico e político com o intuito de se verificar os fatos em que está explícita a organização territorial do TC1, bem como explicitar o movimento, lutas, resistências e conquistas concretas a partir dos MSPC.

Por fim, no Capítulo IV, apresentamos a totalidade das relações do território em diferentes escalas: Cantuquiriguaçu – Paraná – Brasil, por meio de análise quantitativa e qualitativa, em âmbito macro, com os dados mensurados pelo Censo Agropecuário de 2017 em consonância com o trabalho de campo e o referencial documental e teórico. Evidenciamos que o avanço do agronegócio não ocorre de forma pacífica, que existe resistência e luta dos camponeses, demonstradas, principalmente, na parte empírica da pesquisa do TC1.

Assim, levantamos os seguintes questionamentos em relação ao objeto de pesquisa: a partir de qual olhar é construída essa verdade? A partir da classe camponesa, com modo de vida camponês, por meio das lutas e resistências, ou da lógica do modelo de agricultura do agronegócio? É possível a recriação camponesa dentro do modo capitalista de produção? E, se possível, com qual autonomia e soberania? Esta pesquisa visa debater e dialogar sobre essas possibilidades, bem como analisá-las.

CAPÍTULO 1

QUESTÕES TEÓRICAS PARA A REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO CAMPONESA E AGRÁRIA: UM PERCURSO DE LEITURA

O Capítulo 1 teve como objetivo a reflexão sobre a construção do conceito camponês no âmbito do território brasileiro a partir do referencial teórico que aborda essa temática. Em seguida, desenvolvemos uma reflexão acerca do camponês, seu modo de vida e classe social e apresentamos o debate conceitual de espaço, território e paisagem, com base na realidade conflitante entre os diferentes territórios do camponês e do agronegócio, de classes sociais que lutam no campo ou para a produção da vida ou de mercadorias. Por fim, apresentamos o território e a paisagem do camponês, evidenciando as relações e tensões presentes nesse contexto.

As discussões teóricas apresentadas neste capítulo foram desenvolvidas dialogando com o trabalho de campo, considerando as visitas às unidades de produção camponesa e às propriedades que trabalham com monocultivos nos moldes do modelo do agronegócio. Destacamos o espaço, o território, o lugar e a paisagem como produto das relações de poder e o camponês como resultante dessas relações que são, por sua vez, históricas, contraditórias e dialéticas.

A organização do espaço se dá por meio da espacialidade e territorialidade e, às vezes, de processos de desterritorialização, em função da venda, expulsão ou negação do acesso à terra, ou processo de territorialização, isto é, na construção de territórios. A reterritorialização, como recriação camponesa, ocorre quando pessoas que perderam suas terras voltam a ser camponeses, pela compra da terra, pela posse, ocupação ou constituição de assentamento, ou seja, voltam a se recriar por meio da luta e resistência, majoritariamente organizadas em um movimento social, como o MST, o MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Às vezes, contudo, as pessoas não estão organizadas em movimentos, porém, cientes ou não, estão permanentemente lutando e resistindo contra o modo de produção capitalista.

Assim, o território é expresso na paisagem como fonte de recursos, em permanente conflitualidade, disputado pela sociedade que dele se apropria transformando a natureza de diferentes maneiras. Entendemos que o uso de

tecnologias e do mercado corresponde a uma estratégia da própria recriação camponesa. Todavia, não concordamos com a perspectiva de que a inserção do agricultor familiar como agricultor submisso ao modo de produção capitalista seja a forma em que se dá a reprodução camponesa, o que reforça o viés hegemônico.

Para além da defesa da tese da recriação camponesa, o que nos levou a esta pesquisa foi a possibilidade de considerar o debate que contribui para a reprodução do campesinato e sua recriação na sociedade brasileira, bem como sua reprodução social, expressa por diferentes formas sociais, políticas, culturais, de lutas e resistências, evidenciadas no TC1, seja nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, pelos ribeirinhos, quilombolas e comunidades camponesas formadas por imigrantes europeus, organizados em movimentos sociais ou não, dentre outras expressões.

A abordagem teórica está fundamentada nas discussões do campesinato que compreendem o processo de expansão do modo capitalista de produção no campo, cujo caráter injusto e contraditório reafirmamos nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que destacamos a trajetória do pesquisador como camponês, militante e sujeito do processo de luta por políticas públicas no TC1.

No que tange ao conceito de campesinato salientamos que não há apenas um. Entretanto, historicamente no Brasil, em diversos períodos e regiões, os sujeitos do campesinato estiveram divididos em grupos sociais distintos, identificados como agricultores, lavradores, posseiros, povos das florestas, agroextrativistas, pescadores, roceiros, colono, faxinalenses, quilombolas, ribeirinhos, acampados na luta pela terra, assentados, dentre outros.

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da Idade Média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. O campesinato brasileiro é criado e recriado na periferia de uma sociedade de modelo colonial, à margem do latifúndio escravista, e na periferia do capitalismo. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

Porém, sem querer esgotar o debate, mas instigá-lo com esta pesquisa, quem é esse/essa camponês/camponesa? Está vinculado a qual cultivo de terra? Consideramos que o camponês e a camponesa fazem sua própria história, no entanto,

não como querem, pois a fazem em função das contradições do modo de produção capitalista.

Para pensarmos as possíveis designações do conceito de camponês, recorreremos ao debate clássico que abrange interpretações como a do desaparecimento do campesinato, afirmando que a renda capitalizada da terra o destrói, transformando uma pequena parcela em capitalistas e uma grande parte em assalariados; ou com o fim do campesinato pela não competitividade da agricultura camponesa diante do agronegócio ou pela sua adequação ao agronegócio. Também, há a interpretação de que o campesinato permaneceu e continua a existir, em diferentes tipos de sociedade, pela luta e pela resistência, e essa última é a que consideramos e defendemos nesta tese. Assim, entendemos o conceito de camponês como socialmente, historicamente e concretamente construído no interior de uma realidade contraditória.

1.1 A QUESTÃO CAMPONESA: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Não há consenso sobre o campesinato nos estudos dos marxistas³. No entanto, da teoria de Marx⁴ destacamos as relações capitalistas por meio da renda da terra. Nesse sentido, estudar o campesinato na atualidade requer compreender essas nuances do capitalismo, como se propaga no mundo a agricultura capitalista e como reagem os camponeses, sujeitos que habitam os territórios. De antemão, ao pensar dialeticamente e historicamente, considerando espaços distintos daqueles vividos por Marx, podemos ampliar essa análise de renda e economia, compreendendo que não existe uma regularidade, o que torna mais evidente a necessidade de estudos que compreendam as singularidades e particularidades de partes de um todo, como se manifesta a cultura global e capitalista, como reagem os sujeitos camponeses, como não há romantismo em apresentar o campesinato como contraponto ao agronegócio.

Trata-se de trabalhadores do e no campo que têm relação direta com a terra e com os demais sujeitos camponeses, além dos sujeitos urbanos, que apresentam uma

³ “Diante da grandiosidade de Karl Marx, se criou um movimento chamado Marxismo. Esse movimento iniciou antes mesmo da maioria das obras de Karl Marx ter sido publicada” (SILVA, 2014, p. 96), e isso levou a algumas diferentes análises e interpretações de suas obras.

⁴ Consideramos as obras de Marx: Manifesto Comunista (1998), A Ideologia Alemã (2007), A Guerra Civil na França (2011), As lutas de classe na França de 1848-1850 (2012) e o 18 Brumário de Luiz Bonaparte (2011).

cultura peculiar, modo de vida próprio e condição econômica específica, suas utopias enquanto humanos, como produtores de alimentos e uma organização política, como a Via Campesina. Para além da materialidade já descrita, os camponeses são sujeitos políticos e de lutas, portanto, construindo-se também como classe. Iasi (2007, p. 118) destaca que “as classes são sujeitos históricos, mediações históricas das contradições estruturais de cada sociedade”. No que se refere ao campesinato, Marx, no 18 Brumário de Luiz Bonaparte, afirma inicialmente que os camponeses que apoiaram Luiz Bonaparte não tinham potencial revolucionário, define-os como um saco de batatas, entendendo que “o isolamento era favorecido pelos precários meios de comunicação da França e pela pobreza dos camponeses” (Marx, 2008, p. 324).

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo [...] A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado (Ibid., p. 43-44).

No entanto, trata-se de uma análise do campesinato francês, portanto, elaborada num determinado tempo e espaço, não podendo ser colocada como um dogma. O campesinato deve ser compreendido em cada tempo histórico, de acordo com sua materialidade, transformações e contradições.

No debate do campesinato há um estudioso clássico, Karl Kautsky⁵, que escreveu, em 1880, a primeira e uma das mais importantes referências sobre essa temática, a obra *A Questão Agrária*. No entanto, diferentemente do que defendemos neste trabalho, o autor apontou para um provável desaparecimento do campesinato ao considerar sua subalternidade e seu atraso em relação ao modo capitalista de produção, naquele momento histórico:

A questão agrária, de Karl Kautsky, foi escrita em 1880, logo após grande discussão oriunda em torno da socialdemocracia alemã a respeito da posição que este partido deveria tomar em relação aos camponeses e a evolução da

⁵ Teórico marxista dos mais notáveis em sua época e líder incontestável da II Internacional.

agricultura moderna. Assim, Kautsky (1968) adotou os princípios básicos da teoria marxista do valor e da renda da terra para sua análise, acabou sendo renegado pela Revolução Russa empreendida pelos bolcheviques em 07 de novembro de 1917. Pois, Kautsky, havia se posicionado contra a tomada do poder pelos bolcheviques. Luta esta que havia começado. (PEREIRA, 2005, p. 11731).

Consideramos Kautsky importante neste debate pela profundidade de sua tese. O autor é chamado por alguns estudiosos contemporâneos de criador do paradigma do capitalismo agrário, visto que afirma o desaparecimento do campesinato em função do modo de produção capitalista e do modelo de agricultura estabelecido pelo capitalismo. Entretanto, Kautsky (1968) afirma que, mesmo naquele momento histórico, essa realidade não se generalizou:

[...] não chegou a se verificar aquele rápido desaparecimento do pequeno estabelecimento, fato que se esperava ou temia acontecer no continente, conforme sucedera na Inglaterra depois da maciça e triunfal entrada do grande estabelecimento capitalista a partir dos anos 50. Verifica-se, pelo contrário, aqui e acolá, a tendência de certa multiplicação do número de estabelecimentos com pequenas dimensões territoriais (p. 121).

E apresenta a tese de que as novas relações econômicas e a relação entre homens e destes com a natureza na implantação do modo capitalista de produção se daria por meio de monoculturas produzidas pelos latifundiários. O autor fundamentava sua teoria na suposta inferioridade intelectual do campesinato, supondo sua dificuldade para compreender os novos conhecimentos técnicos de manejo e mecanização agrícola.

Agora surgia, todavia, um mercado caracterizado por necessidades variáveis; desenvolvia-se, assim, a desigualdade entre os companheiros da mesma aldeia, dos quais alguns só produziam em suas terras o suficiente para o próprio uso, enquanto outros produziam quantidades excedentes. [...] A transferência para esse modo de produção exigia que se acabasse com a forma de compromisso existente entre o comunismo do solo e a propriedade particular que o modo de produção medieval representava; tornou-se necessário estabelecer a propriedade plena, partilhar a pastagem comunitária, suspender o uso comunitário do solo e a obrigatoriedade do afolhamento (p. 33).

Ele expõe sua percepção em relação ao caráter da existência da propriedade privada, “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (p. 57), isto é, a propriedade privada apropriada para o estabelecimento de latifúndios e de uma produção visando apenas o mercado e o lucro.

Outra grande contribuição para a compreensão do pensamento agrário é a obra de Lenin, *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*, escrita entre os anos de 1896 e 1899, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, por meio do estudo de dados dos censos dos EUA, para comprovar as Leis Gerais do desenvolvimento capitalista na agricultura. Lenin (1982) difere-se de Kautsky (1986) ao afirmar que o desenvolvimento capitalista em relação às classes sociais abre possibilidades para o socialismo e apresenta o método marxista como uma análise concreta de uma situação concreta. A única alternativa possível para os camponeses russos a fim de libertarem-se das amarras do capital, segundo Lenin (1980), era associando-se aos proletários, ajudando-os na sua luta pelo sistema socialista, para a tomada dos meios de produção e transformação da terra. A sobrevivência do campesinato e da pequena propriedade diante do ataque do capitalismo constituía um retrocesso inútil do desenvolvimento social, significava enganar o campesinato ao afirmar sua sobrevivência no modo de produção capitalista.

Para Lenin (1980; 1985), o fim do campesinato seria o resultado dos processos de diferenciação ou de expropriação. O campesinato não apresenta as condições materiais para se inserir no modo de produção vigente e, ao mesmo tempo, a pequena propriedade seria engolida pelos latifúndios. Assim, para o autor, o fim do campesinato se daria por meio da diferenciação social, considerando que a evolução de técnicas de produção, máquinas e insumos condicionaria ao aburguesamento da parcela mais rica do campesinato e à proletarização do restante. No capitalismo, portanto, a exploração e destruição do campesinato provocariam sua eliminação, conforme compreensão de Lenin (1980), segundo o qual

O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a de clã, a comunal, a estatal, etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos. Ao destacar a inexistência do trabalho familiar, em que tudo será cooptado pelo capitalismo (p. 18).

Em sua reflexão acerca do campesinato, esse autor afirma não ser parte do capitalismo por desenvolver outra lógica ao ocupar o território e nele estabelecer relações de produção que não são as mesmas do capitalismo. No entanto, podemos observar e afirmar que o campesinato é parte do capitalismo e sobrevive quando realiza transações comerciais ou associativas, dentre outras formas de lutas e sobrevivências. Entretanto os camponeses possuem outras dinâmicas na unidade

familiar, na relação com a sociedade e a natureza, desenvolvem outras dimensões de produção da vida que não necessariamente a reprodução linear do capitalismo, têm sobrevivido. Se assim não fosse, a tese do desaparecimento poderia ter sido real.

Diante do exposto, entendemos que a questão central é que o campesinato sobreviveu e sobrevive às opressões do modo de produção capitalista, ora se relacionando com o modelo, ora sendo autônomo no seu modo de vida e cultura. A história tem demonstrado que mesmo o modelo hegemônico capitalista, a despeito de toda sua força material, não conseguiu eliminar os camponeses ou, conforme Lenin (1980, p. 64), não se verifica a “eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura”. O campesinato recua, resiste, luta, avança e sobrevive por meio de sua autonomia, ainda que relativa.

Para Shanin (1980; 1983), o campesinato vai construindo formas de coexistir e, com isso, criar e recriar sua existência. O desafio é explicar como acontecem os dois processos: a apropriação do território camponês pelo agronegócio e a apropriação do território movida pelo campesinato. A questão é debater e compreender os diferentes fins e recriações do campesinato, conforme Shanin (1983),

O campesinato, sua função na sociedade e o desenvolvimento dessa sociedade na qual o campesinato evolui “Sua notável autossuficiência e capacidade de resistência às crises econômicas e pressões do mercado”. Fortalece sua autonomia (mesmo que relativa) e o protagonismo, enfatizam a complexidade da questão agrária a partir da constatação de que as previsões teóricas não se efetivaram na Rússia rural no primeiro quarto do século XX. “Esta discrepância básica entre as metas reconhecidas e os resultados manifestos das políticas, constitui o aspecto capital da história política da Rússia rural durante um período decisivo e constitui o objeto deste estudo” (p. 19).

Em sua recriação, o campesinato atende também a fatores essenciais da família, como o trabalho familiar utilizado no trabalho com a terra. Shanin (1983) compreende a história dos camponeses como uma luta de princípios biológicos e econômicos em que os primeiros são expressos pelos últimos. A partir da compreensão dos marxistas ortodoxos as influências dos fatores econômicos mobilizavam as unidades familiares pela economia de mercado, por meio da maximização dos lucros e, se assim fosse, elas se transformariam em empresas essencialmente capitalistas. A interpretação desse autor considera a dualidade das unidades camponesas como unidade de família e unidade de produção.

Ainda em sua análise, Shanin (1980) destacou que os camponeses resistiram e continuaram a resistir por muito tempo, mesmo com a contradição do capital, pois

os motivos que lhes permitem a reprodução são maiores do que aqueles que os levam à extinção. O campesinato se cria, se recria, se redefine, se diversifica, resiste e luta, sem ser extinto.

Já Chayanov (1974) tece outra análise, uma vez que afirma o camponês e sua existência em contraposição ao fim do campesinato, como afirmam Kautsky (1968) e Lenin (1982), e apresenta em seu trabalho a supremacia do campesinato da Rússia no início do século XX pela sua eficiência econômica e política para a construção do socialismo. Segundo Chayanov (1974),

O campesinato continua existindo com o capitalismo, se desenvolve nele, fazendo e, contraditoriamente não faz parte dele, por ser guiado por outra lógica, estando no capitalismo é necessariamente um produtor de mercadorias, participa do mercado sem, contudo, ser transformado em capitalista. Já que assim podem absorver maior quantidade de força de trabalho em suas propriedades e reduzir o desemprego. (p. 31).

As análises construídas demonstraram que a agricultura camponesa e o agronegócio possuem lógicas distintas. Para esse mesmo autor, a economia camponesa não tem a característica da acumulação do capital e nem sua contabilidade, não permitindo medir os valores da mão de obra e da produção familiar. Ele entende a economia camponesa como um fenômeno em si mesmo de reprodução social e autoexploração, cuja autonomia e protagonismo violam as leis capitalistas. Assim, essa forma se estabelece quando são atendidas as necessidades da família camponesa e cessa todo e qualquer investimento. Portanto, a ausência de acumulação de capital impede a mensuração em termos de valores monetários, valor da mão de obra familiar camponesa. Convém destacar, para ampliar esta análise, que o plano de estudo de Chayanov (1974) é dividido em seis etapas:

Examinar a família camponesa em seu desenvolvimento biológico como uma cooperativa de unidades de trabalho e consumo; b) motivação para o trabalho e autoexploração pelo trabalho; c) as inter-relações entre terra, capital e força de trabalho; d) a discussão sobre todos os elementos de um plano organizativo da UEC; e) as formas de circulação e reprodução do capital na UEC; f) as consequências para a economia nacional que provém da natureza da organização da UEC (FELICIO, 2011, p. 56).

Chayanov (1974) defendeu a ideia da autonomia e viabilidade do campesinato, não na perspectiva marxista, pelas leis do valor, considerando que o campesinato possui uma peculiar estrutura organizacional, com o desenvolvimento do trabalho familiar, com requisitos diferentes da empresa capitalista. A defesa desse autor se deu no intuito de demonstrar que a atividade econômica dos camponeses não é como a

de um empresário que, como resultado de seus investimentos, recebe a diferença entre o ingresso bruto e os gastos gerais de produção. Ele afirma que existe sim uma economia camponesa, uma vez que o campesinato se apropria do produto da terra em que trabalha. A questão complexa é a não acumulação de capital a partir da especificidade funcional da economia camponesa.

Trata-se, portanto, de um debate fundamental e inacabado, porém, que apresenta elementos fundantes da recriação camponesa, como a autonomia, a família, o trabalho e a terra, dentre outras dimensões essenciais como a luta, a resistência, a reprodução da vida, a cultura expressa no modo de vida, a produção diversificada e o trabalhar familiar.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPONÊS: CLASSE E MODO DE VIDA

Diante do que apresentamos, o conceito de campesinato é entendido e reafirmado neste trabalho, conforme afirma Shanin (1979), ao mesmo tempo como um modo de vida e uma classe social apresentando padrões de relações sociais distintos no tripé terra, trabalho e família. Constitui-se em uma natureza peculiar que se distingue de outras classes.

Chayanov (1966) demonstrou a Teoria da Unidade Econômica Camponesa destacando que o aumento de unidades familiares garantiria a manutenção da unidade econômica camponesa e a formação de cooperativas coletivas, apontando a cooperação como uma possibilidade de recriação. O trabalho da família é condição necessária para a obtenção de recursos para o camponês. No entanto, muitas vezes o camponês vê-se obrigado a utilizar sua força de trabalho em outras atividades para complementar sua renda familiar e, para isso, em outro turno, trabalha nas empresas de abate e corte de frango, ou de colheita da maçã, por exemplo.

Ao aproximar este debate da realidade do Território do Campesinato (TC2), no Brasil, os camponeses foram historicamente subalternados pela elite e pelo Estado, considerados sujeitos rurais, rudes, sem formação e atrasados. Todavia, contraditoriamente, os camponeses foram grandes protagonistas de transformações históricas. Nesse sentido, os camponeses, ao contrário de serem considerados fracos, são constantemente atacados pelos latifundiários e contemporaneamente pelo agronegócio, que tentam expulsar definitivamente as comunidades camponesas, considerando a afirmação de Ianni (1986, p. 107) sobre “o agronegócio ser a

expressão atual dos latifundiários e ou capitalistas territorializados e territorializando no campo, marcando o encontro do capital das grandes empresas nacionais e transnacionais com o latifúndio nacional”.

Se, por um lado, existiu e existe a imposição de um modelo de agricultura, por outro lado os camponeses lutam, resistem e expressam sua natureza. Dentre as dimensões de recriação e manutenção do campesinato, uma dimensão essencial predominante que observamos no trabalho de campo, no TC2, é o trabalho familiar, aquele exercido pela família visando renda e qualidade de vida.

Outro elemento observado no trabalho de campo e na análise teórica que consideramos igualmente essencial é que o campesinato não concentra terra, capital e poder. Predominam pequenas e médias propriedades, com grande capital não acumulado e em permanente luta e resistência para se manter no campo. O produto do camponês, para além do uso familiar, passa a ser um elo com o mercado. Para Martins (2002, p. 71), “é uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital”, logo, o camponês situa-se no mundo por meio do seu produto, na relação com o mercado, e seu trabalho se oculta no seu produto. A relação camponesa com o mercado passa ser uma estratégia de recriação.

Dentre estes elementos que debatemos acima, enquanto modo de vida camponês, ao estudar o campesinato, considerando os tempos e espaços distintos, não podemos deixar de refletir sobre a base teórica do campesinato a partir de Karl Marx, que apresenta o método, ao analisar a produção das condições materiais da vida social, ao compreender a totalidade das dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas vivenciadas pelo ser humano. Para tal compreensão da sociedade, Marx analisou as relações entre os homens e entre homem e natureza.

Trazemos a compreensão do campesinato enquanto classe social, ao considerar a relação e o enfrentamento dos camponeses com o modo de produção capitalista. Os camponeses correspondem a uma classe, pois que existe uma particularidade e, também, uma natureza específica do campesinato e, assim, dos sujeitos coletivos camponeses. Entendemos e não negamos a dura realidade vivida pelos camponeses em suas diferentes condições, espaços e territórios no enfrentamento com o agronegócio. No entanto, para a recriação os MSPC protagonizam, com tarefas específicas, a resistência e a luta pela terra, propondo um modelo de produção agroecológico, um caminho que está sendo trilhado, uma possibilidade concreta.

Assim, ao pensarmos o campesinato a partir da luta de classes, o posicionamos como uma classe social no intuito de fazer funcionar uma materialidade em torno das práticas que o caracterizam. Nesse sentido, podemos citar Ribeiro (2013) que, acerca do texto *O Campesinato no século XXI*, de Horácio Carvalho, entende que o campesinato brasileiro, de alguma forma, é movente, ou seja, apresenta-se de forma não linear ou definitiva e que tem uma relação bastante singular com a produção centrada na biodiversidade, “que inclui os solos, as águas, as plantas e os animais constituintes de ecossistemas próprios e as culturas dos povos geradas nessa relação com o meio ambiente através do trabalho” (RIBEIRO, 2013, p. 77).

O campesinato em sua essência possui características específicas que o tornam único. Mesmo que inserido num modelo capitalista macro e totalizante, o campesinato continua resistindo e lutando, com modo de vida próprio, cultura própria, organização e potencial produtivo de alimentos que o agronegócio de larga escala não possui. No TC1, essas características são visíveis no trabalho familiar, na luta política, na organização para as lutas e para formar cooperativas, nos mutirões, na luta pela educação do campo, nas lutas para manter as comunidades e as escolas no campo, dentre outras manifestações culturais como a música, o baile, as festas, as trocas.

Nos estudos clássicos de Marx, evidenciam-se três classes.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que tem no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 947).

No entanto, nos estudos de Oliveira (1996) e Zeneratti (2020), os camponeses são a quarta classe da sociedade. Oliveira (1996) comprovou em seus estudos que o campesinato é uma classe da sociedade capitalista que não desapareceu e pode se ampliar. O que existe é um bloqueio do acesso à terra por parte dos camponeses. Segundo Zeneratti (2020, p. 100), “A história se fez, e se faz, na negação e na superação desses limites”. o qual afirma ainda que, na unidade camponesa, a produção é realizada pelos próprios camponeses e mesmo quando empregam força de trabalho, tem caráter complementar.

E Silva (2014, p. 87) salienta que “o campesinato está inserido de maneira diferenciada nas relações de produção, pois é dono ou tem acesso aos meios de produção e, também, é o sujeito que realiza o trabalho”.

Reiteramos, assim, o entendimento do campesinato como modo de vida e classe que vem se constituindo na concretude das organizações, das lutas, das resistências, do trabalho familiar, da forma de produzir, da relação com a terra e com a natureza, enquanto sujeito político e social.

1.3 APROXIMANDO O CONCEITO DE ESPAÇO PARA O ENTENDIMENTO DE CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO – O TERRITÓRIO CAMPONÊS

Tecidas as considerações acerca do campesinato, caracterizando-o a partir da singularidade em torno do trabalho com a terra e do território, prosseguimos trazendo a discussão teórica sobre espaço, território e paisagem para termos uma melhor compreensão do Território Camponês e, ainda, para pensarmos como, na realidade, observamos as distinções entre o campesinato e o agronegócio.

Partiremos do conceito de espaço e território, passando pelo conceito de paisagem, mas ressaltamos que os três conceitos se interligam quando analisamos o espaço camponês. Nosso propósito não é esgotar o debate em torno de tais conceitos, mas observá-los na tentativa de pensar a materialidade do que estamos chamando de recriação do território camponês.

Para compreensão do conceito de espaço e sua materialidade na realidade concreta do campesinato em oposição ao agronegócio, apresentamos Raffestin (1993) e Santos (1978), que apresentam o espaço como anterior ao território e Lefebvre (1986) que compreende o espaço não como algo que já existe. Esses autores, no entanto, concordam que a transformação e a produção do espaço ocorrem mediante a ação humana, na luta de classes, nas intencionalidades sobre essa produção e transformação, ideia com a qual compactuamos. Pautamo-nos, também, na ideia de Raffestin (1993) sobre a realidade ser produzida a partir do espaço, considerando a vivência dos sujeitos em redes e nós, com distintas territorialidades.

Santos (1978) apresenta e detalha o espaço como produção do homem, quando este está em relação com a totalidade da natureza, espaço em sua totalidade social, como estrutura, processo, função, forma e sempre dinâmico pela ação do homem no tempo, resultado de processos históricos e condição para novos processos. Para Santos (1978), a utilização do espaço pelo povo cria o território. Logo, as relações entre povo e espaço são reguladas pela soberania:

Espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p. 38).

Os espaços são construções materiais e históricas na relação do homem com o homem e com a natureza, na produção de sua existência. O espaço nem sempre é o ideal, é contradição, é constructo social, é realidade, resultado do modo de sociedade e produzido na luta permanente. Por esse viés, o espaço torna-se estranhado pela natureza e pela sociedade em virtude de ser constantemente modificado na lógica capitalista que usa os rios, as florestas e as cidades como artificialidades a serviço do modo capitalista de produção e isso não é diferente na agricultura. Para Fernandes (2006),

O espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia. O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação. As relações sociais entre classes, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço (p. 32).

Essa definição explicita o espaço geográfico no qual se realizam todos os tipos de relações. Normalmente, as análises pragmáticas e de superficial teor científico apresentam o espaço como fragmento, como parte, como algo pontual, unidimensional. O espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa interpretação é demonstrada na ideologia da classe dominante que não tem a intenção de compreender a realidade como um todo. Assim, não é diferente no que tange à compreensão do conceito de espaço. O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional, e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em seu produto e produção, movimento e fixação, processo e resultado, lugar de partida e de chegada. O espaço possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Segundo Lefebvre (1991, p. 102), “o espaço social é a materialização da existência humana”. Compreendemos, dessa forma, o espaço como uma dimensão da realidade.

Para Fernandes (2006, p. 31), “o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas

relações sociais”. E que, ainda, as relações sociais produzem diversos outros tipos de espaços “materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços” (p. 31). O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico. Ao analisar esses conceitos, percebemos cientificidade e empiria, ambos carregados de intencionalidade. A intencionalidade é uma forma específica de ver e de compreender o mundo e, conforme esse mesmo autor, “é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada” (p. 33). A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço que, conforme as forças em disputa, pode ser dominante ou dominado e, assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais. Dessa forma, como ainda reporta, “é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território” (p. 33), o espaço como totalidade da sociedade, econômica-cultural-ideológica.

Segundo Costa e Teixeira (1999, p. 275), “o homem, porém, não é apenas o habitante de um determinado lugar, mas é também o produtor, o consumidor e membro de uma classe social, que ocupa um lugar específico e especial no espaço, e isto também define o seu valor”. Na produção do espaço, o agente é o homem que transforma a natureza e, portanto, transforma o espaço permanentemente, dialeticamente em seu tempo histórico.

O espaço humano é necessariamente produto de uma série de decisões que orientam sua organização, segundo os critérios hegemônicos em uma dada formação econômica e social, seja pela movimentação do capital, seja pela ação organizada e planejada da sociedade pelo Estado, sendo um processo cheio de densidade histórica (Ibid., p. 275).

Essa transformação nem sempre é o desejo do homem e quase sempre é a reprodução de um modelo imposto. Esse modelo de mundo imposto se reafirma na indissociabilidade do espaço. Segundo Gomes (2002), três características definem o espaço geográfico: “É sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais. A disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência” (p. 172).

Assim, é no espaço que as múltiplas relações humanas produzem os territórios, portanto as conflitualidades, as lutas e as resistências dos camponeses, e a ação humana vai produzindo no espaço territórios distintos.

1.4 APROXIMANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS SOBRE CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO – ORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Partimos da premissa de que os sujeitos sociais se organizam por meio das relações de classe, do seu modo de vida, construindo seus territórios. Por mais que observemos um avanço do agronegócio no campo, os territórios do campesinato e do agronegócio têm características e organizações distintas, em função das diferentes classes e relações sociais, econômicas, culturais e com a natureza.

O território do agronegócio prioritariamente organiza-se para a produção de mercadorias, já o território do campesinato organiza-se para realização de sua existência, buscando desenvolver todas as dimensões territoriais. As diferenças entre esses territórios serão apresentadas considerando o debate e o que entendemos por território, paisagem e lugar. A paisagem é a expressão dessas diferenças e contradições. No entanto, destacamos que o espaço e o território não são dados, mas estão em permanente disputa e conflitualidade em consequência dos objetivos distintos dos sujeitos que habitam nesses territórios.

Em um primeiro momento, apresentamos o território que é colocado como resultado de divisões políticas, administrativas e estatísticas, portanto, reificado e desprovido de conteúdo, sentido e movimento, conforme Xavier (2018, p. 516) afirma: “sua natureza social, como resultado e condição da história, lhe é negada”. Em contraposição a esse entendimento, corroboramos o depoimento do Agricultor Familiar Camponês (AFCH), que afirma que “o território é fundamental para a resistência e a vida” (2020).

Fernandes (2008) assinala que no território os interesses antagônicos das classes sociais se efetivam e se materializam nas disputas entre capital e trabalho, geradoras permanentes de conflitualidades. O conceito de território muitas vezes é mal interpretado e/ou usado de forma simples apenas como espaço de governança, ocultando a compreensão de território como espaço de luta, de produção de cultura, de resistência e de poder. Em seus estudos, Saquet (2010, p. 31) destaca as análises de Ratzel (1990) acerca do território (povo) ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica, por meio de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio).

Essa proposta teórico-metodológica de território de governança evidencia uma análise de caráter institucional e burguês, não conseguindo abarcar coerentemente

as múltiplas dimensões do território. Assim, por exemplo, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Nesse aspecto, considerando as definições já estabelecidas, compreende-se o território como o espaço apropriado por relações de poder que estão interligadas em todas as dimensões, expressas em todos os níveis das relações sociais. Não há possibilidade de pensar em território sem pensar as dimensões materiais e imateriais:

Há três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou não capitalistas; o terceiro território por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Esses são territórios-fluxos controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios-fixos do primeiro e do segundo território (FERNANDES, 2008, p. 55).

Logo, é no território fixo dos municípios, estados e país que se movem os movimentos sociais camponeses e os camponeses que não estão organizados em movimentos, constituindo os territórios que não necessariamente terminam no espaço geográfico do território municipal e/ou estadual. A formação territorial não obedece a critérios de governança.

Para Santos (2006), em relação ao território, cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. Fernandes (2008) analisa o conceito de território e apresenta-o como construído a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos e relações. Coloca o território como totalidade, multidimensionalidade, em escala e soberania. O conceito de soberania, segundo o autor, traduz a realidade, e mostra que é impossível pensar território sem compreender as relações de poder que determinam soberania, no sentido político de autonomia para desenvolver seus territórios. Assim, faz-se necessária a compreensão desse conceito com base nas teorizações construídas e debatidas no diálogo e na afirmação do território camponês, construído a partir da disputa e da resistência.

No entanto, é necessário compreender o território abarcando o espaço e a divisão que fazemos é apenas metodológica, porque consideramos as diferentes dimensões da realidade como indissociáveis. Então, compreendemos o espaço como ambiente natural e pensado socialmente e o território como produto da ação humana, segundo Saquet (2008):

O espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, enquanto que o território é produto das ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens, logo, é fruto da dinâmica sócio espacial (p. 81).

Saquet (2010, p. 77) enfatiza que o espaço “tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis”. Esse autor destaca quatro vertentes de análise: “a) território do cotidiano; b) território das trocas; c) um território de referência; d) finalmente, uma vertente associada ao que denomina território sagrado” (p. 150). Para uma melhor compreensão, Saquet (2010) resume e apresenta a diferença entre território e territorialidade a partir do cotidiano, o território como apropriação social de uma porção do espaço geográfico, e a territorialidade como o conjunto de relações estabelecidas pela sociedade. O autor salienta que sociedade, espaço, tempo, natureza e território são indissociáveis, tratando-se da concepção multidimensional do território. Nesse sentido, Moreira (2012, p. 6) afirma que “o território e a territorialidade são processos históricos, possui nível escalar e também relacional; e constituem identidades em virtude de seus elementos culturais, econômicos e políticos”.

Considerando a perspectiva de recriação do território camponês, podemos observar que a disputa territorial mencionada por Fernandes (2006), no tocante ao terceiro território, encontra amparo no debate de Saquet (2010), ao apontar que são as condições históricas de existência dos sujeitos em suas territorialidades que marcam a relação indissociável entre espaço, território, paisagem e lugar. Para Saquet (2005), embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados e a intervenção, ação do homem no espaço para formar o território, pode ser entendida como a territorialidade.

Santos (2003, p. 96) apresenta o conceito de território como “o chão e mais a população [...] uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Conforme o autor, o território, portanto, é visto como “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (p. 96). Nesse sentido, Santos (2001, p. 19) mostra como “a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço”. O território está diretamente vinculado ao espaço vivido pelos sujeitos. O Território passa a ser a expressão da vida dos sujeitos no espaço. Segundo Koga (2003),

conceito de território se constrói a partir da relação entre território e as pessoas que dele se utilizam. Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica da população nos territórios. A relação inseparável entre território e sujeito ou população permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas. (p. 35-36)..

Santos (2007, p.15) aborda o território como o território usado, não o território em si, afirmando que “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade dos territórios”. Ainda, de acordo com o autor, a tendência atual hegemônica globalizante busca estabelecer nos territórios um projeto vertical a partir do grande capital internacional e afirma que é possível, por meio dos territórios, resistir e construir horizontalidades a partir da base da sociedade territorial, encontrando, assim, caminhos para sair da globalização perversa e construir outra globalização capaz de restaurar a dignidade humana.

Isso coloca o território em um patamar que não é apenas para designar e demarcar pragmaticamente municípios, estados ou nações. O território tem especificidades e singularidades que lhe são inerentes, porém, temos ciência do uso da delimitação de espaços, inclusive determinando o acesso ou não a programas, serviços e políticas públicas existentes no território.

Oliveira (2003) destaca os territórios rurais que contribuem decisivamente para a compreensão do objeto desta pesquisa, o território do campesinato e o território do agronegócio. O autor parte da compreensão ampla do território nação e sua dimensão espacial e, assim, destaca o território como

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É, pois, um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência (OLIVEIRA, 1996, p. 12).

Oliveira (1996; 2003) destaca o território como unidade dialética, contraditória, da espacialidade, construído pela sociedade de forma desigual e combinada, no processo de valorização, produção e reprodução. O território passou a ser entendido como espaço, como condição, como elemento mobilizador e decisivo das relações de poder. Segundo Fernandes (2006),

Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço

geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. (p. 34).

Os territórios se movem e se fixam, sendo materiais e imateriais. Os territórios são objetivos e subjetivos. Os territórios como espaço de poder passam a ser delimitados fisicamente, porém as relações não fixas continuam a modificar o território, como exemplo o capital financeiro e especulativo. Assim, podem se caracterizar como territórios

À produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas, e rotas aéreas, etc. (LEFEBVRE, 1978, p. 259 apud RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Também, o território se constitui em um complexo jurídico e socioeconômico. Para a geografia, o território é uma totalidade, portanto, é multidimensional. O território foi definido por Raffestin (1993, p. 152) como “sistemas de ações e objetivos vinculados aos elementos do espaço, que podem ser lidos como sistemas de objetos”. As relações sociais transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um, *a priori*, e o território outro, *a posteriori*.

Em Saquet (2010) avançamos e conseguimos compreender as relações de poder e os significados do conceito de território. O autor apresenta esse conceito a partir da reflexão e construção teórica ao longo de sua trajetória de estudos, destacando que as relações de poder e apropriação assumem diferentes formas, até mesmo nos movimentos sociais. O autor apresenta a reflexão desses autores já citados em relação aos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R), no sentido de sua expressão em relação ao pensamento territorial. Também, apresenta Santos (1978) com uma abordagem materialista centrada no conceito de espaço geográfico. Saquet (2007) destaca que a abordagem territorial pode ser uma saída para a valorização das relações sociais entre sujeitos, entre seus lugares e entre outros lugares, considerando que “o espaço é perene e o território é intermitente”, concordando com Fernandes (2006, p. 33). O território imaterial se manifesta e afirma por meio da relação de poder entre as classes sociais e, principalmente, quando da imposição de um pensamento imaterial único que alicerça o capitalismo nos territórios, utilizando suas estratégias e suas táticas de sobreposição e subordinação dos povos.

Como salienta Fernandes (2006),

O território é, portanto, parte do espaço, porém conserva sua totalidade e multidimensionalidade. A construção conceitual vem sendo realizada com base na realidade formada pela conflitualidade entre os diferentes territórios das classes sociais que ocupam o campo como espaço de vida e de produção de mercadorias (p. 31).

A formação do território sobre o espaço e sobre outros territórios não ocorre de forma simples, mas na permanente conflitualidade resultante dos interesses antagônicos dos camponeses e dos agricultores capitalistas do agronegócio que produzem por meio de monoculturas. Para esse mesmo autor, “território não é apenas espaço geográfico, também pode ser espaço político. Os espaços políticos, necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões, como, pensamentos, ideias ou ideologias” (p. 33), sem fragmentar, mas destacando o elemento político do território como espaço geográfico de luta, dimensional e imaterial, como segue:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (p. 33).

O território pode ser criado ou reproduzido. Entretanto, pode desaparecer ou subordinar-se a outro território que se territorializa sobre ele, com outra ideologia e outro modo de produção:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto, é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços (Ibid., p. 33).

As diferentes relações com a natureza, econômicas, culturais, políticas e sociais formam os territórios por meio das conflitualidades inerentes a sua constituição. O território é multidimensional e as dimensões que o constituem estão imbricadas, solidárias e contraditórias. O território é caracterizado pelo seu permanente movimento de conquista e aniquilamento, conquistas explicitadas na territorialização e na reterritorialização, derrotas explicitadas na desterritorialização.

1.5 A PAISAGEM COMO EXPRESSÃO DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO

onde estamos inseridos, e a paisagem é a expressão desse território, fazemos parte do ambiente” (Depoimento de AFCJ-M, 2020). Santos (2006, p. 66) define paisagem como “o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”.

A paisagem apresenta o resultado de um modelo de desenvolvimento agrário imposto historicamente desde a colonização do Brasil, por uma elite agrária em consonância com os governos *versus* a resistência e lutas dos camponeses, ou seja, é resultado do confronto de classes sociais do campo. Se, por um lado, a elite agrária buscou impor um modelo único de agrário, por outro lado, os diferentes camponeses em diferentes regiões no país lutaram e resistiram na construção do seu território com características peculiares. Os camponeses, em suas relações sociais, produzem territórios distintos e, ao mesmo tempo, são produzidos pelo território que não são unos, são multidimensionais, “onde se realizam todas as dimensões da vida [...]. Nestes territórios temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho” (FERNANDES, 2008, p. 17). Nesse sentido, os camponeses lutam e resistem contra o avanço do território capitalista que busca se territorializar no território camponês. Essa disputa territorial caracteriza-se por paisagens distintas.

Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses (Ibid., p. 18).

Isso fica evidente no TC1, que apresenta grandes áreas de monoculturas como a soja e o *pinus*, vastas áreas de paisagens homogêneas. Entretanto, quando visitamos as comunidades camponesas, acampamentos e assentamentos, temos predominantemente paisagens heterogêneas, com policultivos e uma diversidade de biomas, mas também temos em algumas situações o campesinato monopolizado pelo agronegócio, como é o caso da produção de fumo e de leite em algumas situações e do arrendamento para a plantação de soja.

(AFCC), assim em diante. Para os agricultores que praticam a agricultura no modelo do agronegócio: Agricultor do Agronegócio (AAA), (AAB), (AAC) e (AAD).

Portanto, em nossa análise, demarcamos que a parte material da paisagem, em seu formato natural ou produzido pelos humanos, pode ser compreendida por sua configuração espacial. Conforme afirma Santos (1999, p. 61), a paisagem é o “[...] conjunto de formas possível de abarcar com a visão”. A paisagem é o que visualizamos junto e após a *práxis* humana por meio do trabalho e de sua cultura que, normalmente, estão imbricados, ou seja, o trabalho camponês tem como característica a produção da vida e não a exploração, a servidão e a espoliação, são formas sociais de cooperação entre os camponeses. Schama (1996, p. 70) afirma que “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”. Para isso, é preciso entender “a paisagem também como espaço de convivência do homem, de uma realidade que dialoga com os sentidos e com a percepção” (SERPA, 2010, p. 134) ou, ainda:

Paisagem é tanto vivência e experimentação coletiva quanto individual e é, portanto, uma experiência direta de relação do sujeito com o mundo que habita. Esta percepção pode ressaltar aspectos positivos, de harmonia ou qualidade ambiental, por exemplo, mas também influi na percepção de aspectos negativos como a degradação social e física do território (SCHNEIDER e FIALHO, 2015, p. 13).

A paisagem por meio de seus critérios de valores, de significados e intervenção humana, segundo seu projeto social, explicita a realidade do território. A paisagem se revela aos nossos olhos, porém, é necessário entendermos o sentido do lugar, o porquê de alguns territórios serem mais cobiçados pelo agronegócio do que outros e, da mesma forma, os elementos que levam os camponeses a disputar determinados territórios.

Segundo Fajardo (2008), a paisagem pode ser reconhecida como materialização do espaço geográfico, sendo uma combinação desigual de elementos humanos econômicos, sociais, políticos e culturais que interferem na paisagem natural resultante de fatores geológicos, pedológicos, geomorfológicos, hidrológicos, climáticos e bióticos. Essas condições criadas pelo homem na relação com a natureza impõem ao espaço a construção de paisagens territoriais homogêneas, mistas ou heterogêneas. A ação humana cria e recria as paisagens nos espaços formando a concretude dos territórios. Destacamos a formação da paisagem conforme interpreta esse mesmo autor, em que existe uma interação entre homem-natureza e objeto a ser alcançado naquele espaço territorial.

A paisagem possui uma organização e totalidade, em que elementos naturais como clima, solo, vegetação, hidrologia e fatores humanos se encontram em permanente contato e interação, o que possibilita ou não a reprodução da vida e/ou especificamente da produção agrícola. No entanto, a ação humana está constantemente modificando a paisagem quando atua tanto pelo viés econômico do agronegócio, quanto para a reprodução da vida no espaço camponês. E Fajardo também salienta como o espaço rural, enquanto uma criação humana permanente, é dependente das populações camponesas que nele vivem e cultivam e, também, de uma parte da burguesia urbana que detém o domínio imobiliário e político de alguns estabelecimentos rurais. E destaca que os espaços e territórios das paisagens homogêneas do agronegócio estão cada vez mais extensos com o plantio de monoculturas como soja, trigo, cana-de-açúcar, dentre outras.

Para Santos (1997, p. 73), “a paisagem é sempre passada, ainda que recente. O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade”. Paisagem se caracteriza, portanto, como a expressão objetiva da reprodução da vida dentro de um modo ampliado, o modo de produção capitalista. Todavia, a especificidade de classe se contrapõe ao modelo dominante e o camponês reproduz e recria a sua paisagem específica, mesmo que se modifique ao longo do tempo, mesmo contra a vontade de grande parte dos camponeses e, mesmo modificando, continua a expressar a especificidade dos camponeses. Ao entrarmos em uma propriedade, logo percebemos, pela paisagem, se é propriedade do agronegócio ou uma unidade de produção camponesa.

A paisagem é, portanto, mensurada, significada e construída. Para Cabral (2007, p. 150), “sua estrutura e dinâmica são acessíveis ao homem e agem como guias para suas atitudes e condutas” e, menciona também que há escalas espacial e temporal, “a paisagem pode ser considerada um texto que serve a uma multiplicidade de leituras” (Ibid., p. 150).

Berque (1998) afirma que:

a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza (p. 84-85).

Destacamos que as paisagens construídas pelos agricultores familiares de base camponesa representam um espaço de vida e trabalho e, pela luta, a resistência se dá na reprodução imaterial, simbólica, materializada no trabalho, na família, na terra, na comunidade, enfim, no território. Diferentes tipos de saberes que reconstróem o território-paisagem são reelaborados e filtrados conforme os anseios e projetos distintos, contraditórios, tendo-se em vista que a unidade de produção camponesa é o lugar onde reside a independência em relação ao mundo do sistema hegemônico. Identidade coletiva camponesa, com modo de vida e classe, indissociável, com pensamento e prática na relação camponeses-natureza, explicitando novas possibilidades e expressões da territorialidade na reconstrução de novos projetos e desenvolvimento territorial pensados por meio de uma racionalidade que preserve a qualidade de vida do homem e, também, a natureza.

Em síntese, a paisagem apresenta aos olhos humanos o resultado material das disputas territoriais, demarcados no território camponês *versus* território do agronegócio, paisagens contínuas e descontínuas, que expressam a realidade.

Na busca em articular os conceitos de espaço, território e paisagem, por considerarmos indissociáveis, para o entendimento da pesquisa, salientamos que é no espaço que os territórios são constituídos e que ocorre a disputa territorial, as conflitualidades e construção de territórios distintos, como o território do campesinato e do agronegócio. A paisagem expressa a materialidade e a imaterialidade desses territórios, as disputas e as concretizações. No território os camponeses realizam-se, organizam-se e produzem-se como sujeitos em sua individualidade e coletividade, com a sua materialidade pautada na terra, no trabalho familiar, na comunidade, nas organizações populares, nas cooperativas, nas associações, nos movimentos sociais, dentre outras vivências cotidianas.

Entendemos também ser importante destacar os desdobramentos dos conceitos de espaço, território e paisagem, que são também conceitos fundamentais e necessários para compreender a realidade e a disputa territorial entre campesinato e agronegócio. Dentre esses conceitos, apontamos como cruciais: territorialidade, espacialidade, espacialização, desterritorialização e reterritorialização, visíveis quando analisamos o objeto em questão.

Conforme Fernandes (2006), os processos geográficos primários são a espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. Os processos geográficos procedentes são: desterritorialização, reterritorialização,

desterritorialidade, reterritorialidade. Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente. Segundo esse autor, “A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território” (p. 36).

Na luta e resistência do campesinato *versus* agronegócio, a espacialização apresenta um determinado lugar, como o espaço agrário, a espacialidade como organização do espaço com características específicas da territorialização, a territorialidade como o movimento de construção de referenciais e símbolos materiais e imateriais identitários no espaço, constituindo os territórios que podem ser desterritorializados e reterritorializados na luta, na resistência e no movimento das forças de poder do campesinato e do agronegócio.

CAPÍTULO 2

LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Neste capítulo 2, desenvolvemos reflexões acerca da trajetória histórica da questão agrária no Brasil que possibilitam (re)pensar a formação agrária brasileira: as lutas e as resistências dos camponeses nos territórios em contraposição à expansão da agricultura capitalista por meio do modelo do agronegócio. Nesse sentido, analisamos a evolução do campesinato a partir do momento da chegada dos portugueses ao Brasil, perpassando pelas questões da formação socio-histórica e sociocultural do território brasileiro, evidenciando, assim, as contradições, lutas e resistências presentes no campo, concatenando com o objeto da tese que é a defesa da recriação camponesa na disputa por território. O caminho histórico permite entender, mesmo em períodos distintos, como o campesinato resistiu e reformulou-se, permitindo nossa análise e entendimento acerca da recriação camponesa no TC1, o que destacamos neste trabalho como sendo a luta e a resistência camponesa, elementos essenciais de sua recriação.

2.1 O PERCURSO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL

A colonização portuguesa deixou o *locus* da subalternidade na formação do campesinato, traço ainda presente na estrutura política, social, cultural e econômica da nossa sociedade. A partir dos estudos de Stédile (2011), compreendemos que a questão agrária no Brasil foi constituída a partir da negação histórica do camponês e daí a necessidade da pesquisa sobre e com os camponeses. De acordo com o autor, “a carência e ignorância sobre as questões agrárias em nosso país são frutos da submissão colonial, que impediu o desenvolvimento das ideias, das pesquisas e do pensamento nacional durante os 400 anos de colonialismo” (p. 16). Outro autor que analisa a questão agrária brasileira por esse viés é Martins (1986), que afirma a construção no Brasil de princípios como: “coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que

somos hoje” (p. 10). A posse desigual da terra alicerça o latifúndio monocultor e as conquistas camponesas, então, se fizeram pela luta, enfrentamentos e resistências.

A análise e a compreensão histórica da questão agrária brasileira nos possibilitam pensar e situar a própria criação do TC1, como parte do processo de luta pela terra. O TC1 é composto por povos originários, quilombolas, assentados e acampados da reforma agrária, faxinalenses, atingidos por barragem, pequeno agricultor e agricultores tradicionais de base familiar, entre outros, que resistem e lutam pela sua permanência. Portanto, as lutas e as resistências camponesas ocorrem em meio às contradições impostas pelo modelo hegemônico de agricultura do agronegócio.

O campesinato e seus territórios entrecruzam-se, encontram-se e conflitam com a lógica do agronegócio e, mesmo nessa relação conflituosa e contraditória, o campesinato (re)existe, ressignifica-se e busca recriar-se por meio da luta e da resistência. Isso fica explícito quando consideramos as lutas e conquistas dos MSPC do TC1 nos diversos acampamentos, assentamentos, reassentamentos dos atingidos por barragens, universidade dentro de assentamento ofertando cursos para o desenvolvimento territorial, Educação do Campo e agroecologia, centro de produção agroecológica, dentre outras conquistas.

O período da colonização, de 1500 a 1530, é marcado pela exploração das riquezas naturais e da mão de obra humana via escambo e pela escravidão. A colonização no território brasileiro quase levou os povos originários à extinção. Essa relação inicial da coroa com os povos originários marca as raízes da desigualdade de renda e de riquezas que perduram até a atualidade.

A cultura do trabalho, no território brasileiro, tem início com a extração do pau-brasil como atividade principal. Do ponto de vista do estudo agrário, fica caracterizado desde os primórdios um modelo agrário-exportador e a formação do latifúndio monocultor, segundo expressa Morissawa (2001, p. 55), “a apropriação do território brasileiro pelos portugueses se deu pela colonização da exploração”. Nesse sentido, primeiramente explorando a natureza, extraíndo e levando o pau-brasil para a Europa. O campo brasileiro, a partir da invasão portuguesa, se constitui como base da propriedade privada do latifúndio, das monocultoras e do trabalho escravo.

Conforme Prado Jr. (1970, p. 247),

Nos primeiros séculos da colonização não havia lugar senão excepcionalmente para esse tipo de propriedade numa economia como a nossa, voltada exclusivamente para a exploração em larga escala de produtos de alto valor comercial como o açúcar, o algodão, o café, a borracha, o cacau, e assente no trabalho de escravos ou semiescravos que formavam a massa camponesa do país. As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social que sobre elas se constituía, tornavam evidentemente inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária. E, assim, a pequena propriedade, quando aparece, é apenas excepcional e ocasionalmente..

O autor também menciona que tivemos a exploração de minérios e do pau-brasil e “até quase meados do séc. XVI encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o Pau-Brasil” (p. 23). A formação camponesa, por sua vez, não é definida no período colonial, tampouco o entendimento e o reconhecimento de sua condição. A constituição do campesinato é resultado do processo histórico, da resistência, das lutas e, nos primórdios da colonização, da necessidade para a reprodução da vida. Assim, a formação desigual do campo brasileiro passou necessariamente pela luta dos povos, marcada pelas políticas e imposições da coroa de Portugal, que deixa essa herança desigual e pensada.

Podemos considerar a reação dos povos indígenas como a gênese da resistência e da luta pelo território no Brasil. Nas tentativas dos brancos de escravizá-los, os povos indígenas embrenharam-se nas matas, nos territórios de relevos de mais difícil acesso e no interior do país.

Alguns dos donatários foram trucidados pelos índios e outros não tomaram posse e desistiram. Nasce, assim, a primeira forma de concentração e também a luta pela terra no Brasil, pois, os índios, resistindo à ação dos colonizadores e não aceitando perder seu território, lutaram. Por isso, algumas tribos foram massacradas e outras dizimadas pelos conquistadores (HAMMEL; SILVA e ANDREETTA, 2007, p. 23).

No TC1 viviam índios Kaingang, do tronco linguístico Jê, que formavam as tribos Camés, Votorões e Dorins (IPARDES, 2004). O TC1 possui atualmente a maior terra Indígena do estado do Paraná, denominada como Rio das Cobras pelo Decreto Nº 290, de 29 de outubro de 1991 (BRASIL, 1991), com 18.691 ha de área onde vivem em torno de 2.830 indígenas das populações Kaingang e Guarani (PORTAL KAIKANG, 2014). Essa reserva possui nove aldeias: Sede (Kaingang); Trevo (Kaingang); Taquara (Kaingang); Campo do Dia (Kaingang); Encruzilhada (Kaingang); Vila Nova (Kaingang); Água Santa (Guarani); Rio da Lebre (Guarani) e Pinhal (Guarani) (COCA, 2015).

Atualmente, noTC1, destacamos a luta indígena dos remanescentes de dois povos originários, os Guarani Mbya e Kaingang, bem como dos remanescentes quilombolas, “Nos primeiros anos do século XX, na demarcação da terra indígena Rio das Cobras, a oeste deste mesmo município. Território este que compreendia no século XIX os campos das Laranjeiras e do Chagú” (DURAT, 2019, p. 416). Outra terra Indígena no TC1 é a Boa Vista, território em permanente disputa com os grileiros ou com os camponeses que compraram as terras dos grileiros. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB), a terra Indígena Boa Vista da Tribo Kaingang, com 7.344 hectares, no município de Laranjeiras do Sul, foi declarada em 2007 como de posse permanente dos indígenas, por meio da Portaria n. 1794, de 29 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007).

A partir de 1530 é alicerçado no Brasil o modelo concentrador da terra e, em 1534, com o intuito de explorar melhor o território, D. João III propõe a criação do sistema de Capitanias Hereditárias. As capitanias tinham suas regras descritas na Carta de Doação, instrumento pelo qual se atribuíam os direitos e deveres do donatário. Em seus estudos, Sandroni (1999, p. 82) afirma que as capitanias hereditárias eram “grandes extensões de terras do Brasil colonial, doadas à exploração hereditária pela Coroa portuguesa”. Essa forma de pensar a colônia portuguesa não levou em conta um projeto de camponeses. A coroa doou as 15 capitanias para ricos amigos da corte, ou seja, toda a extensão de terra foi concentrada e entregue a doze donatários, ou seja, a divisão do Brasil, desde o princípio, tem caráter desigual.

Dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido) em quinze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão capitanias e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos. Caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. O Rei conservará apenas 6 Léguas e uma antiga medida portuguesa equivalente aproximadamente a 6 quilômetros (PRADO JR., 1970, p. 26).

No Brasil, o sistema de sesmarias foi aplicado como forma de garantir a posse do território, já dividido em Capitanias Hereditárias. As sesmarias eram faixas de terra de 150 a 600 km de largura até a linha imaginária de Tordesilhas. A forma de distribuição de terra foi mediante a concessão das sesmarias e os que recebiam a terra eram chamados de sesmeiros, e as terras eram cedidas somente para uso,

porém, continuavam pertencendo à Coroa portuguesa. Todavia, essa doação por parte da Coroa portuguesa não foi pacífica, tendo sido realizada com base na força e no extermínio dos povos originários, “Os povos indígenas, mestiços, negros, mouros e judeus não podiam ter terra no Brasil” (MORISSAWA, 2001, p. 58).

A primeira forma de distribuição de terra na colônia foi a concessão das sesmarias aos homens brancos, católicos e com condições financeiras para cultivá-las. Assim, a colonização do século XVI foi fiel ao seu sentido original de caráter absolutamente mercantilista (HAMMEL; SILVA e ANDRETTA, 2007, p. 25).

Entre os problemas enfrentados pela Coroa para regulamentar as sesmarias estavam o não cumprimento da obrigatoriedade do cultivo e dos limites territoriais, muitas vezes desobedecidos pelos posseiros. Nesse sentido, a Coroa fez inúmeras tentativas de regulamentar a situação e, somente no ano de 1822 o sistema de sesmarias foi abolido, beneficiando os posseiros. A fim de substituir e complementar o sistema de Capitânicas Hereditárias, que não havia dado o retorno esperado, a Coroa de Portugal implantou em 1548 na América Portuguesa o Governo-Geral, um modelo administrativo cujo objetivo era promover a centralização administrativa da Colônia como forma de torná-la mais lucrativa.

Oliveira (1996) salienta em seus estudos que a Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, do reinado de Portugal, correspondeu à legislação colonial das Sesmarias e possibilitava o título da terra, mediante a concessão, medição, plantação e registro do título para ter validade jurídica e cerca de 100 pessoas tiveram essa validação jurídica. O Brasil emitiu títulos de sesmarias até 17 de julho de 1822.

Essa dinâmica permitiu inserir no Brasil o modelo português de acesso à terra e à afirmação inicial do processo de desigualdade. É pertinente considerar que a implantação das sesmarias era precária, com marcações imprecisas das áreas de terra, que não implicava a propriedade de terra, mas a concessão de terra aos fidalgos pelo rei de Portugal. As sesmarias eram caracterizadas pelas grandes áreas, uso da mão de obra escrava e produção destinada à exportação, ou seja, inserção no mercado mundial com a venda de açúcar, café e a comercialização de escravos. As terras não tinham grande valor de troca. Segundo Silva (2008, p. 52), trata-se do “modelo de agricultura instalado no Brasil, de base latifundiária, monocultora e escravista”.

O ano de 1694 ficou marcado pela descoberta de ouro na região das minas, dando início ao ciclo do ouro no Brasil, época em que a extração e a exportação do ouro figuravam como principal atividade econômica no período colonial. No final do século XVII, o Brasil passava por um momento em que as exportações do açúcar nordestino caíam em função da concorrência exercida pela produção açucareira de ingleses e holandeses no Caribe. Outro fator histórico de extrema importância para compreender esse período foi a chegada da família real ao Rio de Janeiro no ano de 1808.

No século XVIII, a agricultura ainda tem papel principal na economia brasileira e, segundo Prado Jr. (1970), “é a chamada política do Pacto Colonial destinado a reservar o mercado nacional de cada país às produções de suas respectivas colônias, e o comércio à marinha de sua bandeira” (p. 71) e, assim, “o algodão é produto nativo da América, inclusive do Brasil, e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus” (p. 73).

Para a instalação de novas culturas nada de novo se realizara que o processo brutal e primitivo da *queimada*. Para o problema do esgotamento do solo, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando (Ibid., p. 79).

Vê-se que o modelo de agricultura ainda era de queimadas, com erosão do solo e seu uso até o esgotamento. Do ponto de vista tecnológico, era apenas a enxada, salienta o autor que “aliás, de instrumentos agrícolas não se conhecia outro que a enxada. Nada mais primário” (p. 81). E que, da mesma forma, “as indústrias complementares da agricultura também se mantinham na mesma inércia. Os engenhos de açúcar em nada se tinham modificado” (p. 81). Em outro trecho, Prado Jr. descreve “a utilização da água corrente como força motriz das moendas (engenhos d’água)” (p. 82). Dadas as dimensões continentais do Brasil, foi possível uma diversidade de práticas de culturas na agropecuária. E menciona também que

A base econômica da colonização do Extremo-Sul será a pecuária. Os campos imensos que o constituem, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem, são para eles altamente favoráveis. O gado multiplicar-se-á aí tão rapidamente que, embora mais ou menos abandonado e sem trato especial algum, adquirirá uma densidade que não tem paralelo em outra região da colônia (p. 87).

E cita, na mesma obra, que a indústria do charque, as charqueadas, localiza-se num ponto ideal, entre os rios Pelotas e São Gonçalo.

A nova etapa de desenvolvimento do Brasil não avança em termos de riquezas para o povo do Estado-Nação. O Brasil deixa de ser colônia de Portugal, mas passa a ser quase que uma colônia da Inglaterra em função da relação comercial estabelecida, conforme esse mesmo autor:

Em 1809, a Inglaterra se prevalecerá largamente desse domínio. No que se refere ao Brasil, cuidará zelosamente de preservar a liberdade do seu comércio de que se fizera a grande beneficiária. A abertura dos portos brasileiros representa, assim, uma concessão que, embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses. Fazia-se impossível o retorno ao passado. E o Brasil entra definitivamente na nova etapa do seu desenvolvimento (p. 122).

Em relação ao território pesquisado, em sua formação, ressaltamos as tentativas dos colonizadores de domesticar os povos indígenas, contudo, não obtiveram sucesso. Conforme demonstra Abreu (1981, p. 38), “a primeira investida dos índios contra o forte Atalaia foi realizada a 28 de agosto de 1810 pelos Camés que, em grande número, sustentaram luta por mais de 6 horas contra as armas de fogo do Tenente Antônio da Rocha Loures e 36 soldados”. Porém, mesmo resistindo, os indígenas foram escravizados por quase cem anos. Morissawa (2001, p. 59) destaca que “os povos Indígenas tinham um modo de vida muito particular e distinto, não precisam dos brancos para viver”. Nesse sentido, o TC1 faz parte desse vasto território dos povos indígenas, que foi colonizado, e onde foram implantadas as sesmarias, as fazendas, com posterior formação das comunidades e, atualmente, o conjunto de vinte municípios e apenas duas terras indígenas, Rio das Cobras e Boa Vista.

Os povos indígenas que defendiam seu território tinham o título de povos bárbaros. “Segundo o Pe. Chagas Lima, existiam em Guarapuava três nações bárbaras, inimigas entre si: os Camés, que no idioma da terra queria dizer tímidos ou medrosos; os Votorões, habitantes do Morro Vuturuna e os Cayeres ou macacos” (ABREU, 1981, p. 38). Uma figura lendária de luta foi o Cacique Guairacá⁷, homenageado com uma estátua na cidade de Guarapuava, inaugurada em 1978.

⁷ “O Cacique Guairacá viveu no TC, em meados do século XVII. Nessa época, o Tratado de Tordesilhas dividia a América do Sul e Guarapuava se situava em terras espanholas. Armado com lanças e arco e flecha, ele comandou embates aos berros de (Esta terra tem dono)! (no original “CO IV/ OGUERECOYARA!”) e obteve sucesso na maioria das empreitadas” (SILVA, 2008, n. p.).

Os territórios dos Camés tinham como chefia principal Araicó e, depois, os Votorons, chefiados por Candoy. A relação com os invasores era de guerras e alianças, como descreve Durat (2019), luta pela produção da existência, terra e território.

Naquele período, reuniram-se vários grupos em torno do aldeamento, os quais praticavam guerras e alianças. As primeiras narrativas do padre expressam a segmentaridade de aliança entre os grupos ao redor do abarracamento de Atalaia, na busca por benefícios dos colonizadores, como ocorreu dois anos antes, em que as chefias uniram-se para atacá-los (DURAT, 2019, p. 172)

A luta histórica dos povos indígenas desse território teve como marco o enfrentamento aos colonizadores por parte dos indígenas Votorons, “No ano de 1812, o cacique PahýEnggrayê convence seu chefe principal, Candoy, a se estabelecer no abarracamento de Atalaia” (DURAT, 2019, p. 416). Ressaltamos que sempre houve na história do povo Kaingang chefias indígenas lutando pelos seus direitos e que uma das características dos povos indígenas era a mobilidade, não restringindo sua vivência a pequenos territórios.

Os conflitos eram iminentes, mesmo com a suspensão das sesmarias, porque já aparecia uma nova configuração do povo brasileiro em sua mestiçagem e conformação histórica. Os alimentos eram produzidos na terra, “dos centros mais adiantados abasteciam-se somente de sal, tecidos, armas e ferramentas” (ABREU, 1986, p. 124).

A partir de 1822, com a independência do Brasil, ocorreu oficialmente a entrada de imigrantes alemães e italianos como mão de obra para trabalhar nas lavouras de café em São Paulo e no Paraná. No período colonial, a pequena propriedade não representava para Portugal parte do desenvolvimento e, depois da independência, continuou a não fazer parte do império brasileiro e depois do Estado Brasileiro. Entretanto, imigrantes, que em seus países não tinham acesso à terra, encontraram no Brasil, um país com dimensão continental, um território de possibilidades de posse da terra. “A ambição pela posse da terra forma nesses imigrantes um impulso muito poderoso, e constitui ela com certeza um dos mais fortes senão o mais forte estímulo que os leva a abandonarem sua pátria onde tal oportunidade lhes é negada”, conforme expressa Prado Jr. (1970, p. 248).

Para Máres (2003), a Constituição Imperial de 1824 é marcada como a primeira legislação brasileira de caráter agrário, em que reconhece a propriedade privada como

base da agricultura, porém, não garante acesso ao povo. A partir desse período, emerge o latifúndio proprietário de terra por meio da propriedade privada, seguindo exemplo do caminho já instalado na Europa. Máres salienta que “a constituição garante o direito ao título da terra, a propriedade, e não direito humano, econômico, mas sim um direito jurídico de acesso à terra” (p. 34).

Nesse período, destacamos a luta e a resistência camponesa expressa no movimento “Cabanagem de 1835 a 1840”, no norte do país, em que, segundo Morissawa (2001, p. 67), “índios, negros e mestiços se revoltam contra o governo regencial. Juntos formaram uma multidão e invadiram o palácio do governador”, chegando a proclamar a República do Grão-Pará. Os Cabanos formaram um governo radical e popular que foi destituído em 1836 pelas forças imperiais e dizimado em 1840.

A Lei de Terras, Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, é uma das mais decisivas para a formação do território camponês, pois constituiu o impedimento legal e econômico de acesso à terra por parte da população pobre, negra e indígena. Assim, a impossibilidade do povo camponês de acessar a terra e o êxodo rural brasileiro foi precoce. Com essas limitações, houve um fortalecimento, legal e estrutural do latifúndio no campo brasileiro. Prado Jr. (1970) destaca a economia de subsistência camponesa que estava à parte do tripé que sustentava a economia colonial, isto é, o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo.

A lei de terras muda as relações econômicas agrárias. A terra passa a ser uma mercadoria principal de compra e venda. Todos que tinham dinheiro ficaram livres para comprar. Também passa a ser uma mercadoria contraditória, uma vez que não é resultado do trabalho humano. A proibição do tráfico negreiro aumenta consideravelmente o preço dos escravos e a terra passa a ser o elemento essencial.

A partir dos estudos de Martins (1999), podemos compreender que a lei de terras insere de forma efetiva a territorialização do capital pela comercialização da terra como mercadoria. O capital que antes mantinha o foco no escravo, agora se volta para a compra da terra. A lei de terras impossibilita o acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, sobrando apenas a condição de serem funcionários nas fazendas. No entanto, nesse período, contrariamente às leis, iniciam-se as posses de terra por parte dos escravos fugidos e mestiços. A única alternativa para os camponeses é a luta pela terra e, inicialmente, a resistência em pequenas áreas de posse.

A lei de terras foi uma forma de apoderar-se das terras. A Constituição do Império do Brasil de 1824 consolidou juridicamente essa forma. Em seu Art. 179, inciso XXII, estabelece a garantia à propriedade: “é garantido o direito à propriedade em toda a sua plenitude [...]”. Os documentos de cartório foram instituídos somente após 1850 (BRASIL, 1824). A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada lei de terras, que dispõe sobre as terras devolutas do império, estabelece que a terra só seria obtida por compra e venda, proibindo assim a posse da terra. A documentação de Portugal das sesmarias teve confirmação pela lei de terras, estabelecendo, assim, o grande latifúndio no Brasil.

A Lei de Terras mantém a forma de distribuição das terras, muda as escalas das capitanias para as sesmarias, legalizando grandes áreas de terra para uma elite agrária. “Novamente retira do projeto de nação os pequenos camponeses, os povos indígenas e os povos negros, escravizados, ao promulgar a lei de terras em 1850” (MARTINS, 1981, p. 41). A terra passa a ser mercadoria, conforme se estabelece, dentro do modelo hegemônico no mundo, o capitalismo. A posse da terra pelos grandes proprietários impediu a reforma agrária, ou a distribuição de terra para todos, como destacamos no trecho a seguir:

A lei de terras de 1850 compreende o auge do capitalismo, onde a terra passa a ser vista como uma valiosa mercadoria capaz de gerar lucros. Procura-se assim dar-lhe um valor comercial. Esta Lei garantia, aos já proprietários, apenas legalizar a posse das terras, visto que foram valorizados para que os colonos não tivessem como adquiri-las. Perde-se assim a oportunidade de se fazer a distribuição da terra a todos que nela trabalhavam, incluindo-se negros e imigrantes. (HAMMEL; SILVA e ANDREEATTA, 2007, p. 26).

A Lei de Terras apenas legalizou a terra para os ricos e deixou à mercê os povos, conforme afirma Martins (1981, p. 41): “a Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra”. Hammel, Silva e Andreeatta (2007, p. 26) acrescentam: “Fica o governo autorizado a vender as terras devolutas, em hasta pública, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras”.

Outro marco nas questões estruturais do Brasil foi a República em 1889, ainda que mantivesse a mesma forma, estabelecendo o sistema agroexportador com base no latifúndio e nas monoculturas. Nesse período, prevalece a cultura cafeeira e uma indústria que dá seus primeiros passos, principalmente no estado de São Paulo.

A Proclamação da República em 1889 não trouxe novidades. Eram governos presos às oligarquias locais, reproduzindo as monoculturas por meio de seus latifúndios, e o povo sem acesso à terra. “As políticas eram voltadas a salvaguardar os interesses dos latifundiários”, salienta Marissowa (2001, p. 75). A República afirma a figura do coronel criando o que se chamou de coronelismo e, segundo essa mesma autora, a guarda nacional estava submissa aos coronéis para manter a relação desigual de ricos e pobres em seu devido lugar. O coronel era sempre um grande proprietário de terra e existia em todo território nacional. A cidadania da República era o Estado a serviço das oligarquias. Martins (1986, p. 26) destaca que por um longo período se deu “o regime de colonato, sob o qual, durante cerca de um século, até fins dos anos 1950, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café”.

A constituição da República, em 1891, coloca as terras devolutas como pertencentes aos Estados e a União fica responsável pela porção territorial de terras necessária à defesa das fronteiras, com fortes construções militares e estradas federais. O povo camponês fica fora desse processo, o que faz emergir revoltas populares. Dentre elas destaca-se “1896-1897, a Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia que durou cerca de um ano, também envolvera metade do Exército e milhares de camponeses” (MARTINS, 1981, p. 26). No Sul do país ocorreu a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil, a Guerra do Contestado, “uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914” (MARTINS, 1981, p. 26).

Somente com o código civil de 1916 são criados os Cartórios para Registro de Imóveis, demarcando a possibilidade do registro das terras. Nesse sentido, fica evidenciada a grilagem de terras quando estudamos a legislação. Os cartórios contribuíram para documentar terras ilegais, pelo Decreto n. 22.785, de 31 de maio de 1933 (BRASIL, 1933) que estabeleceu a proibição da usucapião sobre bens públicos.

Na compreensão da relação campo e cidade, destaca-se que os primeiros passos para uma indústria nacional ocorreram somente nos anos de 1920. A Crise de 1929 quebra a essência do modelo primário-exportador, reduzindo o poder econômico e político dos dominantes, não alterando a concentração da terra e as relações sociais

do patriarcalismo e patrimonialismo. No entanto, instiga as lutas e os debates sobre a necessidade de se reformar a estrutura agrária do país.

Já nos anos de 1930, as construções sociais e econômicas dos países foram marcadas pela crise internacional de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. A elite dominante, conservadora, não conseguiu construir um modelo nacional democrático, independente e desenvolvido, De acordo com Santos (2019),

os países baseados numa economia agroexportadora foram impelidos a migrarem para a industrialização, de forma subordinada e dependente dos grandes monopólios, compensando a drenagem do mais-valor para o exterior por meio da superexploração dos trabalhadores urbanos e rurais (p. 359).

Contraditoriamente, essa situação estrutural possibilitou o surgimento dos movimentos camponeses da década de 1950. O modelo de sociedade capitalista, por meio de políticas estatais, acirra e escancara o real interesse da elite dominante, dos monopólios e do capital, contrários aos interesses da classe trabalhadora.

A necessidade da expansão permanente do capital, através da conquista de novos mercados, por meio do processo de concentração e centralização de capitais, demonstrou a relação intrínseca entre a industrialização e os aportes do capital monetário na valorização das mercadorias e retenção de lucros pelo setor bancário. Entretanto, Lenin cunhou a expressão imperialismo para designar a fase de domínio dos monopólios através da fusão entre capital industrial e bancário, que caracteriza a determinação cada vez mais intensa do capital monetário no desenvolvimento industrial, nesse sentido “tornando-se um pilar essencial do processo de acumulação” (SANTOS, 2019, p. 361).

Segundo Santos (2019), a condição dos camponeses em um primeiro momento de acumulação primitiva, anterior à consolidação do capitalismo, é marcada por uma possível e permanente semiproletarização, e proletarização por parte da classe trabalhadora camponesa, com a liberação da mão de obra do campo para o capitalismo industrial nas cidades.

O café, a produção de leite, o açúcar e as demais atividades agrícolas “além das que acabamos de ver, não representam, no conjunto do período republicano até 1930, senão o papel medíocre e de insignificante expressão econômica” (PRADO JR., 1970, p. 241). Isso desencadeou as tensões políticas que foram acirrando-se cada vez mais com a organização dos camponeses, como a formação das ligas camponesas.

A maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil acabou sendo mão de obra nas fazendas. Nesse mesmo período a modernização da agricultura é introduzida com a base técnica e tecnológica concentrada no latifundiário, que de forma acentuada expulsou milhares de camponeses para a cidade, provocando o êxodo rural e criando e ampliando os bairros e favelas nas médias e grandes cidades. Nesse mesmo período, ocorre a introdução da indústria que tinha como objetivo estabelecer uma relação intrínseca com o campo, para a venda dos seus produtos, como máquinas agrícolas, sementes, defensivos, dentre outros. Essa desconexão entre o projeto popular e o hegemônico de sociedade faz surgir os movimentos sociais populares no campo como a Liga Camponesa.

Nos anos de 1950 ocorreu a revolução verde, com políticas produtivistas baseadas nas inovações das práticas agrícolas, mecanização, uso de pesticidas⁸ e produção de sementes. Esse modelo do agrário brasileiro, baseado no latifúndio e na concentração de terras, desenvolve-se mais ainda a partir da fundação do Banco Mundial, cuja prioridade foi investir na agricultura capitalizada da Revolução Verde, em diversos países.

A Revolução Verde é o modelo de agricultura capitalista que precede e como é a gênese do agronegócio, por meio do desenvolvimento de sementes híbridas de trigo que teve início em 1943 no México e, posteriormente, de arroz e milho, e cuja alta produtividade dependia de condições ótimas de irrigação e do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas produzidos por empresas americanas e europeias (Lappé; Collins, 1982; Burbach; Flynn, 1982; Oliver, 1995). Patrocinado pela Fundação Rockefeller e, depois, pela Fundação Ford, tal processo se difundiria durante os anos de 1960, a partir da criação de centros de pesquisa agrícola em diversos países do Terceiro Mundo (Perkins, 1997). Pereira (2016) esclarece que

[...] montagem dessa infraestrutura técnica e científica foi concomitante ao lobby das grandes empresas de fertilizantes químicos junto a entidades internacionais e nacionais para que difundissem o pacote tecnológico da revolução verde. [...] os países subdesenvolvidos a adotarem a revolução verde mediante a compra de máquinas e insumos químicos produzidos nos países centrais. Isso contribuiu para o aumento da produção e da produtividade, mas também da dívida externa, abrindo adicionalmente as portas para uma crescente dependência alimentar (p. 230).

⁸Utilizamos neste trabalho esse termo para designar o início da Revolução Verde no Brasil, dos anos de 1940 até meados dos anos de 1970, em que se afirma o uso de agrotóxicos como defensivos agrícolas, prática ampliada e consolidada pelo agronegócio (MORAES, 2019).

Também nesse momento é dado o golpe militar impondo um retrocesso nas lutas dos movimentos sociais populares do campo que emergiram após as primeiras décadas do século passado. Os militares no poder pressionam e perseguem os MSPC, ao mesmo tempo em que fazem aliança com os latifundiários na perspectiva da efetivação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na Revolução Verde, mantendo os latifúndios e as monoculturas.

A luta dos povos do campo foi, assim, reduzida. Dentre os marcos de luta está a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em São Paulo, em 1954, por Lindolfo Silva, militante do PCB. A partir de 1960, as associações ligadas a ULTAB foram se transformando em sindicatos e, em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). MASTER correspondeu a outro movimento camponês, no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, e já em 1962 começou a organizar acampamentos no estado. O movimento das Ligas Camponesas foi o principal movimento de luta pela reforma agrária no país até o golpe de 1964.

A origem das Ligas Camponesas se deu quando os antigos engenhos, abandonados pelos seus donos, estavam nas mãos dos camponeses, chamados de Foreiros, que pagavam o que chamavam de foro (aluguel). O aumento abusivo desse foro e uma tentativa de expulsar os foreiros do Engenho Galileia em Vitória do Santo Antão, em Pernambuco, instigaram os camponeses à mobilização e à organização, resultando na criação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco.

É a partir das Ligas Camponesas, portanto, nas décadas de 1940 a 1960, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas, muitas vezes, como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio.

Foi na década de 1950, mais precisamente no dia 1º de janeiro de 1955, no Engenho da Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, a pouco mais de 60 km de Recife, que praticamente nasceu o movimento conhecido como "Ligas Camponesas". A luta dos Galileus foi estruturada contra a elevação absurda do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

As Ligas Camponesas corresponderam à maior expressão de luta dos camponeses até esse período histórico. As desigualdades sociais existentes e a falta de políticas públicas de Estado permitiram a contestação em relação à luta pela terra, por direitos e pela vida, demarcando um novo tempo na história do Brasil. O discurso conservador da elite brasileira de que os comunistas poderiam assumir o país junto com as ligas camponesas provocou na sociedade de classes uma unidade da classe dominante culminando com o golpe de estado pelos militares em 1964. Tal contexto reforçou mais ainda a impossibilidade de um projeto de desenvolvimento do campo por meio dos camponeses.

O campo dos camponeses era um campo desprovido de políticas públicas. O grito de luta e de resistência advinha do anseio pela vida, vida ameaçada pelo sol ardente, pela seca, pela necessidade, pela falta de assistência, pela falta de atendimento à saúde, falta de políticas educacionais, ou seja, os camponeses e indígenas não faziam parte do projeto de nação.

Os estudos de Thomaz Junior (1998) revelam que, na década de 1950, emergem no cenário nacional categorias de trabalhadores rurais, os posseiros, colonos, foreiros, meeiros, camaradas, dentre outros, e o que os colocou em evidência foram as Ligas Camponesas que lutavam contra os grandes proprietários de latifúndios, os quais usavam os camponeses em suas propriedades para trabalhos análogos a trabalhos escravos. As lutas das Ligas Camponesas obrigaram o Estado a institucionalizar a sindicalização rural.

Os camponeses eram subordinados à elite dominante, sobrevivendo por meio do arrendamento das terras, trabalhando nas fazendas e/ou buscando novos horizontes na vida urbana, nos bairros e periferias das cidades. A disputa pela terra é crucial para a manutenção da vida. Conforme Martins (1981, p. 63, “É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros”. Essa dominação dos camponeses pelas elites nunca foi pacífica e os camponeses se rebelavam e lutavam, conforme registros de vários momentos históricos de lutas. Na mesma obra (p. 74; 85), o autor menciona que “Eclodiu a guerrilha de Porecatu (...) As lutas prosseguiram, com mortos e feridos até janeiro de 1951”. Também, ocorreu “a revolta dos colonos no Sudoeste do Paraná em 1957”. Já “em setembro de 1953, fora organizada a primeira conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas em São Paulo, Paraíba e Ceará, definindo-se pela criação de sindicatos, fundação de uma

entidade nacional e organização dos trabalhadores rurais”. Ainda, “em agosto de 1954, houve também o Congresso Nordestino dos Trabalhadores Rurais, em Limoeiro e “em 1954 foi fundada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) que seria o germe da futura Confederação dos Trabalhadores Agrícolas”.

A despeito das adversidades, os camponeses continuavam a resistir à medida que o Brasil se submetia cada vez mais aos interesses internacionais do capital, pelas empresas e organismos formadores e financeiros americanos, “já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (Ibid., p. 177). Os conflitos eram iminentes em virtude de a terra ser um negócio para o lucro dos latifundiários e/ou capitalistas e, ao mesmo tempo, a resistência e a luta pela vida dos camponeses e dos indígenas.

Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional do campesinato e fundou a ULTAB. A luta por políticas públicas possibilitou a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei n. 4.914, de 2 de março de 1963. Conforme estudos de Stédile (2013), a ULTAB foi criada em São Paulo, no final do ano de 1955, pelos comunistas, com o intuito de organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Teve a presença de Jaci Magalhães, Advogado das Ligas Camponesas. No entanto, as Ligas não se filiaram à ULTAB.

Outro movimento histórico que, sem dúvida, deixou raízes para a futura criação do MST foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Se as lutas dos foreiros das Ligas Camponesas eram para resistir na terra, no Rio Grande do Sul a luta do MASTER era para entrar na terra. Essas lutas ficaram mais acirradas durante a Ditadura Militar.

Em 1960 já existiam dez sindicatos rurais reconhecidos no país. O sindicalismo rural foi regulamentado em 1962, “no contexto das tentativas de reelaboração do pacto populista, liderado por João Goulart, que não se pautou por acordos com a oligarquia rural que o rejeitava frontalmente” (JÚNIOR, 1998, p. 1). Oliveira (2007, p. 113) reporta que “Neste quadro de resistência da bancada latifundiária do conservador Congresso Nacional foi promulgada a Lei n. 4.132, de 10 de setembro de 1962, também denominada na época de primeiro Estatuto da Terra”. Segundo esse mesmo autor, “Esta Lei definia os casos de desapropriação por interesse social e, do ponto de vista legal, era um passo significativo para que pudesse ser aprovada a primeira lei sobre reforma agrária no Brasil” (p. 113), mas, que,

Com o golpe militar de 1964, as lutas populares sofrem violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente Marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Elaborado com uma visão progressista com a proposta de mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização, principalmente na região amazônica. De 1965 a 1981, foram realizadas 8 desapropriações em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente (p. 159).

O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi realizado em Belo Horizonte, em 17 de novembro de 1961. Em 1964, foi criada a CONTAG. Por outro lado,

a institucionalização da sindicalização rural através das portarias 209-A/25 e 355-A do Ministério do Trabalho reduziu para quatro o número de categorias profissionais para enquadramento: assalariados (trabalhadores na lavoura), pequenos produtores autônomos (arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros), pequenos proprietários e posseiros (BENEDICTO *et al.*, 2007).

Ainda segundo esses autores, a sindicalização rural apenas foi realmente oficializada em 1963, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e do Conselho Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) e que em 1964 já existiam cerca de 500.000 camponeses organizados nas Ligas em 10 Estados. Thomaz Júnior (1988) destaca que, antes do golpe militar de 1964, havia no Brasil 1.200 sindicatos rurais, organizados em 42 federações.

Segundo Oliveira (1988), o Estatuto da Terra, aprovado em 1964, foi criado a fim de gerar uma harmonia entre camponeses e latifundiários aliados aos militares golpistas. Essa lei tinha no seu teor a reforma agrária, todavia, não avançou em função dessa conjuntura política e das heranças latifundiárias e conservadoras. A referida lei define pela primeira vez o conceito de latifúndio, identificando-o às propriedades com mais de 600 vezes o módulo rural e destacando dois modelos, aqueles com vastas extensões de terra e aqueles com terra não explorada, sem, contudo, efetivar a função social da terra. Na prática, os proprietários de terra passavam a vendê-las para o Estado, mediante a pressão dos MSPC para que fossem desapropriadas,

Após o golpe militar de 1964, a estrutura sindical brasileira criada por Getúlio Vargas e legalizada por João Goulart foi destruída pelos órgãos de segurança do governo. Isso permitiu a afirmação dos latifundiários na aliança com o Estado para o projeto desenvolvimentista estabelecido pelo governo militar, “ao mesmo tempo que

através do estatuto da terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa” (MARTINS, 1981, p. 31).

A CONTAG, órgão sindical dos trabalhadores(as) rurais, foi fundada no final de 1963 e reconhecida em janeiro de 1964. Porém, no governo militar, restringiu-se a resolver pequenas questões, sempre submissa ao governo. Segundo Silva (1996), nesse período, a organização buscou não hostilizar o governo militar, na intenção de minorar a repressão ao movimento sindical. Ainda, conforme o autor, a CONTAG sofreu duras críticas por sua ênfase insuficiente na organização das bases, manutenção de uma postura estritamente legalista, decidindo o que pode e não pode ser feito em função da legislação existente e de pareceres jurídicos, além da falta de alianças com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. A CONTAG passou a ser um órgão burocrático sem protagonismo junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, apenas como um braço do Estado. Em seus estudos, Thomaz Júnior (1998) afirma que a CONTAG abandonou as questões políticas estratégicas no que tange à questão da terra e da reforma agrária. E, segundo esse autor, os impactos do processo de modernização da agricultura brasileira sobre os camponeses, nos anos de 1970, foram o avanço das monoculturas para agroindustrialização, a especulação imobiliária e o êxodo rural, correspondendo a 16 milhões de camponeses, dentre eles: crianças, jovens, adultos e idosos, expulsos da terra entre as décadas de 1965 e 1970.

[...] os militares adotaram a perspectiva corporativista vendo os sindicatos um braço útil para construir sua hegemonia e organizar a produção. [...] o eleitorado rural apoiou o regime em todas as eleições. Por isso ao invés de cancelar o estatuto do trabalhador rural da era populista, foi reformado com a implantação do programa nacional de assistência técnica rural (PRORURAL), em 1971, chegando pela primeira vez a previdência social aos camponeses [...] entre 1971 e 1978 passou de um milhão para seis milhões o número de camponeses registrados nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) (FERNANDES, 2014, p. 55).

Ao mesmo tempo em que as políticas estabelecidas pelo governo militar traziam alento ao povo, despolitizava-os e os colocava em situação de subordinação. “Em 1975 a violência contra os posseiros que estavam sendo expulsos das terras que passam a ser ocupadas pelas novas fazendas, levou os bispos a organizarem a Comissão Pastoral da Terra” (CPT) (MARTINS, 1994, p. 78). Nesse contexto, surge a CPT, em 1974, em apoio aos camponeses, formada por lideranças das igrejas católica

e luterana. Isso demonstra, ao contrário do que afirmam as pesquisas e a ciência dominante, que os camponeses não aceitaram passivamente e submissos as formas de governo e o modo de produção estabelecido desde o Brasil colônia. Também fica evidente a aliança da elite agrária com os governos contrapondo-se aos camponeses, e sua luta por políticas públicas e leis que os contemplassem enquanto sujeitos de direito, assim como todos os cidadãos do país.

Nos anos de 1970, a despeito do discurso nacionalista, a relação entre produtores brasileiros e investidores estrangeiros cresceu. No Brasil, avançou o modelo tradicional de desenvolvimento agroexportador, padecendo a teoria dos desenvolvimentistas, que apontavam para a construção de vínculos mais fortes entre agricultura e indústria com a criação de complexos agroindustriais (CAI). O governo militar manteve o discurso de realizar a reforma agrária pelo processo de colonização e, em 1970, foram criados projetos de colonização, mas, a maioria acabou se transformando em fonte de corrupção e escândalos relacionados ao mau uso do dinheiro público. Em mais de 50 desses projetos, as empresas se apropriaram das terras, fundaram cidades e criaram latifúndios, dando origem a outros milhares de famílias sem-terra.

Dos projetos oficiais, a maioria fracassou por falta de assistência técnica, de alimentos, de financiamentos, de assistência médica. Muitos venderam seus lotes ao preço da passagem de ônibus para voltar aos seus estados de origem. “Não faltou, na ocasião, latifundiários comprando os lotes para aumentar a concentração fundiária no país” (MORISSAWA, 2001, p. 102). Fica explícita a falácia do governo militar de formar o bolo para depois dividir, pois acabou sendo degustado por poucos, mediante o poder e a corrupção.

No quadro 01 está representada a materialidade das lutas dos camponeses, mostrando que aquelas que ocorrem na contemporaneidade também têm suas raízes históricas assentadas nas contradições do modo capitalista de produção e possibilitam ao campesinato sua criação e recriação.

Quadro 01 - Marcos do campesinato: lutas e resistências históricas.

Criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) I Congresso Camponês de Goiás em Goiânia	1951
Luta dos posseiros no Espírito Santo	1952-1953
Trabalhadores Agrícolas I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas	1953
Ligas Camponesas União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas	1954
Movimento de Arrendatários Rurais em Santa Fé do Sul SP Resistência e expulsão no Engenho Galileia – PE	1955
Revolta dos Colonos no Sudoeste do Paraná Conferência da ULTAB Ocupação em Francisco Beltrão e Pato Branco (Paraná) Luta dos posseiros em Trombas e Formoso (Goiás)	1957
Operação Arranca Capim em Santa Fé do Sul (São Paulo)	1959
Sindicalismo cristão Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) (Rio Grande do Sul) Serviço de Organização Rural de Pernambuco (SORPE) Frente Agrária Gaúcha (FAG)	1960
Congresso Unitário de Camponeses do Brasil (Minas Gerais) Acampamentos do MASTER Resistência armada e ocupações de terras no Rio de Janeiro Expansão das Ligas Camponesas e ampliação e manifestações no Nordeste Conflitos em diversos pontos do país	1961
Sindicatos de Ação Popular (AP)	1962
Estatuto do Trabalhador Rural Constituição da Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra) Congresso de Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) Greve geral dos trabalhadores canavieiros na Zona da Mata (Pernambuco)	1963

Fonte: o Autor.

2.2 AS CONFLITUALIDADES NA CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL APÓS A DITADURA MILITAR

Nesse período pós-ditadura, principalmente em virtude da nova fase do capitalismo no Brasil, há o avanço sobre o território camponês com a construção de barragens e o permanente empobrecimento do campo pela extração contínua de madeira, erva-mate, dentre outros produtos. A década de 1980 foi marcante para a questão agrária brasileira e, com o fim do regime militar, emergem os MSPC, como o MST, na luta e resistência contra o domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura que avançou e se consolidou no governo militar. O encontro entre MST e União Democrática Ruralista (UDR) pela terra não ocorreu de forma pacífica. Segundo Oliveira (2001, p. 197), de um lado estava o MST para pressionar o Estado na luta pela terra e, de outro, para defender os interesses da oligarquia agrária, dos latifundiários e da modernização conservadora, foi criada em 1985 a UDR, expressando a presença dos conflitos de terra.

Nos anos de 1980, a fase neoliberal do capitalismo provocou crises no campo e isso incentivou mais ainda o uso do Brasil como espaço e território das grandes corporações internacionais, como Cargill, Bunge, Monsanto e Syngenta. A oligarquia agrária brasileira articula-se ao capital internacional e organiza-se internamente para a cooptação do Estado, bem como dos diferentes governos para continuar o seu projeto histórico de concentração da terra, do poder e das riquezas nacionais.

De acordo com Oliveira (2007, p. 126), “em 1985 com a implantação do plano, passou a ocorrer forte luta entre a UDR (União Democrática Ruralista), o governo Sarney e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. O objetivo da UDR foi a inviabilização da implantação do I PNRA”. A UDR era a legítima representante imediata dos grandes proprietários de terra, que construíram uma base parlamentar nos municípios, nos estados e no Congresso Nacional de forma a lutar para impedir a reforma agrária. “Nova república, velhos mandantes”, afirma Morissawa (2001, p. 107). Todavia, como contraponto à UDR, emergem no Brasil diferentes MSPC, como o MST e o MAB. No mesmo ano em que se encerra a ditadura militar, em 1985, aprova-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária, cujos autores eram os idealizadores do Estatuto. O I PNRA trouxe retrocessos em relação ao Estatuto da Terra como, por exemplo, o artigo 2º, § 2º, do Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985, que expressa que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Dessa

forma, o I PNRA já foi elaborado com favorecimento aos latifundiários e com distorções em relação ao Estatuto da Terra. “A primeira previsão para assentamentos, entre 1985 e 1989, apresentava em termos totais para o Brasil 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares” (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

A despeito da esperança de uma Constituição Popular, a bancada ruralista, que representava a UDR, conseguiu aprovar uma legislação que não dava conta de efetivar a reforma agrária no país:

O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência. De um lado pelo avanço em direção a uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, de outro pelo recuo cada vez maior na proposta reformista em marcha no governo Sarney. A chamada “bancada ruralista”, com o apoio declarado da UDR, venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra (Ibid., p. 128).

O PNRA era uma oportunidade de posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários terem um pedaço de terra. Era o sonho da reforma agrária, da aplicação do Estatuto da Terra. José Sarney, presidente do Brasil, em 10 de outubro de 1985, assinou um Plano completamente desfigurado e de acordo com os interesses da UDR. Os anos da década de 1990 foram marcados por políticas neoliberais, aumentando os problemas estruturais da concentração de renda e terra. Para Sandroni (1999), a compreensão de que o modelo adotado do neoliberalismo, uma doutrina político-econômica baseada na ideia de que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e de que o Estado deveria garantir a dimensão macroeconômica, era o grande enfrentamento.

Para Delgado (2009)), o governo priorizou o investimento em infraestrutura territorial com eixos de desenvolvimento, como corredores de exportação para facilitar o escoamento da produção rumo aos mercados externos; usou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como parceira das empresas multinacionais do agronegócio; reduziu o controle sobre áreas devolutas e trabalhou com políticas cambiais de modo funcional ao interesse do agronegócio; sincronizando, assim, o agronegócio, o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro.

Nos anos de 1990, o mandato do então presidente Fernando Collor não é concluído, pois foi cassado após processo de impeachment, e configurou-se como mais um governo que nada fez a favor da reforma agrária e de políticas para os camponeses. “A composição de seu ministério revelou, desde o começo, que as metas estabelecidas em seu programa de governo também não seriam cumpridas:

assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994” (OLIVEIRA, 2007, p. 130). Com a saída de Collor, assumiu a presidência seu vice, Itamar Franco, que também não contribuiu para o avanço da reforma agrária.

Em 1993, a Lei Agrária regulamenta os dispositivos legais referentes à reforma agrária, classificando em pequenas e médias propriedades, extinguindo o termo latifúndio. As leis expressam a mudança e afirmação de um momento socio-histórico da sociedade brasileira, em que mais uma vez os camponeses são excluídos e os representantes dos latifundiários, que elaboram as leis, se esquivam de qualquer ônus sobre o povo camponês.

Em 1995 teve início o governo de Fernando Henrique Cardoso, que também não acrescentou nada a não ser acirrar as lutas e conflitos pela terra no campo. Segundo Fernandes (2014, p. 58), em 1996 esse governo “procurou estimular o setor com a formação do Fórum Nacional de Agricultura (FNA), com o objetivo de sistematizar o pensamento estratégico voltado ao aprimoramento do agronegócio nacional”.

A permanente negação de políticas para o campesinato provocou indignação que gerou, por sua vez, organização e lutas por parte dos camponeses. Esses, organizados ou não em movimentos sociais, não desistiram de se manter, criar e recriar seu território. Os diversos MSPC, a partir das contradições promovidas pelo modelo capitalista no início do século XXI, organizam-se e articulam-se internacionalmente por meio da Via Campesina, na perspectiva de enfrentar o predomínio do capital sobre o conjunto das relações sociais:

As lutas populares camponesas do século XXI ganharam uma perspectiva anticapitalista, pois se consideram dentro do capitalismo, tomando consciência de que devem enfrentá-lo no seu campo e não simplesmente buscando o retorno a uma sociedade rural ultrapassada, com comunidades isoladas, poderes absolutos e relações patriarcais. Não na crítica ao modo de produção capitalista e na superação da sociabilidade que o suporta, mas na ampliação da democratização política (SANTOS, 2019, p. 363).

Nesse contexto está a luta pela democratização e ampliação de direitos, bem como por políticas públicas, cuja falta privou a classe trabalhadora de direitos humanos mínimos durante aproximadamente 500 anos. O inimigo da classe trabalhadora pouco mudou, pois o latifúndio se articulou ao agronegócio.

Santos (2019, p. 364) destaca que “o agronegócio está associado ao grande capital industrial, como estratégia econômica do capital financeiro, de forma a construir a cadeia de lucro e a renda da terra, tendo o estado como o grande protetor

e financiador”. Para poder atender permanentemente ao capital, o agronegócio criou como moeda de troca as *commodities*⁹, forma pela qual o mercado pode explorar e especular permanentemente o sistema agrícola como um todo, desde a produção de agrotóxicos, de sementes, as safras, a logística e a comercialização final. Trata-se do controle total de todo sistema. As *commodities*, prioritariamente para exportação, propiciam as monoculturas por meio da produção em larga escala. Segundo esclarece Santos (2009, p. 365-366),

A agricultura é integrada estruturalmente ao capitalismo financeiro. A reestruturação da política fundiária não tem qualquer sentido isoladamente, devendo estar integrada a políticas macroeconômicas de geração de emprego, de contenção da especulação financeira, de reestruturação do financiamento rural e de investimento em políticas para a soberania alimentar. No período de 2003 a 2007, os saldos comerciais superaram o déficit da conta corrente, tornando-a superavitária. O governo apostou no *boom* das *commodities*, investindo no aumento da produção de tais produtos. Destaca-se que quando ocorre o aumento da demanda por *commodities*, o preço da terra e dos arrendamentos é impactado, propiciando incorporação de novas terras e melhor utilização das existentes. Assim, eleva-se a renda fundiária macroeconômica e o preço das terras rurais em geral.

Essa tem sido a forma de se pensar o agrário brasileiro pelos intelectuais¹⁰ do agronegócio, para quem todas as múltiplas dimensões do território e da vida do povo

⁹ “*Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros. A negociação dessas mercadorias é realizada com entrega futura. Diferente do que acontece no porto, não há movimento físico de produtos nas bolsas. O que se negocia são contratos futuros, ou seja, garantias de compra e venda dos produtos em uma data no futuro. As principais *commodities* negociadas atualmente no mundo são: café, trigo, soja, milho, algodão, açúcar, álcool, boi, ouro, prata, cobre, aço e petróleo, dólar, euro, ações de grandes empresas, títulos de governos nacionais, etc. Entretanto, para um dos produtos citados ser considerado uma ‘commodity’, é necessário que exista uma estrutura de mercado, na qual vendedores e compradores se encontram, além de tornar possível essa forma de investimento” (CASTELLO BRANCO, 2008, p. 12).

¹⁰A origem do agronegócio nos anos de 1990 está diretamente ligada aos intelectuais da primeira organização do empresariado rural (latifundiários), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). A OCB fez aliança com entidades estrangeiras, como a *International Cooperative Association* (ICA) e a Organização das Cooperativas da América (OCA). Na União Democrática Ruralista (UDR) criada em 1985, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é um tipo novo de organização da classe dominante, difundida no país a partir dos anos 1990, no processo de reorganização do Estado (adoção do modelo de Estado gerencial) e liberalização da economia, com forte transferência das responsabilidades pelas políticas públicas e sociais para setores privados. Em 1990 foram criados: o Instituto Brasileiro do *Agribusiness* (IBA) e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA). A ABAG, ao longo das últimas duas décadas, atuou na área da pesquisa agropecuária, articulada à EMBRAPA e ao Instituto PENSA.

camponês são secundarizadas, apenas se enaltece a produção e o lucro obtidos na comercialização das *commodities*.

Nesse contexto, o aumento da produtividade fica atrelado à pressão sobre o aumento das áreas para produção, conjugada com pacotes tecnológicos. Por outro lado, o aumento da produtividade do agronegócio não é acompanhado do aumento de salários e empregos não qualificados, associados à produção. Essa lógica é impiedosa em relação à natureza, em relação aos camponeses, em relação ao território como um todo, pois, em sentido amplo, nada disso é contabilizado pelos intelectuais do agronegócio que, por sua vez, pensam apenas na produção em larga escala.

Após oito anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva assumiu no ano de 2003 a presidência da República com um discurso progressista, advindo de sua trajetória como sindicalista e militante do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, em sua posse, quando da leitura da carta ao povo brasileiro, já ficou explícito que o presidente tinha feito a opção pela conciliação de classes e não por um governo popular ou classista.

Porém, mesmo com essa constatação, os MSPC continuaram a depositar suas esperanças de transformação social e do campo brasileiro, ao conquistar no tensionamento com o Estado brasileiro um conjunto de políticas públicas, geralmente com poucos recursos, porém concretas, como de consolidação dos assentamentos, PRONAF, PNAE, PAA, cotas, Universidades, Institutos Federais, Bolsa Família, Educação do Campo, dentre outras.

Posto isso, as políticas públicas configuram-se como uma das dimensões de resistência e luta camponesa que se articula com a busca por soberania camponesa, a produção de alimentos saudáveis, a comercialização em circuitos curtos, o cooperativismo, a agroindustrialização local, dentre outras que potencializam o campesinato.

Essa análise histórica permite a compreensão multidimensional da formação do TC, como também é evidenciado no TC1, sem desmerecer as diferentes frações de camponeses, constituídos de diferentes formas em diferentes períodos históricos, mas que conservam a natureza camponesa, de modo de vida e classe social, que luta contra a concentração da terra e pela terra, e deixa a sua marca na paisagem, com a distinção entre agronegócio e campesinato, registrando, assim, uma identidade possível de ser datada.

Essa possibilidade de marcação do tempo se configura como uma das maneiras mais interessantes de compreender a realidade, desvendando os mecanismos que movimentam e organizam a vida em sociedade. Essa relação conecta a sociedade e a natureza e possibilita uma concatenação temporal e espacial, expressa no território em disputa, que se constrói, que se reconstrói e que se recria em meio às contradições do modo capitalista de produção.

2.3 A IMPOSIÇÃO DO MODELO DE AGRICULTURA DO AGRONEGÓCIO: UMA REALIDADE CONTRADITÓRIA EM RELAÇÃO À LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM BUSCA DE SUA RECRIAÇÃO

Entendemos neste trabalho que, para compreender o lugar do campesinato, necessitamos entender a lógica da agricultura capitalista expressa no modelo do agronegócio.

Partimos da compreensão de que o agronegócio, um complexo de sistemas, é o modelo hegemônico da agricultura capitalista e que nega o campesinato em suas múltiplas manifestações ou o utiliza conforme sua necessidade. “A expansão do modo capitalista de produção em todos os setores, proporcionou ao mesmo criar sistemas e agregá-los em um complexo que usa novas e velhas formas de exploração, em todas suas intensidades” (FERNANDES, 2013, p. 26).

Assim, o agronegócio busca reunir os sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos, conservando a concentração da terra pelo latifúndio e opondo-se à reforma agrária.

O agronegócio como modelo produtivo atende diretamente ao capital por meio das transnacionais. Segundo Fernandes (2008, p. 47), “agronegócio é o modelo atual de agricultura capitalista com sua origem no sistema *plantation*, em que a marca são grandes propriedades latifundiárias produzindo para exportação”. Na Figura 01 é apresentada a paisagem do agronegócio em sua fase de produção de matéria-prima em um dos estabelecimentos visitados em dia de campo.

A imagem mostra o caráter latifundiário explicitado no controle territorial determinado pela concentração da terra, já explicado por Fernandes (2013). Esse complexo do agronegócio centraliza os sistemas agrícola, industrial e comercial com a verticalização da produção, com uso intensivo de tecnologias e de grandes investimentos. Mesmo que o latifúndio continue sendo base territorial por concentrar o recurso terra, o processo produtivo é controlado pelo agronegócio. “O monocultivo

de exportação até então chamado de *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio (...), tratava-se de substituir e diferenciar a agri-cultura do agro-negócio” (OLIVEIRA, 2007, p. 147).

Figura 01: Propriedade do Agricultor do Agronegócio (AA1).\



Monoculturas da soja, milho, cevada, aveia - Candói - PR.
Fonte: o Autor.

De acordo com Fernandes e Welch (2008),

O conceito de agronegócio (*agrobusiness*) é de Davis e Goldberg, 1957. Para esses autores *agrobusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas forma o modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais commodities e atuam em diversos setores da economia (p. 48)..

Na década de 1990 foi criada a Associação Brasileira do *Agrobusiness*, Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), protagonista na generalização do uso do termo *agrobusiness*, inicialmente, e, depois, agronegócio.

No Quadro 02, por meio de dados da USDA¹¹, CONAB¹² e Agrostat¹³, pode-se observar que cerca de um terço da produção mundial de soja, com 116,996 milhões de toneladas, equivalendo a 33% de toda produção mundial, é produzido em território

¹¹Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA. Em seu sítio na rede mundial de computadores há muitas informações sobre oferta e demanda mundial, projeções de safras, produtividade por culturas, exportação e importação. Disponível em: www.fas.usda.gov. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹²Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - é a empresa responsável por realizar o levantamento da safra e organizar dados como produção, produtividade e área de diversas culturas, além do levantamento de safra, indicadores e conjuntura agropecuária. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹³Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – Agrostat. Apresenta as informações sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro (exportações e importações). Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/agrostat-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2019.

brasileiro, com produção em larga escala, ou seja, utilizando 35 milhões de hectares, o que equivale a 28% de toda a área mundial utilizada para produção de soja.

Quadro 02 - Produção de soja (Safrá 2018/2019).

Soja no mundo	Soja nos EUA (maior produtor mundial do grão)	Soja no Brasil (2º maior produtor mundial do grão)
Produção: 336,699 milhões de T	Produção: 119,518 milhões de T	Produção: 116,996 milhões de T
Área plantada: 124,580 milhões de ha	Área plantada: 36,228 milhões de ha Produtividade: 3.299 kg/ha	Área plantada: 35,100 milhões de ha Produtividade: 3.333 kg/ha

Fonte: CONAB. Org.: o Autor. (T=tonelada; ha=hectare; Kg=quilograma).

Já no Quadro 03 estão assinalados o consumo interno de soja produzida no país e as totalidades de exportação do grão e de seus derivados, com os respectivos valores em dólar estadunidense.

Quadro 03: Espaço de produção (Safrá 2018/2019).

Consumo interno de soja em grão	Exportação de soja em grão	Exportação de farelo	Exportação de óleo	Total exportado
59,0 milhões de T	68,1 milhões de T	14,2 milhões de T	1,3 milhão de T	-
-	US\$ 25,7 bilhões	US\$ 5,0 bilhões	US\$ 1,0 bilhão	US\$ 31,7 bilhões

Fonte: CONAB. Org.: o Autor.. (T=tonelada; US\$=dólar estadunidense).

Nesses Quadros 02 e 03 se destaca, portanto, a principal *commodity* do agronegócio brasileiro, que representa o movimento completo desse sistema. O agronegócio busca, por meio de altos investimentos em mídia, dominar as consciências e se colocar no imaginário popular como uma alternativa para a agricultura brasileira. Essa formação de consciência está baseada em afirmar que a agricultura camponesa praticada nos territórios camponeses representa o atraso e também que o agronegócio produz e fornece uma diversidade de alimentos, como as

frutas, verduras, legumes, produtos derivados e agroindustrializados em pequenas agroindústrias.

Do valor total do agronegócio, de R\$ 272.346,00 em 1996 passou em 2019 para R\$ 1.552.995,00. Já o PIB do agronegócio é composto basicamente por serviços, 42,3%, seguido da indústria com 30%, e agropecuária com 22,6%. Em relação aos insumos, somam 5,1% do PIB do agronegócio. Esse dado também mostra o avanço do ramo da pecuária de pouco mais de um quarto dos valores para um terço. Sem dúvida, para esse resultado muitas novas áreas de terras são utilizadas, ou seja, avança-se sobre o território camponês para produzir basicamente gado. O aumento em valores foi de sete vezes na pecuária, motivo que moveu a produção e o lucro, uma vez que dois terços dos valores são do ramo agrícola e um terço do ramo pecuário.

O agronegócio, nesta pesquisa, é entendido como modelo de agricultura, corroborando o CEPEA/ESAL/USP (2019), como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica ou primária, agroindústria (processamento) e serviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para “o ramo agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal) que, ao serem somados, com as devidas ponderações, propiciam a análise do agronegócio” (CEPEA/ESAL/USP, 2019, n. p.).

O agronegócio é, atualmente, o modelo produtivo baseado em monoculturas em larga escala para exportação. Existe um forte papel do Estado para a implantação de políticas que beneficiem o agronegócio, como assistência técnica, de preferência pública, que contribua para a inserção do pacote da agricultura capitalista na produção camponesa.

Ao considerar o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, caracterizado pelo agronegócio, constata-se que é o modelo de formação do território de monoculturas, consistindo num território homogêneo e que contribuiu para o êxodo rural, redução do trabalho no campo, concentração da terra, devastação das florestas, troca de agriculturas convencionais pelo uso intensivo de máquinas pesadas e agroquímicos, produção voltada essencialmente para exportação, diminuição da produção de alimentos saudáveis, dependência de transnacionais e multinacionais, disputa e conflitos no campo, exacerbado índice de morte no campo, morte por envenenamento e ou suicídio causada por agrotóxicos, contaminação da água, da

terra e do ar, concentração da terra e das riquezas causando danos ao meio ambiente e à reprodução da vida, tanto humana como animal.

O uso da ciência no desenvolvimento de tecnologias de ponta permite o avanço da biologia molecular, como a biotecnologia dos transgênicos¹⁷. As empresas passam a ser donas das patentes e cobram caro aos agricultores por esses avanços. A natureza, por sua vez, cobra do ser humano por meio da desertificação que se estende por vastas áreas de terras. Dentre outras tecnologias, a agricultura de precisão¹⁸ trabalha com rigorosos métodos de produção de sementes, de controle na produção, de comercialização e renda. Assim, assenta-se o modelo de agricultura capitalista: na formação dos territórios do agronegócio, com um modelo latifundiário e de modernização conservadora¹⁹ em um país como o Brasil, que se encontra submisso ao capital internacional. Esses aspectos aprofundam a concentração de terras, o abismo nas relações sociais e de trabalho, aumentando a miséria, a exclusão social, o trabalho subordinado, escravizado e a degradação ambiental.

Do ponto de vista do capital, os territórios do agronegócio se apresentam como a base de produção de *commodities*, que visam o saldo positivo na balança comercial, e como modelo produtivo possível para tal intento, independente das relações sociais e políticas locais. Por isso, o agronegócio é uma opção política e econômica por parte da classe política brasileira e opção do Estado brasileiro em todas as esferas, municipal, estadual e federal, salvo algumas raras exceções de governanças populares, conquistadas pelos MSPC. As políticas públicas hegemonicamente

¹⁷ “Transferência de gene de um ser vivo para outro, seja da mesma espécie ou espécie diferente em laboratórios” (GORGEN, 2004, p. 37).

¹⁸ “A agricultura de precisão (AP) é uma filosofia de gerenciamento agrícola que parte de informações exatas, precisas e se completa com decisões exatas. Agricultura de precisão é uma maneira de gerir um campo produtivo metro a metro, levando em conta o fato de que cada pedaço da fazenda tem propriedades diferentes. A agricultura de precisão é uma filosofia de manejo da fazenda na qual os produtores são capazes de identificar a variabilidade dentro de um campo, e então manejar aquela variabilidade para aumentar produtividade e os lucros. O termo agricultura de precisão engloba o uso de tecnologias atuais para o manejo de solo, insumos e culturas, de modo adequado às variações espaciais e temporais em fatores que afetam a produtividade das mesmas” (TSCHIEDEL e FERREIRA, 2002, p. 160).

¹⁹ “O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) e expressa o pacto político conservador tecido entre a burguesia nascente e os oligarcas terratenentes, fenômeno político que aconteceu originalmente na Alemanha e no Japão para edificarem uma sociedade capitalista, mas totalitária e autocrática[...] Já no caso brasileiro, este pacto político entre a burguesia nascente e os terratenentes condicionou a formação de uma burguesia dependente, que não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática.” (PIRES, 2009, p. 412).

visaram subsidiar o perdão de dívidas, isenção de impostos e linhas de financiamentos adequadas ao desenvolvimento do agronegócio.

No entanto, comparando com a produção familiar camponesa, esse modelo é questionável. Os camponeses, com sua produção familiar, segundo dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e dados atualizados em 2018 pelo MAPA, produzem aproximadamente 50% dos alimentos consumidos no país, apresentam 70% da geração de empregos, com 4,4 milhões de famílias agricultoras trabalhando no país, nos 84% dos estabelecimentos rurais, resultando em 38% do valor bruto da produção agropecuária, uma movimentação de cerca de US\$55,2 bilhões por ano. Se o País tivesse só a produção familiar camponesa, seria o 8º maior produtor mundial de alimentos e, ao somar com a produção das grandes propriedades, o Brasil passa da 8ª para a 5ª posição, com faturamento de US\$84,6 bi por ano. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que a agricultura é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país

O Censo Agropecuário de 2017 aponta a tendência de crescimento da agricultura familiar, principalmente pela nova cultura de produtos agroecológicos, pelas políticas de compra direta, produção para a alimentação escolar, titulação da terra, crédito rural e assistência técnica:

A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (MAPA, 2019, n. p.).

Gorgen (2004, p. 43) destaca, por meio dos estudos e debates com camponeses do MPA, as grandes consequências do agronegócio pelo controle do sistema produtivo, dos agricultores, do mercado, do que e para que se produz. Um dos pressupostos do agronegócio é sanar a fome, porém, esse pensamento é demagógico e sem referencial científico porque à medida que aumenta a produção de alimentos no mundo, aumenta a taxa de pessoas desnutridas. Se os pobres não têm dinheiro para comprar comida, de nada adianta aumentar a produção. Trata-se de uma produção para comercializar e não necessariamente para alimentar o povo.

O uso de tratores, adubos, sementes híbridas de alta produtividade e venenos químicos fez a produção média de grãos por habitante aumentar 26% de 1950 para os dias atuais. No último meio século, a população mundial mais que dobrou, enquanto

a produção de alimentos quase triplicou. O Brasil, com o uso dessas técnicas, conseguiu dobrar sua produção de grãos em vinte anos, sem aumentar a área plantada. Mas, se para enfrentar o problema da fome a fórmula se limitar a aumentar a produção, ela fracassará, pois continuará a concentração do poder econômico e, especialmente, da terra. A fome mundial só poderá ser aliviada por meio da “redistribuição do poder de compra e dos recursos em favor dos que estão desnutridos” (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

A compreensão acerca da agricultura capitalista do agronegócio nos leva a refletir acerca de “como esse modelo e projeto de pensar o espaço e território rurais” (OLIVEIRA, 2008, p. 27) apenas como produção de mercadorias chega a se concretizar no Brasil. Sem dúvida, passa pela herança colonial de latifúndios construídos por meio do genocídio indígena, da escravidão dos povos africanos e do trabalho servil dos imigrantes, para alicerçar uma agricultura de monoculturas.

A forma de disseminar essa ideologia²⁰ dominante da crença na modernização, segundo Moreira (2007), era enfatizar a superioridade do pensamento científico, a neutralidade da ciência e que o progresso técnico significava necessariamente um processo civilizatório superior. Essa ideologia impõe uma nova ordem tanto material como imaterial. Esse mesmo autor descreve que essa perspectiva mundializada de pensar o rural está colada às raízes agrárias autoritárias do Estado brasileiro, domínio concentrado do território, fragilidade da democracia, altos índices de desigualdades sociais, visão de subalternidade ao olhar a agricultura camponesa familiar como apenas de subsistência. Enfim, todos esses elementos contribuíram de forma mais acelerada para que esse projeto de rural fosse estabelecido no Brasil, ainda que em conflito com indígenas e camponeses.

²⁰ Para Lowy (2010, p. 12-32), “considerando Marx, é a partir das formas ideológicas que os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Na obra de Lenin há outro sentido, bastante diferente, em que a ideologia é tida como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Karl Mannheim, em seu livro *Ideologia e Utopia*, procura distinguir os conceitos de ideologia e de utopia. Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. Para Lowy, o termo que parece mais adequado para isso, e o que proponho como hipótese é visão social de mundo. Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. Essas ideologias, ou visões de mundo, ou utopias, correspondem aos interesses, posições, aspirações, tensões, das diferentes classes sociais, isto é, são as classes sociais que produzem as ideologias”.

Um dos aspectos salientados por Moreira (2007, p. 92-93) é o papel preponderante do Estado brasileiro, nos anos de 1960 e 1970, de subsidiador e estimulador da Revolução Verde, que considerou como prioridade absoluta para a compra de maquinários e insumos as grandes produções agrícolas. A crítica que o autor faz não é sobre a técnica em si dessa revolução, mas o impacto que esse modelo causou e causa nos territórios camponeses e indígenas com a permanente expropriação das riquezas e dos territórios. Nesse sentido, critica a natureza do capitalismo, o reacionarismo da elite brasileira e o modelo socialmente desigual, concentrador e excludente: “[...] empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural, esvaziamento do campo, exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade” (Ibid., p. 93). Essa forma de fazer agricultura está alicerçada na reprodução de elementos coloniais, como a subordinação dos camponeses ao modelo dominante e à manutenção das monoculturas, agora com o incremento de tecnologias, equipamentos pesados e uso intensivo de agrotóxicos, que permitem que esse sistema se estabeleça porque tem apoio das oligarquias locais e da mídia patrocinada com recursos públicos e privados. Esse modelo de agricultura capitalista do agronegócio, empresarial, patronal, mantém a lógica de concentração da terra e das riquezas naturais, bem como da exploração do ser humano, pelo trabalho, e da natureza ao extrair sem limites a matéria-prima.

Fernandes (2008) destaca o agronegócio como um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentrando e dominando apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas públicas de desenvolvimento. O autor enfatiza ainda a base imaterial que pensa e constrói o agronegócio como território único possível, e seu pilar, o Estado por meio de políticas neoliberais, com sua minimização e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento, para atender aos interesses das empresas nacionais e transnacionais para elaboração de projetos de desenvolvimento econômico com o apoio do Estado. Entretanto,

O agronegócio está, ao mesmo tempo, avançando e agonizando. Seu modelo de desenvolvimento com base na grande escala, no envenenamento dos territórios, na produção de alimentos conservados e ruins para serem vendidos em todo o mundo tem se tornado uma opção para a vida moderna. Mas, a vida moderna também está fazendo outra opção, que é por alimentos saudáveis. E alimentos saudáveis são alimentos produzidos sem veneno, em pequena escala e vendidos em mercados locais e regionais. É desse campo que o camponês participa (FERNANDES, 2008, p. 63-64)

Sua preocupação mais expressiva é produzir o máximo, com controle de custos, visando à otimização do lucro. A terra e a natureza para o agronegócio são vistas apenas como negócios. Em seu estudo, Martins (1991) afirma que “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ele transforma em terra de trabalho” (p. 55). São regimes distintos de propriedade e essa afirmação demonstra como são distintos os territórios do campesinato e do agronegócio.

O agronegócio busca integrar os camponeses com a terceirização da produção, retirando a autonomia deles, estabelecendo metas de produção a serem cumpridas e pressionando para a introdução de novas tecnologias e o uso de agrotóxicos. O modelo do agronegócio não tem nenhum receio em expropriar o campesinato, a mão de obra barata assalariada e ou integrada, terceirizada, pressionando os camponeses para que vendam suas terras, concentrando-as ainda mais. O agronegócio controla as tecnologias e as políticas agrícolas em consonância com os governos, por meio de sua ação ideológica e política. A produção é de larga escala e o trabalho, cada vez mais escasso, é precarizado e assalariado. Para Carvalho e Costa (2014), o agronegócio possui um perfil de uso:

[...] agrotóxicos, que maximizam a produção por área e, em combinação com a mecanização, alteram e diversificam as formas de exploração do trabalho, ainda que predomine a contratação de trabalhadores assalariados temporários. Como o objetivo central das escolhas na empresa capitalista é a máxima lucratividade possível, a artificialização da agricultura tem sido o caminho entendido como o mais eficiente [...] é a degradação ambiental e das pessoas, além da indiferença perante os interesses mais gerais da população (p. 28).

Esse modo de fazer agricultura tem à sua disposição tecnologia de ponta, bem como inovações genéticas por meio do conglomerado de transnacionais que produzem essas tecnologias e as hegemonomizam em todo planeta e, assim,

Com a expansão crescente das inovações tecnológicas a partir dos avanços na manipulação genética, foram ampliadas as formas de subalternização da agricultura camponesa ao capital, que agora se dão predominantemente pelo intenso e impositivo processo de artificialização da produção agropecuária e florestal, em particular pela oligopolização por empresas transnacionais com a oferta de sementes transgênicas e de insumos de origem industrial, e pelo estímulo das agroindústrias à especialização da produção camponesa (CARVALHO E COSTA, 2014, p. 31).

Santos (2002), por sua vez, salienta que esse modelo do capitalismo agrário do agronegócio é o modelo globalizado de agricultura, pois apresenta características planetárias:

Podemos falar de uma agricultura científica globalizadora. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência, a instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente da ciência técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas, por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma informação indispensável (p. 88-89).

Notoriamente, o agronegócio como modelo produtivo, presente no território e construtor de território, também está presente no território camponês por meio da produção e do acesso às políticas públicas. O agronegócio busca territorializar-se sobre o território camponês. Raffestin (1993) destaca que a territorialidade é dinâmica, como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional: sociedade, espaço e tempo, e dinâmica, pois os elementos que a constituem são suscetíveis às variações no tempo. Isso fica evidenciado nos depoimentos dos agricultores do agronegócio pela ênfase sobre a tecnologia, as máquinas grandes e pesadas e o aumento do tamanho das áreas:

Hoje em dia é outra realidade. Antigamente era tudo na mão. Tudo com agricultura de precisão, qualidade, temos uma máquina que colhe 12 mil sacas de milho por dia. Temos uma alta tecnologia que é fantástica. As plantadeiras plantam de 35 a 40 hectares por dia. Temos plantadeira com 60 linhas de plantação. O mercado é competitivo, tem que se atualizar se não fica para trás. São 4 propriedades, são em torno de 8 mil hectares, mas este é 6 mil hectares. Temos 32 colaboradores. Uns moram aqui outros moram na cidade. 70% moram na fazenda. Temos 12 casas. A gestão é familiar, pai, filho, filha e genro. Temos certificado no Isq qualidade total e ambiental, parceria com a Nestlé. Somos ouro na qualificação. Vendemos cevada direto para a Heineken (Depoimento do AAC).

A territorialidade do agronegócio organiza-se nas relações entre os sujeitos que a compõem, com o Estado e o capital. Destaca-se a infraestrutura como um sistema completo na propriedade.

Figura 02: Propriedade do Agricultor do Agronegócio (AAC). Armazém, Silo.



Fonte: o Autor.

Em contrapartida, o campesinato também busca a reterritorialização sobre o território do agronegócio quando faz ocupações, acampamentos e assentamentos. A territorialidade do campesinato se organiza na relação dos camponeses com os camponeses, com os MSPC, com as políticas públicas. A disputa territorial resulta do fato de que ambos, agronegócio e campesinato, buscam a sua territorialidade e ou reterritorialização. Saquet (2011) destaca esse conflito ao demonstrar que territorialidade “significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes e das conflituosidades” (p. 22).

O modo de vida do campesinato contra o objetivo do modelo de produção do agronegócio marca as conflitualidades e territorialidades, considerando que ao ocupar um território que é material mantém um conjunto de relações que o torna distinto, como a unidade de produção, a família e o trabalho familiar. Por outro lado, evidenciaremos nos próximos capítulos deste trabalho que, apesar dos dados mostrarem que a produção de alimentos ainda é massivamente realizada pela agricultura familiar, quem se apropria, comercializa e contabiliza a produção camponesa é o agronegócio. O potencial da agroecologia e da produção de alimentos pelos agricultores familiares de base camponesa, nos territórios camponeses, pode ser uma saída científica e racional para a humanidade e para a natureza.

2.4 CONTRADIÇÕES, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBORDINAÇÃO OU ESTRATÉGIA CAMPONESA?

As lutas e resistências dos camponeses diante do modo de produção capitalista do agronegócio incluem também a luta por políticas públicas que atendam às demandas do Agricultor Familiar Camponês (AFC) para que produzam, tenham renda e uma vida de qualidade. No entanto, na disputa por políticas públicas o que está na ordem do Estado brasileiro são, em sua maioria, políticas para o agricultor, nos moldes do agronegócio e, quando voltadas aos pequenos agricultores, são políticas que procuram introduzir os camponeses a esse modelo.

A essência que diz respeito a tais reflexões é a compreensão de que na agricultura não existe lugar para a pequena produção, porque a escala seria um imperativo, da qual dependeria a otimização dos processos produtivos e a redução dos custos. Transplantada para a realidade brasileira, essa tese caiu como uma luva, porque respaldou a manutenção do monopólio fundiário, em grande parte constituído graças à corrupção de agentes do Estado na gestão territorial, numa combinação entre legalização criminosa de terras com completa omissão acerca da grilagem. (PAULINO, 2011, p. 125).

Salientamos que as conquistas resultam de mobilizações e lutas dos camponeses, porém, o que se aprova nem sempre é de acordo com as suas demandas. A lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, da agricultura familiar no Brasil, foi aprovada, e corresponde a uma importante conquista, no entanto, não reflete a essência camponesa. Para Carvalho e Costa (2014), a imposição de um modelo acaba por inibir as práticas de agriculturas dos camponeses e ferir sua autonomia:

[...] corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor (p. 33).

Segundo esses mesmos autores, nesse modelo de organização da produção agropecuária predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado, objetivando a dependência do camponês para com o modelo capitalista de produção, submetendo-os a políticas frágeis, às vezes compensatórias, fragilizando a produção, levando-os a contraírem dívidas e venda da unidade de produção familiar.

Logo, o país mantém a ausência de um projeto histórico para a reinserção social dos pequenos agricultores familiares no contexto da sociedade brasileira, como destaca Carvalho (2014).

Para Moreira (2007), a condição histórica do modo de produção capitalista, de negação, de exclusão e de morte da natureza e dos seres humanos, impõe aos camponeses a necessidade de diversificar as fontes de renda, recorrendo a atividades rurais e urbanas de emprego sazonal, como vendas em bodegas, artesanato, produção de conservas caseiras, no turismo rural, produção em pequenos arrendamentos e, também, pela inserção em associações, cooperativas, aposentadorias dos sujeitos de terceira idade, produção de orgânicos e agroecológicos, dentre outras atividades. No entanto, o modelo de agricultura expressa como familiar tem como objetivo a produção máxima e, para isso, o desenvolvimento de tecnologias para o plantio e, portanto, ampliar o seu território sobre o território camponês ou, como afirmam muitos teóricos, transformar o camponês em agricultor familiar, assim atrelado à lógica do modo de produção capitalista.

A luta por políticas públicas dos movimentos sociais e sindicais resultou, em 2006, em uma legislação específica e, nestas últimas duas décadas em um arcabouço teórico:

A definição formal da agricultura familiar brasileira está prevista na Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No seu art. 3º temos a definição¹: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei n. 12.512, de 2011); IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (DELGROSSI, 2019, p. 4).

Assim, um agricultor familiar, e considerando o camponês como um deles, deve preencher os pré-requisitos da legislação, estando enquadrado nesses critérios para ser um possível beneficiário de políticas públicas. A lei especifica o conjunto da diversidade de camponeses existentes no Brasil, sua relação política e com a terra, no sentido de incluí-los na legislação enquanto sujeito único, genérico, agricultor familiar, o que descaracteriza a sua produção histórica e cultural de vida.

A Declaração de Aptidão (DAP) passa a ser a identidade de agricultor familiar. Somente a partir de seu porte o camponês pode ter acesso a crédito:

No Art. 3º São identificados também pela DAP, para as finalidades estabelecidas nesta Portaria, os seguintes públicos: I – pescadores que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; II – silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; III – aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água; IV – extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; V – integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos; VI – indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos; e VII – assentados(as) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). (DELGROSSI, 2019, p. 6)

No estudo da Lei da Agricultura familiar, nas portarias que seguem detalhando sua aplicabilidade, e nos estudos desse mesmo autor, compreendemos que a escala utilizada para definir o tamanho das unidades produtivas, para efeitos legais, são os módulos fiscais, que também definem o tamanho máximo de uma unidade familiar. A Portaria SEAD n.01, de 13 de abril de 2017, ainda detalha que a emissão da DAP, precisa de outros critérios como: a área não superior a quatro módulos fiscais (art. 6º), predominância da força de trabalho familiar nas tarefas do estabelecimento (art. 7º), local de residência (art. 8º) e os limites mínimos e máximos da renda familiar (art. 9º).

Uma política pública relevante para a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com um conjunto de regras descrito por Delgrossi (2019):

[...]são beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa, observado as resoluções 4.107, 4.228, 4.339 e 4.584. O PRONAF foi uma possibilidade de acesso a crédito por milhares de camponeses que se enquadraram como agricultores familiares. (p. 7)

Essa divisão técnica foi realizada pelas metodologias do IBGE, que dividiu o estudo da agricultura e da agropecuária em: lavoura temporária, horticultura e floricultura, lavoura permanente, produção de sementes, mudas e outras formas de

propagação vegetal, pecuária e criação de outros animais, produção florestal de florestas plantadas, produção florestal de florestas nativas, pesca e aquicultura. Em relação à condição do camponês, está enquadrado na condição de produtor como proprietário, assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, comodato, ocupante e produtor sem área. Trata-se de uma divisão técnica e não uma realidade social, econômica e cultural.

A análise permite destacar a conotação política, pois mesmo com todo esse aparato tecnológico e ideológico do modo de produção capitalista para a transformação do camponês em agricultor familiar, do território do campesinato em território do agronegócio, o camponês e o campesinato seguem lutando e resistindo contra “uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar” (OLIVEIRA, 2007, p. 147).

Ao analisar as políticas públicas, de forma mais específica neste século, constata-se que se trata de políticas desenvolvimentistas de governo, mas que “mantém a concentração da terra por meio da territorialização do capital, a concentração do mercado pela renda da terra e a renda capitalizada da terra” (FERNANDES, 2013, p. 21).

No entanto, como já evidenciado, há conflitos no campo, considerando a presença de camponeses organizados ou não em movimentos sociais, com sua dinâmica própria de produção de alimentos, nem sempre atrelada ao capital. As políticas para o agronegócio ficam como alavancas do capital, acirrando ainda mais as contradições.

Ao mesmo tempo em que ocorre a produção camponesa tradicional, orgânica e agroecológica, acontece a territorialidade capitalista, que não respeita divisas e que se dá de diversas formas, considerando que a territorialização do capital é total, pois se estende para o uso da água, dos demais minerais e das terras.

Entretanto, para FAO (2012), a expansão das *commodities* não é suficiente para acabar com a fome e com a má nutrição. O agronegócio não está atrelado às políticas públicas para sanar a fome no país e no mundo. A lógica é produtivista e sem vínculo com as questões sociais e humanas.

Com base no trabalho de campo e no diálogo com os camponeses, não podemos ignorar que os mais pobres têm dificuldades para acessar créditos, cooperativas ou mesmo o título da terra. Enfim, por esses e outros motivos repassam a sua colheita a terceiros que, por sua vez, entregam para outros comercializarem.

Entretanto, uma parcela de camponeses produz para o autoconsumo e isso não necessariamente é contabilizado como produção ou como produção camponesa. Esses elementos mostram um outro lado do que executam os governos, nos Estados-Nação, de criarem e executarem políticas agrícolas governamentais, baseadas no pacote tecnológico do agronegócio.

A luta por uma política pública de gestão da realidade camponesa, com base na agroecologia, no trabalho familiar, na qualidade de vida, permanece como um desafio e uma possibilidade permanente e eminente, bandeira da Via Campesina Internacional.

Conforme depoimentos dos camponeses, para obterem algum tipo de crédito precisam estar vinculados ao pacote do receituário agrônomo do agronegócio. Na análise do financiamento agrícola, notamos que o crédito para camponeses é ínfimo em relação aos créditos liberados para a grande agricultura do agronegócio, além dos investimentos do MAPA e da EMBRAPA estarem em sua maioria direcionados para a reprodução do agronegócio. Uma possível ampliação desses créditos agrícolas para os pequenos e médios agricultores se deu a partir de 2003, com a eleição do presidente Lula:

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao comando do governo federal, o Estado se tornou um verdadeiro espaço de disputa pelo poder. De um lado os movimentos sociais, ONGs e sindicatos lutando por políticas públicas de redistribuição de renda (valorização do salário mínimo, reforma agrária e políticas de cunho social como Bolsa Família, PAA e PNAE) e também de reconhecimento (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais). De outro, os capitalistas (empresas, bancos e agronegócio) pressionando por uma política macroeconômica que lhes favorecessem e que não abalasse as suas estruturas (como a não realização da reforma agrária e a contínua política do superávit primário para pagamento da dívida pública. (PAULA; GÓMEZ e TRACZ, 2017, p. 59).

No entanto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tinha políticas voltadas à reforma agrária, agroecologia e desenvolvimento dos territórios empobrecidos e da agricultura familiar, que já estava sendo deteriorado no governo da presidenta Dilma após o ano de 2010, foi fechado em 2016 pelo presidente Michel Temer.

O mercado financeiro desenvolveu neste século políticas de desenvolvimento territorial rural ditas sustentáveis, supostamente para geração de empregos e combate à pobreza rural, a fim de integrar o campesinato à cadeia do agronegócio. Sutilmente,

essas políticas visam minimizar os efeitos maléficos em relação à saúde e à natureza provocados pelo agronegócio.

As políticas de desenvolvimento territorial rural surgiram nos anos 90, sendo propostas por organismos internacionais, a exemplo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Gómez (2008) recupera a proposta de Sepúlveda, Rodríguez e Echeverri, a partir do estudo sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), segundo o qual o desenvolvimento territorial rural se traduziria em: transição da economia agrícola para a territorial; resgate da economia territorial e local para o desenvolvimento; transição da competitividade privada para a territorial; gestão ambiental e desenvolvimento de serviços ambientais; ordenamento territorial complementando a descentralização; cooperação e responsabilidade compartilhados através da participação; coordenação entre as políticas macro, setorial e local; superação das políticas compensatórias e articulação de políticas setoriais no território rural; combate à pobreza rural; gestão do conhecimento e inovação. (SANTOS, 2019, p. 370).

Esse formato de política tem como objeto minimizar os conflitos entre classes, idealizando a construção de um território sem conflitos, onde impera a solidariedade entre classes para superação da pobreza, deixando o mercado fluir, comandar e dominar livremente.

Essas políticas são formuladas a partir de vários atores, organizações internacionais que visam preparar os países periféricos em desenvolvimento, como podemos observar nos estudos de Santos (2019):

(...) IICA e Rimisp, encontramos a Cepal, o BID, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica), o Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e Desenvolvimento Rural na América Latina (Fodepal), o BM e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Agrega-se que a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) criou o Grupo Interinstitucional para o Desenvolvimento Rural na América Latina, entre 2000 e 2002. Essa fórmula apenas agrega novos ingredientes na receita de manutenção de uma economia dependente (p. 370).

No Brasil, desde 2003, começou a ser implantado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), para combater a pobreza e organizar a sociedade para a participação em âmbito territorial.

A análise em relação ao desenvolvimentismo, muitas vezes, apresenta interpretações equivocadas, sobretudo, quando trata das questões locais e do movimento territorial local de forma ingênua. O atrelamento às políticas reformistas, por parte da população local, não significa que seja a única saída e única forma de articulação com o Estado e com o capital. Existem elementos propositivos, participativos, construtivos e emancipatórios que nem sempre são expressos

teoricamente apenas sob uma ótica de pensamento. Os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2008), ora articulados ao Estado, ora não, possuem pautas e lutas próprias em relação aos conflitos e à realidade vivida. As pautas, as lutas, os conflitos não são sanados apenas pelas políticas desenvolvimentistas, e isso é de conhecimento das organizações sociais. No entanto, disputar os orçamentos escassos das políticas não os faz ingênuos ou reformistas, apenas trata-se da luta para que esses recursos sejam aplicados conforme os interesses do povo pobre do território,

As lutas sociais, portanto, não podem se restringir à participação nas amarras do controle social instituído, devendo buscar construir um poder popular, que exija do Estado os investimentos necessários para a sociedade, mas aposte igualmente na sua organização autônoma e independente como caminho para a construção de uma nova sociabilidade. Defesa da vida humana e ambiental, contra sua mercantilização (SANTOS, 2019, p. 374).

Dentre as políticas desenvolvimentistas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento territorial, para além do Pronat, destacamos a participação por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais, as Câmaras Setoriais de Desenvolvimento, o PAA e o PNAE, dentre outras.

Convém destacar que essas alternativas podem ser ampliadas com o acesso dos camponeses às políticas públicas afirmativas, como PAA e PNAE, venda em feiras e cooperativas urbanas de compras de seus produtos. As políticas agrícolas, historicamente, foram apêndices ou compensações, sem um caráter emancipatório dos camponeses. No entanto, a partir do Pronaf, em 1996, até o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), em 2013:

Em todos os governos, o campesinato tem sido visto como um anexo da agricultura capitalista. Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, os governos fomentam esta condição de dependência, da produção subordinada ao agronegócio. Em 1998, com criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e de 2003 a 2016, a criação de diversos programas, como por exemplo: do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), dos Programas Terra Sol e Terra Forte para promover a agroindustrialização e a comercialização, abriu possibilidades para fortalecer o processo de emancipação do campesinato (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 3).

O estudo de Coca (2015) discorre sobre a importância dos governos petistas, Lula e Dilma, no início deste século, no que tange à compreensão da agricultura e da agroecologia. Esse autor considera o fato de que “governos que são eleitos por meio

de uma coalizão de forças populares, necessariamente responderão com maior ênfase aos interesses da população de baixa renda, dando relevância para políticas de cunho social, mesmo que isso não aponte para mudanças estruturais” (p. 167). Nesse sentido, inúmeros programas foram criados e outros ampliados, como o Pronaf.

O PAA, criado por meio de Lei Federal em 2003, investiu na agricultura familiar camponesa, compreendendo ações de distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e para formação de estoques, por meio da compra da produção de agricultores camponeses familiares, acampados, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais.

Articulado ao Programa Fome Zero, criado pelo Governo petista, o PAA possibilitou ampliar e garantir à população pobre e miserável deste país o acesso à alimentação, com a expansão da produção e consumo de alimentos saudáveis, orgânicos e/ou agroecológicos. O ano de 2006, com a aprovação da Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/06), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei n. 11.346/06) que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), estrutura em que o PAA está inserido, foi fundamental para a integração dos camponeses com os trabalhadores pobres e desempregados, garantindo o acesso à alimentação.

Outra lei de extrema importância foi a que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009)²¹ e determinou a aquisição mínima de 30% dos gêneros da agricultura familiar camponesa, permitindo a estados e municípios a adotarem essa prática, no limite do comprometimento político com a agricultura familiar de base camponesa. Alguns municípios²² chegaram a comprar toda alimentação escolar da Agricultura Familiar Camponesa (AFC).

No Quadro 04 estão assinalados a evolução dos recursos, a renda média e o número de famílias participantes do PAA.

²¹A lei, em seu Art. 14, afirma que “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009, n. p.). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

²²Erechim é modelo para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo o primeiro município brasileiro a utilizar 100% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar” (ECOAGÊNCIA, 2012, n. p.). Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUsPFUX1GeWJfBKVVB1TP>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Quadro 04 - Programa de Aquisição de Alimentos PAA (Brasil) – Evolução dos recursos (R\$) aplicados de 2003 a 2013 – Evolução da renda média por Agricultor – CDS de 2003 a 2013 – Evolução do número de famílias de 2003 a 2013.

ANO	Evolução dos recursos aplicados de 2003 a 2013	Evolução da renda média por Agricultor – CDS de 2003 a 2013	Evolução do número de famílias de 2003 a 2013
2003	81.541.207,00	2.042,48	41.341,00
2004	107.185.826,00	2.383,98	49.671,00
2005	112.791.660,00	2.029,99	51.975,00
2006	200.667.394,00	2.150,11	86.543,00
2007	228.352.964,00	2.337,43	92.372,00
2008	272.929.439,00	2.882,04	90.623,00
2009	363.964.228,00	3.390,49	98.340,00
2010	379.735.466,00	3.735,01	94.388,00
2011	451.036.204,00	4.016,92	106.600,00
2012	586.567.131,00	4.152,40	128.804,00
2013	224.517.124,00	5.227,13	41.412,00
Total	3.009.288.644,00	-	-

Fonte: DIPAI/SUPAF/GECAF. Org.: O autor.

Os programas sociais são essenciais para permitir o acesso da classe trabalhadora à alimentação saudável, por isso destacamos o Fome Zero e o Bolsa Família²³. “O efeito do Bolsa Família deve ser considerado na articulação com outras políticas como a reforma agrária e o Programa de Aquisição de Alimentos”, afirma Fernandes (2013. p. 23). É notório que essas políticas não foram emancipatórias,

²³ “Criado pela medida provisória n. 132, de 20 de outubro 2003, e pela Lei n.10.836, de 2004. É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família” (BRASIL, 2021, n. p.). “No orçamento para 2021, o governo previu verba de R\$ 34,8 bilhões para o Bolsa Família, um avanço em relação ao patamar de R\$30 bilhões no qual esteve estacionado nos últimos anos. O aumento da verba foi acompanhado de uma previsão de ampliação do atendimento, que alcançaria 15,2 milhões de famílias, uma elevação de um milhão de famílias em relação ao atual patamar. Caso esse número se concretize, o valor médio da bolsa permanecerá no patamar dos R\$ 190 atuais” (GAZETA DO POVO, 2021, n. p.). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/bolsa-familia-onyx-reformulacao/>. Acesso em: 04 fev. 2021.

porém permitiram a uma parcela significativa da sociedade o acesso à alimentação, possibilitando a produção e a comercialização desses produtos pelos camponeses. Isso, no entanto, era um primeiro passo para novas políticas emancipatórias e transformadoras da realidade social e econômica, pois, como afirma Fernandes (2013, p. 23), “o protagonismo é condição principal para a superação do sistema capitalista, no entanto, não bastam as mudanças nas e das instituições”, fazendo-se necessário criar uma nova relação social, um novo modo de produção e, segundo esse mesmo autor, “Os territórios camponeses são espaços importantes neste processo tanto pela sua natureza anticapitalista, quanto por suas possibilidades e perspectivas” (p. 23). Também o MPA (2019) reconhece que

Esse processo começou em um caminho de mão dupla, das proposições dos movimentos camponeses para a construção de políticas públicas pelos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com as ações realizadas, nas últimas duas décadas, quando o campesinato despontou como um dos principais protagonistas dos modelos agroecológicos na construção da reforma agrária popular (n. p.).

Essas políticas públicas possuem uma natureza contraditória. De um lado, os movimentos sociais pautando o Estado por meio dos governos, independentes da questão partidária e ideológica e, de outro, o Estado, ora com políticas compensatórias, ora com políticas populares e de segurança, porém ainda não emancipatórias e soberanas.

Por essa razão, por mais simples que pareça ser, a política pública contribui para amenizar as mazelas sociais e, assim, constituem-se políticas significativas dado o embate das classes, porque se retiram do orçamento recursos para a classe trabalhadora, para o povo pobre, o que quase sempre a elite dominante questiona, pois compõe a conjuntura mundial de contestações de direita. Isso ficou evidente quando Dilma Rousseff, então presidente (2011-2014; 2015-2016), foi retirada do cargo pelo processo de impeachment por supostamente ter cometido crime de responsabilidade fiscal, mais especificamente no Plano Safra em 2015 e, também, por expedir decretos de suplementação orçamentária no mesmo ano. As políticas petistas formuladas em coalizão de classes e com setores conservadores, contraditoriamente e minimamente também formuladas com e para os camponeses, sempre incomodou a elite agrária.

O vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência (2016-2018) e deu início ao desmonte das políticas e a uma reimplantação ou reinvenção do projeto neoliberal

de estado mínimo para a classe trabalhadora e máxima para o capital internacional e nacional, bem como para o agronegócio e para as oligarquias e latifundiários. O governo de Temer tinha como proposta, qualificar o governo do Estado brasileiro e apresentou o “projeto Ponte para o Futuro” com o objetivo de enxugar o Estado, com o corte nas despesas primárias a partir da implantação da Emenda Constitucional 95²⁴.

Esse projeto se efetiva e se alicerça na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, com 55% dos votos válidos, tomando posse como presidente em 1º de janeiro de 2019. Em seu discurso de posse, o presidente repetiu alguns dos chavões que o acompanharam durante a campanha eleitoral, como o de combater a ideologia de gênero e a de libertar o Brasil da submissão ideológica, sobretudo, foi marcante em sua campanha um profundo despreço pela classe trabalhadora, bem como pelos seus direitos, o que afeta os MSPC e, assim, os sujeitos camponeses. Apresentou, com outra roupagem, velhos valores da sociedade brasileira, como o uso da terra para a exploração máxima da terra, na mineração, na agricultura e na formação de latifúndios agora de novo tipo, aliados a novos e velhos atores internacionais, representantes do capital.

Este espectro volta ao debate presente usando novas roupagens. Mesmo que tenha abandonado velhos hábitos fascistas, ainda não se tornou uma coisa completamente diferente, e não é um componente normal de nossos sistemas políticos e é impossível prever sua evolução (FERNANDES *et. al.*, 2020, p. 5).

Todavia, compreendemos esse modelo de governo instalado no Brasil, após as eleições de 2018, em uma nova ordem, pois não tem relações com o governo petista de 2003 a 2016 e não se avizinha do governo neoliberal de Fernando Henrique de 1995 até final de 2002,

No século XXI está associado ao neoliberalismo com o fortalecimento do capital financeiro, defesa da competitividade, empreendedorismo, individualismo, destruição dos direitos humanos, precariedade, desterritorialização de comunidades tradicionais, estrangeirização da terra (FERNANDES *et. al.*, 2020, p. 5).

²⁴ A Emenda Constitucional n. 95/2017, limita por 20 anos os gastos públicos (Agência Câmara de Notícias, ANO). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/>. Acesso em: 17 jan. 21.

Considerando a atualidade, percebe-se que será difícil a manutenção do território camponês, sua resistência, luta e fortalecimento. A leitura que fazemos é de que o atual governo não comunga com o plano camponês, portanto, não representa mudanças e muito menos potencializa as políticas vinculadas ao campo. Para Fernandes *et al.* (2020), o governo Bolsonaro em 2019 e 2020 promoveu a

Destruição de políticas de educação, pesquisa, saúde e, no campo, extinguindo, descontinuando ou reduzindo políticas criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como o PRONERA, PAA, PNAE, Planapo, Ater, dos Programas Terra Sol e Terra Forte etc. (p. 5).

Fernandes (2020) enfatiza que a não realização da reforma agrária é uma estratégia do governo Bolsonaro, que tem defendido o uso de armas contra as ocupações de terra. O ano de 2019 foi marcado por despejos, violência contra as comunidades tradicionais e indígenas, acampamentos e assentamentos. A Medida Provisória MP n. 870, de 1º de janeiro de 2019, aboliu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar que trabalhava com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e visou subordinar a agenda fundiária e ambiental à agenda agrícola. O governo atual visa “fortalecer os interesses de setores do capital na agropecuária que estão ancorados a partir da concepção neoliberal de menos Estado” (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 8). Duas medidas governamentais tiveram a intenção de

Destinar as terras públicas para aqueles que deram suporte a sua eleição: a MP 901 (que destina terras da União aos governos estaduais de Amapá e Roraima) e a MP 910 (que amplia as possibilidades de regularização de terras públicas ocupadas irregularmente em todo país (Ibid., p. 8).

Esses mesmos autores (p. 08) ainda trazem “a edição da MP 884, convertida em lei 13.887/2019, que acaba com o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural” (CAR) e, também outra jogada estratégica desse governo e de seus aliados, a liberação em massa de agrotóxicos:

Em 2019, foram liberados 502 agrotóxicos para registro e comercialização. Soma-se a essa liberação abusiva, as alterações realizadas na classificação de toxicidade publicada pelo MAPA. No Ato n. 58, de 27 de agosto de 2019, o MAPA deu publicidade a alterações na classificação toxicológica, definindo que produtos classificados como “extremamente tóxicos” por provocar corrosão ou inflamações na pele ou nos olhos, serão reclassificados considerando apenas o risco de morte (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 8).

Essas práticas são caracterizadas por esses mesmos autores como “prática de uma política ultraneoliberal”. No entanto, os elementos de resistência são inúmeros considerando a necessidade de alimentos no Brasil e no mundo e a vantagem estratégica do nosso país, visto que possui um clima favorável e um vasto território possível de produção.

Este é um grande desafio, o de fortalecer as relações de produção, de comercialização e de logística, estando os consumidores e camponeses próximos, eliminando o conjunto de atravessadores que obtêm o verdadeiro lucro na lógica do modelo vigente.

Em seu estudo, Alentejano (2020) destaca a necessidade urgente da reforma agrária, que possa reverter esse quadro, possibilitando moradia, trabalho e cidadania ao povo desprovido de terras e “define essa reforma agrária como a constituição de comunidades rurais onde se articulariam atividades agrícolas e não-agrícolas ocupando os milhões de hectares sob o controle do latifúndio” (n. p.).

Segundo esse autor, os grandes monocultivos ocupam 80% dos 1.500 milhões de hectares dedicados à agricultura no mundo e para controlar as pragas que se multiplicam nesses campos com baixa diversidade ecológica e alta homogeneidade genética são aplicados 2.300 milhões de kg de pesticidas por ano, o que resulta no envenenamento de 26 milhões de pessoas por agrotóxicos no mundo todo anualmente. Os seres humanos poderiam comer 2.500 espécies de plantas, no entanto, a maioria das pessoas consome apenas três culturas principais, como trigo, arroz e milho, que fornecem mais de 50% das calorias consumidas em nível mundial. Há, no Brasil, 247,7 milhões de hectares sob o controle do latifúndio, dos quais 175,9 milhões são de terras improdutivas. Há ainda no país 61,4 milhões de ha dedicados à produção de cana, milho e soja, a maioria na lógica agroindustrial. Por outro lado, a área plantada com alimentos básicos (arroz, feijão e mandioca) diminuiu 5 milhões de ha nos últimos 30 anos.

O atual modelo do agronegócio está diretamente conectado à indústria de agrotóxicos. O governo Bolsonaro demonstrou que está do lado dos latifundiários quando assinou a Medida Provisória n. 910/2019, a chamada MP da Grilagem²⁵, que pretendia distribuir 65 milhões de hectares de terras públicas para fazendeiros e desmatadores,

²⁵A MP estabelecia novos critérios para a regularização fundiária de imóveis da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ocupados. Perdeu a validade em 19 de maio de 2020, sem ser votada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado - Fonte: Agência Senado.

principalmente nos estados da Amazônia Legal. Com essas considerações estruturais e conjunturais, ousa-se pensar na reversão da atual realidade e só uma reforma agrária popular e agroecológica pode fazê-lo, “antes que se ampliem ainda mais a fome, a miséria e as doenças geradas por esse insano modelo agroalimentar dominado pelas grandes corporações do agronegócio” (ALENTEJANO, 2020, n. p.), e uma reforma agrária que articule o campo e a cidade, propiciando a soberania alimentar tanto para quem produz, como para quem consome.

O PAA, desde sua criação em 2003, teve recursos em crescimento constante de forma acentuada até 2006, e de forma mais lenta até 2012, quando chegou ao teto de R\$1,2 bilhão. Em 2018 foram aplicados apenas R\$253 milhões, aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2019). No ano de 2019, o valor executado pelo PAA com recursos do Ministério da Cidadania foi de apenas R\$ 188 milhões.

O PAA e PNAE são políticas públicas diferenciadas e exemplares em relação à forma como são organizadas, pois geram renda direta aos camponeses. Entretanto, elas possuem grandes limites que as impedem, principalmente, de democratizar e massificar o seu acesso. Também vêm sofrendo grandes ataques e cortes no seu orçamento pelos seus resultados positivos atingidos (PAULA; GÓMEZ e TRACZ, 2017, p. 85).

Para o ano de 2020, a perspectiva é ainda pior. O previsto na Lei Orçamentária Anual 2020 é de R\$101 milhões. Para o próximo Plano Plurianual, de 2020 a 2023, é de R\$520 milhões. Isso é um valor ínfimo, ao considerar que apenas em 2012 cerca de 128,8 mil agricultores familiares foram beneficiados com 297 mil toneladas de alimentos adquiridas por meio das compras feitas pela CONAB. Em 2018, foram 9.675 produtores, com 23 mil toneladas e R\$63 milhões em compras públicas operacionalizadas pela CONAB.

No levantamento realizado por Coca (2015), no TC1, a modalidade de PAA mais acessada é a Compra com Doação Simultânea, quando os produtos de origem camponesa são adquiridos pelo Governo Federal e doados para pessoas em condição de vulnerabilidade social, atendidas pela rede socioassistencial local. A primeira experiência ocorreu no ano de 2004, por meio da Central das Associações Rurais Rio da Prata (CARP), de Nova Laranjeiras. Dessa primeira experiência até o ano de 2013, todos os municípios do TC1 participaram do PAA/Compra com Doação Simultânea, e Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu concentraram o maior número de camponeses proponentes. O ano de 2010 apresentou 1.100 participantes, o maior número.

Concordando com Chayanov (1974), a garantia de comercialização da sua produção tem contribuído para a diminuição do grau de autoexploração das famílias camponesas, para poder sobreviver em suas unidades de produção,

Ou seja, o trabalho que antes era desenvolvido arduamente para a obtenção de uma renda que, muitas vezes, não supria as necessidades básicas da família, com as políticas públicas de comercialização da produção camponesa através do mercado institucional torna-se menos dificultoso e a renda ou permanece na mesma faixa ou então aumenta (COCA, 2015, p. 176).

Concordamos com Coca (2015) ao afirmar que “o PAA tem funcionado como uma alternativa importante para a viabilização das unidades de produção camponesas no TC1. Isso tem gerado uma autonomia relativa em relação ao agronegócio” (Ibid., p. 179). Dentre as ações concretas observadas nesta pesquisa alinhada aos pesquisadores do território (COCA), em vários trabalhos científicos destaca-se a real e necessária formação de cooperativas e associações camponesas e o fortalecimento das já existentes, a diversificação produtiva, para reduzir as monoculturas da soja e milho nas unidades de produção camponesas, a diminuição da penosidade do trabalho e garantia de renda, além de uma maior valorização do trabalho feminino. “Isso indica que o PAA se constitui como uma política pública com potencial para fortalecer relações sociais diferentes das capitalistas, contribuindo com um modelo de desenvolvimento alternativo” (Ibid., p. 179).

O estudo mostra que é possível a potencialização do território camponês por meio do incentivo de políticas de Estado, de reforma agrária, produção, moradia, educação, social e saúde dos camponeses, infraestrutura nas propriedades, estradas, logística e de comercialização. Esses avanços na direção de políticas públicas eficientes sinalizam possibilidades para a reprodução da vida com qualidade e um novo futuro social. O avanço mais significativo no campo pode ser com políticas públicas de produção de alimentos agroecológicos. Para além das políticas públicas, a agroecologia é uma prática ecológica, articulada à produção de alimentos saudáveis e nutritivos, que articula novas pesquisas e conhecimentos, aos saberes tradicionais dos camponeses e dos povos originários, que se contrapõem ao modelo do agronegócio e “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42).

A agroecologia permite a ação e transformação da natureza em consonância com a sua dinâmica natural, sem quebrar os ciclos naturais. Para Guber e Tona (2012), a agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida, em uma sociedade na qual o objetivo final deixará de ser o lucro e passará a ser a emancipação humana. A agroecologia será o grande diferencial dos camponeses e da proteção do território que permite a inserção no mercado capitalista com uma qualidade única. Para Altieri (1998), a agroecologia é uma possibilidade concreta, pois fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e que protege os recursos naturais apropriados culturalmente, de forma ecologicamente sustentável, com princípios socialmente justos e economicamente viáveis. De acordo com Caldart e Frigotto (2020, p. 5),

A Agroecologia teve origem na crítica à matriz tecnológica da produção capitalista tal como ela se realiza na agricultura. Na sua base está outra contradição fundamental do modo de produção capitalista, que se refere à relação ser humano, social, e natureza, já indicada por Marx e Engels (cf. Foster, 2005) e, hoje, compreendida com mais profundidade pela força de seus efeitos perversos.

São questões contraditórias, mas reais. A classe alta e a classe média buscam cada vez mais o consumo de alimentos saudáveis mesmo que o mercado agrícola capitalista esteja na contramão. O camponês, diferentemente do agricultor capitalista, pode oferecer uma grande variedade de produtos *in natura*:

[...] enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica, que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a ideia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma agricultura ecologizada, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazo (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 81).

A agroecologia entra como uma matriz tecnológica, pedagogicamente construindo uma nova relação com o ambiente. A dimensão econômica e a geração de renda no campo estão diretamente ligadas às necessidades culturais e sociais dos sujeitos que ali vivem,

Nesse sentido, a realidade aponta para uma real e necessária articulação dos MSPC, e urbanos, para a construção de uma reforma agrária agroecológica que pode e deve ser parte de uma estratégia política destinada a combater ao mesmo tempo a desigualdade, a miséria, o desemprego, o caos urbano e

a(s) pandemia(s), contribuindo para superar o atual modelo agroalimentar e construir outra sociedade onde a vida valha mais do que os interesses do capital (ALENTEJANO, 2020, n. p.).

Por isso, não se descarta, em uma perspectiva de construção de presente e de futuro, a formulação de políticas públicas para, com a resistência camponesa, potencializar a produção da vida alicerçando uma nova matriz produtiva e de vida, que é a agroecologia, “a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 147), pois,

Isso permite o avanço tecnológico dessa forma de agricultura e a torna objeto de formação intencional (crítica) dos camponeses e das novas gerações do conjunto dos trabalhadores. Os princípios da nova matriz produtiva na agricultura fundamentam, por sua vez, transformações em outras indústrias e dimensões da *práxis* humana (CALDART e FRIGOTTO, 2020, p. 6).

Ainda destacamos que a agroecologia possui sua base alicerçada no conhecimento produzido pelos produtores da agricultura tradicional camponesa, aquela que não foi subordinada às relações capitalistas de produção, evidenciando-se pelas experiências dos camponeses, como resistências e lutas que permitem pensar em uma matriz camponesa, matriz plena, matriz produtiva de vida, de relação com a natureza e com o ser humano. No entanto, para que tal utopia seja possível, são necessários avanços. Também permanecem as lutas, pois não estão imunes de conflitualidades históricas, sociais, econômicas e culturais em virtude do modo de produção capitalista. Podemos destacar ainda as políticas públicas como possibilidades e estratégias para a sobrevivência, reprodução e recriação camponesa, mesmo que não expressem a totalidade das demandas dos camponeses, da transformação social e emancipação política e humana. Assim, entendemos que as políticas públicas são estratégias e possibilidades para acessar direitos e reduzir as mazelas sociais e econômicas propiciadas pelo modo de produção capitalista.

No entanto, procurando sair de um caráter pragmático ou ingênuo, acreditamos que, em longo prazo, somente a superação do modo de produção capitalista pode propiciar uma nova perspectiva de sociedade integral, mais humana, solidária e justa.

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

No capítulo 3, apresentamos o TC1 como espaço geográfico e território em disputa, a partir de suas múltiplas dimensões, com enfoque, de modo especial, sobre as lutas e resistências que os camponeses vivenciam no território, lutas por políticas públicas e, ao mesmo tempo, por um território de governança. Também apresentamos a recriação camponesa que evidencia o protagonismo dos camponeses através dos MSPC; do MST; do MPA; do MAB; das MMC; da Via Campesina; da CPT; das comunidades quilombolas e de Faxinais. A análise é feita a partir das relações geo-históricas das influências que modificaram as formas de vida, de uso e de ocupação do território que, de forma antagônica, intensificaram as lutas de classes: de um lado, os camponeses na resistência e luta pela terra e, do outro, o agronegócio associado aos latifúndios.

Neste capítulo, discorreremos sobre a caminhada histórica percorrida pelo campesinato, demonstrando aspectos gerais do território, bem como as particularidades da luta camponesa, pois entendemos que nada está descolado, por ser o campesinato resultado das lutas e das múltiplas relações em âmbito histórico, social, econômico, político, ou seja, multidimensional.

Para fins comparativos, no decorrer deste capítulo, utilizamos dados, quando necessários, sobre o TC1, o território do Paraná e da federação. O recorte temporal considera a localização histórica da questão agrária no Brasil, analisando em específico as últimas décadas.

3.1 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU (TC1): FORMAÇÃO TERRITORIAL

De acordo com os dados do IBGE (2010), há 107.459 habitantes no meio rural do território do TC1, um percentual de 46,22% da população. Para esta pesquisa, esses números confirmam a tese da recriação camponesa e de sua luta e permanência na terra, mesmo diante do avanço do latifúndio. No Quadro 05 apresentamos esses dados, a fim de possibilitar, visualmente, a compreensão do avanço populacional rural no TC1, entre os anos de 2010 e 2015.

Quadro 05: Características gerais do Território Cantuquiriguaçu.

Variável	Território	Fonte
Área em km	13.986,40	IBGE 2010
População total	232.519	IBGE 2010
População urbana	125.060 – 53,78%	IBGE 2010
População rural	107.459 – 46,22%	IBGE 2010
Número de famílias assentadas	4.264	INCRA 2015
Número de assentamentos	49	INCRA 2015
Área reformada em hectare	96.800	INCRA 2015
Número de estabelecimentos da agricultura familiar	21.184	IBGE 2010
Pessoal ocupado na agricultura familiar	21.184	IBGE 2010

Fonte: IBGE, 2010.

A partir dos anos da década de 1990, os latifúndios que foram grilados²⁶ ao longo da história começaram a ser ocupados pelos Camponeses Sem Terra do MST e de outros movimentos, como o MAB, que lutam pela terra, por reassentamentos. Os demais camponeses, organizados ou não pelo MPA, também lutam pela terra. Essa luta, às vezes, pode ocorrer de forma considerada silenciosa, na produção cotidiana da vida no campo, pelo modo de trabalho na unidade camponesa familiar (UCF) ou de forma organizada e mais evidente como em movimentos populares, como o MAB, o MST, o MPA, a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (FETRAF), e em movimentos independentes, tais como cooperativas, associações, conselhos, clube de mães, dentre outras formas organizativas.

²⁶Grilagem é “A apropriação privada irregular ou ilegal de terras públicas. É fraude documental de títulos de domínio sobre a terra, em especial de terras públicas. Tem sido uma regra na formação da propriedade privada rural no Brasil. Em diferentes momentos históricos foram utilizados diversos mecanismos jurídicos e sociais para assegurar o acesso à terra e aos recursos florestais, e a violência contra comunidades indígenas e camponesas”. Dentre os 851 milhões de hectares do território brasileiro, cerca de 200 a 300 milhões são de terras públicas com títulos de propriedade fraudados (DIREITOS BRASIL, 2021, n. p.). Disponível em: <https://direitosbrasil.com/grilagem-de-terra-o-que-e-quais-as-consequencias/>. Acesso em: 23 jan.20.

O mapa sobre a localização do TC1 (ANEXO I, à p. 205) mostra o espaço e o território, os camponeses e sua recriação. A formação camponesa no TC1 insere-se em um contexto social e histórico de expropriação da terra, de expulsão e morte dos povos originários. Coca (2015) afirma que nas décadas de 1940 a 1960 a atuação de empresas colonizadoras colocou os camponeses e povos originários em uma situação ainda pior: “durante os mandatos dos governadores Moysés Lupion (1947-1950 e 1955-1960) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), legalizaram as terras para a elite agrária e empresas” (COCA, 2015, p. 171). Os camponeses acabavam ficando com as terras acidentadas geograficamente, em beira de rios e de difícil acesso e as melhores terras ficavam com a elite agrária e com as empresas. Ainda de acordo com o autor, “nesse período, foram incentivadas diversas iniciativas de colonização nas terras que compunham o antigo Território Federal do Iguaçu, através de empresas públicas e particulares” (Ibid., p. 171).

A análise da totalidade das relações do território, eminentemente rural, explicita as relações de lutas e resistências do campesinato, bem como as conflitualidades com a perspectiva urbana e do agronegócio. A abordagem tem um caráter didático, daí a fragmentação, porém com o objetivo de dar visibilidade aos sujeitos camponeses que ficam esquecidos sob um rótulo único de agricultura familiar, o que proporcionaria, e proporciona, dentro do modelo capitalista de produção, uma forma acelerada do seu desaparecimento.

Para compreendermos melhor a gênese territorial e política do TC1, recorreremos às sistematizações e documentos existentes que mostram que desde 1984 já se pensava o desenvolvimento desse espaço territorial, ainda que em alguns aspectos, como o da governança. Também, contraditoriamente, apresentava fortes elementos de luta para melhoria da qualidade de vida na região e disputas de poder pelas oligarquias locais, em centros maiores como Guarapuava e Cascavel.

Dados da Cantuquiriguaçu (2003; 2004; 2007) se relacionam ao histórico da formação do território com o território de governança. No dia 8 de agosto de 1984, Valmir Gomes da Rocha Loures, prefeito de Laranjeiras do Sul, e João Ceccura, prefeito de Palmital, fundaram a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. O nome foi escolhido em virtude dos municípios associados se localizarem nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. João Ceccura foi o primeiro presidente da Cantuquiriguaçu. A Associação iniciou os trabalhos na sede em Curitiba, sendo constituída por Laranjeiras do Sul, Palmital, Altamira do Paraná, Guaraniaçu,

Catanduvas, Ibera, Cantagalo, Turvo, Pinhão, Pitanga, Nova Tebas e Campo Bonito. Processualmente, naquele período, outros municípios foram agregados, chegando a 22. Atualmente, são 20 municípios, se desconsiderarmos Palmital e Laranjal, que algumas vezes participaram, outras não, da luta territorial, e que na reorganização territorial via Territórios da Cidadania ficaram no Território Paraná Centro.

Em 2002 foi transferida a sede da Associação para Laranjeiras do Sul, o presidente da Associação era Claudir Justi, então prefeito dessa cidade. O primeiro trabalho foi qualificar o pessoal para articular tecnicamente as lideranças regionais e pensar as demandas e ações coletivas. A criação da Associação caracteriza-se como o primeiro grande ato de organização no território, com natureza civil e com a missão de ser uma estrutura de integração administrativa, de construção conjunta de políticas públicas, de planejamento, de liderança, de reivindicação coletiva com o estado do Paraná, União, Organismos Internacionais e ONGs. Esse pensar está colocado no Estatuto da Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu:

Art. 1º - A Associação dos Municípios CANTUQUIRIGUAÇU, fundada em 08 de Agosto de 1984 é pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, de natureza civil, com prazo de duração indeterminada, que visa a integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõe, tendo sido declarada de Utilidade Pública Estadual em 30 de Junho de 1995, pela Lei nº 11.121, e registrada no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob nº 78594645/0001-97, regendo-se pelo presente Estatuto. Art. 2º - A missão da CANTUQUIRIGUAÇU como entidade representativa será de liderar, planejar, reivindicar, assessorar e empreender, visando satisfazer as necessidades das administrações municipais que a compõe, para a consecução dos objetivos traçados. Art. 3º - Constitui finalidade essencial da CANTUQUIRIGUAÇU congregar os Municípios associados num fórum permanente de debates acerca das questões comuns das municipalidades, buscando o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CANTUQUIRIGUAÇU, 2010, p. 1).

O TC1 é constituído por 20 municípios, com uma população de 232.519, praticamente com metade da população vivendo na zona rural. A estimativa do IPARDES (2017) é de uma população de 247.384 habitantes. Agrega a maior reserva indígena do estado, dos povos Kaingang e Guarani, o maior assentamento de trabalhadores rurais sem terra da América Latina e quatro grupos quilombolas, e mais de 80% das propriedades rurais do território são de agricultura familiar.

O território possui em seu espaço sete usinas hidrelétricas. De acordo com o IBGE (2010) e Cantuquiriguaçu (2003), os 20 municípios que integram esse território apresentam baixíssimos índices de desenvolvimento humano. Essa constatação e o alto índice de pobreza e desigualdade social levaram as lideranças do território a

elaborar, em 2003, o Plano Diretor com o objetivo de desenvolver o território. Nas primeiras discussões sobre a construção do Plano diretor do TC1, os dados do IBGE (2000) apresentavam 15 municípios com mais de 20% das pessoas abaixo da linha da pobreza, sendo a taxa de pobres de 24,69% do total de 62.474 famílias, e 26.159 consideradas pobres com renda *per capita* inferior a ½ salário-mínimo. Outro dado mostra a saída da população jovem da região em busca de trabalho em grandes centros e capitais. Nesse período, também foi organizado o Conselho de Desenvolvimento do TC1 (CONDETEC), que integrava 44 entidades representantes da sociedade civil e poder público. Essa instância tinha como atribuições ser consultiva e deliberativa, trabalhando com projetos e ações para o desenvolvimento coletivo do território.

Em 2008, por determinação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o território passou a ser intitulado de Território da Cidadania²⁷, conforme proposta política do governo federal, com o objetivo de priorizar políticas nos territórios mais pobres do país. Esses territórios, criados com o propósito de governança, levaram em consideração os territórios vividos de camponeses, indígenas, quilombolas, acampados, assentados e demais camponeses. Com essas características, o TC1 foi escolhido pelo governo federal para ser um dos Territórios da Cidadania prioritário para políticas públicas federais articuladas às demandas locais do território, como evidenciado no mapa dos territórios da cidadania, organizados em 2008 pelo governo federal (ANEXO III).

Para organizar o processo pensado de desenvolvimento territorial, as representações dos coletivos do território - organizados em movimentos, associações,

²⁷“O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi criado pelo Governo Federal brasileiro no ano de 2008 como uma continuidade de políticas públicas de desenvolvimento territorial que vinham sendo aplicadas desde 2003 com o objetivo principal de combater a pobreza” (SUMPSI, 2007, n. p.). “Mediante esse Programa, são realizados investimentos em conjuntos de municípios, valorizando um modelo de gestão das políticas públicas de base municipal e territorial” (Correa, 2009, n. p.). “Assim, busca-se inserir a sociedade civil nos processos de definição e avaliação das ações de diversos órgãos do Governo Federal. Para isso, os Territórios da Cidadania devem possuir colegiados territoriais, com participação paritária do Poder Público e da sociedade civil” (COCA, 2014, p. 109). “O Território da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais” (MDA, 2008, n. p.). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2018.

cooperativas, igrejas, dentre outros coletivos da sociedade civil - construíram um plano diretor, como instrumento de orientação das políticas públicas, conforme relata Moraes (2013, p. 103), “já existia uma preocupação das lideranças do território e foi em 2001 que iniciou o debate que culminou com o primeiro esboço que chamamos de Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial”

O processo político de governança do TC1 foi utilizado como um modelo pelo MDA. O TC1 já tinha, desde 2001, um Plano Diretor para governança territorial que foi construído coletivamente pelas entidades, pelos movimentos sociais populares e patronais e pelos entes federados, com a intencionalidade de estabelecer diretrizes, estratégias, pensar projetos e ações para promover a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios do território. A coerência estabelecida no plano ocorreu no fato da ampla participação dos segmentos sociais na sua construção. O Plano Diretor para o Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu definiu dez diretrizes com o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento do TC1, conforme descrito a seguir:

Resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas, Geração de postos de trabalho e renda, Educação e alfabetização de jovens e adultos, Capacitação em todos os níveis e setores, Atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos), Integração intersetorial dentro dos municípios e na região, Parcerias e consórcios intermunicipais, Parcerias com entes externos à região (Governos Federal, Estadual e ONGs) e Fomento à agroindustrialização na região. Otimização no uso da infraestrutura e recursos regionais como Ferroeste, usinas, lagos e BR 277 (MORAES, 2013, p. 55).

As dimensões alocadas no Plano Diretor do TC1 estão diretamente vinculadas ao campo e ao povo mais pobre e, portanto, há conflitos entre classe e modelos de sociedade. Na comparação entre campesinato e agronegócio fica evidente a conflitualidade permanente, a disputa entre territórios, entre modelos de desenvolvimento e entre perspectivas de pensar a sociedade. O território está marcado pelas disputas de poder e de espaço por diferentes sujeitos que residem nesse espaço, não é diferente em relação ao campesinato e ao agronegócio, este último como a materialização do mercado financeiro, nas ações produção, comercialização e na renda da terra como um todo.

No anexo II está demonstrada a base empírica da pesquisa e o protagonismo dos sujeitos, com resistências e lutas dentro do TC no processo de afirmação, criação e recriação. Território que encontra o novo na luta política dos movimentos e o

tradicional no cuidado da natureza e na relação histórica com a natureza e com o homem no campo. Além das comunidades reformadas e tradicionais destacadas na imagem, existem centenas de outras comunidades camponesas tradicionais nos diversos municípios que compõem o território em questão.

O território permite apresentar o indivíduo, o grupo, a comunidade e a sociedade em intrínsecas relações, contradições e em múltiplas dimensões mensuradas na produção da vida individual e ou coletiva. O conceito de território enquanto governança foi utilizado no trabalho para se definir a escala e o espaço da pesquisa.

Os documentos utilizados para entender o TC1 foram os documentos do CONDETEC e da Associação dos Prefeitos do Território Cantuquiriguaçu, a partir de 2008: Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu, Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, Laranjeiras do Sul-PR (2003); Plano de Integração e Desenvolvimento, Laranjeiras do Sul-PR (2004); Plano de Integração e Desenvolvimento, Laranjeiras do Sul-PR (2007); Plano de Integração e Desenvolvimento, Laranjeiras do Sul: CANTU, s/d [2008]; Plano Safra Territorial 2010-2013; Laranjeiras do Sul: CANTU (2010); e ainda outros boletins e sítio da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu - Paraná, em que o colegiado do CONDETEC passou a ser o colegiado do Território da Cidadania.

Nesse contexto, destaca-se o Estado a serviço do capital, o que amplia os conflitos entre classes e as disputas por políticas públicas populares. Assim, afirma Santos (1999):

O Estado brasileiro, ao atender as demandas das grandes empresas, cria uma ordem que lhes garante melhores condições de acumulação, mas, ao mesmo tempo, como observado acima, cria uma desordem avassaladora para os demais agentes (p. 20-21).

Essa nova ordem neoliberal desqualifica o público e entrega o Estado ao serviço privado e a política territorial fica praticamente descartada:

A perda de direitos, as privatizações, o recuo na oferta e qualidade dos serviços públicos, o endividamento das famílias, o desemprego, o medo do futuro, as múltiplas manifestações da violência na cidade e no campo, a falência de pequenos e médios negócios, entre outros, enfraquece a legitimidade do Estado frente à força de trabalho, pois esta é quem vai arcar com a maior parte do ônus da instabilidade criada (XAVIER, 2018, p. 512).

Na correlação de forças com o capital, as organizações e MSPC ficam enfraquecidos, desmaterializados, porém continuam em luta e resistindo, ainda que com menor ímpeto. A luta por políticas públicas permanece mesmo em condições adversas:

Se não formos capazes de construir novas plataformas políticas, nos restará ficar à mercê das forças opressoras e distópicas orquestradas pela especulação financeira que, por ora, sequestraram o Estado e hipotecaram nosso futuro. De nossa parte, consideramos que a dimensão espacial da existência, como condição concreta e resultado da ação, pode permitir pensar a política por novos ângulos, mais generosos e voltados à criação de futuros diferentes (Ibid., p. 513).

A proposição e a efetivação dos Territórios da Cidadania trouxeram uma nova forma de governança. O Colegiado Territorial era composto pela sociedade e, com assembleias abertas, pactuava e executava orçamentos oriundos do governo federal e, na experiência do TC1, o recurso estadual e dos municípios que compunham o Território.

Nesse sentido, destacamos a organização histórica ocorrida entre os anos de 2003 e 2010 do Colegiado que pautou os assuntos e articulou a Associação dos Prefeitos, o governo do Estado, o governo Federal com uma notável organização popular do Brasil, nesse início de século. Por quê? Porque foram inúmeras as conquistas, as realizações que estão especificadas no tratamento e na relação com os sujeitos que compõem o território; foi um movimento pedagógico que articulou a sociedade civil em torno das pautas do campesinato, dos MSPC que compõem o TC1. Logo, é necessária a permanente pauta para os governos, nas diferentes esferas, mesmo que nem sempre o resultado seja alcançado.

A base econômica do TC1, no seu início, esteve alicerçada na expropriação dos recursos naturais, exploração dos habitantes nativos e da mão de obra escrava, atividades de caráter extensivo, extrativista, exploração das vastas áreas naturais e de florestas nativas. “Essa dinâmica manteve-se inalterada com a ascensão e expansão do ciclo econômico da madeira, sobretudo, a exploração da *Araucária angustifolia*” (ROOS, 2015, p. 128). “Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumida de forma predatória e rudimentar” (IPARDES, 2007, p. 23) e essa análise não é deslocada das relações de poder impostas historicamente pelos governos e elite rural.

É assertiva, na análise do uso da terra, a consideração dos aspectos físicos que configuram as distintas paisagens da mesorregião. Todavia, a influência dos condicionantes físicos não é preponderante, deve-se, sobretudo, considerar o processo histórico que atuou na conformação da base produtiva, estabelecendo a dinâmica econômica e as relações de poder, que conjuntamente, formaram a organização da sociedade no Centro-Sul paranaense (ROOS, 2015, p. 134).

No entanto, apesar de séculos de subordinação do campesinato às diferentes formas de poder da elite dominante, como a forma de colonização, de expropriação das terras indígenas, dos quilombolas, dos demais camponeses(as) que compõem o território, a história nos permite compreender a materialidade do campesinato, a partir dos dados da realidade advindos dos censos, do estudo bibliográfico e do trabalho de campo, mostrando conquistas consideráveis, como os inúmeros reassentamentos, assentamentos, escolas, UFFS, políticas de crédito, de comercialização, de produção, de infraestrutura, dentre outras. Destacamos que foram implementados no território pelo protagonismo dos MSPC, como MST, MPA, MMC, MAB, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), FETRAF, CORLAF, dentre outras entidades de organizações camponesas. Salientamos que muitas dessas conquistas se deram por meio das políticas de território da cidadania, como já foi mencionado anteriormente.

Assim, podemos destacar as Políticas²⁸ nos Territórios da Cidadania como positivas, conforme detalhado nos estudos de Moraes (2013):

O que de fato fez desenvolver foram as lutas de massas empreendidas pelos movimentos sociais que arrancaram algumas políticas públicas. Com o atual governo do PT pouco se avançou nas políticas territoriais, pois os setores do campesinato em geral mais empobrecidos que estão nos ditos territórios da cidadania, foram os que menos obtiveram conquistas e apoios de fato para se desenvolver. No caso da Cantuquiriguaçu, onde é forte a presença da luta pela terra, foi o pior período, pois a reforma agrária está paralisada, perde de longe para o período do FHC, por incrível que pareça. Os setores mais empobrecidos nos territórios da cidadania foram cheios de promessas, confiaram, envolveram-se nos conselhos dos territórios, mas foi pura frustração, estamos no aguardo que as promessas se cumpram como diz o povo a esperança é a última que morre. E sobre o conselho, hoje penso que com as políticas públicas que estão aí de migalhas e enrolações, nunca qualquer conselho de desenvolvimento será determinante para o desenvolvimento com as políticas que estão aí. Os movimentos sociais até vitalizam os conselhos e ajudam para uma sociabilidade de alguma

²⁸ A primeira década do século XXI foi extremamente promissora para o Brasil no que tange à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população. Segundo o IBGE, depois de 30 anos de alta desigualdade inercial, o Índice Gini começa a cair em 2001, passando de 0,61 naquele ano para 0,527 em 2012. Pesquisadores têm definido esse período como “década inclusiva”, pois, de maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos – negros, analfabetos, camponeses e nordestinos – foi a que mais prosperou. Partindo do pressuposto de que as políticas públicas de desenvolvimento rural, empreendidas pelo governo federal a partir de 2003, foram fundamentais para esse processo. (CANIELLO, 2016, p.330).

concessão, mas sem lutas de massa e de classes é uma piada o desenvolvimento territorial. Talvez isso tenha um caráter de avanço caso haja um governo democrático popular de reformas de base firmes e decididas, onde não se queira enrolar as organizações com participação que não leva a quase nada (LIDERANÇA MST/CONDETEC, 2013 *apud* MORAES, 2013, p. 108).

No Quadro 06, a seguir, podemos destacar recursos oriundos do governo federal para o desenvolvimento do TC1.

Quadro 06 - Política do Território da Cidadania.
Investimentos no território: Pronat e Proinf - 2003 a 2013.

ANO	VALOR R\$
2003	200.000,00
2004	657.021,50
2005	1.036.700,00
2006	1.049.165,00
2007	95.490,00
2008	1.086.909,80
2009	1.832.522,86
2010	552.400,00
Total	6.510.209,16

Fonte: o Autor.

Esses recursos foram utilizados principalmente na infraestrutura das propriedades camponesas e correspondem a recursos de dois programas de desenvolvimento territorial: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf). O Pronat foi instituído em 2003 e os Proinf se deram por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O Proinf constituiu-se numa modalidade de financiamento do governo federal com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), não-reembolsáveis, cuja finalidade era proporcionar a realização de projetos estratégicos de desenvolvimento territorial, contidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de cada território.

A tabela mostra que os recursos foram poucos, quando se considera o orçamento federal e a necessidade de melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades sociais, porém são significativos em sua ação educativa, pedagógica, por se configurar em um instrumento de política pública territorial, construída a partir da demanda do povo no território.

3.2 CANTUQUIRIGUAÇU: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL

Em relação ao território, também trazemos um conjunto de informações, oriundas de recortes de jornais, que apresenta uma realidade histórica, diversa, vivenciada e construída por meio da própria dinâmica de lideranças locais e de movimentos sociais do TC1. Foram utilizadas algumas fontes jornalísticas produzidas durante o período de análise do objeto desta pesquisa. Atentamos para o fato de que as notícias não estão fora de um contexto social, econômico, de classe, e que apontam para algumas interpretações associadas a alguma ideologia quando utilizam uma linguagem elitizada, ora elaborada, ora não, a fim de subalternar os povos que socialmente, culturalmente e economicamente são excluídos. Isso implica questionar a ideologia dominante que exclui o debate popular, conforme salienta PORTO *et.al.* (2011), quando menciona a concorrência dos conhecimentos, a relação com as fontes, as singularidades e a pseudoneutralidade que repudia esse debate real e político:

Imaginar-se que a competência técnica ou científica prevaleça, em ambientes onde concorrem interesses comerciais e políticos poderosos, é acreditar que a ciência e a tecnologia estão descoladas de seu contexto de produção e comercialização. A relação com as fontes em ciência e tecnologia, apesar das singularidades de que elas se revestem, deve pautar-se pelo mesmo cuidado (...) a defesa da neutralidade, da objetividade, vinculando-se a uma lógica racionalista que repudia o debate político em seu sentido mais amplo e que propositadamente desconsidera a relação capital x trabalho. (p. 60).

Localizamos o território no sentido de entender que os elementos a seguir são necessários para se perceber o processo histórico de governança e políticas públicas e como os camponeses estiveram e estão dentro desse processo de luta e resistência. Trata-se, nesta análise, do TC1 como território de governança, porém de conflitos, lutas, resistências e recriação.

O jornal Correio de Notícias (Ed. 01141, de 13 de abril 1985²⁹) noticiou a criação da Associação dos prefeitos do TC1. O objetivo era criar, de forma coletiva, uma entidade que representasse os desejos das lideranças do território junto ao governo estadual. Nesse momento, tem-se a gênese da palavra, do conceito Cantuquiriguaçu, que passa a ser o nome do território formado por municípios entre os rios Cantu, Piquiri e Rio Iguaçu. Nessa notícia, e em outras do Correio de Notícias (ANEXO I, à p. 205), podemos observar e analisar a luta dos prefeitos e lideranças estaduais para criar o território.

A questão era política, de luta pelo desenvolvimento territorial e, ao mesmo tempo, de interesse em dividir poder. Muitos políticos não encontrando espaço como prefeitos, vereadores e outros cargos em municípios grandes como Cascavel e Guarapuava, buscam espaços políticos criando outros municípios, como a maioria dos municípios do território. Essa é a principal contradição. O anexo I também mostra a localização do TC1 entre os rios Cantu, Piquiri e Iguaçu.

Na notícia de 1986 do Correio de Notícias (ANEXOS II e III, às p. 206 e 207) destaca-se a criação da microrregião 18 a partir da microrregião da Cantuquiriguaçu, e também a criação da Cantuquiriguaçu como canal forte de diálogo com o governo estadual. A Associação foi criada pelos gestores, prefeitos e vereadores dos municípios, visando superar a histórica subordinação do território, pelo menos no aspecto político, O comum, naquele período, seria que os recursos públicos fossem para Cascavel, a Oeste, ou para Guarapuava, ao Centro, principalmente por concentrarem os políticos (deputados) e um número maior de eleitores.

Esse foi um dos primeiros momentos da participação dos políticos, prefeitos do território, com os governos, estadual e federal, na busca por recursos para responder questões concretas dos municípios. Destacamos essa ambição na fala de Loures (1986), no recorte da notícia do Correio de Notícias (ANEXO IV, à p. 208): “nosso espírito de luta é basicamente unificado e sempre que um dos municípios componentes da entidade tem de reivindicar algo, a maioria ou todos os prefeitos vão juntos à repartição onde deve ser tratado o assunto, seja ele na esfera estadual ou federal”.

²⁹Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Cantuquirigua%C3%A7u&pasta=ano%201985. Acesso em: 12ago.18.

Outro recorte importante do Correio de Notícias (ANEXO V, à p. 209) refere-se ao planejamento político territorial, destacando a conquista por parte da Associação para a realização de uma pesquisa que teve como objetivo a construção de um perfil socioeconômico da microrregião. Essa série de notícias aponta para a criação e a efetivação de um território eminentemente político, que gera outras articulações, resultando em um território organizado. Tal situação permitiu, conforme estudos do MDA (2002), articular com lideranças locais a criação de um território de desenvolvimento, justamente pelo empobrecimento histórico e pelas poucas políticas públicas, ou mesmo negação delas.

A transformação em um Território da Cidadania, em 2008, possibilitou uma maior articulação, principalmente com o governo federal e, também, com o governo estadual e organizações não governamentais, com o intuito de fomentar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. O Território da Cidadania era uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de garantia de direitos sociais.

O TC1 apresenta, como características principais, a dimensão da formação de sua identidade territorial de governança articulada aos MSPC, apesar dos limites da formação e das políticas públicas, no que pese questões mais amplas no campo em disputa, como o avanço do modelo do agronegócio como expressão do modo capitalista de produção sobre o território do campesinato, travando, dificultando, obstruindo a recriação camponesa, deixando evidente a conflitualidade por meio das lutas e resistências dos camponeses destacadas neste trabalho de pesquisa.

3.3 TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: A CONFLITUALIDADE E O PROTAGONISMO DOS CAMPONESES NA RECRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO

Nesse item apresentamos a dinâmica dos MSPC e demais camponeses, nem sempre organizados, como expressão da luta e da resistência camponesa no TC1.

A partir da pesquisa, levantamos um conjunto de indicadores da recriação camponesa no TC1. Os MSPC estão materializados no espaço a partir de sua organização social, lutas de classes e modo de vida. O território do campesinato possui elementos reais, como uma Universidade situada dentro de um assentamento do MST, Cooperativas, o Ceagro, quase cinco mil famílias assentadas e mais de 21 mil famílias de camponeses, praticamente metade da população residindo no campo,

o que mostra uma realidade diferente do estado do Paraná e do Brasil em que a população no campo não chega a 20%.

Os Movimentos MSPC resultam da própria contradição do modelo capitalista que não considera em seu projeto de desenvolvimento a existência de sujeitos no campo. A atuação desses movimentos explicita cada vez mais quem são os sujeitos que atuam em nome do capital e sua relação mundializada. Ammann (1991) salienta que

é a contestação o elemento construtivo dos Movimentos Sociais. Os Movimentos Sociais contestam determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção; de luta de classes sociais, étnicas, partidárias, territoriais, dentre outras. , (p. 22)

Os Movimentos Sociais são organizações da sociedade civil que pressionam a sociedade política, o Estado, as instituições, almejando a defesa ou a conquista de direitos humanos, civis, políticos, econômicos, ecológicos, dentre outros. Essa contestação da negação de direitos é histórica.

No TC1, somente mediante a articulação dos movimentos sociais foi possível repensar a realidade social, econômica e cultural e propor alternativas, cooperativas, solidárias, transformadoras e que possivelmente podem se tornar revolucionárias, por possuírem a força de trabalho. Os camponeses, por possuírem essa força e a autonomia na unidade de produção, podem produzir por meio da agroecologia, contrapondo-se ao modelo do agronegócio e estabelecendo uma nova ordem, a da produção de alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade. Os movimentos sociais populares exprimem a razão de classe, classe trabalhadora, ao se contraporem à classe dominante e seus movimentos.

A luta do povo é pela vida, dada a condição difícil pela falta de trabalho ou local para realizar esse trabalho. Ao mesmo tempo, ao lutar pela vida, está lutando pela classe trabalhadora, para acesso ao trabalho.

Assim como a categoria trabalho, e por causa dela, a dimensão de classe desempenha um papel central (...), permite construir a unidade a despeito das diferentes aparências que os movimentos possam assumir e das categorias distintas que eles mobilizam. As diferenças raciais, étnicas e ocupacionais podem tornar a ação coletiva mais difícil, introduzindo divisões, confrontações, provocando recuos e fracassos. Mas a percepção, muito embora difusa, da natureza de classe da sociedade capitalista, que funda e atravessa os antagonismos sociais, superpondo-se às demais diferenças, é o elemento que permite às classes dominadas se articular e construir uma ação comum para além das identidades específicas (GALVÃO, 2011, p. 123).

Os Movimentos surgem pela identificação de causas e demandas. As condições objetivas de luta dos movimentos sociais populares são potencializadas pela realidade em que o capitalismo fracassado expõe suas feridas.

Conforme dados da FAO (2017), dos 7,2 bilhões de habitantes do planeta em 2017, 70% viviam abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com uma diária abaixo de dois reais. De outro lado, o capitalismo concentra renda e riquezas para uma pequena parcela da população mundial, “90% das riquezas estão em mãos de 10% da população”, ainda segundo a FAO (2017). No campo, a contestação a esse modelo pode ser vista em todos os coletivos de camponeses, independentemente de sua identidade, identidade essa conectada a uma luta política.

As contradições existentes no campo, por causa do modo de produção capitalista, fazem ecoar os gritos de luta de diferentes MSPC, não sendo diferente no TC1, empobrecido historicamente pela espoliação do povo indígena e escravos e expropriação das riquezas existentes.

Diante do exposto, em relação ao objeto de pesquisa, vamos ao encontro dos MSPC que são os sujeitos coletivos que resistem e lutam defendendo o campo e o território camponês. Destacamos, inicialmente, o MST organizado em 1984, período de inúmeras tensões no campo e de fim da ditadura militar. O MST é um movimento que emerge com a bandeira de luta pela terra, por reforma agrária, por uma sociedade mais justa e fraterna, contra o modelo do agronegócio e pela superação do modo capitalista de produção. Para o MST,

A solução para estes problemas só será possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. E confiamos que a realização da Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra e produzindo alimentos, é nossa contribuição mais efetiva para a realização de um Projeto Popular (MST, 2020, n/p).

Por isso, em uma perspectiva ampliada de luta globalizada, o MST participa também de articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir esses direitos sociais. Nacionalmente, o MST participa do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais. No entanto, a reforma agrária sempre foi a primeira bandeira:

Com a derrota da reforma agrária na Constituinte de 88 e com o fracasso do I PNRA, os nascentes movimentos sócio-territoriais caminharam para se

constituir nos novos personagens da cena política nacional. Seu único caminho foi a luta pela terra. A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social. (OLIVEIRA, 2007, p. 131).

Foi nesse cenário que os camponeses voltaram a se organizar na luta pela terra, por meio de diversos movimentos, como o MST, oriundos de pequenos movimentos que se fundiam em coletivos ampliados em uma luta nacional. Conforme esse autor:

o MST como o movimento socioterritorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra (p. 138).

O MST ocupa um *locus* de destaque nacional e se consolida como um dos maiores movimentos populares do campo que organiza o povo para a luta pela terra como um direito.

O MST, portanto, tem esta componente nova na sua organização, o MST nasceu como um movimento de massa, de contestação contra o não cumprimento pelo Estado da lei da reforma agrária. Um caminho para entendê-lo é aquele da análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era “Terra para quem nela trabalha” (1979/83). Depois, quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, o novo lema foi: “Terra não se ganha, terra se conquista” (1984). Quando o MST se fortaleceu e avançou, sobretudo durante o Governo Sarney, e quando percebeu que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: “Sem Reforma Agrária não há democracia” (1985) e “Reforma Agrária já” (1985/6). Como a violência aumentou, violência que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: “Ocupação é a única solução” (1986), “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” (1986/7) e por ocasião da Constituinte, “Reforma Agrária: na lei ou na marra” (1988) e “Ocupar, Resistir, Produzir” (1989) depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também, qualitativamente do ponto de vista político (OLIVEIRA, 2007, p. 140).

No histórico de luta do MST, esse autor apresenta como as demandas e a forma de relação com o Estado, a burguesia local e os latifundiários foram mudando ao longo dos anos, bem como as abordagens políticas, de forma a mostrar à sociedade a legitimidade da luta pelo direito à terra.

Na década de 90, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: “Reforma Agrária: essa luta é nossa” (1990/1). “MST, agora é para valer” (1992/3). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso veio a palavra de ordem: “Reforma

Agrária: uma luta de todos!" (1995). A mudança nas palavras de ordem representa a mudança da estratégia política do Movimento. A palavra de ordem: "Reforma Agrária: uma luta de todos!" Particularmente, tem um significado político importante, tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo. Este foi um período, como se verá ainda neste livro, de crescimento e aceitação do movimento no conjunto da sociedade brasileira. No ano 2000 o lema passou a ser "Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio", numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem que cumprir sua função social (Ibid., p. 140).

O MST atua em escala global, ao participar da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes, e em escala nacional está organizado em todos os estados.

No território pesquisado o MST tem um dos seus principais territórios de lutas, resistências, algumas derrotas e muitas conquistas. Entre os anos de 1988 e 2012, aconteceram no TC1 71 ocupações de terra, com a participação de 16.741 famílias. Segundo COCA (2015), as ocupações no território em questão representam 10% das ocupações e 19% das famílias ocupantes no estado do Paraná e,

dos seus 20 municípios, apenas em Diamante do Sul e Marquinho não foi registrado esse tipo de conflito fundiário. O município com maior número de famílias em ocupações de terras é Rio Bonito do Iguaçu, sendo seguido por Quedas do Iguaçu. (p. 171).

O MST, no Paraná, é oriundo de diversos movimentos, como o "Mastro, Masters, Masten, Mastreco e Mastel como apoio da CPT, das Igrejas católicas e Luterana, da CUT e de Sindicatos Rurais" (MORRISSAWA, 2001, p. 177).

Diversos acampamentos foram realizados no Paraná de 1985 em diante, após o 1º Congresso Nacional que constituiu o MST. Até 1990, já havia 60 assentamentos no Paraná e "em abril de 1996 é realizada a maior ocupação da regional do Sul, quando 3 mil famílias ocupam a fazenda Pinhal Ralo, Município de Rio Bonito do Iguaçu no Território da Cantuquiriguaçu" (Ibid., p. 177).

Os assentamentos no Brasil são classificados por tipos, num total de 20 tipos, conforme descrito no Quadro 07, a seguir.

Quadro 07 -Tipologia de Assentamentos de Reforma Agrária – 1961-2010.

ITEM	SIGLA	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS-RA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	PA	Projeto de Assentamento Florestal	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
2	PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
3	Q	Assentamento Quilombola	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
4	PRB	Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens	INCRA/ GOVERNOS ESTADUAIS
5	AF	Projeto de Assentamento Florestal	INCRA
6	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	INCRA
7	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	INCRA
8	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	INCRA
9	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	INCRA
10	PC	Projeto de Colonização Oficial	INCRA
11	PIC	Projeto Integrado de Colonização	INCRA
12	PFP	Projeto fundo de Pasto	CDA
13	PE	Projeto de Assentamento Estadual	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
14	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	GOVERNO MUNICIPAL
15	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	GOVERNO MUNICIPAL
16	FLONA	Florestas Nacionais	ICMbio*
17	RESEX	Reserva extrativista	ICMbio*
18	RDS	Reserva de desenvolvimento Sustentável	ICMbio*
19	FLOE	Floresta Estadual	CEUC/SDS**
20	PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista	ITERPA***

Fonte: DATALUTA, 2011; org.: Coca (2011).

Notas:

RA=Reforma Agrária.

*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

**Centro Estadual de Unidades de Conservação/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas).

***Instituto de Terras do Pará.

Os estudos do DATALUTA³⁰ (2013), entre 1984 e 2012, mostram que foram implantados quarenta e nove assentamentos rurais no TC1, com 4.581 famílias e

³⁰ O projeto DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra é um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Presidente Prudente. Foi criado no ano de 1999 para sistematização de dados referentes às ocupações de terra e assentamentos rurais. Atualmente, o DATALUTA é a mais ampla referência de dados da questão agrária brasileira, porque reúne dados de diversas fontes. Os dados

95.399 ha. Esses dados representam 17% dos assentamentos, 24% das famílias e 24% da área destinada à reforma agrária no estado do Paraná. O território firma sua identidade como um território reformado na luta pela terra quando da ocupação do latifúndio Giacomet-Marodim, em 1996, considerado um marco da luta do MST no Brasil.

Já os assentamentos da reforma agrária são classificados em sete tipos, conforme o Quadro 08:

Quadro 08 - Tipologia dos Projetos de Assentamentos de reforma Agrária de Mercado-1998-2009.

ITEM	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	SIGLA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Projeto de Célula da Terra	PCT	MDA*
2	Banco da Terra	BT	MDA*
3	Crédito Fundiário	CF	MDA*
4	Combate à Pobreza Rural	CPR	MDA*
5	Consolidação da Agricultura Familiar	CAF	MDA*
6	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar	NPT/CAF	MDA*
7	Nossa Primeira Terra/Combate à Pobreza Rural	NPT/CPR	MDA*

Fonte: DATALUTA, 2008.

A luta pela terra na recriação camponesa apresenta no TC1 49 assentamentos com 4.352 famílias assentadas em uma área de 95.332.82 hectares. Esses dados estão acrescidos do nome de cada assentamento, tipologia, município, número de famílias, áreas (ha) e data de criação no ANEXO I (à p. 211), expressando, assim, o movimento de recriação camponesa por meio dos assentamentos e reassentamentos.

O TC1 destaca-se como um dos territórios com maior número de propriedades criadas e recriadas pelo campesinato na América Latina. Um território em permanente luta, resistência, enfrentamentos, prisões³¹ de Sem Terra, assassinatos de lideranças

pesquisados são digitados em programas apropriados para elaboração de mapas, gráficos e tabelas nas diversas versões. Os resultados são divulgados anualmente através do Relatório DATALUTA.

³¹ Ver sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/01/assassinato-de-antonio-tavares-pela-pm-do-governo-lerner-completa-20-anos/>. Acesso em: dez. 2020.

do Povo Sem Terra (PST) e, também, de muitas conquistas de terra e de políticas públicas.

Entre 1994 e 2002 ocorreram 502 prisões de agricultores, 324 lesões corporais, 7 trabalhadores vítimas de tortura, 47 ameaçados de morte, 31 tentativas de homicídio, 16 assassinatos, 134 despejos violentos e 1 sequestro. Os dados fazem parte de uma denúncia enviada pelas entidades Terra de Direitos, Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo próprio MST à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2003 (MST, 2020, n. p.).

No Anexo IV (à p. 214) é apresentado o TC1 reformado pelos assentamentos, oriundos da luta do povo camponês, os assentamentos como a expressão do contraditório, da regularização da terra da elite agrária tradicional no Brasil, do latifúndio e do agronegócio, da recriação camponesa no TC1.

De acordo com o MST (2020), em dois de maio de 2020, suas comunidades, em todas as regiões do Paraná, iniciaram hortas e agroflorestas comunitárias, as quais foram batizadas com o nome de Antônio Tavares. No território, a horta agroecológica foi construída no município de Pinhão, no acampamento Nova Aliança, que iniciou a horta comunitária Antônio Tavares, de cinco mil metros: m^2 com cerca de 70 famílias vivendo e construindo a comunidade há cinco anos. Nos Anexos 06 e 07 (às p. 216 e 217) apresentamos os assentamentos, as famílias e área utilizada no TC1 pelos assentamentos, ícones de luta e resistência.

No território estudado existem três tipos de assentamentos: o Projeto de Colonização (PC), o Projeto de Assentamento Federal (PA) e o Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB), correspondendo a “diferentes respostas às demandas dos camponeses paranaenses por terra e território, expressões diferentes de um mesmo processo denominado como reforma agrária” (COCA, 2016, p. 5). Os assentamentos do tipo PA são os mais utilizados no Brasil, no Paraná e no TC1. A maioria deles teve sua origem quando os movimentos socioterritoriais realizaram as ocupações de terra e impulsionaram o governo federal a desapropriar ou comprar a área demandada.

Até 1999, foram criados 37 assentamentos e no período entre os anos 2000 e 2010 foram criados mais 12, dos quais 5 são reassentamentos da Copel. O último assentamento criado pelo INCRA no TC1 foi em 2010, no município de Candói, o Assentamento Oito de Outubro.

A ocupação do latifúndio Giacomet-Marodim ocorreu no dia 17 de abril de 1996, quando da efetivação do acampamento Buraco, no município de Rio Bonito do Iguaçu. No local, conhecido como “Buraco”, às margens da BR-158, cerca de 3.000 famílias, aproximadamente 12.000 pessoas, uniram-se na esperança da conquista da terra. (FOLLMANN, 2019, p. 74).

No TC1, destaca-se na luta pela terra do MST, dentre as inúmeras ocupações e os assentamentos conquistados, o planejamento, a articulação e a massa de sem terras fazendo a marcha e a ocupação em um dos maiores acampamentos já vistos. A ocupação foi realizada no latifúndio Giacomet-Marodim.

A empresa Giacomet-Marodin, proprietária de grande extensão de terra, (aproximadamente 90 mil hectares), localizada nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, região do médio centro oeste do estado do Paraná, era o maior latifúndio do Sul do Brasil onde há tempos ocorriam tentativas de ocupações. (HAMMEL; SILVA e ANDREEATTA, 2007, p. 34).

A ocupação, descrita e fotografada pelas lentes de Sebastião Salgado, correu o mundo como um momento ímpar da luta camponesa no Brasil. A marcha da celebração do Dia Internacional da Luta pela Reforma Agrária, em 17 de abril de 1996, ficou eternizada pelo fotógrafo, pela foto do momento em que uma multidão de camponeses cruzava as porteiras da fazenda, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná (ANEXO XIII, à p. 224)).

Conforme esses mesmos autores,

Era impressionante a coluna dos sem-terra formada por mais de 12 mil pessoas, ou seja, três mil famílias, em marcha na noite fria daquele início de inverno, no Paraná. O exército de camponeses avançava em silêncio quase completo. Escutava-se apenas o arfar regular de peitos acostumados a grandes esforços e o ruído surdo dos pés que tocavam o asfalto (p. 36).

E salientam que “Pelo rumo que seguia a corrente, não era difícil imaginar que o destino final fosse a Fazenda Giacometti, um dos imensos latifúndios, tão típicos do Brasil”. (p. 37).

Um coletivo de camponeses com um só objetivo, por meio da utopia, da luta, ocupar, resistir e conquistar para produzir na terra.

Corretamente utilizados, os 83 mil hectares da Fazenda Giacometti, poderiam proporcionar uma vida digna aos 12 mil seres que marcharam, naquele momento, em sua direção. Anda rápido um camponês: vinte e dois quilômetros foram cobertos em menos de hora, quando chegaram lá, o dia começava a nascer. A madrugada estava envolta em espessa cerração que, pouco a pouco, foi se deslocando da terra sob o efeito da umidade do rio Iguaçu, que corre ali bem próximo, pois o rio de camponeses que correu pelo

asfalto noite adentro, ao desembocar defronte à porteira da fazenda, para e se espalha como as águas de uma barragem (ibid., p. 37).

Como marco, os sujeitos Sem Terra arrebentaram o cadeado, como se abrissem o caminho da vitória, a conquista da terra.

Ante a inexistência da reação por parte do pequeno exército do latifúndio, os homens da vanguarda arrebentam o cadeado e a porteira se escancara; entram; atrás, o rio de camponeses se põe novamente em movimento; foices, enxadas, e bandeiras se erguem na avalanche incontida das esperanças nesse reencontro com a vida – e o grito reprimido do povo sem-terra ecoa uníssono na claridade do novo dia: 'REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS!' (HAMMEL; SILVA e ANDREEATTA, 2007, p. 37).

As primeiras ocupações no TC1 foram tensas e repletas de conflitos, enfrentamento com os jagunços. Mesmo com a mídia contra, mesmo com a falta de infraestrutura, os camponeses não desistiram. “Conhecido mundialmente como o maior acampamento da América Latina, com mais de 3.000 famílias equivalente a 12 mil pessoas em busca da realização de um sonho comum” (Ibid., p. 38), destacam várias produções científicas e, por nós, reafirmada como o maior acampamento camponês da América Latina:

A ocupação que gerou o Assentamento Marcos Freire foi organizada por lideranças do MST e ocorreu em 17 de abril de 1996. No mesmo dia, no Pará, houve o confronto entre cerca de 1.500 trabalhadores rurais em protesto pela demora no assentamento. A polícia militar do estado foi acionada e o embate resultou na morte de 19 deles, tornando-se mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás (JANATA, 2012, p. 69).

Em seus, essa autora ressalta que o movimento era nacional, bem como os embates com o latifúndio e seu ataque, usando a mídia, o Estado e os governos:

A semana da ocupação, em abril de 1996, foi marcada por intensas mobilizações em todo o Brasil, com a Marcha pela Reforma Agrária, que iniciou dia nove do referido mês. No Paraná, mobilizaram-se sem-terras de diversas regiões do Estado, que acamparam em Curitiba buscando negociar com o INCRA (p. 70).

No entanto, o movimento seguiu firme e ocupou áreas por todo o país. Em relação às várias ocupações no INCRA em Curitiba, capital do estado do Paraná, as famílias que fizeram a ocupação vieram de diversas cidades e, principalmente, famílias que enfrentavam o modelo energético da construção de barragens e alagamento de suas terras. Também vieram trabalhadores desempregados da construção das barragens quando findava sua construção.

Houve uma grande quantidade de famílias vindas de Foz do Iguaçu, um município que, pela construção da Usina de Itaipu, foi palco de vários conflitos entre os atingidos pela construção da barragem e a Eletrosul. As obras envolveram cerca de 40 mil trabalhadores e, a maioria, após seu término, ficou desempregada, não retornando às suas cidades de origem. Formaram-se favelas nas periferias de Foz do Iguaçu e as saídas para a sobrevivência foram o subemprego, as atividades informais e o tráfico de drogas. Ao confrontarmos com os dados das ocupações de origem, vemos que cerca de 20% são de trabalhadores e desempregados urbanos (JANATA, 2012, p. 74).

Já foram realizados diversos acampamentos e assentamentos nas terras desse latifúndio com conflitos e morte de sem-terra. No mês de agosto de 1997, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) oficializou o assentamento Ireno Alves dos Santos, o maior do Brasil até 2002, quando oficializou em Quedas do Iguaçu o assentamento Celso Furtado, com 1.200 famílias. A empresa Giacomet-Marodin atualmente é chamada de Araupel e opera no ramo madeireiro desde o início do século XX, com característica extrativista e exportadora.

Em 1972 dois grupos tradicionais com atuação desde a década de 1910 no ramo da madeira, a Madeireira Giacomet S.A. e a Marodin S.A. Exportação se unem e constituem no Rio Grande do Sul a Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A., adquirindo 100 mil ha de terras e florestas no sudoeste do Paraná. As terras adquiridas originalmente eram da Companhia Celulose e Papel Iguaçu, pertencentes a José Ermírio de Moraes, que possuía três pequenas serrarias e foi responsável por consolidar o Grupo Votorantin (Ibid., p. 77).

Em janeiro de 1997 foram finalmente desapropriados os 16.852 hectares dessa fazenda. O MST tem na reforma agrária a chave para a reprodução do território do campesinato e, portanto, da vida dos camponeses e das camponesas. No entanto, os latifundiários, o agronegócio e a elite dominante não aceitam a reforma agrária e insistem em um projeto concentrador de terras, de riquezas e de uso de agrotóxicos para produzir alimentos.

Os assentamentos realizados pelo MST, articulados com os demais MSPC, protagonizaram e protagonizam diversas conquistas no TC1. Dentre elas, destacamos o Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia), fundado no ano de 1997 e que desenvolve atividades de assistência técnica, pesquisa e capacitação tecnológica com agricultores familiares e assentados da reforma agrária da região centro do Paraná (ANEXO XIV, à p. 217). Com sede no município de Laranjeiras do Sul, Paraná, o Ceagro possui atuação na maioria dos municípios do TC1 e “atualmente suas atividades estão organizadas a partir de quatro eixos

estratégicos e transversais: Agroecologia, Cooperação e Gestão, Gênero e Juventude” (CEAGRO, 2020).

Durante a pandemia³² em 2020, o Ceagro executou um programa emergencial, programa de alimentos, com o intuito de articular e auxiliar os menos favorecidos e em situação vulnerável. Trata-se de financiamentos oferecidos e disponibilizados pelo grupo do Banco do Brasil, e manifesta duas grandes ações, uma é a doação das cestas para essas famílias necessitadas, para atender assim as duas pontas, “a primeira tem os produtores com as compras dos alimentos e atende as famílias nas cidades com a doação, e a segunda é comprarmos os produtos, montar as cestas e doar para as famílias carentes” (Depoimento do AFCK).

De acordo com a Coordenação do Ceagro (2020), foram entregues 2.000 cestas de alimentos mediante sua parceria com a Fundação Banco do Brasil. Realizou-se a aquisição e doação de 40 toneladas de alimentos divididos em kits de big cestas básicas, 20 kg (ANEXO XIV, à p. 217). Todos os alimentos - mais de 90% agroecológicos e oriundos da reforma agrária - foram adquiridos de famílias agricultoras. Também foram parceiros nessa ação as prefeituras municipais de todos os municípios, Conglomerado do B. B. (Fundação Banco do Brasil - Cooperforte Cooperativa de Crédito BV – BB seguros Banco do Brasil, S.A.); UFFS (NecoopUffs); MST; Crehnor Laranjeiras, produtos da terra, PR; Copavi (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória); MAB; MPA; Agência de Desenvolvimento do Extremos Oeste do Paraná – ADEOP.

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas pelo Ceagro, destacamos a Feira Agroecológica (FESA) que, em 2019, realizou a sétima edição. A feira passou a ser um espaço importante de comercialização de produtos agroecológicos, bem como de formação e divulgação para toda a população, da diferença e da importância da produção camponesa agroecológica. O protagonismo do MST no território proporcionou a organização dos camponeses, principalmente em associações e cooperativas. Destacamos a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO):

³²“O início de 2020 foi marcado por um surto de uma misteriosa pneumonia causada por uma variação do coronavírus cujo primeiro caso foi reportado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. O aumento do número de casos rapidamente caracterizou a infecção como um surto, de modo que, no final de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a situação como uma emergência em saúde pública de interesse internacional (Pandemia). Ela é usada quando uma doença não se restringe apenas a uma região específica, mas sim por todo o globo” (Oliveira *et al.*, 2020, n. p.).

A Cooperativa do Assentamento 8 de Junho (COOPERJUNHO) de Laranjeiras do Sul, é um exemplo de como o PAA tem contribuído para a formação de estratégias de produção e comercialização coletivas por parte dos camponeses. Ela é formada por cerca de 50 camponeses assentados, dos quais a grande maioria tem no PAA sua principal fonte de renda (COCA, 2015, p. 173).

Essa Cooperativa do é uma referência em produção agroecológica e afirma que “Somos um grupo de mulheres e homens lutadores organizados para a produção de alimentos saudáveis que busca a interação solidária de sócias e sócios” (COOPERJUNHO, 2019, n. p). Sua história se confunde com a história de luta, sempre presente, não só para a conquista do assentamento, mas também da participação em outras lutas por outras terras e principalmente pela implantação da UFFS. “A descentralização das decisões e transparência, valoriza as famílias, gerando renda e autonomia para as mulheres e jovens, desta forma sendo referência da reforma agrária” (COOPERJUNHO, 2019, n. p.). Seus principais produtos são de panificação, serviços de alimentação e homeopatia.

Para além do MST, também está presente no TC1 o MAB, o MPA, as MMC, a CPT e a Via Campesina. O MPA³³ foi criado em 1996, fruto da luta por políticas públicas em função das dificuldades decorrentes da seca daquele ano na região sul do país.

O MAB é resultado de um modelo energético de construção de barragens e usinas hidrelétricas a partir dos anos de 1970 no Brasil, que desconsiderou a presença de camponeses nos territórios. O TC1 e o estado do Paraná foram marcados pela expulsão dos camponeses de suas terras numa escala nunca vista antes no Brasil. “No prazo de dez anos, foram cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais” (MORISSAWA, 2001, p. 121). O MAB, portanto, foi criado na contradição do modelo energético que avançou sobre os territórios camponeses dos ribeirinhos sem deixar saída, a não ser lutar para sobreviver. O MAB tem como bandeira de luta:

Fazer a defesa da vida como Movimento social que luta pelos direitos das populações atingidas por barragens, água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Movimento social que luta pelos

³³O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo, assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br>. Acesso em: 03 ago. 2020.

direitos das populações atingidas por barragens, atualmente organizado em 19 Estados brasileiros. Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular! (MPA, 2020, n. p.).

Considerando a existência de vários rios e o relevo acidentado com várias quedas da água, o TC1 propiciou a instalação de diversas usinas hidrelétricas com a formação de lagos, ficando submerso um vasto território dos camponeses ribeirinhos.

Destacam-se na Questão Agrária do Cantuquiriguaçu os impactos socioambientais ocasionados pela construção de 7 usinas hidrelétricas. Diversos ribeirinhos foram expropriados de suas terras, sendo que muitos deles não receberam qualquer tipo de indenização [...]. Isso fez com que parte desses ribeirinhos passasse a integrar os movimentos socioterritoriais que começavam a ser organizados no final da década de 1970 e no princípio da década de 1980 (COCA, 2015, p. 171).

O MAB, por meio da organização e luta, conseguiu criar e promover a recriação camponesa por meio do Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB). No TC1 existem 5 assentamentos PRB, construídos em função da Usina Hidrelétrica Governador José Rixa (Salto Caxias), no rio Iguaçu, em 1995. Com a efetivação dessa obra foram inundadas terras pertencentes a nove municípios, desabrigando 1.322 famílias, totalizando 6.107 pessoas. No entanto, muitos camponeses continuam desalojados de suas terras sem receber indenização pela terra e pelas benfeitorias. Ocorreu uma verdadeira hecatombe da memória, da ecologia, em virtude do desaparecimento de comunidades, cemitérios, igrejas, escolas, dentre outros elementos constituintes da vida camponesa.

O MMC³⁴ foi criado em 1995 com o objetivo de lutar contra todas as formas de violência sofridas pelas mulheres e lutar por políticas públicas de garantia de direitos das mulheres da classe trabalhadora. Apresenta-se como um movimento que luta pela libertação das mulheres e pela construção de um projeto de agricultura popular, feminista e agroecológico. No TC1 são inúmeras as ações e atividades do MMC, podemos destacar a formação/produção agroecológica, a formação de mulheres e a produção de ervas medicinais.

Enquanto militante de um movimento social camponês e feminista, defendo um projeto de vida e de sociedade que é a agricultura camponesa agroecológica e feminista, portanto, defendemos o campesinato como uma

³⁴ “Somos um Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em dezoito estados brasileiros. Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres” (MMC, 2020, *online*). Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2020.

forma de vida e que tem um enfoque na agroecologia para realizar a produção. Lutamos por um modo de produção e de vida que seja capaz de produzir alimentos saudáveis para a família e para os consumidores, destaca-se que esses alimentos têm que ter um preço acessível para a classe trabalhadora e justo para quem produz, dessa forma é importante o diálogo entre quem produz e quem consome. Além disso, tem que ser um modo que agrida o menos possível a natureza, que seja de fato sustentável, que preserve a biodiversidade, o solo, água e demais bens naturais. E que não seja um modo de vida opressor ou que promova qualquer outro tipo de violência, se busca a construção de novas relações entre os seres humanos e com a natureza (Depoimento da AFCG-Militante do MMC e Agroeco-logista, 2020).

As mulheres camponesas lutam por um modo de vida camponês, pela agroecologia, contra o machismo e o patrimonialismo que perduram em uma sociedade extremamente conservadora e de valores arcaicos, contra o feminicídio e todas as formas de submissão da mulher em relação ao homem e ao sistema capitalista.

Há mais de vinte anos construímos um Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Nesse período, nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão (MMC, 2020, n. p.).

O MMC desenvolve ações com os demais MSPC por meio da Via Campesina Internacional (VCI) e, de forma específica, atua na formação das mulheres, tanto para a luta política e por direitos como para a produção e, de forma mais pontual, para a formação e prática em agroecologia.

A VCI luta em defesa da agricultura sustentável como forma de promover justiça social e dignidade, além de se opor às multinacionais do agronegócio que estão destruindo os bens naturais e as pessoas. Desde 1993, por meio da VCI, milhões de pessoas que vivem em áreas rurais alertam o mundo sobre o naufrágio que está por vir.

De acordo com o Coletivo da VCI (2020), após uma década de agitações e luta para combater o alcance cada vez maior do capital global, a VCL propôs e começou a fazer campanha por um instrumento jurídico internacional que defenda os direitos das pessoas sobre seus territórios, sementes, água, florestas. Durante 17 anos camponeses, trabalhadores, pescadores e indígenas da Ásia, África, Américas e Europa negociaram pacientemente e persistentemente dentro e fora do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, compartilhando suas histórias de

desapropriação e desespero. Esse processo de negociação catalisou o quadro do movimento e permitiu que eles fizessem campanhas com mais força. Organizações não governamentais aliadas, outros movimentos sociais de produtores de alimentos, acadêmicos e governos progressistas também contribuíram para a construção de uma dinâmica que favoreceu o estabelecimento de um mecanismo legal internacional.

De acordo com a VCI (2020), em 18 de dezembro de 2018, esses esforços finalmente deram frutos e a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais (UNDROP)³⁵. Essa Declaração exige que os camponeses não sejam apenas meros sujeitos de direitos, em vez disso, reconhece os camponeses e as pessoas nas áreas rurais como atores fundamentais na superação das crises.

A Declaração concentra-se no direito à terra, sementes e biodiversidade, bem como a vários direitos coletivos ancorados na soberania alimentar. Essa soberania é o direito das pessoas de determinar seus sistemas alimentares e agrícolas e o direito de produzir e consumir alimentos saudáveis e culturalmente adequados.

O ônus agora recai sobre os Estados membros da ONU, movimentos sociais e sociedade civil em todos os cantos do mundo, para adaptar e implementar esta Declaração em diferentes contextos nacionais. A solidariedade entre as pessoas rurais e urbanas, camponeses e trabalhadores, produtores e consumidores de alimentos é nossa única arma contra o capitalismo global. Educar nosso povo e a formação de nossa juventude rural é essencial para nossa luta. Vamos reivindicar o mundo que o capitalismo nos tirou brutalmente. Vamos insistir que esta terra, essa água, essas florestas não passem de nós, nossa vida. Este livro é apenas uma ferramenta nessa luta maior em defesa da vida. Adiante, vamos! (La Via Campesina, 2020, n. p.).

A Declaração da ONU também estabelece em cada artigo uma série de obrigações e recomendações para os Estados membros. Esses artigos explicam não apenas os direitos dos camponeses, mas também os mecanismos e instrumentos para os Estados garanti-los.

A CPT³⁶, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), visa ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um

³⁵Esta Declaração da ONU é um instrumento estratégico para fortalecer as lutas e propostas dos movimentos rurais. Também estabelece jurisprudência e uma perspectiva jurídica internacional para orientar a legislação e as políticas públicas em todos os níveis institucionais, em benefício daqueles que alimentam o mundo. Disponível em: <https://viacampesina.org>. Acesso em: 02 mar. 2019.

³⁶A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha,

serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo.

A CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia (GO), convocado pela CNBB. Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

A CPT enfrentou e enfrenta a resistência dos setores conservadores da Igreja católica. Entretanto, sempre esteve acompanhando a luta pela terra, a resistência e os conflitos causados pela contradição entre os modos de vida dos diferentes grupos étnicos de camponeses e indígenas que se contrapõem ao modelo capitalista de produção. Atua com os movimentos de luta pela terra e pela água e contra o holocausto ecológico e humano causado pelo modelo energético de construção de barragens. Para a CPT:

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam a garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo território do qual são expropriados (CPT, 2019, p. 14).

Destaca-se também o vínculo de luta da CPT e da Via Campesina, conforme demonstrado nas falas a seguir. A CPT auxiliou os camponeses e camponesas na luta contra a expropriação dos territórios camponeses, quando da construção da Usina Binacional de Itaipu em Foz do Iguaçu, Paraná. Os camponeses foram desalojados de suas terras e um grupo foi organizado para Candói (Paraná), no TC1.

A Comissão Pastoral da Terra no ano de 1980 ajudou a caminhar juntos nas lutas dos ilhéus no rio Paraná, e formar movimentos nos combates e conflito da Itaipu relacionado para a necessidade do povo. Entre eles o Mastro, do qual se formou também o MST (Movimento Sem Terra) naqueles anos. A Comissão Pastoral da Terra era de grande importância em meio aos movimentos ilhéus do rio Paraná, assentamentos e comunidades tradicionais eram de fundamental importância, aprofundavam estudos espirituais da bíblia, relacionando a vida da população em busca da sua terra prometida. Inspirava-nos em passagens da bíblia, dentre elas o êxodo, passagem em qual o povo parte em busca de sua terra prometida em época de escravidão para sua libertação. Com seus métodos de evangelização, orientação e animação, nos encorajou a lutar para que conseguíssemos conquistar nossa próxima morada em assentamentos. Foi muito gratificante a presença da pastoral da terra em nossa vida. Formavam-se assim os grupos de

movimentos sociais por necessidades de lutas em favor de seus direitos que eram negados pelos governos e pelo sistema (Depoimentos do AFCI).

A CPT usava a concepção cristã para a luta pela terra. Era o setor popular, ecumênico e social da Igreja Católica, Luterana, dentre outras Igrejas cristãs:

Em 2007 e 2008 foi criado o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira em homenagem ao grande militante residente na ilha em Candói, que foi assassinado em maio de 2000 pela polícia militar do Estado do Paraná pelo conflito de reivindicação de direito. O Centro Missionário foi mais uma ferramenta que fomentou as lutas juntas aos movimentos sociais dando continuidade ao trabalho da pastoral da terra. O Centro Missionário foi de fundamental importância para conseguirmos alavancar as lutas através de projetos e dar continuidade junto às comunidades tradicionais (Depoimentos do AFCI).

Na luta da CPT na Diocese de Guarapuava, da qual a maioria dos municípios do território participa, destacamos a criação do Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira, em 2007.

Em 1982, a Comissão Pastoral da Terra, através do Frei Luiz e Frei Armando, nos ajudou no enfrentamento em Curitiba num acampamento dentro do INCRA com o Ilhéus do Rio Paraná. E conseguimos, em quatro de outubro de 1984, o assentamento na Ilha do Cavernoso em vários pontos, nós viemos em 54 famílias dos Ilhéus do Rio Paraná que somado com mais 25 famílias organizadas pela paróquia e sindicato local completou a comunidade com 79 famílias no total. Foi conseguida uma área de terra medindo 14 hectares na ilha do Cavernoso e o que cada família recebeu do INCRA foi uma casinha de fibra medindo 3x6 como habitação. E de 1985 até 1988 saiu um recurso de investimento chamado PROCERA que auxiliou nas melhorias das famílias (Depoimentos do AFCI).

Uma comunidade referência no território é a comunidade popularmente chamada de “Ilha” (Península do Cavernoso), em Candói. Como já descrito, nessa comunidade existe uma diversidade de camponeses. Alguns deles foram atingidos pela seca no Nordeste e vieram para produzir às margens do Rio Paraná. Contudo, atingidos pela construção da Itaipu e pela transformação das Ilhas do Rio Paraná em Parque ficaram sem terras. Quando foram residir na Ilha, em Candói, em função do vínculo com o rio, com a água e com a pesca, construíram suas casas próximas aos Rios Cavernoso e Iguaçu e foram atingidos pelo que chamam os moradores de “Lei dos Cem Metros”³⁷. Logo, o modelo de desenvolvimento renegou-os historicamente

³⁷ Trata-se da Lei nº 4.771/65, reformulada pelo novo Código Florestal Brasileiro, a Lei 12.651/2012 que, em seu Art. 4º, afirma que “considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: 100 (cem) metros para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura” (BRASIL, 2012, on-line). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 18 out. 2018.

em diversos momentos, o progresso moderno não adotou esses camponeses que lutam pela terra. Muitos venderam suas terras e foram para a área urbana de Candói e outras cidades no país. “Temos na Ilha em Candói os que tinham suas terras dentro das ilhas do Rio Paraná e fazem parte ou participam da associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande, Altonia, Paraná - no Rio Paraná (APIG)” (Depoimentos do AFCI).

Destacamos no TC1 as comunidades quilombolas³⁸ como comunidades de recriação camponesa em virtude da luta e da resistência. Trata-se da luta pela documentação das terras, pelo reconhecimento e por direitos.

Outros sujeitos camponeses presentes no TC1 são os Faxinalenses, sujeitos históricos, coletivos, que lutam na esfera social, pública para serem reconhecidos no âmbito do direito e das políticas públicas, levando em consideração seu modo de vida coletivo. Conforme dados obtidos das pesquisas de Neto *et al.* (2009), no TC1, mais especificamente no município de Pinhão, são 15 faxinais, com 921 famílias e uma população de 3.131 faxinalenses. Ainda de acordo com os autores, podemos compreender o conflito histórico e permanente da grilagem de terras no Paraná. Em Pinhão, o processo de territorialização dos faxinalenses não encontrou amparo legal de suas posses, mesmo vivendo há mais de 100 anos sobre as terras e,

Tal circunstância, não possibilitou as condições para cercamento das áreas, objetivando um “criador comum cercado”, uma vez que naquele momento o necessário era assegurar seu direito de posse contra os mecanismos de usurpação conduzidos pela Madeireira Zattar (Ibid., p.83).

A resistência e a luta dos camponeses e camponesas faxinalenses nessas áreas “deve-se, sobretudo, à sua resistência organizada via a instituição do ‘Movimento dos Posseiros de Pinhão’ na década de 1980, período que marcou o auge das investidas da Madeireira contra os faxinalenses” (Ibid., p. 83).

O faxinal, no nosso ponto de vista faxinalense, são aquelas áreas onde nós vivemos 70, 80 famílias em um uso coletivo. Onde todos usam as áreas protegendo o meio ambiente e ocupando com pequenas criações, criação de porte alto também, que tem faxinal que tem pequena criação, que tem a lei, e a criação alta tem os quatro dos de arame. Todos podem viver e não tem importância de limite de área de terra, ali a pessoa que tem 50 alqueires e outra tem 02 alqueires, um litro de chão ela tem o mesmo potencial de criar os seus animais ali e ali sobreviver (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2008, p. 4).

³⁸ A Questão Quilombola é de extrema relevância, porém, não foi analisada nesta pesquisa. Ainda assim, destacamos que são quatro comunidades Quilombolas no TC1: Comunidade Cavernoso I, Vila Tomé, Paiol de telha e Despraiado.

Os Faxinalenses são organizados em uma frente ampla camponesa denominada de Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. A Articulação Puxirão é um movimento dos faxinalenses que visa articular a luta no que se refere às demandas, às ações e aos conflitos das comunidades de faxinais.

A Articulação Puxirão é um movimento dos faxinalenses que agrega as comunidades de faxinais e discutem com as famílias dos faxinalenses os conflitos, demandas, ações e tem o papel de encaminhar para a coordenação para fazer a negociação com os órgãos competentes para atuar (...). O movimento é um espaço onde nós colocamos nossas angústias, nós lutamos, fazemos resistência, mas de uma forma organizada, numa luta mais coletiva junto com outros faxinais, mostrando mais força (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2008, p. 8).

A Cartografia Social realizada pela Articulação dos povos e comunidades tradicionais teve como objetivo a construção de um documento que pudesse balizar a existência dos faxinalenses.

Faxinal é um povo que vive sua cultura segundo as suas tradições e uma coisa muito importante é o uso dos recursos naturais e da terra de forma coletiva, os faxinalenses não pensam em ter títulos da terra ou ter dívida e pretendem permanecer nessa cultura porque é uma herança que herdaram dos seus pais e dos seus avós e por isso nós achamos importante permanecer essa vivência, permanecer essa vivência em comum com o uso da terra coletiva (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2008, p. 4).

Também destacamos a organização dos Sindicatos Municipais de Trabalhadores que estiveram sempre à frente dos direitos dos trabalhadores rurais e, também, contribuíram na organização de acampamentos, ainda que não de forma linear. Em relação aos sindicatos ligados à FETRAF ou à CONTAG:

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FetrafSul) é uma entidade sindical – orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT) –cuja atuação apresenta características de movimento social. Criada em 2001, congrega sindicatos regionais em mais de 288 municípios da região Sul do país, articulando-se nacionalmente junto à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) na organização política das demandas das famílias agricultoras. Suas bandeiras ideológicas são a agricultura familiar, a soberania alimentar e a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (TONDIN, 2015, p. 2).

Como destaque no território, a FETRAF, além da organização de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), executou o Projeto Terra Solidária (PTS), referência na formação de agricultores camponeses familiares, e a maioria dos sujeitos que fizeram

parte do projeto passaram a atuar dentro do sindicalismo rural e nos movimentos sociais de forma mais qualificada:

O Projeto Terra Solidária (PTS) foi criado em 1999 pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT (que antecedeu a Fetraf-Sul/CUT), em parceria com a Escola Sindical Sul e o Departamento e Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), e executado até 2006 com recursos públicos, especificamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (TONDIN, 2015, p. 3).

As aulas foram ministradas por um único professor, e com ele atuou um gestor que era uma liderança rural, articulado às organizações locais. Fazia parte das atribuições do gestor a articulação das turmas de Ensino Fundamental, montar a infraestrutura necessária para os cursos, laboratórios e oficinas (salas, materiais, equipamentos, transporte, alimentação etc.), além de representar o projeto no município. As aulas do Terra Solidária foram realizadas no ambiente de trabalho das propriedades dos agricultores familiares e/ou em espaços como, por exemplo, salões paroquiais, sedes sindicais, dentre outros, facilitando o acesso. Em relação aos sindicatos dos trabalhadores rurais e enfrentamentos daquela época, através do sindicato.

Nós somos muito gratos na questão FETAEP, e depois mais tarde também se formando o sindicato da Fetraf Sul, em nossas lutas e enfrentamentos em busca dos direitos dos trabalhadores na conquista da terra e dos direitos trabalhistas, nas quais foram conquistados grandes avanços para os agricultores e agricultoras em nosso Estado e no Brasil. Os movimentos dos sindicatos se formam por necessidade de lutar, para assim se conquistar um mundo mais justo e fraterno junto ao estado e ao Brasil (Depoimentos do AFCI).

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep) e a FETRAF contribuíram na organização sindical e nas lutas dos camponeses com a CPT e a Via Campesina. Apesar da luta de classe camponesa nunca ter sido um consenso entre os MSPC e os movimentos sindicais camponeses, o que sempre os uniu, em última instância, foram os enfrentamentos com o modo de produção capitalista, as lutas por políticas públicas e a luta pela terra e por todos os direitos básicos.

Nessa descrição analítica dos sujeitos camponeses que compõem o TC1, notamos territorialidades distintas para a reprodução da vida. Os camponeses apresentam especificidades e atuam de formas diferentes no TC1. Em função de vários fatores, como a relação com a terra, com a água, com as formas de resistências e lutas, seja por movimento organizado ou não, salientamos a luta de classe pela

recriação camponesa expressa nas diferentes formas de lutas e resistências destacadas neste texto.

O mapa (ANEXO V, à p. 209) mostra a diversidade do TC, espaço político e territorial em que emergem os camponeses na luta e na resistência por meio dos assentamentos e acampamentos. Segundo as pesquisas de campo e no diálogo com as lideranças do MST, os dados do INCRA sobre acampados na região não são bem exatos. Os acampados estão todos esparramados nas áreas ocupadas. Em Pinhão, a situação é mais complexa por causa dos posseiros junto aos acampados, em torno de 1000 famílias cadastradas. Estão presentes nos acampamentos: em São Sebastião, 9 famílias; Raia Velha, 20 famílias; Nossa Senhora Aparecida, 26 famílias; Nova Aliança, 80 famílias; Mato Branco, 35 famílias; Nova Esperança, 9 famílias; Filhos da Terra, 15 famílias; Cinco de Maio, 21 famílias; Dezenove de Abril, 10 famílias; União, 5 famílias; e Unidos pela Paz, 9 famílias. Laranjeiras tem o Recanto com cerca de 25 famílias; Porto Barreiro apresenta em torno de 110 famílias; Rio Bonito na Slaviero cerca de 50 famílias; no Herdeiros há cerca de 1.130 famílias; Espigão, 38 famílias; Quedas, no Dom Tomás, 700 famílias; Bordin 300 famílias; ao lado do Bordin mais 35 famílias; No Che Guevara aproximadamente 110 famílias.

As informações coletadas mostram que existe o permanente movimento de luta pela terra, pela criação e recriação do campesinato. Mais de 3.598 famílias acampadas, ou seja, cerca de 12.000 pessoas enfrentam o dia a dia do acampamento na luta pela terra.

Nos estudos do Terra Sem Males³⁹, o município de Quedas do Iguaçu, no TC1, tem 34 mil habitantes e é onde está situado o Acampamento Dom Tomás Balduino com 1.200 famílias. Em Quedas do Iguaçu está o Assentamento Celso Furtado com 1.400 famílias. A Empresa latifundista da monocultura do Pinus em terras griladas, a Araupel, tem 1.200 funcionários e uma área em disputa de 63 mil hectares. De acordo com o estudo do Terra Sem Males, no assentamento Celso Furtado existe uma diversidade produtiva e uma produção de leite de 3 milhões de litros por mês. Dentre as inúmeras ações de resistência dos Sem Terra, destaca-se a atividade do dia 8 de março de 2016, em que 5.000 mulheres eliminaram mudas de eucalipto e *pinus* da estufa da sede da Araupel.

³⁹ O Terra Sem Males é um projeto que pratica o jornalismo independente. Disponível em: <http://www.terra-sem-males.com.br/>. Acesso em: ago. de 2020.

Dentre os fatores que alimentam a luta está a necessidade de estar vivo, ou seja, produzir a vida é se produzir, assim lutar pelas dimensões do humano, como educação, saúde, lazer e cultura. Criar e reafirmar novas ideias em uma pesquisa, a partir de objetos e fenômenos, tais como estão na realidade, tem um sentido ampliado quando de sua significação na humanização das relações, ao criar um novo sentido e novas relações com a natureza.

O domínio humano sobre a natureza levou a invenções que acabam por destruir e contaminar a natureza e o próprio homem. Os avanços do modo de produção capitalista e do agronegócio geraram contradições imensas e, como o lucro é o objetivo final, avançou por meio da apropriação e espoliação da natureza gerando desconfiança quando se afirma que esse modelo poderia ser racional.

Nesse sentido, compreendemos a educação como dimensão essencial na luta pela criação e recriação do campesinato. Educação em todas as etapas, desde a educação infantil até as pesquisas em pós-graduação, de forma a ser instrumento de luta, de qualidade de vida e de emancipação dos povos.

Assim, finalizamos este capítulo destacando a educação como uma dimensão necessária à consciência e luta de classes, com práticas cotidianas para elevação cultural, social, trocas de experiências e contribuindo para pensar outro modelo possível para o campesinato, a agroecologia, sem esquecer a realidade contraditória.

En la actualidad, la unidad económica campesina en casi todas las partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; en muchos países sufre la influencia del capital financiero, que le ha hecho empréstitos, y coexiste con la industria organizada al modo capitalista y, en algunos lugares, también con la agricultura capitalista (CHAYANOV, 1974, p. 42).

Por isso, reafirma-se neste trabalho de pesquisa a filiação em um projeto popular de luta com o povo em uma relação humanizada e com a natureza. Para isso, a Educação do Campo, a agroecologia e o desenvolvimento do campo a partir da reforma agrária e das políticas públicas eficientes poderão ser caminho para o futuro de uma democracia de novo tipo e uma sociedade mais humanizada e emancipada. Reafirmamos a recriação camponesa considerando a materialidade histórica e contraditória, pois, mesmo com o avanço do agronegócio, o campesinato luta e resiste.

CAPÍTULO 4

EXPRESSÕES DA LEITURA DE UMA POSSÍVEL RECRIAÇÃO CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE CANTUQUIRIGUAÇU

Neste capítulo, apresentamos a síntese da pesquisa em articulação com os dados atualizados do agrário brasileiro e do TC1, explicitando a realidade das lutas e resistências pela recriação camponesa em meio à totalidade das relações no Território Cantuquiriguaçu e na esfera nacional. Para a análise e explicação dos dados consideramos, enquanto metodologia, o trabalho de campo, os documentos, o referencial teórico e os dados mensurados pelo Censo de 2017. O intuito dos dados é complementar qualitativamente este trabalho para tornar possível compreender a realidade atual, entre contradições, avanços e retrocessos em relação às demandas dos camponeses e sua recriação.

Os fatores fundamentais para a (re)existência do campesinato contra o avanço do agronegócio baseiam-se na luta dos camponeses pela sua sobrevivência e recriação. Logo, a permanência no campo não ocorreu e não ocorre de forma pacífica. É preciso compreender, portanto, a resistência e a luta pela terra como fonte de vida, que advém de um processo material e histórico, contraditório, para sobreviver ao avanço dos latifúndios, da destruição da natureza e da propagação da miséria.

Este estudo permitiu compreender que no TC1 o território do campesinato (TC2), as possibilidades de vida no campo são completamente diferentes do território do agronegócio. A essência do campesinato é a tríade família, terra e trabalho. O modo de vida do campesinato agroecológico, pautado em questões humanas e da natureza, deve ser modelo de produção. Para aqueles que pensam o contrário, perguntamos se as comunidades campesinas deixarem de existir e lutar, o que de fato restará para a humanidade no que tange à biodiversidade?

Assim, “a opção pela defesa do território camponês resgata a luta política em que este esteve e está inserido no processo de afirmação de sua maneira de existir e resistir no campo” (SILVA, 2017, p. 64). A apropriação do espaço e a construção do território passam a ser a estratégia essencial dos camponeses, para a realização da agroecologia e da reprodução de vida camponesa.

Esse movimento de existência e (re)existência camponesa está calcado na luta de classes e, conseqüentemente, num modo de vida específico. O campesinato não é uma realidade em si mesma, mas em movimento, “como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança” (SHANIN, 1979, p. 13).

Entretanto, mesmo com pesquisas de campos e dados que evidenciam a potência e a necessidade agroecológica humanizada do campesinato, os estudos agrários são marcados pelo dissenso, tendo em vista a “blindagem empreendida no plano da gestão territorial a cargo do Estado e reproduzida no plano do discurso, tendo a grande mídia como principal protagonista do falso consenso” (PAULINO, 2011, p. 125).

Sabemos que a luta e a resistência camponesa são fundamentais para sua permanência no campo. Porém, por mais que o campesinato avance, ele se depara com as contradições do sistema capitalista que, em sua lógica de acumulação de capital, concentra terras de monoculturas que perpetuam a injusta distribuição de terras e de riquezas. Portanto, a luta dos camponeses pela terra é reproduzida e compreendida como fazer político.

A análise dos dados do Censo de 2017 evidenciou a realidade agrária, o embate entre camponeses e agronegócio. Nesse sentido, utilizamos para identificar as Unidades de Produção Camponesa (UPC) e as Propriedades Capitalistas (PC) o conceito de estabelecimento⁴⁰, padrão do IBGE na legislação brasileira.

A apresentação dos dados mostra a existência da produção de elementos advindos do campesinato, mesmo com as tentativas de os invisibilizar. Esses dados apresentam a produção diversificada, que é possível apenas mediante a existência do campesinato.

Na busca mínima por igualdade de condições de produção, o campesinato faz uso de maquinários e tecnologias como estratégia de produção e redução do trabalho penoso. Evidenciamos, então, a contradição do uso da terra em dois formatos distintos

⁴⁰ O estabelecimento agropecuário é toda a unidade de produção ou exploração dedicada total ou parcialmente a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Essas unidades têm como objetivo a produção para venda ou subsistência, aquela em que a produção é para consumo próprio do produtor e sua família. “Destacando que o estabelecimento agropecuário não é sinônimo de propriedade rural, nem de família. Porque há aqueles que o produtor não tem área própria, sendo feita em terras arrendadas de terceiros; e outros, podem ser compostos por mais de uma propriedade e família (ACERGS, 2019, online). Disponível em: <https://www.acergs.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

de produção: enquanto recriação camponesa, fonte de produção de vida e, seguindo a lógica do agronegócio, como fonte de acumulação de riqueza. O TC1 demonstra que a agroecologia é possível através das cooperativas do MST e de outras comunidades camponesas que não são ligadas ao MSPC, e defendemos que a agroecologia é fundamental para a sobrevivência das próximas gerações.

4.1 ATUALIDADE AGRÁRIA: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A RECRIAÇÃO CAMPONESA

Os novos dados trazidos para complementar as análises são importantes para a compreensão do debate sobre o campesinato e o agronegócio, porém não apresentam as especificidades do campesinato que foram percebidas no trabalho de campo e em estudos teóricos já discutidos. Nosso objetivo foi questioná-los e torná-los instrumentos de formulação de políticas públicas para o campesinato.

Os dados do Censo de 2017⁴¹ destacam que, no Brasil, existem 5.073.324 de estabelecimentos que correspondem a uma área de 351 milhões de hectares, ou seja, são mais de 5 milhões de estabelecimentos, dos quais 1,7 milhão produzem milho, num total de 88 milhões de toneladas; 103 milhões de toneladas de soja produzidas em 236 mil estabelecimentos agropecuários; 173 milhões de bovinos; 30 bilhões de litros de leite; 1,36 bilhão de aves com uma produção de 4,7 bilhões de dúzias de ovos. Em relação à agricultura permanente, consta a produção de 5,7 bilhões toneladas de grãos de café, produção que se deu em 264 mil estabelecimentos, sendo 1,9 milhão de toneladas de café arábica e 476 mil toneladas de café *Canephora*.

Na unidade de Produção Camponesa (UPC) a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade agropecuária é a principal fonte geradora de renda. De acordo com o IBGE (2017), 77% dos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, isto é, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, e são esses estabelecimentos que mostram que o campesinato continua resistindo e lutando no e pelo campo.

⁴¹ De modo geral, a série histórica dos Censos Agropecuários mostra que o número de ocupados em estabelecimentos agropecuários – familiares e não familiares – começou a diminuir a partir de 1985, quando, vindo em trajetória ascendente desde os anos 1950, registrou seu ápice: 23,4 milhões de trabalhadores. A partir de então, este número se reduz a 17,9 milhões em 1995, 16,7 milhões em 2006 e 15,1 milhões em 2017. O número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento também decresceu nas três décadas: de 4,03, em 1985, para 2,98, em 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: jun. 2021.

Os estabelecimentos com menos de 50 hectares correspondem a 80,9 milhões de ha, 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, respondendo por 67% de todo o pessoal ocupado, cerca de 10,1 milhões de pessoas. A agricultura de base camponesa produziu R\$107 bilhões, o que equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira, R\$465 bilhões no período de um ano, conforme o Censo Agropecuário de 2017. Em 2006, o agronegócio foi responsável por 46,2% de tudo o que foi vendido ao exterior. Do Censo de 2005/2006 para o Censo de 2006 e 2017 ocorreu um aumento de produtividade de 55%, o aumento da área plantada em 26% e a produção dobrou, passando para 238 milhões de toneladas de grãos.

O campesinato é um modo de vida, uma classe social, é produto das relações capitalistas da produção. Não encontramos no Censo os critérios específicos em torno da designação do campesinato, mas sim dados técnicos do Estado, que são políticos, oriundos da disputa pela formulação de políticas.

O território é o espaço de disputa e realização da vida, “não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista” (FABRINI, 2002, p. 269). Por isso, consideramos os dados e o trabalho de campo articulados para visualizarmos e apresentarmos sinais de recriação, visíveis no TC1, por meio dos acampamentos, assentamentos, associações e cooperativas de agroecologia, comunidades camponesas e elementos imateriais que são próprios dos camponeses como o companheirismo e a solidariedade.

Entretanto, a produção camponesa não é apenas uma forma de produção agropecuária, é “uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto sujeitos no processo social” (Ibid., p. 210). Nesse aspecto, os dados mostram que a agricultura camponesa resiste e tem a maioria dos postos de trabalhos no campo, mesmo com $\frac{1}{4}$ da área, e o agronegócio, com $\frac{3}{4}$ das áreas de terras, emprega apenas 33% do pessoal ocupado no campo, apontando para a inviabilidade de sujeitos no campo dentro do modelo do agronegócio.

No Brasil, 579,5 mil estabelecimentos estão associados a cooperativas, o que equivale a 11,4% de todos os estabelecimentos agropecuários do país. Houve um aumento de 67,3% em relação ao Censo Agropecuário de 2006. A cooperação se baseia na participação dos associados com o objetivo de alcançar melhores preços,

venda garantida e compra de produtos agrícolas a preços menores. No Paraná, quase a metade das Unidades de Produção (UP) estão associadas em cooperativas, ou seja, 20% das áreas de todos os estabelecimentos, equivalendo a 70,5 milhões de hectares; 71,2% dos estabelecimentos cooperados são do tipo AFC, cerca de 410 mil estabelecimentos com área de até 50 hectares. Esses números comprovam o potencial do campesinato que, recriado, possibilita aumentar as relações, representando a maioria dos agricultores associados.

Dos estabelecimentos de Unidades de Produção Camponesa (UPC) com menos de 1 hectare, 1,5% está associada; entre 1 e 10 hectares, 22,8% estão associadas; entre 10 e 50, 46,3%; de 50 a 100, 11,7%; de 100 a 500, 13,1%; de 500 a 10.000, 4,3%; mais de 10.000, 0,1%; e produtor sem área, 0,3%. Essa contradição mostra que os camponeses utilizam a cooperação de cooperativas capitalistas como estratégia para produção.

Em relação à orientação técnica, 36,2% ainda não recebem nenhum tipo de orientação e 63% recebem. Na questão de gênero, entre os Agricultores Familiares Camponeses (AFC) que conduzem o estabelecimento, 8,7% são mulheres e 91,3% são homens, mostrando que a predominância ainda é masculina. Entretanto, a pesquisa de campo demonstra que o trabalho é familiar e o trabalho com as vacas e com a horta é da mulher e o homem fica com a parte de relação com as cooperativas e com a produção que será destinada para a venda, mas que não retrata a totalidade da renda e do trabalho familiar. Dos que administram as propriedades, 96,4% sabem ler e escrever e 3,6% não sabem ler e nem escrever.

Existe muita produção camponesa de animais. Os dados mostram um efetivo de quase 200 milhões de cabeças de gado. Entre esses dados, considera-se que 1/8 é de fêmeas. A produção de leite no Brasil é de mais de 30 bilhões em média de litro de leite por ano. O Brasil se destaca como o quarto maior produtor mundial de leite. A produção é artesanal em UPC, ou com o uso de ordenhadeiras. Também é muito forte a produção em fazendas, em uma propriedade chega-se a coletar 3.000 litros de leite por dia com o uso de ordenhadeiras robotizadas (EMBRAPA, 2019). Os animais dessa fazenda chegam a produzir até 32 litros de leite por dia. De acordo com o trabalho de campo, nas propriedades camponesas a média de uma vaca na UPC é de 5 litros de leite. Entendemos por trabalho artesanal a produção de leite que vai ser utilizada para o autoconsumo *in natura*, para produção de requeijão, iogurtes e queijos caseiros, para consumo da família.

De acordo com o Censo Agropecuário (2017), 15,1 milhões de pessoas estavam ocupadas em estabelecimentos agropecuários em 2017, demonstrando uma redução de 1,4 milhão em comparação ao levantamento de 2006. Na agricultura familiar, a população ocupada caiu 2,166 milhões. Nos demais estabelecimentos, a oferta de trabalho cresceu e a população ocupada subiu mais 702,9 mil no período. De 2006 para 2017 cresceu em 143% a contratação de mão de obra para os estabelecimentos agropecuários em geral, passando de 251.652 para 611.624 no período, mostrando um avanço na concentração de terras, do agronegócio e aumentando a contratação de trabalhadores.

No Censo Agropecuário de 2017, 502.379 estabelecimentos usavam algum tipo de irrigação, um aumento de mais de 50%. O total da área irrigada cresceu 47,6% e somou 6,69 milhões de hectares. No tocante ao acesso à *internet* no campo, 1.430.156 produtores declararam ter acesso (659 mil de banda larga e 909 mil por *internet* móvel), um aumento expressivo de 1900%, pois em 2006 apenas 75 mil estabelecimentos tinham acesso. O acesso ao telefone passou de 1,2 milhão para 3,1 milhões. Os dados, portanto, destacam significativos avanços em relação às tecnologias, tanto de consumo como para produção. Contudo, os dados mostram uma redução de quase 1,5 milhão de pessoas vivendo da agricultura no Brasil em comparação com o Censo Agropecuário de 2006.

Esses dados também corroboram Raffestin (1993) ao afirmar que os territórios construídos no espaço podem ser transformados em trunfos para os camponeses mediante a conquista das políticas públicas e de terras, sendo essas territorialidades contrárias ao modo de produção capitalista.

Em síntese, na comparação entre os Censos 2006 e 2017, ocorreu uma redução do número total de estabelecimentos da agricultura familiar de 4,37 milhões para 3,90 milhões: 11% de redução. De 2006 a 2017 o número de estabelecimentos não familiares teve um aumento de 45%, crescendo de 809,4 mil para 1,18 milhão. Houve uma redução de 2% do número total de estabelecimentos de 5,17 milhões para 5,07 milhões.

A área total dos estabelecimentos agropecuários aumentou em 5%, de 333,68 milhões de ha para 351,29 milhões de ha. Os grandes estabelecimentos aumentaram 7% de área, de 253,58 para 270,40 milhões de hectares. Já as UPC expandiram em 1% sua área total, variando de 80,10 para 80,89 milhões de hectares.

O agronegócio se apropriou de 2006 para 2017 de 95% das novas áreas. As UPC foram reduzidas em 11%, mas a área total desses estabelecimentos se manteve igual ao Censo de 2006, com praticamente 80 milhões de hectares.

A diminuição dos estabelecimentos de UPC permite compreender a diminuição do total de pessoas ocupadas na agricultura familiar camponesa. O número médio de ocupados (2,6 e 2,5) por estabelecimento nas UPC praticamente não se alterou entre os censos 2006 e 2017. O aumento de maquinários e insumos na produção pode ter contribuído para a redução da ocupação no campo. Os dados também permitem concluir que o crescimento total da área dos estabelecimentos e a concentração da propriedade da terra se deram pelo avanço do território do agronegócio sobre o território camponês.

Quando se pensa na reforma agrária, no campesinato como modo de vida, em suas lutas e resistências, os dados tornam-se complexos, pois mostram que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha correspondem a 1% do número total, com 48% de toda a área dos estabelecimentos em 167,2 milhões de hectares, ou seja, 20% do território nacional estão em 51 mil estabelecimentos com mais de 1.000 ha.

A pesquisa de campo e a análise realizada a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 mostram-se como um potencial técnico, instrumento indispensável para se pensar em programas para a construção de políticas públicas, a curto, médio e longo prazo, respondendo a demandas da realidade do TC2.

Alguns dados demonstram aspectos gerais do agrário brasileiro e especificidades em cada município que compõe o território. Nesse sentido, os dados obtidos dos Censos de 2006, 2017 e atualizados nos documentos analisados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pelo Cepea, pela Esalq/USP e pela CNA em 2019, mostram que o PIB do agronegócio aumentou em 3,81% em 2019, uma alta importante para os membros do agronegócio. Com esse desempenho, em 2019, o PIB do agronegócio representou 21,4% do PIB brasileiro total, mostrando um ótimo resultado com destaque para o complexo de carnes, o forte aumento no volume exportado de milho, algodão, café, frutas e etanol. No entanto, houve uma queda do volume exportado e dos preços internacionais do complexo soja, principal *commodity* de exportação. A relação entre o valor exportado e o PIB do agronegócio, calculada pelo Cepea, manteve-se elevada, ficando em 25,9%.

Em 2019, o ramo pecuário cresceu 23,71%. O desempenho das exportações de carnes foi um dos principais fatores do resultado do PIB do ramo, dada a demanda

mundial por carnes pela China, elevando os preços internacionais. O sistema pecuário produziu e exportou mais a preços maiores. Os volumes exportados de carne suína, bovina e de aves aumentaram 16%, 15% e 4%, ao mesmo tempo, os preços das carnes suína, de aves e da bovina cresceram 13,6%, 5% e 3,7%, respectivamente. Já o PIB renda do ramo agrícola do agronegócio recuou 3,46% em 2019, mesmo com o crescimento dos elos industriais (insumos e agroindústria).

A expansão anual da produção foi mais do que compensada pelo aumento dos custos de produção, impactando adversamente a renda, principalmente dos agentes dentro do ramo agrícola. Contribuiu também a redução de preços de produtos importantes, como algodão, café, mandioca e soja. A produção média agrícola aumentou 1,89%, impulsionada pelas safras de algodão, banana, cana-de-açúcar, laranja e milho. Esse aumento é importante, principalmente se considerarmos que se trata do terceiro ano sucessivo de alta (os crescimentos de volume de produção foram de 1% em 2018 e de expressivos 14,1% em 2017).

Nesse sentido, em 2019, o desempenho do agronegócio em virtude da conjuntura externa foi importante para o resultado do PIB. Além do complexo carnes, houve aumento no volume exportado de milho, algodão, café, frutas e etanol. Por outro lado, a queda do volume exportado e dos preços internacionais do complexo soja atuou em sentido contrário, refletindo a superação da guerra comercial entre China e EUA e o impacto da Peste Suína Africana, que dizimou parcela importante da produção suína no país asiático, afetando o preço, especialmente do farelo de soja. Em 2019, a variação de 3,81% no PIB renda foi reflexo de crescimentos de 0,2% no PIB volume e de 3,6% nos Preços Relativos. Tanto o PIB volume quanto os Preços Relativos foram impulsionados pelo ramo da pecuária no ano (CNA, 2020).

Segundo o Cepea (2020), “a população ocupada no agronegócio brasileiro somou 18,3 milhões em 2019”, um acréscimo de 0,8% que equivale a 145 mil pessoas, em comparação com o ano anterior. No Brasil, a população ocupada “aumentou 2% entre 2018 e 2019, somando 93,4 milhões de pessoas” (Ibid., n. p.).

A participação do agronegócio no mercado de trabalho brasileiro foi de 19,6% em 2019, ou seja, uma em cada cinco pessoas ativas estava trabalhando na agricultura. Os números de ocupados sem instrução e com até ensino fundamental (completo ou incompleto) decresceram entre 2018 e 2019, 5,91% ou 55 mil pessoas para 2,17% ou 183 mil pessoas. Já os números de ocupados com até ensino médio ou com ensino superior (completo ou incompleto) aumentaram de 3,84% ou 235 mil

peças para 5,69% ou 150 mil pessoas. Esses dados podem refletir o acesso à formação dos camponeses, porém para os intelectuais do agronegócio, esse fator se deve à troca de pessoas desqualificadas por máquinas ou por pessoas qualificadas. Esse movimento decorre da redução no número de pessoas pouco instruídas trabalhando na agropecuária, reflexo da modernização e da concentração da produção, e da queda de oportunidades para uma mão de obra no segmento. Mesmo com o número de postos de trabalhos reduzidos dentro do estabelecimento, o dinamismo da produção agropecuária estimula os demais segmentos do agronegócio, “impulsionando o crescimento das indústrias de insumos, de algumas agroindústrias e dos agrosserviços – e, então, empregos de maior qualificação são gerados fora da porteira” (Ibid., 2020).

Segundo os dados dessa mesma fonte, podemos destacar que em 2019 houve aumento da participação feminina no agronegócio. Entre 2018 e 2019, o número de homens atuando no setor ficou quase estável, 0,25%, e o número de mulheres cresceu 2,02%, com adicional de 114 mil mulheres trabalhando no agronegócio.

Atualizando os dados do agronegócio, suas análise e síntese indicam que o crescimento do agronegócio tem vindo do segmento primário, que subiu 6,43% em 2020. Nesse caso, o resultado reflete os preços maiores na comparação entre os primeiros trimestres de 2019 e de 2020 e a expectativa de maior produção na safra atual. Quanto aos preços, destacam-se com altas importantes na comparação trimestral o café, o arroz, o milho, a soja e o trigo, além de hortifrutícolas, como banana e tomate. Para a produção, esperam-se crescimentos para produtos importantes no PIB, como café, soja, milho, algodão e laranja.

Nos boletins mensais da CNA (2020), podemos perceber o sentimento de conquista dos agricultores do agronegócio em 2020. Observamos que o Valor Bruto da Produção (VBP) alcançou novo recorde em 2020, R\$740,3 bilhões, crescimento de 12,4% em relação ao ano de 2019. A estimativa para o Valor Bruto da Produção (VBP), que mede o faturamento bruto da atividade agropecuária dentro da propriedade, é de alta de 15,5% na agricultura, com produção chegando a R\$ 467,7 bilhões.

Segundo a CNA, o resultado reflete o aumento de preços e produção de produtos como soja (4,7% e 11,7%) arroz (6,5% e 16,2%) e café arábica (30% e 20,4%), somados à alta de preços do milho (28,2%) e de produção da laranja (4,2%). Já para o VBP pecuário é esperado crescimento de 7,5%, com receita de R\$ 272,6

bilhões em 2020. A alta no faturamento de suínos (10,4%), ovos (24,6%) e carne bovina (19,5%) também reflete no aumento de preços e produção.

O avanço do modelo de agricultura do agronegócio fez o número de trabalhadores reduzir em mais de um milhão. A concentração fundiária está articulada à produção de desigualdades. Ocorreu ao longo desse período uma expansão da monopolização da terra, da apropriação da terra de trabalho, da redução de postos de trabalho, formais ou não, no campo. Houve a promoção, portanto, da expropriação e da expulsão da população do campo para a cidade. A intensificação do domínio do agronegócio sobre o campesinato resulta no processo de expulsão da população do campo e na redução do trabalho no campo.

4.2 A REALIDADE AGRÁRIA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: EXPRESSÕES DE (RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO

Dado o vínculo com as estruturas do capital internacional e nacional, no TC1 é imposto o modelo de agricultura do agronegócio para a sociedade em disputa com o campesinato. No TC1 existem 24.782 estabelecimentos ocupando uma área de 1.070.875,37 ha. O pessoal ocupado nos estabelecimentos totaliza 64.841 pessoas. Uma em cada cinco Unidades de Produção é de família de assentados da reforma agrária, resultado de um dos movimentos de luta pela recriação do campesinato realizado pelo MST. Os MSPC disputam as relações de poder mediante as quais criam e reproduzem espaços e territórios de produção e, portanto, de vida.

A distribuição espacial das famílias em estabelecimentos dificulta a luta contra a sociedade capitalista. Ao tomar posse da UPC, os camponeses individualizam o seu trabalho em família, mantendo-se, em determinadas situações, organizados em associações ou cooperativas.

Percebe-se que o movimento de luta e de resistência camponesa está para além dos MSPC já organizados. O trabalho de campo propiciou observar a realidade de vida de muitos camponeses descendentes de europeus, já miscigenados com indígenas e descendentes de africanos, cujo modo de vida possui elementos de resistências.

Em várias comunidades encontramos produção por meio de sementes crioulas, produção principal para o autoconsumo da família, além da troca de produtos e de trabalhos com a vizinhança e com as associações. Esses elementos de recriação

camponesa ainda não estão traduzidos em números. Contudo, permanece a necessidade da reforma agrária popular, como uma política pública necessária e urgente. Esses e outros elementos apontam para debates necessários à sociedade brasileira: reforma agrária, produção de alimentos, campesinato e sua recriação são importantes para o desenvolvimento humano, político, social e cultural do país?

Os dados a seguir apresentam uma melhora significativa no acesso à renda da população do TC1, pois em 2010 a renda *per capita* aumentou de R\$197,46 para R\$507,29, reduzindo a população pobre e extremamente pobre do território em praticamente 75%. A análise de algumas pesquisas⁴² mostra a contribuição da política pública nacional, o Bolsa Família, e de políticas agrícolas como o Pronaf, PAA, PNAE, na geração desse incremento da renda.

Dentre as dimensões de recriação no TC, salientamos o protagonismo dos MSPC, como os assentamentos rurais que “produzem mudanças na estrutura fundiária, que podem conduzir a modificações na economia regional, no meio ambiente, em aspectos sociais e políticos dos territórios onde se instalam” (SANTOS e KRAJEVSKI, 2018, p. 40).

Destacamos o município de Rio Bonito do Iguaçu, que em 1996 tinha pouco mais de 700 famílias no campo e a presença de um dos maiores latifúndios do país, a Giacomet-Marodin/Araupel. Com a luta dos camponeses, em 2006, 2.646 famílias transformaram parte desse latifúndio em terra de trabalho camponês. (Ibid., p. 49).

A esses dados referentes à estrutura fundiária de Rio Bonito do Iguaçu correspondem mudanças que interferiram significativamente na renda do município. Os assentamentos permitiram efeitos de ordem produtiva, mesmo com as disfunções existentes entre os dados dos dois Censos Agropecuários (2016 e 2017). Conforme pontuaram os autores mencionados, “os assentamentos rurais possuem um papel estratégico na construção de alternativas que visem superar as desigualdades regionais e formar uma proposta diferenciada para o desenvolvimento socioeconômico do país” (p. 57).

⁴²Dentre as pesquisas podemos destacar: MORAES, V de. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado, 2013; COCA, E. L de F. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu – PR**, 2015; ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**, 2015.

Segundo dados do IBGE (2010), do IPARDES (2000) e dos Cadernos Municipais (2010), no TC1 a população pobre se reduziu consideravelmente nos últimos anos. O território apresentava, em 1991, o percentual de 67,73% de população pobre, em 2000 de 46,17% e em 2010 esse número caiu para 23,14%. A desigualdade de renda ainda é bastante acentuada, apesar da tendência à redução observada nos últimos anos. A população economicamente ativa, segundo o IPEA, no conjunto de municípios do território é de 104.630 pessoas, das quais 52% (54.307) residem na área rural, 65% são do sexo masculino (67.564) e 35% do sexo feminino (37.066). Esses dados mostram que o território camponês reduziu essa pobreza nos últimos anos e nisso está imbricado todo o conjunto de acampamentos e assentamentos, dentre as ações de MSPC, cooperativas e associações.

Separamos relatos importantes para compreendermos o contexto no qual se insere o TC:

Tudo o que eu faço hoje como produtor orgânico é um grande orgulho para mim. Ver as pessoas colocando comida boa na mesa sem agrotóxico é gratificante, somente com trabalho, amor e dedicação (AFCD, 2019).

Já cansei de estar carpindo na beira do campo e pessoas passarem e me dizer, abandone isso, contrate uma máquina que você vai ter mais lucro, mas para mim isso não é o que importa de fato, e sim a alimentação saudável que colocam na mesa todos os dias (AFCE, 2019).

O agronegócio não ajuda a manter variedades de alimento, como nós aqui, plantamos diversas qualidades, temos a horta, as frutas, as ervas medicinais para remédio, dentre outros (AFCI, 2019).

O agronegócio usa somente veneno, ele não pensa na saúde das pessoas e sim no lucro. Aqui eu e as crianças cuidamos e preservamos a natureza que é nosso bem maior, mantendo as árvores e os rios, até porque eles também nos fornecem um bem que é a alimentação (AFCE-M, 2019).

A nossa renda é muito boa, quando cheguei aqui eu não tinha nada, hoje eu já tenho meu alimento, minha liberdade e minha rentabilidade, que posso dizer que é boa e dá para viver muito bem e sossegado (AFCEB, 2019).

Observamos nos relatos que há também a questão da resistência em relação aos alimentos transgênicos, aqueles que são modificados geneticamente e produzidos em laboratórios por meio de técnicas artificiais de engenharia genética.

A importância da Agricultura Familiar em nossa vida é fundamental, ela que dá o sustento a nossa sociedade, com uma produção de qualidade. Neste sentido que luto todos os dias por essa categoria, tanto pela sua valorização, quanto seu reconhecimento e principalmente por novas políticas públicas para melhor condição de vida dessas nossas classes (AFCE-M, 2019).

Os camponeses que precisam usar as sementes transgênicas devem pagar *royalties* para a empresa detentora da tecnologia e, por lei e contrato, não podem utilizar as sementes do plantio anterior e, ainda que pudessem, as sementes, em sua

maioria, são estéreis e geram a dependência dos agricultores, obrigando-os a comprar novamente das empresas multinacionais. Asseguradamente, isso dificulta a transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica e, mesmo que as UPC estejam produzindo de forma tradicional, convencional ou agroecológica, correm o risco da contaminação.

Temos a produção do sítio organizada de maneira sistêmica, onde produzimos frangos caipiras, galinha para postura, coelhos, porcos, patos, horta agroecológica e frutas diversas. Além do processo produtivo, dispomos em nosso sítio de uma agroindústria multifuncional de pequeno porte, capaz de beneficiar um grande número de matérias-primas, sendo assim capaz de atender as necessidades de um sistema camponês de produção, que é biodiverso e que produz em pequena escala um grande número de matéria-prima, em agregação de valor (AFCF, 2019).

A AFC responde por parte significativa da produção de alimentos: 48% do valor vêm da produção de café e de banana nas culturas permanentes. Já nas culturas temporárias, a AFC é responsável por 80% da produção da mandioca, 69% de abacaxi e 42% de feijão. A produção da AFC no Brasil alcança R\$107 bilhões ao ano e sua receita total cresceu 16%, enquanto nos demais estabelecimentos esse crescimento foi de 69%.

As relações capitalistas de mercado mesclam-se com as relações de luta e resistência do campesinato. Sob o modo de produção capitalista, temos um camponês produtor de mercadoria, fruto da inserção das relações capitalistas no campo. Saquet (2006) afirma que no trabalho camponês parte da produção agrícola é destinada para a subsistência imediata e o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. A mercadoria transformada em dinheiro se faz com a intenção de se obter outras mercadorias. Como destaca Oliveira (2007), é uma subordinação do trabalho camponês pelo capital de forma indireta. O camponês “é atingido pela violência da subordinação e expropriação” (FABRINI, 2008, p. 231). Essa relação permite ao camponês sobreviver estrategicamente de forma melhor ao adquirir o que não existe na sua unidade de produção.

Convém lembrar os conflitos estabelecidos e a forma como a estrutura fundiária brasileira foi efetivada, considerando a história da questão agrária no país. Os dados demonstram que a luta foi para subverter o ordenamento, cujas raízes estão no processo de colonização e que atravessam a história da luta pela terra. De acordo com os critérios do IBGE (2017), houve aumento de estabelecimentos em terras próprias de 76% para 82% entre 2006 e 2017. Entretanto, a participação desses

estabelecimentos na área total diminuiu de 90% para 85%. O total de arrendamentos caiu 6,5% em 2006 e, em 2017, 6,3%. Os dados mostram um aumento no número de estabelecimentos no Brasil de 4.993.252 em 1975 para 5.073.324 em 2017, denotando um aumento de pouco mais de 1%, que pouco representa, considerando a quantidade de assentamentos realizados a partir dos anos da década de 1990.

A principal característica do aumento do agronegócio associado à grande propriedade é o número de propriedades com lavouras temporárias como a soja e o milho. Essas monoculturas aumentaram de 31.615.963 para 55.761.988 propriedades, um aumento de 76,4%, significativo no que tange à territorialização do agronegócio.

No TC1, apesar do aumento expressivo da quantidade de tratores, isso não se reverteu na prática na redução de desigualdades. São apenas 15% das propriedades que têm trator, evidenciando a carência de tecnologia que persiste no campo e a falta de políticas públicas para aquisição de equipamentos. Conforme diálogo com prefeitos de municípios do território, o que existe são várias patrulhas agrícolas, oriundas de emendas parlamentares dos deputados federais.

Conforme os dados analisados há 2,60 trabalhadores por estabelecimento na Cantuquiriguaçu, 2,80 no Paraná e 2,98 no Brasil. A resistência camponesa se constituiu em entrave para o avanço do capital no campo e a recriação camponesa vive as contradições desse processo, buscando alternativas.

Nesse sentido, a agroecologia pode ser associada à reafirmação histórica da resistência campesina, mesmo em meio às piores condições impostas pelo sistema dominante.

A resistência é uma forma de continuar lutando, precisamos ser resistentes e persistentes para enfrentar todas as adversidades no dia a dia, seja no enfrentamento às formas de violência e opressão, seja na política, quando retiram os direitos e dificultam reduzindo as políticas públicas, seja na produção com as dificuldades diante das intempéries climáticas, aos desequilíbrios ambientais que reduzem a produtividade. A terra também é considerada a Mãe, que nos dá a vida, que nos dá o ar, a água, os alimentos, por isso buscamos praticar uma forma de agricultura que cause menos impacto na terra e nos bens naturais (AFMG-M, 2019).

A solidariedade, a fraternidade e o companheirismo são possíveis no território do campesinato que busca um projeto popular nacional, tendo como base a agroecologia e a produção de alimentos para o povo.

No quadro 09 estão assinalados elementos que demonstram as contradições e as diferenças entre as relações de produção praticadas no território camponês e aquele praticado pelo agronegócio.

Quadro 09: Campesinato x Agronegócio: Relações de produção.⁴³

Campesinato	x	Agronegócio
Trabalho familiar		Trabalho assalariado
Paisagem heterogênea		Paisagem homogênea
Mais vagas de trabalho		Poucas vagas de trabalho
Terra distribuída		Concentração da terra
Pequena Propriedade		Latifúndio
Terra de trabalho		Terra de negócios
Mercado local		Exportação
Presença de gente no campo		Presença de máquinas no campo
Policultura		Monocultura
Sementes crioulas		Sementes híbridas e transgênicas
Comunidades		Vazio populacional
Alimentação saudável		Alimentação por meio de agrotóxicos
Soberania alimentar		Monopólios de alimentos
Atender ao povo		Atender ao capital
Matriz: agroecologia – agro como vida!		Matriz: agro, como negócio!

Fonte: O autor.

No campesinato existe uma forma específica de viver e entender o mundo, de relacionar-se, alargada por valores que se diferenciam dos hegemônicos. Partimos do pressuposto de que o campesinato “é uma classe social e um modo de vida capaz de se recriar em diferentes contextos socioeconômicos, culturais, políticos e espaciais” (SANTOS e TELÓ, 2011, p. 147).

Com base no Quadro 09, nota-se a importância da agricultura camponesa para a produção diversificada de alimentos, bem como a necessidade da formação de uma

⁴³ Quadro 09, adaptado de Beus 1995 *apud* Desmarais, 2007, p.69-70, grifos nossos. *In*: Atlas da Questão Agrária Brasileira (PAULON e GIRARDI), 2008.

consciência coletiva sobre políticas públicas, alimentação saudável e comercialização de produtos.

O plano camponês é nossa meta síntese, define o campesinato como sujeito político, articula o conjunto de nossas ações econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Dá um sentido estratégico às nossas lutas de massa, clareia nossa relação com o estado burguês e suas práticas contraditórias. Por outro lado, define nosso inimigo de classe (Transnacionais do agronegócio aliados ao latifúndio e ao capital financeiro), clareia as diferenças de nosso projeto com o projeto de nosso inimigo de classe e clareia o papel do Estado (MPA, 2007, p. 16).

O quadro 10 sintetiza elementos e dimensões que distinguem o campesinato do agronegócio

Quadro 10- Quadro de comparações entre o agronegócio e o campesinato⁴⁴.

Comparação entre agronegócio e campesinato	
Agronegócio	Campesinato
Centralização	Descentralização
<ul style="list-style-type: none"> - Controle e centralizado da produção, processamento e mercado; - Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta um menor número de agricultores e de comunidades rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior ênfase na produção, processamento e mercados locais/regionais; - Produção pulverizada (maior número de estabelecimentos e agricultores), controle da terra, de recursos e de capital.
Dependência	Independência
<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem científica e tecnológica para produção; dependência de <i>experts</i>; - Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; Dependência de mercados muito distantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; - Maior autossuficiência individual e da comunidade; - Ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade e interesse próprio; - Agricultura é considerada um negócio; - Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior cooperação; - Agricultura é considerada um modo de vida e um negócio; - Ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.

(continua)

⁴⁴ Quadro 10, adaptado de Beus 1995 *apud* Desmarais, 2007, p.69-70, grifos nossos. *In*: Atlas da Questão Agrária Brasileira (PAULON e GIRARDI), 2008.

Quadro 10- Quadro de comparações entre o agronegócio e o campesinato.

(continuação)

Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
<ul style="list-style-type: none"> - O ser humano é separado e superior à natureza; - A natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico; - Imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais; - Produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas; - Apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - O ser humano é parte e dependente da natureza; - A natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem; - Trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado; - Incorpora mais produtos e processos naturais; - Usa métodos culturais para cuidar do solo.
Especialização	Diversidade
<ul style="list-style-type: none"> - Base genética limitada utilizada na produção; - Predominância da monocultura; - Separação entre agricultura e pecuária; - Sistemas de produção padronizados; - Predominância de uma abordagem científica especializada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampla base genética; incorporação da policultura, rotações complexas; - Integração entre agricultura e pecuária; - Heterogênesse de sistemas agrícolas; - Interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais), sistema participativo (inclusão de agricultores).
Exploração	Abdicação
<ul style="list-style-type: none"> - Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento das consequências ambiental e social de longo prazo; - Dependência de recursos não renováveis; - Consumismo impulsiona o crescimento econômico; - Hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimentos e culturas indígenas/locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Custo total contabilizado; - Resultados de curto prazo igualmente importantes; - Amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; - Consumo sustentável, estilo de vida mais simples; - Acesso equitativo às necessidades básicas; - Reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.

Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2008.

A pesquisa ratifica as evidências dos projetos de agricultura no campo. A questão agrária – histórica, mas atual – reafirma o território do agronegócio, pela ideologia dominante e conservadora do PCA. Antes, eram latifúndios apenas de

fazendeiros, agora são latifúndios de fazendeiros, granjeiros, empresas nacionais, trans e multinacionais, que concentram terras e riquezas.

Ao analisar os dados da pesquisa percebemos a relação com os estudos de Altieri (2012), que apresenta a agricultura familiar camponesa como patrimônio ecológico planetário em contrapondo à lógica do agronegócio:

Cinco razões por que devemos apoiar a revitalização da agricultura camponesa. A) Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial; B) Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas; C) Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade; D) Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de organismos Geneticamente Modificados (OGMs); E) Pequenas propriedades rurais resfriam o clima (p. 363).

Nesse sentido, o território do campesinato – do trabalho familiar, da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis – passa a ser uma nova possibilidade, que articula uma relação horizontal entre os homens, com a terra e com a natureza. É um território que precisa manter a luta e a resistência pela criação e recriação do campesinato, ainda carente de políticas públicas, de reforma agrária e de garantia de direitos, em uma sociedade desigual e contraditória, contrapondo o modelo do agronegócio e, conseqüentemente, extinguindo as relações de subordinação a esse sistema.

Outro aspecto que destacamos é a paisagem, pois mostra a realidade do campesinato e do agronegócio em âmbito material e imaterial, uma vez que são demasiadas as diferenças entre as paisagens do agronegócio e do campesinato. O território do campesinato é marcado pela policultura, destacando a presença na UPC de diversos elementos que não existem na maioria dos estabelecimentos capitalistas. Em contrapartida, parte dos camponeses produz soja, fumo e frango de forma integrada, utilizando agrotóxicos, mas não de maneira linear e única. A principal característica das UPC visitadas são as paisagens heterogêneas e diversificadas.

O modelo de produção do agronegócio tem modificado consideravelmente a paisagem, tornando-a homogênea. Nas paisagens homogêneas encontradas o que prevalece é a produção de monoculturas, principalmente soja, milho, *pinus*, eucalipto e pecuária.

No Quadro 11 estão ilustradas as contradições da paisagem territorial.

Quadro 4: Paisagem heterogênea do campesinato x Paisagem homogênea do agronegócio.

<p>Paisagem heterogênea do campesinato. Pinhão – PR, outubro de 2019. Imagem cedida para a pesquisa.</p>	<p>AAC – Paisagem homogênea do agronegócio.</p>
	
<p>Fonte: VALTER ISRAEL DA SILVA (arquivo pessoal, 2021)</p>	<p>Fonte: o Autor.</p>

A forma geométrica, única das monoculturas, é caracterizada pela não presença de pessoas, mas prevalecendo as máquinas. A terra, por ser meio de negócio, é ocupada por mercadoria.

Já no território camponês há diversidade, presença de agricultores, de comunidades, de igrejas e de escola. É no território camponês que se produz a existência em sua totalidade.

4.3 A AGROINDÚSTRIA COMO EXPRESSÃO DA(RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Considerando a produção local no TC1, percebemos uma potencialidade em relação à diversidade, ainda que se careça de muitos avanços. A ampliação de agroindústrias e a implantação de outras gerariam muitos postos de trabalho associados ao sistema de produção camponesa e integrado às agroindústrias do território.

Dentre várias possibilidades de agroindústrias no TC1, propomos a aquicultura⁴⁶, pois mesmo com a existência de um curso de graduação na UFFS,

⁴⁶A aquicultura, como cultivo, normalmente se dá em um espaço confinado e controlado, de organismos aquáticos, tais como peixes, crustáceos, moluscos, algas, répteis e qualquer outra forma de vida aquática de interesse econômico produtivo. A atividade produtiva se divide em diferentes modalidades: piscicultura (criação de peixes); carcinicultura (criação de camarões); ranicultura (criação de rãs); malacocultura (criação de moluscos, ostras e mexilhões); algicultura (cultivo de algas) e outras espécies

ainda não possui uma produção relevante, demonstrando potencial ainda a ser explorado num território rico em água com uma produção eficiente de alimentos e derivados de origem aquática que contribuiria com a formação, a infraestrutura e a renda das famílias nas unidades de produção camponesa (UPC).

A agroindústria brasileira, que em 2019 contribuiu com aproximadamente 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁷, desenvolve-se a partir da utilização de matéria-prima proveniente da agropecuária, beneficiada e transformada, promovendo a integração do meio rural com o mercado e, em alguns casos muito específicos, com o mercado local. Nesse sentido, percebemos a falta de políticas públicas para o setor.

No quadro (ANEXO VII, à p. 220) apresentamos o retrato das agroindústrias no TC, resultado do último Censo Agropecuário (2017), e destacamos uma evolução em virtude da quantidade de matéria-prima de produtos agrícolas, da possibilidade e do potencial da agroindústria no território se apresentar como instrumento para agregar a produção e para a agroindustrialização, portanto, geração de renda e trabalho.

Sabemos que a constituição de agroindústrias por parte do campesinato também pode ser resistência ao modelo hegemônico de sistema de produção capitalista. Vemos que a recriação e resistência camponesa podem emergir de uma boa estratégia de beneficiamento de seus cultivos, que é agenciada por outras matrizes de relações administrativas e de gestão, perpassada por outros valores, como a produção de alimentos saudáveis e preocupação com a melhor distribuição de renda entre seus cooperados. A agroindustrialização é de fundamental importância para os camponeses agregarem renda à sua produção.

O MPA, que trabalha com esses dois conceitos de sistema camponês de produção, que é altamente diversificado, que usa um produto de uma produção para outra, e para isso precisa-se de uma agroindústria diferenciada que absorva essas multiplicidades de matérias primas e em escala menor. Por isso a agroindústria multifuncional é de pequeno porte (Depoimento do AFCE).

com menor apelo comercial, tais como a quelonicultura (criação de tartarugas e tracajás) e a criação de jacarés (SHULTER; VIEIRA FILHO, 2017).

⁴⁷ O Cálculo do PIB do Agronegócio Brasileiro resulta de uma parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), a ESALQ/USP e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Para isso, as agroindústrias devem ser descentralizadas de forma comunitária, primando pela venda direta aos trabalhadores urbanos e demais sujeitos do campo, ou pela aquisição por políticas públicas de comercialização.

Figura 03: Agroindústria multifuncional de pequeno porte Recanto Feliz.



Fonte: Valter Israel da Silva – MPA. Pinhão – PR, outubro de 2019. Imagem cedida para a pesquisa.

Assim, a agroindústria precisa ser multifuncional, propiciando o beneficiamento de diversas matérias primas em quantidades pequenas, tendo como resultado uma ampla variedade de produtos finais, pois “o sistema camponês de produção é diversificado e por isso necessita um modelo de agroindústria, multifuncional, para que atenda suas necessidades sem desmontar a lógica produtiva da agricultura camponesa” (SILVA, 2019, p. 2)⁴⁸. Reiteramos neste trabalho a necessidade das diversas formas de agroindústrias camponesas de pequeno porte, considerando que as matérias primas, a produção camponesa, em grande parte é desperdiçada na própria unidade de produção familiar, sem chegar a ser agroindustrializada, por falta da política pública de agroindústria de pequeno porte e de comercialização em circuitos mais curtos, como no próprio município, território e estado, o que poderia criar possibilidades de trocas e comercialização com outros estados e países, considerando, as possibilidades de consumo, as sazonalidades, culturas dentre outros fatores.

⁴⁸ O referido autor é agricultor e militante do MPA - Brasil, reside atualmente em Pinhão no TC. É autor, dentre vários materiais, de **Caminhos da Afirmção Camponesa, Elementos para um Plano Camponês**, de 2009.

4.4 OS AGROTÓXICOS: UMA REALIDADE CONTRADITÓRIA NA (RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

O Censo Agropecuário de 2017, em comparação com o de 2006, também constatou o aumento de 20% no uso de agrotóxicos.

O agronegócio vem se desenvolvendo no campo brasileiro tendo como base e materialidade a utilização de agrotóxicos, conforme a realidade e pesquisas em andamento. A produção por meio do agronegócio utiliza de forma indiscriminada os agrotóxicos, interferindo na produção e, ao mesmo tempo, sendo um fator crucial de contaminação das águas, do solo, dos animais, dos alimentos e dos sujeitos que os manipulam e que consomem os produtos alimentícios.

Existe uma relação de subordinação dos agricultores em relação à manipulação para usar os agrotóxicos.

Dos agricultores que utilizam agrotóxicos, 16% não sabiam ler e escrever e, destes, 89% declararam não ter recebido orientação técnica. Dos que sabiam ler e escrever, 70% possuíam, no máximo, o ensino fundamental e, destes, apenas 31% declararam ter recebido orientação técnica para usar corretamente o produto.

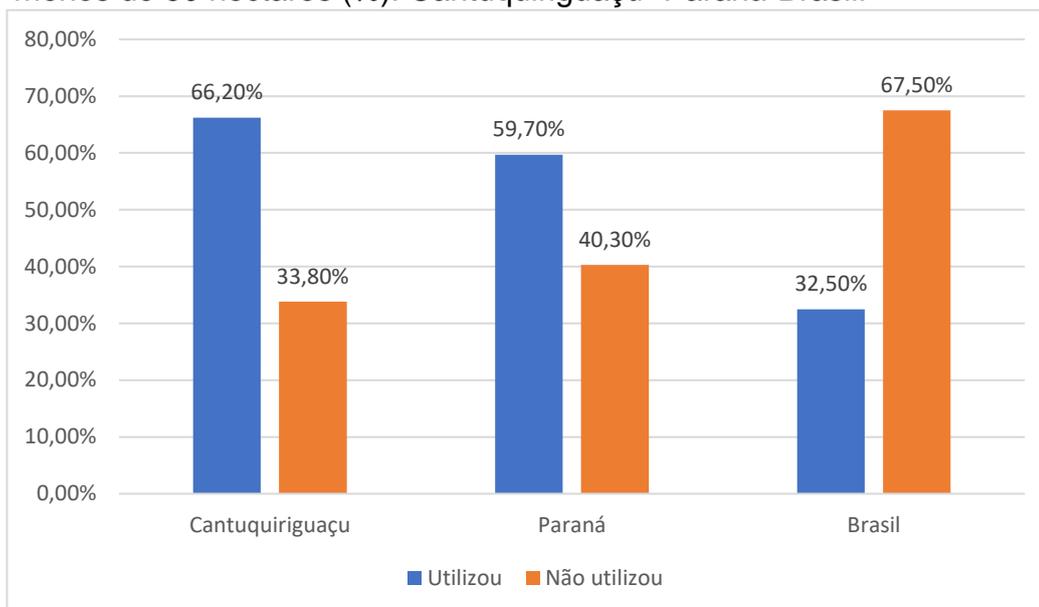
O Censo Agropecuário de 2017 também aponta que 68% das propriedades do TC1 utilizam agrotóxicos, no Paraná 62% e no Brasil 66,8%.

Assim, o território é marcado pela utilização, em maior ou menor quantidade, de agrotóxicos, sendo a produção em larga escala a grande responsável pelo emprego de grandes quantidades. Isso demonstra o fato de que a produção agrícola no Brasil é sempre um campo de disputa, e as tecnologias e os agrotóxicos permeiam, de modo incontornável, não apenas as grandes propriedades, mas estão presentes também nas pequenas, não em sua totalidade, o que marca o processo dialético.

Os estudos e dados da pesquisa de Bombardi (2017), do Censo Agropecuário (2017), dentre outras pesquisas, o Brasil e os EUA são apresentados como os maiores usuários de agrotóxicos no mundo. A pesquisa que resultou no Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos, da geógrafa Larissa Mies Bombardi, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, mostra os dados alarmantes do uso indevido e indiscriminado de agrotóxicos na agricultura.

No Gráfico 01 estão representados os percentuais de uso de agrotóxicos no território Cantuquiriguaçu.

Gráfico 01: Uso de agrotóxicos em estabelecimentos com mais de 0 a menos de 50 hectares (%): Cantuquiriguaçu- Paraná-Brasil.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Org.: Moraes, 2020.

O feijão que está na mesa dos brasileiros tem um nível permitido de resíduo de malationa (inseticida) 400 vezes maior do que aquele permitido pela União Europeia. A água potável brasileira permite cinco mil vezes mais resíduo de glifosato, um herbicida. A soja permite 200 vezes mais resíduos de glifosato. Os dados da saúde pública que estão no DATASUS reúnem informações da rede pública de saúde mostrando que, entre 2008 e 2017, o contato com pesticidas e agrotóxicos foi responsável direto por 7.267 mortes no Brasil.

Os agrotóxicos têm sido um mecanismo de produção do agronegócio que avança sobre os territórios camponeses. Por isso, são milhões de investimentos em propagandas e campanhas para criar no imaginário popular a necessidade do uso de agrotóxicos sem relacionar os efeitos causados por eles na saúde humana e no planeta. Logo, a agroecologia passa a ser uma alternativa e potencialidade científica por ter na sua concepção outro modo produtivo sem uso de agrotóxicos e uma relação de harmonia com a natureza e a vida no planeta.

No sistema do agronegócio, as transnacionais, Bayer/Monsanto e Basf controlam toda a cadeia alimentar agrícola do mundo. As sementes, os agrotóxicos e os fertilizantes são indústrias agroquímicas de origem alemã que respondem por cerca de 34% do mercado mundial de agrotóxicos. A Monsanto, que pertence ao grupo Bayer, é a campeã mundial de vendas do glifosato, pesticida vinculado a muitas

doenças, incluindo o Alzheimer e o câncer. Existem fortes indícios de casos de mortes e suicídios associados ao contato ou à ingestão de agrotóxicos. Entre 2007 e 2014, o Ministério da Saúde registrou cerca de 25 mil ocorrências de intoxicações por agrotóxicos. O estado do Paraná está em primeiro lugar, com mais de 3.700 casos de intoxicação. Outro dado alarmante é que “das 3.723 intoxicações registradas no Paraná, 1.631 casos eram de tentativas de suicídio, ou seja, 40% do total” (BOMBARDI, 2019, n/p). Em 2015, soja, milho e cana-de-açúcar consumiram 72% dos pesticidas comercializados o país.

Fica evidente que para as grandes empresas que estão no controle extremo do sistema alimentar agrícola do mundo - sementes, agrotóxicos, fertilizantes, circulação - os agrotóxicos são a expressão máxima do modelo de produção do agronegócio, pois correspondem ao sangue que faz circular em todo o sistema.

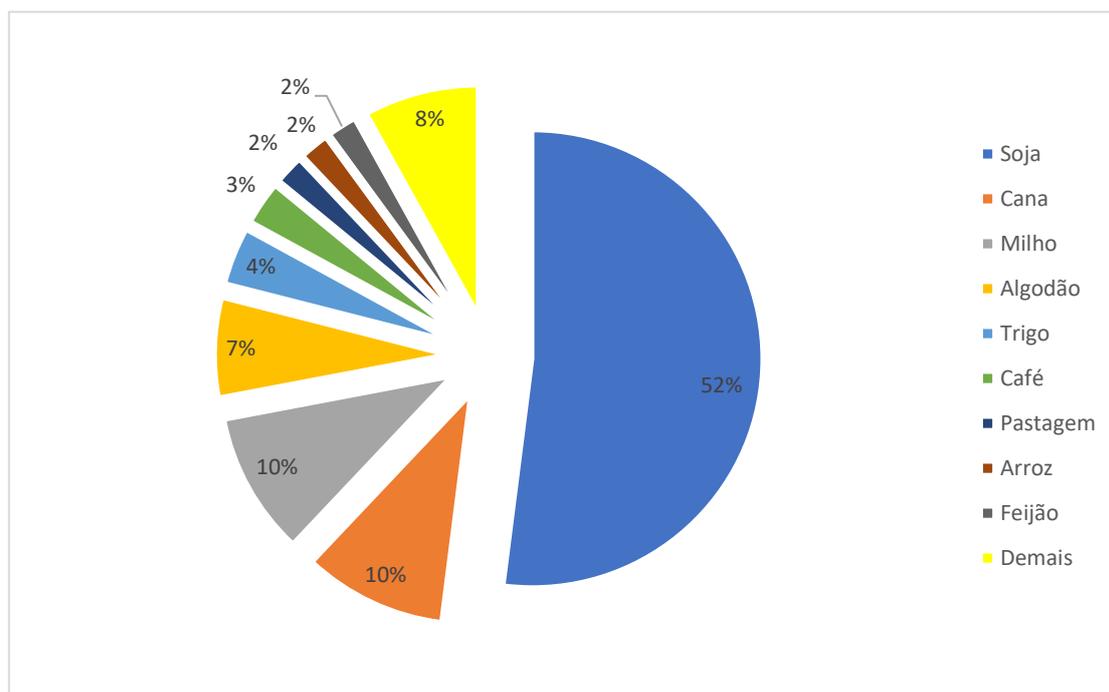
Sem o uso de veneno seria um sistema morto, por isso usar todos os componentes, a saber, inseticidas, herbicidas, fungicidas, bactericidas, que resultam na morte de todas as espécies de insetos, fungos, bactérias e ervas ficando apenas a semente individual da soja, da cana, do milho, do feijão, extremamente contaminadas para produzir as *commodities*.

Logo, a produção de alimentos saudáveis não é a prioridade, tampouco a produção de alimentos cheios de pesticidas, pois a intenção é a produção de *commodities* e a maximização de lucros, sepultando as demais dimensões de um projeto de vida.

No Gráfico 02 verificam-se os índices do comércio de agrotóxicos no país, por cultura desenvolvida.

Contrariamente ao esperado por esta pesquisa, o que se constata é que do total de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos no TC, 84,81% são pequenos estabelecimentos (acima de zero e menor que 50 ha, comprovando o avanço do modelo do agronegócio sobre o território do campesinato por meio do uso de agrotóxicos).

Gráfico 02: Venda de agrotóxicos no Brasil em 2015, por tipo de cultura.



Fonte: SINDIVEG/ VIEIRA/DIEESE (2017). Org.: Moraes 2020.

No entanto, são mais de 15% de estabelecimentos de UPC, porcentagem relativa a mais ou menos 700 famílias, que não usam agrotóxicos. Esse aspecto pode ser considerado uma referência para a transição e produção agroecológica e, ao mesmo tempo, para resistência e exemplo de um modelo possível de um sistema completo de vínculo terra, família, trabalho e relação racional com a natureza.

Convém destacar que o Brasil não é o maior produtor agrícola do mundo, mas é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O atual Ministério da Agricultura tem mais de 3.000 agrotóxicos liberados para a venda no Brasil, destes, 1.456 novos foram licenciados em apenas três anos do governo Bolsonaro. A pesquisa de Ruths (2018) sobre a Ocorrência de câncer na região oeste do Paraná abarcou uma análise a partir da ocupação e exposição a agrotóxicos e constatou que 46% das pessoas que tiveram câncer em Anahay e 32% em Vera Cruz do Oeste tiveram contato e foram expostas a agrotóxicos. Os venenos mais citados foram o BHC (hexaclorobenzeno) em 31,25% dos casos, Roundup, 31% e Paraquat, 12%. Isso permite refletir acerca dos agrotóxicos, com o propósito de ampliar a denúncia sobre o aumento do uso de veneno no país, para conscientização e fortalecimento da luta em defesa da biodiversidade, dos bens naturais e da saúde humana.

Entende-se que uma das metas do agronegócio enquanto sistema é a integração dos agricultores tornando-os dependentes do uso de pacotes tecnológicos fornecidos pelas empresas. Existem camponeses que os utilizam como estratégia para inserção no mercado e de sobrevivência e, portanto, de resistência e em função das demandas. Os camponeses, nas suas UPC, lutam e resistem, visando à soberania alimentar, como produtores de alimentos diversificados em suas pequenas propriedades, portanto, mantendo sua autonomia. Entretanto, alguns camponeses estão integrados à produção para o mercado, integrados a grandes empresas, porém mantêm práticas de produção de alimentos, trabalho familiar na e com a terra.

4.5 A AGROECOLOGIA COMO EXPRESSÃO DA (RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO TC2 NO TERRITÓRIO CANTUQUIRI-GUAÇU TC1

A produção camponesa faz parte da história da humanidade e avança na perspectiva de articular conhecimentos históricos com uma nova matriz, que também é histórica e apresenta em sua essência a formação do homem, como a tecnologia. Consideramos a agroecologia, como possibilidade de superar a produção tradicional com sua prática de queimadas e utilização da terra sem uma racionalidade científica, por exemplo.

A agroecologia é uma construção social que Altieri (1989; 1999; 2000; 2002) apresenta como dimensão integrante dos processos naturais e sociais. Ela não é neutra, assumindo a crítica ao paradigma do capitalismo agrário (PCA), enfatizando a produção de alimentos saudáveis, o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e tradições locais, com uma visão processual de transição como ciência que expressa ética social e ecológica. Hebinck, Schneider e Ploeg (2015) apresentam a agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social.

A agroecologia tem o potencial de ser uma nova matriz do território camponês, matriz produtiva, tecnológica, social, cultural, ou seja, uma matriz plena, que contemple todas as dimensões humanas em uma omnilateralidade⁴⁹.

⁴⁹ O autor se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas, pela ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista (FRIGOTTO *In*: CALDART *et al.*, 2012).

Está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos MSPC, que não a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, “mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza” (GUHUR *et al.*, 2012, p. 65). Entendemos, assim, que a agroecologia tem potencial para promover o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos saudáveis, uma consciência política e uma consciência coletiva e organizacional.

A agroecologia está associada à luta pela soberania alimentar e pela soberania energética, pela defesa e recuperação de territórios, pela reforma agrária e pela cooperação e articulação entre os povos do campo e da cidade. Dessa forma, a agroecologia tem como perspectiva construir uma sociedade de camponeses livremente associados na promoção da vida de qualidade, de uma sociedade emancipada, em que o lucro deixa de ser prioridade, passando a ser a vida a prioridade e, portanto, a emancipação humana e política. A agroecologia tem potencialidade, inclusive, para reduzir as dificuldades em relação à soberania alimentar, para propiciar vida de qualidade, avançando para a garantia do acesso à terra, com responsabilidade governamental e do Estado, uma vez que o camponês e a camponesa já estão no campo, ou estão querendo voltar, desde que com renda.

Entendemos e defendemos a recriação camponesa na perspectiva do acesso a uma vida de qualidade, da garantia da renda, do cuidado com a natureza, “uma agricultura socialmente justa, ecologicamente sustentável, e economicamente viável” (MPA, 2007, p. 54). Construir um território com a criação e recriação dos Sistemas Camponeses de Produção (SCP), com policulturas, adubação produzida na propriedade ou no território, tendo como base social a família e as comunidades camponesas, produção para mercado local e soberania alimentar familiar. Produção por meio de agroflorestas, produção diversificada, incentivo à produção de ervas medicinais, fitoterápicos, bioenergéticos, valorização e retorno dos conhecimentos medicinais populares e das benzedadeiras, hortas, pomares, derivados do milho, da cana, dentre outros.

Utilizamos uma série de ervas medicinais e também usamos como defensivos, e usamos como inseticidas e fungicidas, por exemplo, o soro de leite e fungos da floresta. A gente não utiliza produto químico, na transição

agroecológica existem níveis. O primeiro nível é a substituição de insumos, os outros níveis são fazer um redesenho do ecossistema para conseguir o equilíbrio natural da natureza. O equilíbrio da cadeia alimentar controla a população para não precisar de insumos, e se o ambiente está sendo equilibrado não precisa de defensivos por conta da diversidade de diversas plantas, adubação verde, adubadeiras naturais (Depoimento da Camponesa AFCG-M).

A partir dos relatos de camponeses e da literatura, observamos que a produção diversificada, com base na agroecologia e em sistemas agroflorestais, garante balanço de carbono positivo e limpa o meio ambiente, contribuindo para superar os problemas do aquecimento global e da crise do clima. O balanço energético também é positivo, consiste em retirar o produto, porém transformando o que sobra em adubo ou alimentação animal, e o transporte também é reduzido pelo consumo local ou territorial.

O objetivo imposto à agroecologia neste momento em que se vive uma crise é de produzir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora. A agricultura camponesa é capaz de produzir alimentos saudáveis para a população e, assim, garantir a soberania alimentar, contrapondo o projeto de agricultura industrial em curso, visto que:

A agricultura industrial só produz *commodities* que vai para exportação. De fato, é a agricultura camponesa que produz alimentos [...]. Produz alimentos em harmonia com a natureza preservando os bens naturais, enquanto que o agronegócio acaba devastando as florestas, formações vegetais e naturais, ao contrário da agricultura camponesa que produz conservando a floresta e seus bens naturais. “A agricultura camponesa tem a horta, a beira do rio conservada, os pinheiros preservados, e seu pomar (Depoimento da Camponesa AFCG-M).

Na perspectiva de pensar um avanço sistêmico da agricultura familiar camponesa destaca-se o papel das mulheres na produção camponesa, ou seja, por meio da produção agroecológica:

Enquanto militante de um movimento social camponês e feminista, defendo um projeto de vida e de sociedade que é a agricultura camponesa agroecológica e feminista, portanto, defendemos o campesinato como uma forma de vida e que tem um enfoque na agroecologia para realizar a produção. Lutamos por um modo de produção e de vida que seja capaz de produzir alimentos saudáveis para a família e para os consumidores, destaca-se que esses alimentos têm que ter um preço acessível para a classe trabalhadora e justo para quem produz, dessa forma é importante o diálogo entre quem produz e quem consome. Além disso, tem que ser um modo que agrida o menos possível a natureza, que seja de fato sustentável, que preserve a biodiversidade, o solo, água e demais bens naturais. E que não seja um modo de vida opressor ou que promova qualquer outro tipo de

violência, se busca a construção de novas relações entre os seres humanos e com a natureza (Depoimento da Camponesa AFCG-M).

Isso aponta para a questão de formação política e inserção das mulheres como protagonistas da agroecologia, unindo homens e mulheres em um projeto camponês, o que implica um ato revolucionário.

Há que se considerar também o melhoramento das sementes crioulas, a produção de adubos orgânicos que não contaminam o solo, a produção de inseticidas, herbicidas, fungicidas e bactericidas em uma lógica bionatural, sem contaminar o planeta como ocorre na agricultura capitalista com o uso de agrotóxicos e, ainda, a soberania energética, a soberania hídrica e a soberania genética.

Permanece a necessidade de avançar tecnologicamente, de acordo com a realidade camponesa e na relação recíproca com a natureza. A agroecologia é esse avanço necessário para uma nova forma de produção, com base de sustentação popular, civil e estatal. Fazem-se necessários diretriz, planejamento e um processo coletivo popular nacional, ainda que de base local, territorial, estadual e nacional, articulados e engajados.

Essa realidade nos leva a refletir sobre um futuro que depende de lutas e ações multidimensionais e multiescalares, devido à sua complexidade e aos desafios que a envolvem. Uma dimensão necessária para avançar é a efetivação de políticas públicas, na relação e disputa com o Estado, com dotação orçamentária, capacitação e orientação técnica.

O trabalho familiar camponês é uma atividade livre, vital e imprescindível, considerando que é por meio do trabalho que o ser humano se produz ou se recria permanentemente.

A luta é por território, na contramão da ordem social de base de acumulação do capital. No capitalismo, o campesinato recria-se em um processo de desenvolvimento desigual, por meio da luta e da resistência se cria e se reproduz.

A compreensão de todas as relações no território tem uma materialidade na recriação do campesinato pela resistência e luta pela terra e deixam a sua marca na paisagem: “Agronegócio x Campesinato”, registrando, assim, uma identidade possível de ser datada. Essa possibilidade de marcação do tempo se configura como uma das maneiras mais interessantes de compreender a realidade, desvendando os mecanismos que movimentam e organizam a vida em sociedade. Essa relação conecta a sociedade e a natureza, possibilita uma concatenação temporal e espacial

expressa no território em disputa, que se constrói, reconstrói e que se recria, em constante contradição ao modo capitalista de produção.

4.6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO EXPRESSÕES DE CONTRADIÇÕES E DA(RE)CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

As políticas públicas permitem avançar em relação às principais demandas dos camponeses e aos direitos básicos como acesso à terra, moradia e renda, de forma a garantir os demais direitos, fruto do trabalho camponês na terra.

Em relação à infraestrutura, as políticas públicas deveriam compreender os requisitos mínimos, tais como condições financeiras para a construção de moradia adequada, de estábulos, de cisternas, resgatar as sementes crioulas e organizar agroindústrias familiares.

Não propomos um campesinato arcaico, visto que descrevemos muitas proposições de tecnologias que diminuem o trabalho pesado e que são perfeitamente adaptadas à produção camponesa, mas que são propostas que emancipam o camponês e que não se concretizarão sem o devido apoio governamental.

As distâncias entre os territórios dos camponeses e os centros de comercialização e de acesso à tecnologia também se configuram como dificuldades:

Minha maior dificuldade foi morar muito longe, e também que tinha que trabalhar só na enxada, mas consegui manter minha roça e trabalhava de cedo até a noite naquela época. E agora minha maior dificuldade é vender aquilo que é produzido como banana, laranja e gado pecuário, pela questão da demanda e concorrência dos grandes produtores (Depoimento do AFCC).

Outra dificuldade é a titulação das terras, sua legalização é imprescindível para estar de acordo com as normas nacionais de acesso a políticas públicas, principalmente de crédito. Porém, como já destacado, a luta vai além da questão financeira e de lucro, trata-se da liberdade, do modo de vida, de cultura:

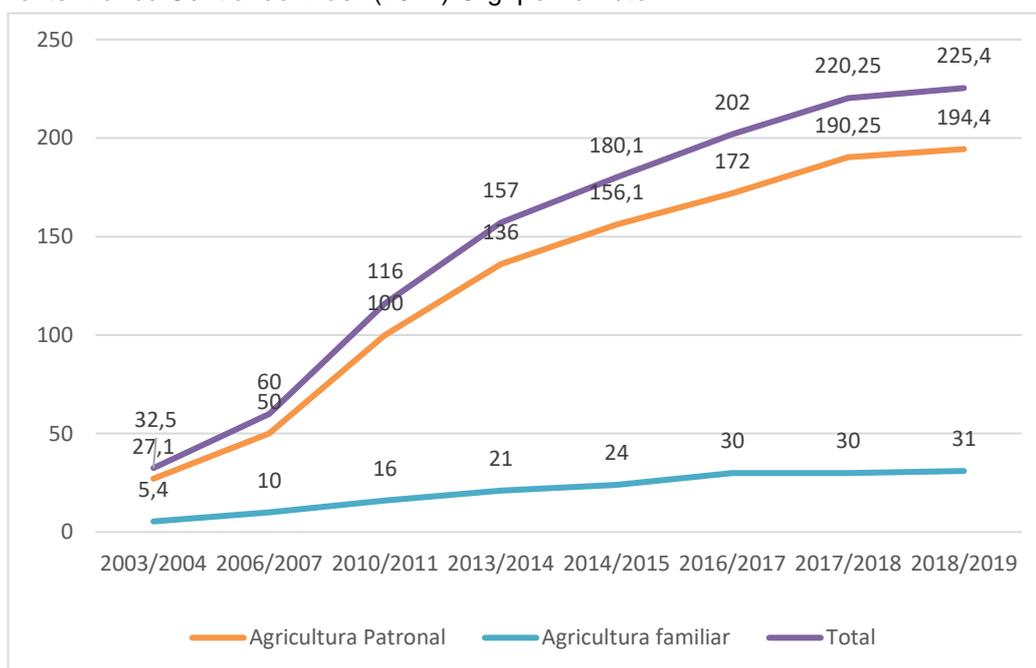
Nossas terras são de assentamento e ainda não estão tituladas, mas estamos aguardando o documento que diz que vai sair logo. É bom de morar aqui porque além de termos nosso próprio sustento praticamente sem uso de agrotóxico ainda temos um porco, uma galinha para comer e ganhamos nossa renda mensal vendendo nossas verduras. Somos felizes e conseguimos viver tranquilamente com a família e esta grande diversidade, e ainda não me sinto preso ou mandado por patrão, única coisa é regar minhas verduras no horário certo e cuidá-las (Depoimento do AFCA).

Esta pesquisa nos permite entender a necessidade de lutar pelo fim dos monopólios das multinacionais e transnacionais e do domínio dos meios de comunicação de massa que são instrumentos de manipulação e que estão a serviço do capital, de sua ideologia e do seu modo de produção, que no campo é o agronegócio; e lutar pela construção de um projeto popular integrando campo e cidade e formulação de políticas públicas que fortaleçam a agricultura camponesa, possibilitando uma vida de qualidade. O modelo de desenvolvimento em curso no Brasil não apresenta uma perspectiva para o camponês.

Destacamos no gráfico a seguir o patamar atual de políticas de financiamento, tanto para a agricultura patronal do agronegócio, como para a AFC.

Gráfico 03: Valor total repassado pelo Pronaf no período de 2002 a 2017.

Fonte: Banco Central do Brasil (2017) Org. por: o Autor.

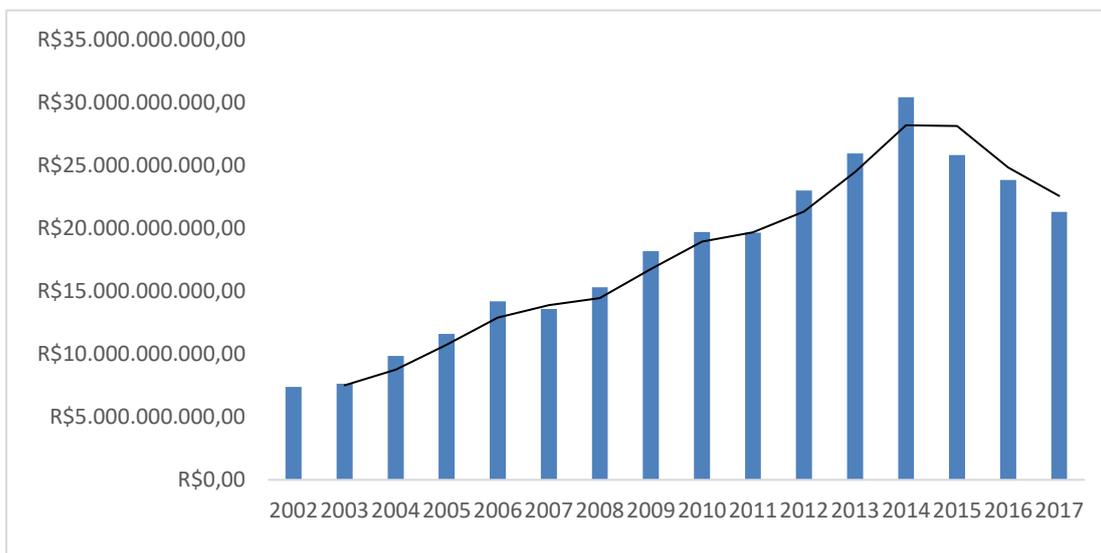


Dentre as poucas políticas públicas de financiamento acessadas pelos camponeses, podemos citar a expansão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, por ser um pacote fechado, impulsionou o uso de agrotóxicos porque a liberação dos créditos, muitas vezes, é vinculada a isso. No diálogo com os camponeses obtivemos relatos em que o agricultor para acessar um empréstimo no banco precisava de um projeto técnico. Esse projeto é feito por um agrônomo que, em geral, recomenda para a produção o uso de agrotóxicos. Linhas

de crédito específicas para agroecologia, por exemplo, são irrisórias (EMPSG/Fiocruz, 2018).

No gráfico 04 observamos um avanço significativo no financiamento para AFC nos governos petistas e em seguida uma queda acentuada no financiamento da AFC, a partir de 2016.

Gráfico 04 - Financiamento para AFC nos governos do período 2002-2017.



Fonte: Banco Central do Brasil (2017). Org.: o Autor.

No quadro 12 estão assinalados os dados do financiamento, relativos às políticas governamentais ligadas ao modelo da agricultura capitalista do agronegócio:

Quadro 5: Financiamento agrícola – número de famílias: Cantuquiriguaçu-Paraná- Brasil.

Localidade	Número de famílias por órgão financiador			
	Pronaf	Pronamp	Outros	Não governamental
Cantuquiriguaçu	2317	300	250	2681
Paraná	39.077	5.563	4429	32.429
Brasil	320.922	19.827	71.319	376.406

Fonte: IBGE – Censo agropecuário de 2017. Org.: o Autor.

Os dados apresentados e a pesquisa de campo explicitam a falta de políticas públicas para os camponeses, seja na forma tradicional ou agroecológica e, também,

que no território imaterial da construção de políticas, o Estado passa a ser o agenciador do capital.

Os dados sobre financiamento mostram que no território existe o dobro de financiamento do Pronaf em relação ao país. Trata-se de um dado extremamente significativo indicando o acesso dos pequenos agricultores a esse programa, bem como a existência dessa política para a agricultura familiar que, de certo modo, beneficia o camponês, de forma geral para produção e ou melhorar a infraestrutura de sua UPC, a despeito da questão dos agrotóxicos. O Pronamp atende as grandes propriedades de maneira geral e também apresenta um número significativo em relação ao país.

Esse debate sobre políticas públicas permite pensarmos sua importância para a redução das desigualdades sociais e econômicas, bem como possibilitar o desenvolvimento do campo e, portanto, a geração de renda e qualidade de vida em uma relação diferenciada com a natureza, portanto, pode ser uma dimensão que potencializa a recriação camponesa.

4.7 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICA PÚBLICA QUE CONTRIBUI PARA A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO TC1

Outra dimensão que se destaca na luta pela terra é a questão educacional, devido ao grande número de crianças e de adultos sem escolarização ou com escolarização parcial, condição já demarcada no primeiro acampamento do MST em 1996, como destaca Janata (2012):

O número de crianças, segundo os levantamentos realizados, era expressivo: havia 1.305 crianças com até 5 anos; 855 de 06 a 10; 655 de 10 a 15. Os demais, 10.461, tinham mais de 15 anos (FOLHA DE LONDRINA 14/06/1996). Muitos eram analfabetos, e alguns ainda estavam no ensino fundamental ou médio (JANATA, 2012, p. 76).

Segundo o Núcleo Regional de Educação (NRE), atualmente são mais de 50 escolas do campo no campo, mais de 10 mil estudantes, entre escolas municipais e estaduais no TC1. A educação é considerada pelos sujeitos camponeses como essencial na luta pela terra. Compreendemos ser a Educação do Campo a dimensão que contribui com a luta pela terra e pela criação e recriação do campesinato no território. Essa educação tem sua base inicial na pedagogia popular do oprimido, respaldada na luta e na teoria de Paulo Freire, que deixa em evidência as

contradições, as negações, as dificuldades dos camponeses e as utopias por um mundo melhor, livre das amarras do capital:

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objetivo de espoliação e de descaso? (FREIRE, 2005, p. 112).

A luta pela terra se articula com a luta por outros direitos, como a educação, tendo como princípios o respeito à natureza, à diversidade e às realidades dos sujeitos do campo. A Educação do Campo⁵⁰ se contrapõe à educação rural de negação histórica da educação, ou educação precarizada. A Educação do Campo articula universidades e MSPC e indígenas com diversos protagonistas que atuam tanto nos movimentos quanto nas universidades, com formação e militância. A Educação do Campo, como matriz educativa dos camponeses, visa o direito à escola no campo em diferentes níveis e uma matriz pedagógica que articule tempos e espaços escolares com um novo modelo de cultura de produção, a agroecologia. Como afirma Caldart (2008), a educação do campo exige ser pensada na tríade campo, política pública e educação. Assim, as políticas públicas passam a ser a utopia e a realidade da luta por um projeto de campo, de território do campesinato.

Trata-se de uma educação que, de fato, forme quadros, e uma intelectualidade no campo de luta camponesa. Que sirva para desvelar ao povo o jeito de produzir que gera outro jeito de olhar a vida e olhar as necessidades humanas; uma educação para a massificação das experiências de vida e de produção camponesa, por meio do trabalho participativo, associado, cooperado e solidário, ou seja, as pessoas como sujeito do processo; uma escola do campo que contribua na consolidação da agroecologia como matriz do modo de produção da agricultura camponesa; um projeto pedagógico que seja o próprio projeto de desenvolvimento local e territorial; o entorno da escola do campo como campo de práticas e de experiências.

Nos quadros 13 e 14, a seguir, destacam-se as diversas atividades de Educação do Campo realizadas no território, mediante inúmeras articulações, reuniões e planejamentos. Destacamos os Fóruns da Educação do Campo do TC1

⁵⁰Para saber mais, consultar: Arroyo (2009); Caldart (2008; 2009); Fernandes (2000; 2001); Molina (2006); Munarim (2008; 2010); Kolling (2002); Souza (2006).

que culminaram, em 2017, com a realização do I Congresso Internacional de Educação da UFFSLS – TC1/II Simpósio de Educação do TC1, IX Fórum de Educação do Campo da Cantuquiriguaçu em conjunto com o III Seminário de Fortalecimento das Políticas Públicas da Educação do Campo. Isso mostra potencial impulsionador da Educação do Campo no território. O fórum de 2016 foi relatado por Santos (2017). Essa organicidade só foi possível por meio da luta dos MSPC, da conquista e implantação da UFFS e da oportunidade de termos um quadro de docentes e uma comunidade regional que conquistaram, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a continuidade dos Fóruns e o transformaram em evento científico internacional.

Quadro 13- Educação do Campo Território Cantuquiriguaçu Paraná.

Ano	Evento/local/foco	Síntese
2000	Conferência Estadual “Por uma Educação do Campo”, Porto Barreiro - PR.	II Construção da Carta de Porto Barreiro (ações, políticas, de curto, médio e longo prazo para a Educação do Campo no Estado do Paraná).
2004	Eleições 2004.	Pelo processo eleitoral nos municípios de Porto Barreiro, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu chegam ao poder alguns representantes políticos de concepção popular. Nos municípios de Candói e Laranjeiras do Sul algumas lideranças assumem as Secretarias Municipais de Educação, completando, portanto, um coletivo disposto a discutir e implementar políticas com a perspectiva da Educação do Campo.
2006, 2007 e 2008	Projeto Saberes da Terra. Projeto único no Brasil em que os estudantes podiam definir locais e horários das aulas.	Projeto Federal de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido como piloto com currículo construído por meio da concepção de Educação do Campo. Atendeu mais de 400 jovens e adultos, 13 turmas, 11 municípios do TC1. Objetivo: escolarizar e qualificar profissionalmente e socialmente Jovens e Adultos Camponeses. Organização curricular com tempo universidade, tempo comunidade, projeto de vida, currículo diferenciado na perspectiva da educação do Campo.
2008	I Encontro da Articulação Centro-Oeste do Paraná: Por Uma Educação do Campo Porto Barreiro - PR.	Reuniram-se em Porto Barreiro mais de 300 pessoas, educadores e educadoras do campo, educandos e educandas, lideranças dos movimentos sociais camponeses e representantes dos governos democráticos populares municipais.

.(continua)

Quadro 13 - Educação do Campo Território Cantuquiriguaçu Paraná.

(continuação)

2006 a 2009	Movimento Pró Universidade Popular no TC1.	Culmina com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFSLS). Discussão do MST e com apoio das prefeituras de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Nova Laranjeiras, Candói e Laranjeiras do Sul e CONDETEC.
2009 a 2012	Plano Safra – CONDETEC. Plano de Desenvolvimento do Campo.	Construído pelo CONDETEC em diálogo com os sujeitos do campo. Demandas da agricultura camponesa e familiar do TC1.
2009 a 2012	Curso de Licenciatura em Educação do Campo.	Projeto apresentado pela UNICENTRO/G ao MEC. Demanda apresentada pelos municípios de Porto Barreiro, Candói e Rio Bonito do Iguaçu e Movimentos Populares do Campo: MST, MPA, MAB e MMC.
2007 a 2008	Especialização em Educação do Campo ofertada pela UFPR.	A partir das demandas dos Movimentos Sociais do Campo e de um grupo de Gestores Municipais de Educação do TC1, especialmente das Secretarias de Educação de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e de Candói.
2005 a 2006	Constituinte Escolar. Rio Bonito do Iguaçu - PR também realizou inúmeros seminários e fóruns de Educação e da Reforma Agrária.	Durante o ano de 2005 e 2006 em Rio Bonito do Iguaçu aconteceu um processo de discussão com a comunidade originando o projeto de Constituinte Escolar que tinha como objetivo programar uma política de discussão e construção da Educação do Campo no Município.
2001 a 2012	Educação do Campo.	Experiência pioneira de Educação do Campo no Município de Porto Barreiro - PR. Vários Projetos nas Escolas Municipais de Porto Barreiro que contemplam essa discussão, tais como: O projeto de Desenvolvimento Municipal, Urbano e Camponês, produção de materiais, formação continuada, dentre outros.
2010	VI Simpósio Estadual de Educação do Campo em Faxinal do Céu – Pinhão - PR.	Evento com mais de 600 pessoas em que se analisou os 10 anos da Carta de Porto Barreiro, apontando avanços e desafios.
2013	Encontro Estadual da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo, em Candói - PR.	Evento com mais de mil pessoas em que se analisou a Educação do Campo no Paraná e sinalizou novos desafios.
2003 a 2017	Projeto Político e Pedagógico do Colégio do Campo Iraci Salete Strozak.	Escola base das escolas Itinerantes do MST no Paraná desenvolve a experiência inovadora de uma Proposta Pedagógica de Educação do Campo por meio dos ciclos de formação Humana e Complexos Temáticos.

Fonte: o Autor.

Assim, com essa ação, o processo de recriação do território camponês permitiu aos sujeitos do campo o acesso à escolarização e, também, formação política e social, propiciando uma melhor compreensão da realidade e, ao mesmo tempo, uma formação prática e teórica para ações dentro da propriedade, na produção, de troca de experiências e na vida comunitária.

Quadro 14 - Fóruns de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu.

Evento	Município	Ano
I Fórum de Educação do Campo do TC1	Quedas do Iguaçu	2005
II Fórum de Educação do Campo do TC1	Canta Galo	2006
III Fórum de Educação do Campo do TC1	Porto Barreiro	2007
IV Fórum de Educação do Campo do TC1	Candói	2008
V Fórum de Educação do Campo do TC1	Laranjeiras do Sul	2010
VI Fórum de Educação do Campo do TC1	Laranjeiras do Sul	2012
VII Fórum de Educação do Campo do TC1	Laranjeiras do Sul	2015
VIII Fórum de Educação do Campo do TC1	Laranjeiras do Sul	2016
IX Fórum de Educação do Campo do TC1	Laranjeiras do Sul	2017

Fonte: o Autor.

Para além, destacamos o programa Saberes da Terra, uma experiência de referência de Educação do Campo para adultos e jovens do campo, uma pauta deles mesmos e que de fato promoveu e ampliou conhecimentos para a prática social, prática política e ampliação cultural, possibilitou também a troca de experiências entre os agricultores e a afirmação de um projeto de vida no processo de criação e recriação camponesa.

Também destacamos a implantação da Casa Familiar Rural (CFR) em cinco municípios, Candói, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Guaraniaçu e Porto Barreiro.

As Casas Familiares que existiram na Cantuquiriguaçu cumpriram um papel crucial na formação. 100 alunos por ano durante em torno de 15 anos, totalizando em torno de 1500 filhos e filhas de camponeses (as), formados. O ensino era por meio da pedagogia da alternância. O ensino fundamental era formação geral e cumpria duplo papel. Médio técnico agropecuário e

Agroindústria. Formação para a vida, importância dos conteúdos na comunidade e na vida (Depoimento do AFCN).

De acordo com a Arcafar (2017), a Casa Familiar é administrada por uma Associação formada pelas famílias dos estudantes, por jovens formados e por representantes de entidades que apoiam o projeto. As famílias contribuem trazendo alimentos que produzem em suas propriedades, fornecendo, assim, a alimentação para os jovens durante a semana. Órgãos públicos e privados, na forma de parcerias, ajudam a manter o programa. Foram mais de 1500 filhos de camponeses que tiveram acesso a essa política de formação para a vida no campo.

Destaca-se neste cenário a Pedagogia da Alternância como possibilidade e que apresenta um currículo diferenciado, com especificidades que levam em conta a vida no campo, e a integração comunidade e escola, um projeto político pedagógico de cada escola que contemple o desenvolvimento local em consonância com o desenvolvimento global, considerando as contradições econômicas e sociais existentes no modo capitalista de produção. A formação deve englobar as dimensões técnica, de gestão, política, cultural, ética, respeitar a diversidade camponesa dos acampados, assentados, tradicionais, quilombolas, faxinalenses e indígenas.

As Casas Familiares, com sua forma e método, permitiram estabelecer a relação entre teoria e prática, entre o convívio na escola, na família e na propriedade e a conexão entre o empírico, o cotidiano e o conhecimento científico.

As Casas Familiares funcionam adotando o método da alternância, que consiste em os jovens passarem duas semanas na sua propriedade convivendo com a família e com a comunidade e aplicando na prática os conhecimentos adquiridos e uma semana na Casa Familiar adquirindo novos conhecimentos para a vida profissional e para a sua formação geral (MORAES, 2014, p. 91).

Este estudo também encontrou na UFFS⁵¹, uma instituição de ensino superior pública, popular e de qualidade, o mais importante elemento de um projeto que resulta do processo de recriação da cultura camponesa no território. A UFFS foi conquistada na luta pelos Movimentos Sociais Camponeses como MST, MPA, MAB e MMC em

⁵¹Criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, a UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. O processo de criação da UFFS iniciou com cinco campi: Chapecó (SC) – sede da Instituição, Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo e Erechim (RS) e, posteriormente, em 2012, o campus de Passo Fundo (RS).

parceria com os sindicatos da base da FETRAF-SUL e com políticos progressistas que estavam nas diferentes esferas governamentais, de 2003 a 2010.

Destaca-se na UFFS a relação com a população e seu caráter popular, desenvolvendo inúmeros projetos e programas de extensão, além da permanente pesquisa e ensino com o objetivo de processualmente e permanentemente promover o desenvolvimento regional integrado, como condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região.

A UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática e, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, uma instituição multicampi, interestadual e interiorana, tem como Missão contribuir para que a produção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região (UFFS, 2012, p. 12).

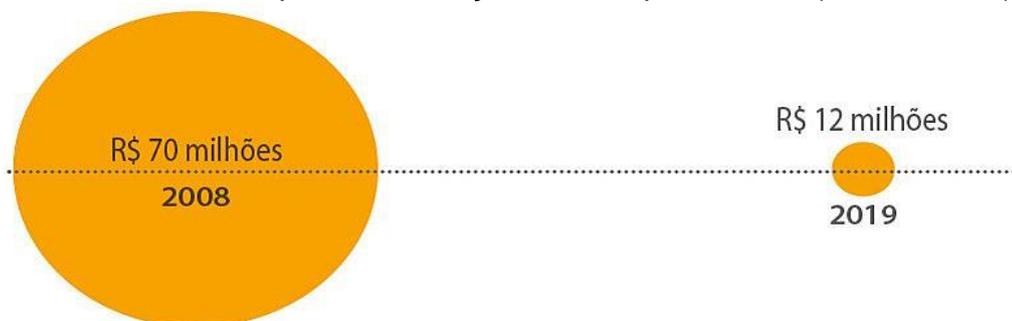
Observamos que a UFFS intenta assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, para a qualificação profissional e para o compromisso de inclusão social. Também, busca desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL e seu entorno. Caracteriza-se por ser pública, popular, democrática, autônoma, comprometida com a formação de sujeitos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário; também pelo respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais, tendo na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento e que tem como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente.

A análise da educação capitalista neoliberal no mundo evidencia que na luta de classes não há neutralidade. Os camponeses sempre foram excluídos dos projetos hegemônicos de qualquer natureza, não seria diferente na educação, conforme exemplificado no gráfico 05, no que tange ao emprego de recursos públicos.

Assim sendo, a Educação do Campo se coloca como um projeto de classe, de acesso à educação por parte dos camponeses e indígenas em todos os níveis de escolarização e formação. Evidencia-se, portanto, o protagonismo dos MSPC para

resistir e recriar territórios, agora não mais como antes, mas materializados pelas conquistas provenientes da luta.

Gráfico 05: Recurso para a Educação do Campo no MEC (2008 – 2019).



Fonte: MST, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esta pesquisa registrando as dificuldades enfrentadas durante a realização do trabalho de campo, das leituras, da escrita, além do distanciamento dos espaços coletivos na Universidade em função da pandemia causada pela doença Covid-19. Consideramos que o maior desafio foi sobreviver a esse tempo sombrio e, ao mesmo tempo, manter o olhar crítico dentro das incertezas do atual momento epidemiológico e histórico. Milhares de vidas foram ceifadas no mundo e na minha própria família. Ficam também as sequelas, visto que contraí a doença tendo a necessidade de internamento, cirurgia, tratamento e recuperação. É, sem dúvida, um novo tempo que exige a reinvenção das práticas para enfrentar os desafios contemporâneos e futuros, pandêmicos, pós extra-pandêmicos, numa perspectiva de vida e de um futuro não tão cruel para a humanidade. Apesar dessas dificuldades, terminamos esta atividade de pesquisa que aponta para novas investigações e mantém os diálogos que apresentamos a seguir.

O resultado da pesquisa e as discussões apresentadas neste texto foram desenvolvidos mediante diálogo com o trabalho de campo, nas visitas às unidades de produção camponesa e nas propriedades que trabalham com monocultivos nos moldes do modelo do agronegócio. Destacamos o território e a paisagem como produto das relações de poder históricas, contraditórias e dialéticas, das quais o campesinato é resultante.

Como expusemos na introdução, a metodologia de trabalho nos possibilitou analisar e compreender a realidade vivenciada pelos camponeses no TC1, região Centro-Oeste do Paraná. Descrevemos e analisamos as contradições do território do campo brasileiro desde sua formação inicial, evidenciando as vivências, *sui generis*, dos elementos de recriação camponesa, pontuando, através do trabalho de campo e da coleta de dados, as conquistas dos camponeses no TC1, seu modo de vida, suas lutas e resistências em contraposição ao agronegócio.

No capítulo I, tecemos uma reflexão acerca do conceito do campesinato na sua relação com o território brasileiro a partir do referencial teórico sobre a temática. Em seguida, refletimos sobre o camponês, seu modo de vida e classe. Realizamos, ainda, um debate conceitual acerca do espaço, território, paisagem e lugar, com base na

realidade conflituosa entre os diferentes territórios do campesinato e do agronegócio, e entre as classes sociais que lutam no campo para a produção da vida ou de mercadorias. Por fim, apresentamos o território e a paisagem do campesinato, mostrando as relações e tensões presentes nesse contexto. A reflexão acerca desses conceitos permitiu uma melhor compreensão do que tratamos a seguir, a trajetória do campesinato no Brasil.

No capítulo II, desenvolvemos reflexões acerca da trajetória histórica da questão agrária no Brasil, com o intuito de (re)pensar a formação agrária brasileira, as lutas e resistências travadas nos territórios camponeses, em contraposição à expansão da agricultura capitalista por meio do modelo do agronegócio. Consideramos o percurso histórico da evolução do campesinato a partir da chegada dos portugueses ao Brasil e das questões de formação socio-histórica e sociocultural do território brasileiro, demonstrando as contradições, as lutas e as resistências presentes no campo, concatenando com a tese que defende a recriação camponesa na disputa por território. A reflexão histórica permitiu compreender como correu a formação e a materialidade histórica que permeia a realidade do campesinato no TC1 e sua recriação.

No capítulo III, apresentamos a reflexão do TC1 como espaço geográfico e território em disputa a partir de suas múltiplas dimensões, com enfoque, de modo especial, sobre o território vivenciado através das lutas do camponês, por políticas públicas e, ao mesmo tempo, um território de governança. Concomitantemente, no decorrer desse capítulo, foram apresentados os sujeitos coletivos de luta pela recriação camponesa, os camponeses dos MSPC: do MST; do MPA; do MAB; das MMC; da Via Campesina; da CPT; das comunidades quilombolas e de Faxinais. Analisamos a partir das relações geo-históricas, das influências que modificaram as formas de vida, de uso e de ocupação do território que de forma antagônica intensificaram as lutas de classes: de um lado os camponeses na resistência e luta pela terra, do outro o agronegócio associado aos latifúndios.

Por fim, no capítulo IV, estabelecemos um diálogo articulado aos dados atualizados do contexto agrário brasileiro, e do TC, apresentando a realidade das lutas e resistências pela recriação camponesa, considerando a totalidade das relações que se dão nas esferas nacional, estadual e do TC1. Para a análise e explicação dos dados foram utilizados como metodologia o trabalho de campo, o referencial documental, o referencial teórico, analisados em consonância com os dados

mensurados pelo Censo Agropecuário de 2017. O intuito foi trazer os dados qualitativamente para entender a realidade atual, entre avanços e retrocessos em relação às demandas dos camponeses e sua recriação.

A pesquisa possibilitou evidenciarmos que o elemento central para a recriação camponesa é a própria formação do território camponês e seus desdobramentos socio-históricos e culturais, territórios que são fontes históricas de vida e de luta. A recriação, mesmo com todas as contradições impostas pelo modo de produção capitalista e pelo modelo de agricultura do agronegócio, é simbólica e concreta, porém, não como imaginávamos antes de realizar a pesquisa.

Este trabalho permitiu verificar concretamente que existem elementos de recriação, como as diversas estruturas de formação comunitária dos acampamentos, assentamentos, reassentamentos por meio da permanência dessas comunidades camponesas. Esse contexto histórico de lutas e resistências possibilitou avanços significativos dentro desses territórios, tais como a efetivação da UFFS em assentamento do MST, do Ceagro, das Cooperativas vinculadas à produção agroecológica e orgânica, das políticas públicas de produção, comercialização, infraestrutura e geração de renda no campo, a partir da inserção no CONDETEC, das escolas do e no campo, dentre outros.

Desses avanços, a UFFS, uma conquista resultante da luta dos camponeses, com seus cursos voltados ao desenvolvimento do campo e integral do território, enfatizando a redução das desigualdades sociais, foi e está sendo de extrema importância. No entanto, temos ciência de que pode haver um retrocesso, passando a ser uma instituição que perca o vínculo orgânico com o povo e com os MSPC, em função da perspectiva do projeto governamental atual que coloca a educação como algo secundário para a classe trabalhadora. A UFFS quebrou paradigmas ao formar inúmeros filhos de camponeses e de trabalhadores urbanos, bem como formou sujeitos da população adulta, camponesa e urbana. Também quebrou paradigmas ao ser conquistada pela luta e instalada dentro de um assentamento conquistado na luta pela reforma agrária.

Outra forte dimensão na recriação camponesa é a pedagogia da Educação do Campo, que comunga com o desenvolvimento do campo alinhado à reforma agrária e à agricultura familiar camponesa. A educação nesse território foi resultado de lutas e conquistas, tais como os cursos de Graduação em Educação do Campo, Especialização em Educação do Campo, Escolarização com o programa Saberes da

Terra de mais de 400 camponeses somente na primeira etapa, com qualificação para o trabalho no campo, na perspectiva da agroecologia. Além disso, a presença do Ceagro, Centro de Formação em Tecnologias Agroecológicas, escolarização, média, graduação e de especialização, além de vários eventos políticos e formativos em Educação do Campo, como simpósios, seminários e congressos.

Destacamos também a cultura e o modo de vida camponês como elementos da permanência do camponês no campo. A arte, a música, os artesanatos, os mutirões, bailes, jogos, festas da semente e da produção, festas religiosas, pesca, nadar nos açudes e nos rios, dentre outras expressões de celebração da vida, que interferem e criam nos camponeses um sentimento de pertencimento.

Ressaltamos a importância do camponês e sua participação fundamental na luta política, através de mobilizações, passeatas e ocupações na luta pela terra. Evidenciamos sua importância na luta contra o avanço do modo capitalista de produção via *commodities* e de produção por meio das privatizações, pautadas no modelo neoliberal do agronegócio.

Apontamos a produção agroecológica como potencial alternativa ao agronegócio, em função do trabalho familiar, da relação camponês/camponesa com a terra, da diversidade de produção e relação com a natureza na sua amplitude. Logo, não apenas como modelo de produção, mas como projeto de vida humana e da natureza. Para tal, faz-se necessário considerar os avanços cruciais, como o acesso à terra, à moradia, à efetivação de cooperativas solidárias, associações, escolarização, ensino e um processo de agroindustrialização por meio de pequenas agroindústrias.

Enfatizamos a importância de pesquisas que analisam esses diferentes contextos do campo, a partir da perspectiva do camponês, dos indivíduos que foram oprimidos no decorrer da história, no decorrer de suas vidas e de seus antepassados. Explicitamos essa realidade no TC1 através do território e da paisagem e com as imagens e relatos pudemos chegar ao cerne da questão do campesinato e suas imbricações. Os enfrentamentos foram criando no camponês a sua resistência, por meio de um modo de vida específico, possibilitando o surgimento de MSPC. Os camponeses do TC1 ocuparam as terras por meio de acampamentos, o que possibilitou recriar o campesinato nos inúmeros assentamentos do território. Dessa luta, foram conquistadas frações do território em disputa. A manutenção do território

camponês somente ocorreu em função da resistência camponesa e a territorialização camponesa só ocorreu pela luta e conquista de frações do território.

A relação com os centros urbanos também é injusta, uma vez que os camponeses, desprovidos de materialidade para comercialização e organização integral em associações e cooperativas, não conseguem vender sua produção. O acesso ao mercado majoritariamente é feito e contabilizado pelo próprio agronegócio. A logística de transporte, de compra e de contabilidade acaba sendo realizada pelas cooperativas e comércio do agronegócio.

Percebemos a potencialidade da organização de cooperativas solidárias campo-cidade que possibilitem as feiras e a compra direta. A luta é por outro modelo que comporte outra contabilidade, considerando a soberania alimentar, a autonomia do camponês e com agregação de renda. Todavia, não há mágica, é necessário que estejam articulados aos trabalhadores urbanos que, para consumir mais barato e melhor, precisam estar articulados aos trabalhadores camponeses.

Tentamos mostrar a paisagem heterogênea das unidades de produção camponesa, com uma diversidade de frutas no pomar, de olerícolas na horta, de flores no terreiro, de criações como porcos, gado, ovelhas, cabritos e galinhas, bem como o açude de peixes, a produção diversificada, a casa, o estábulo, o galinheiro, o chiqueiro e a presença de árvores, dentre outros elementos.

As comunidades resistem entre grandes propriedades com monoculturas, com a presença de UPC, de associações camponesas, clube de mães, igrejas, que se entrelaçam na conflitualidade permanente do campesinato com os latifundiários do agronegócio. Devido à produção do agronegócio, muitas comunidades não conseguem a prática agroecológica passível de certificação porque o agrotóxico chega pelas águas e pelo ar e contamina inclusive as criações de peixe, a horticultura, a fruticultura e, por consequência, prejudica também a saúde da população camponesa. O PQA mostra que o campesinato, sem generalizar, promove o uso de cobertura vegetal nos cultivos permanentes, como as frutíferas que ajudam na proteção do solo, fertilidade, economia de água e regulação biótica.

Acreditamos que os elementos de uma possível recriação camponesa se dão pela viabilidade da unidade de produção por meio do trabalho familiar, da cooperação, da diversificação produtiva, da solidariedade e da valorização das trocas em redes locais, articulados à efetivação de políticas públicas de desenvolvimento do campo.

Destacamos nesta pesquisa a premissa inicial, agora refinada cientificamente, de que existem sinais, subsídios materiais e simbólicos da recriação camponesa no TC1, um exemplo de luta e resistência camponesa, porém, contraditoriamente, em permanente conflitualidade com o modelo de agricultura do agronegócio, salientando que a luta e a resistência camponesa são os elementos centrais de uma possível recriação camponesa no TC. Lutar pela terra é a luta pela existência e, ao mesmo tempo, permanência no campo com qualidade de vida, com produção agroecológica, sem dúvida elementos de subversão à ordem hegemônica estabelecida.

A luta e a resistência são elementos que mantêm vivo o ser camponês, vislumbrando tempos melhores para o campesinato e apontando possibilidades e caminhos políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, ainda faz-se necessário lutar e resistir, na busca da consolidação de um modelo de campo diferenciado, humano e com base no povo, portanto, popular.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABREU, A. T. G. **A Posse e o uso da Terra**: Modernização Agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná – Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ALENTEJANO, P. Entrevista ao Portal da EPSJV/Fiocruz. **Dados do Censo Agropecuário são ruins e mostram o agravamento dos problemas do campo**. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/os-dados-que-apareceram-ja-sao-muito-ruins-e-mostram-o-agravamento-dos-problemas>. Acesso em: nov. 2018.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. (Síntese universitária, 54).

_____. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária; AS-PTA, 2002.

_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 74, n. 1, p. 19-31, 1999.

ARCAFAR. Associação Regional das Casas Familiares Rurais. **Histórico**. Disponível em: <http://www.arcafarsul.org.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASTOS, C. KELLER, V. **Aprendendo lógica**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENEDICTO, S. C.; SILVA, A. M. P., STIEG; C. M.; ROMANIELLO, M. **M. Precarização das Relações do Trabalho Rural no Brasil**: Uma Abordagem Histórico-Analítica. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENGPR184.pdf>. Acesso em: set. 2020.

BERQUE, A. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz**: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84-91.

BRECHT, B. **Poemas 1913-1956**. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010. **Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Manual do Recenseador**. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em dez. 2020

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: jan. 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: PUC, 2008.v. 1.

_____. **Biblioteca Nacional Digital Brasil**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Territórios da Cidadania**. 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. 7. ed. São Paulo: 2012.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v.. 41, n. 1, p. 141-155, abr. e out. 2007.

CALDART, R. S. **Os sujeitos da Educação do Campo**, In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R. e CALDART, R. S. (orgs). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Coleção: Por Uma Educação Básica do Campo, n. 4. Brasília: UnB, 2002.

_____. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p.60-81, jan./jun. **2003**. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/A_ESCOLA_DO_CAMPO_EM_MOVIMENTO.pdf. Acesso em: fev. 2018.

_____. **Sobre educação do campo**. In: Santos, C. A. (org.). **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, v. 7, n. 1, p. 35-64, jun. 2009. Acesso em: mar. 2020.

CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; FERNANDES, B. M. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília: UNB, jul. 1998.

CALDART, R. S.; FRIGOTTO, G. **Educação Politécnica e Agroecologia**. Escrito para o Dicionário de Agroecologia e Educação, no prelo, EPSJV/Expressão Popular. Recebido pelos autores via Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC). Acesso em: jan. 2021.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANIELLO, M. **Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004313>. <https://www.scielo.br/j/soc/a/MV9g4P4VjrtK6TfdfFNGS5D/?format=html>. Acesso: mar. 2019.

CANTUQUIRIGUAÇU, Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul-PR, 2003.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul-PR: CANTU, 2004.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul-PR: CANTU, 2007.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul-PR: CANTU, 2008.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano Safra territorial 2010-2013**. Laranjeiras do Sul: CANTU, 2010. Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br/>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes de desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, H. M de; COSTA, F de A. **Agricultura camponesa**. Verbetes do Dicionário da Educação do Campo. EPSJV/Expressão Popular, p. 26-32, 2012.

CEAGRO. **Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia**. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/Ceagro/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 01 jun. 2020.

CEPEA. **População ocupada no agronegócio supera 18 milhões de pessoas em 2019**. Disponível em: <https://camposgeraisrural.com.br/noticia/334/populacao-ocupada-no-agronegocio-supera-18-milhoes-de-pessoas-em-2019>. Acesso em: abr. de 2020.

CEPEA. **Boletim do Agronegócio CEPEA**. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_SETEMBRO_CPEA.pdf. Acesso em: jan. 2020.

CESP. Comitê de Ética e Segurança na Pesquisa. **Promovendo a Educação Por Meio da Pesquisa**. Novo Hamburgo, 2019. Disponível em: http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/CESP/texto_no_1_informacoes_gerais_cesp.pdf. Acesso em 23/08/2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974,

_____. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas** [1924]. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). **A Questão Agrária** – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Justiça quer despejar 170 indígenas Kaingang** de área no PR declarada como TI desde 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CNA. **PIB do Agronegócio cresce 3,81% em 2019**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-cresce-3-81-em-2019>. Acesso em: jan. 2020.

COCA, E. L de F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu - PR/COCA, 2015. **Revista NERA**, ano18, n. 26..Edição especial 2015.ISSN: 1806-6755. Presidente Prudente, UNESP, 2015.

COSTA, J. G. **O processo educativo no projeto saberes da terra do território Cantuquiriguaçu**: limites e possibilidades. Curitiba, UFPR, 2010.

COSTA, M. C. N.; TEIXEIRA, M. da G. L. C. **A concepção de “espaço” na investigação epidemiológica**. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1999000200012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 13 nov. 2018.

COPERJUNHO. Associação 8 de Junho. Disponível em: https://www.facebook.com/coperjunho/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 de mai. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Bibliotecário responsável: Enderson Medeiros CRB1: 2276. ISSN 1676-661X. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0>. Acesso em: 05 out. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2019. **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Bibliotecário responsável:** Enderson Medeiros CRB1: 2276. ISSN 1676-661X. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0>. Acesso em: 10 maio 2020.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Histórico**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta Pela Terra**. Relatório de Pesquisa. Presidente Prudente-SP: NERA/UNESP, 2001.

DELGADO, G. C. **O Setor Primário e o Desequilíbrio Externo**. In: CONAB – Agricultura e Abastecimento Alimentar - Políticas Públicas e Mercados Agrícolas – Brasília: CONAB, 2009.

DELGROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília. abr. 2019. Disponível em: [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf). Acesso em: 08 jan.2020.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DURAT, C. A. **Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “uma” história sobre os Kaingang do Paraná (século XIX)**. 2019. Tese.(Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis: UFSC, 2019.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - **THE STATE OF FOOD AND AGRICULTURE**. Rome, 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3028e/i3028e.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP**. Roma, 2013.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **População mundial**. 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3028e/i3028e.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. São Paulo: UNESP, 2002.

FABRINI, J. E. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas**. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem Terra**. Cascavel: Unioeste, 2002.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Presidente Prudente: [s. n], 2011.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. **Campesinato e Agronegócio na América latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a Educação do campo**. Cadernos Temáticos. Educação do Campo. Secretaria do estado da Educação (SEED), Curitiba-PR: SEED, 2005.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (orgs.). **In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

_____. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Molina, M. C.. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, 2006.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São, Paulo: Cortez, 2001.

_____. “**Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: SANTOS, Clarice Aparecida. (org.). **Por uma educação do campo**; Campo – Políticas Públicas. INCRA/MDA. Brasília: INCRA, 2008. p.39-66.

_____. (coord.). FERNANDES, B. M.; Welch, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. Coleção Vozes do Campo.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. “**Land Governance in Brazil**”. Framing the Debate Series, n. 2. Roma: ILC, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** (Pronaf). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>. Acesso em: jan. 2019.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, n.32, p.107-126. Campinas, 2011. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf. Acesso em: abr. de 2018.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 20 maio 2020.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GORGEN. Sérgio. Antônio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUHUR D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HAMMEL, A. C. **Luta camponesa pela terra no latifúndio Araupel**: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon-PR, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5004>. Acesso em: 01 dez. 2021.

HAMMEL, A. C.; SILVA, N. C.; ANDREETTA, R. (orgs.). **Escola em movimento**: a conquista dos assentamentos. Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Rio Bonito do Iguaçu, 2007.

HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D. **The construction of new, nested markets and the role of rural development policies**: Some introduction notes. In: Hebinck, P.; Ploeg, J. D.; Schneider, S. (Eds.). **Rural Development and the Construction of New Markets**. London: Routledge, 2015. p. 1–15.

IANNI, O. A utopia camponesa. **Revista da USP**, n. 2, p. 103 - 118, ago. 1986.. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rusp/article/view/132121/128230>. Acesso em: 10 mar. 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos municipais**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: jan. 2021.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. 2008. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Fasciculo2.pdf>. Acesso em: jan. 2018

JANATA, N. E. **Juventude que ousa lutar!** Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

JUNIOR, A. F da S.; NETTO, M. B. Por Uma Educação do Campo: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. Caderno temático: Cultura e Educação do Campo, Universidade Federal de Uberlândia, n. 3, p. 45-60, ano 2, nov. 2011.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Laemmert S. A., 1968.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

Kolling, E. J.; Nery, I.; Molina, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

KOPNIN, P. V. **A Dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____,. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KUENZER, A. Z. (1998). **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola**. In: Frigotto, Gaudêncio. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. (p.55-75). Petrópolis: Vozes, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1986.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 2002.

LENIN, V. I. U. **Tarefas da juventude na construção do socialismo**. In: CASTRO, Fidel; BETTO, Frei. As tarefas revolucionárias da juventude. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LENIN, V. I. U.. **A Questão Agrária**. Trad.: C. F. de Freitas Casanovas. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LENIN, V. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAB. Movimento dos Atingidos Por Barragens. **Histórico**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. 2020. Acesso em: 01 jun. 2020.

MAPA. Ministério da agricultura, pecuária e Abastecimento. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARÉS, C. F. **Função social da propriedade**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003.

MARTINS, F. J. **Ocupação da escola: uma categoria em construção**. 2009. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. [S. l: s. n.], 1981.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. de S.; MOTTA, M. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos de economía y filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

_____. **Trabalho assalariado e Capital & Salário Preço, e lucro**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. (Trabalho original publicado em 1941). São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política livro I: o processo de produção do capital (R. Enderle, Trad.). (Trabalho original publicado em 1867). São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O capital**: crítica da economia política livro III: o processo global da produção capitalista (R. Enderle). (Trabalho original publicado em 1894). São Paulo: Boitempo, 2017b.

_____. C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da Cidadania**, *online*, 2011. Apresenta informações sobre os Territórios da Cidadania no Brasil. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoMDA.aspx>. Acesso em: ago. de 2014.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, v. 1, n. 1 e 2, 2001 - ISSN 1676-0603. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>. Acesso em: 25 out. 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, M. C de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MOLINA, M. C. (org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.

MORAES, V de. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu– Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. 2013. Dissertação. (Mestrado em Educação).- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MORAES, V. de. **Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)**: entre a pauta dos povos do campo e o decidido pelo Estado. 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicentro. Guarapuava, 2014.

MOREIRA. R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORISSAWA, M. **A história de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MPA. Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês**. Construindo o Novo Caminho da Roça. Brasil: Produção independente, 2007.

MPA. Movimento dos Pequenos Agricultores. **O campesinato e a Agricultura camponesa no Brasil**. Caderno de Estudos, v. III. Brasília, 2013.

MPA. Movimento dos Pequenos Agricultores. **Histórico**. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 01 jun.2020.

MUNARIM, A. **Movimento nacional de educação do campo**: uma trajetória em construção. Trabalho apresentado no GT 3: Movimentos sociais e educação, 31ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/movimento-nacional-de-educacao-do-campo-uma.pdf/view>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Munarim, A. *et al.* (org.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

NETO, J. S. *et al.* **TERRAS DE FAXINAIS**. (orgs.: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M.). Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009. (Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico, Vol. 4).

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, USP. v. 15, n. 43, p. 185-206, set/dez. 2001.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 21, p. 113-156, 2003. Associação dos Geógrafos Brasileiros.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH – USP - Laboratório de Geografia Urbana, 2007.

OLIVEIRA, M. de L. L. **A fome mundial**. Unidade didática. s/d. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1642-6.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da educação (SEED). **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. *Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa*. **Revista Pegada**, v. 18, n. 1, p. 57-88, abril/2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4697>. Acesso em: jan. 2018.

PAULINO, E. T. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 11–118, set./dez., 2011.

PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

PEREIRA L. I.; COCA, E. L. de F.; ORIGUÉLA, C. F. Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. **Revista NERA**, UNESP, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 09-21, maio/ago.2020.

PIRES, M. J de S.; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, jul./set. 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP, Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

POMBO, O. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. 2008.

PONTAROLO, L. P. **Francisco das Chagas Lima**: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828). 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba: UFPR, 2012.

PORTAL KAIGANG. **Relação de Aldeias**. Rio das Cobras. Curitiba: 2014.

PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. **Diálogos entre ciência e divulgação científica**: leituras contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica Do Brasil**. 1970. Disponível em: https://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf. Acesso em: maio 2017.

RAFFESTIN, C. P. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Edição Eletrônica. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2001. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 20 set. 2018.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Presidente Prudente: UNESP, 2015.

RUTHS, J. C. **Ocorrência de câncer na região oeste do Paraná**: análise a partir da ocupação e exposição a agrotóxicos. Cascavel– PR. abr. 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3680/5/J%C3%A9ssica%20Cristina%20Ruths.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

_____. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. (orgs.). **Território, territórios**. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, C. Território e territorialidade. **Revista Zona De Impacto**, v. 13, set./dez., ano 11, 2009. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/html>. Acesso em: 04 jan. 2018.

_____. M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, A. L. M.; TELÓ, F. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**, São Paulo, n. 15, 2011.

SANTOS, R. B. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Teias**, v. 18, n. 51, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758/22819>. Acesso em: jan. 2019.

SANTOS, C. S.; KRAJEVSKI, L. C. Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu. **NERA**, UNESP. Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 39-61, jan./abr., 2018.

SAQUET, M. A. **A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p. 13882-13894. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, p. 60-81, 2006.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Abordagens e Concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. (org). **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. Companhia do Livro, 1996.

SCHNEIDER, L. C.; FIALHO, D. M. **Identidade, território e paisagem no contexto do ordenamento territorial**. Globalização em Tempos de Regionalização. Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS. 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13374>. Acesso em: 08 maio 2018.

SERPA, A. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma criticada paisagem contemporânea. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 27, p. 131-138. São Paulo: 2010.

SHANIN, T. **Campeiros y Sociedades campesinas**. México: FCE, 1979.

SHANIN, T. **A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação - O velho e o novo em uma discussão Marxista**, n. 26. Petrópolis: Estudos CEBRAP, 1980.

SHANIN, T. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

SILVA, C. N. **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. (orgs.: SILVA, C. N.; Lima, R. A. P.; Silva, J. M. P.) Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP-IE, 1998.

SILVA, V. I. **MPA**. Pinhão – PR, outubro de 2019.

SOUZA, M.A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, M. L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Sindicalismo Rural no Brasil: no rastro dos antecedentes. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 15. Universidad de Barcelona. 15 jan. 1998.

TONDIN, C. F. **A educação na pauta de lutas da fetraf-sul/cut**. 2015. Disponível em: <http://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt03-3830.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

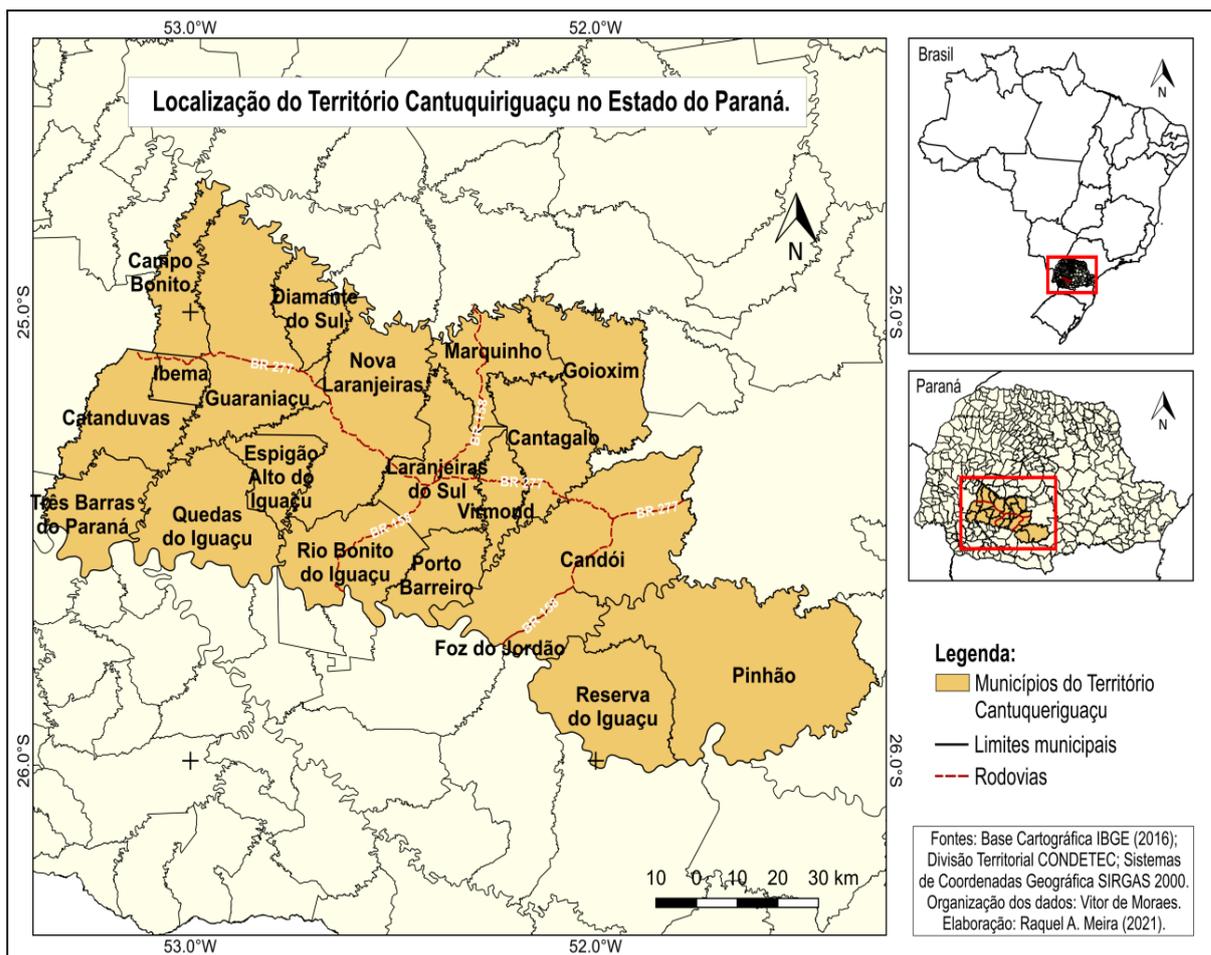
TRIVIÑOS, A. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Apresentação**. Laranjeiras do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VIA. Via Campesina Internacional. **Quem somos**. Disponível em: <https://viacampesina.org>. Acesso em: 01 jun. 2020.

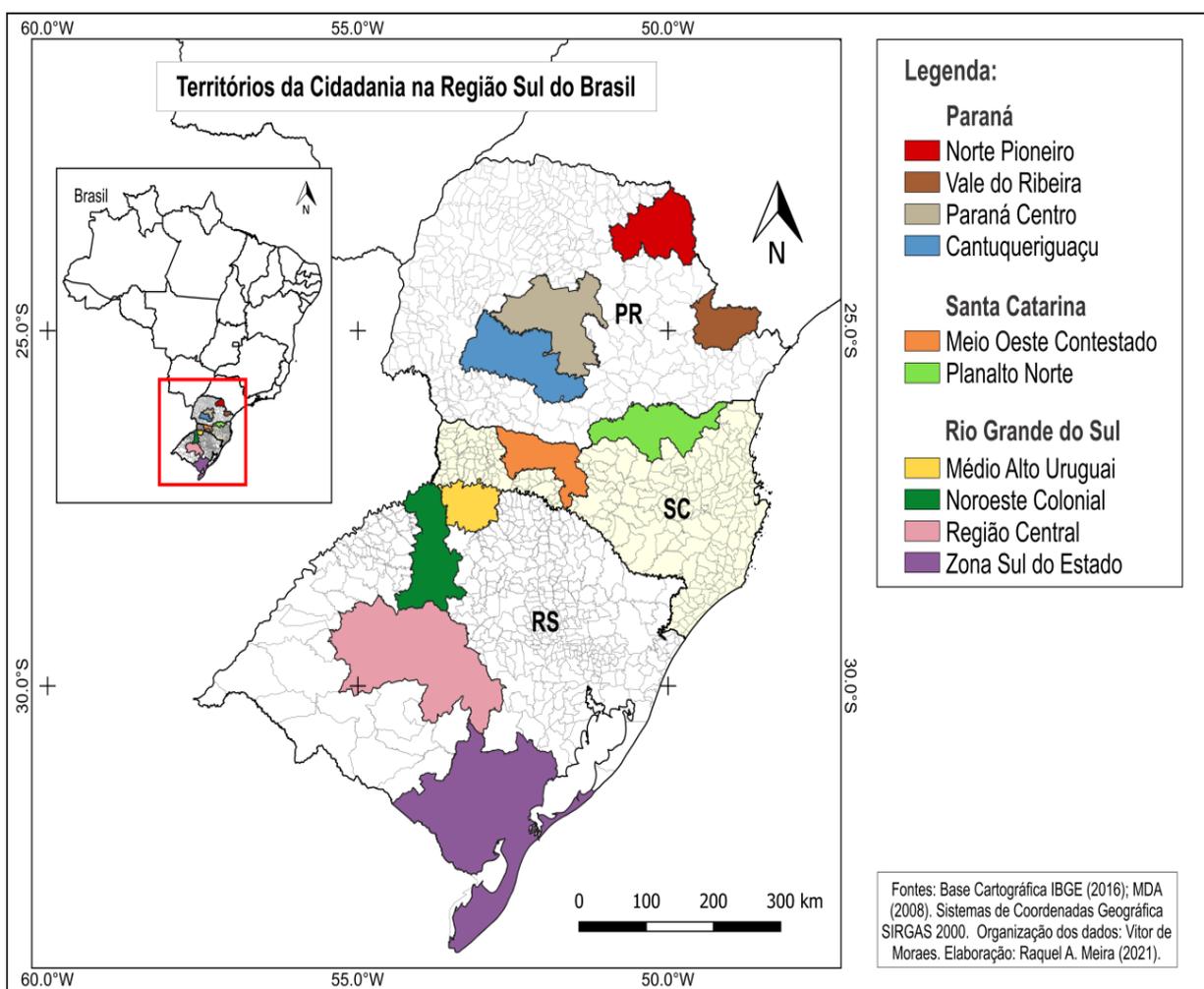
XAVIER, M. Lugar, Pluralidade da Existência e Democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018.

ANEXO I - Mapa de localização: Território Cantuquiriguaçu Paraná.



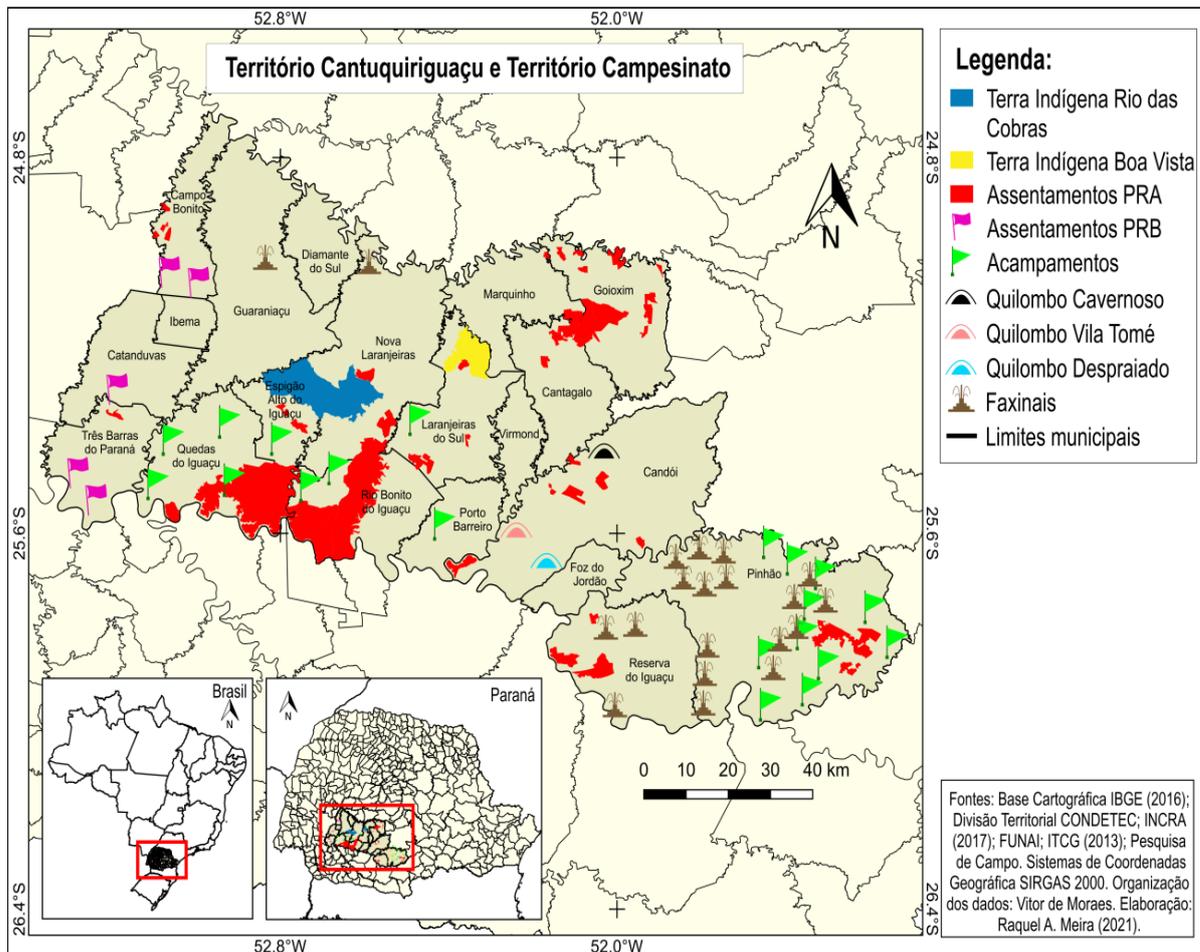
Fonte: IBGE, 2016. Org.: o Autor.

ANEXO II – Territórios da Cidadania da região Sul do Brasil.



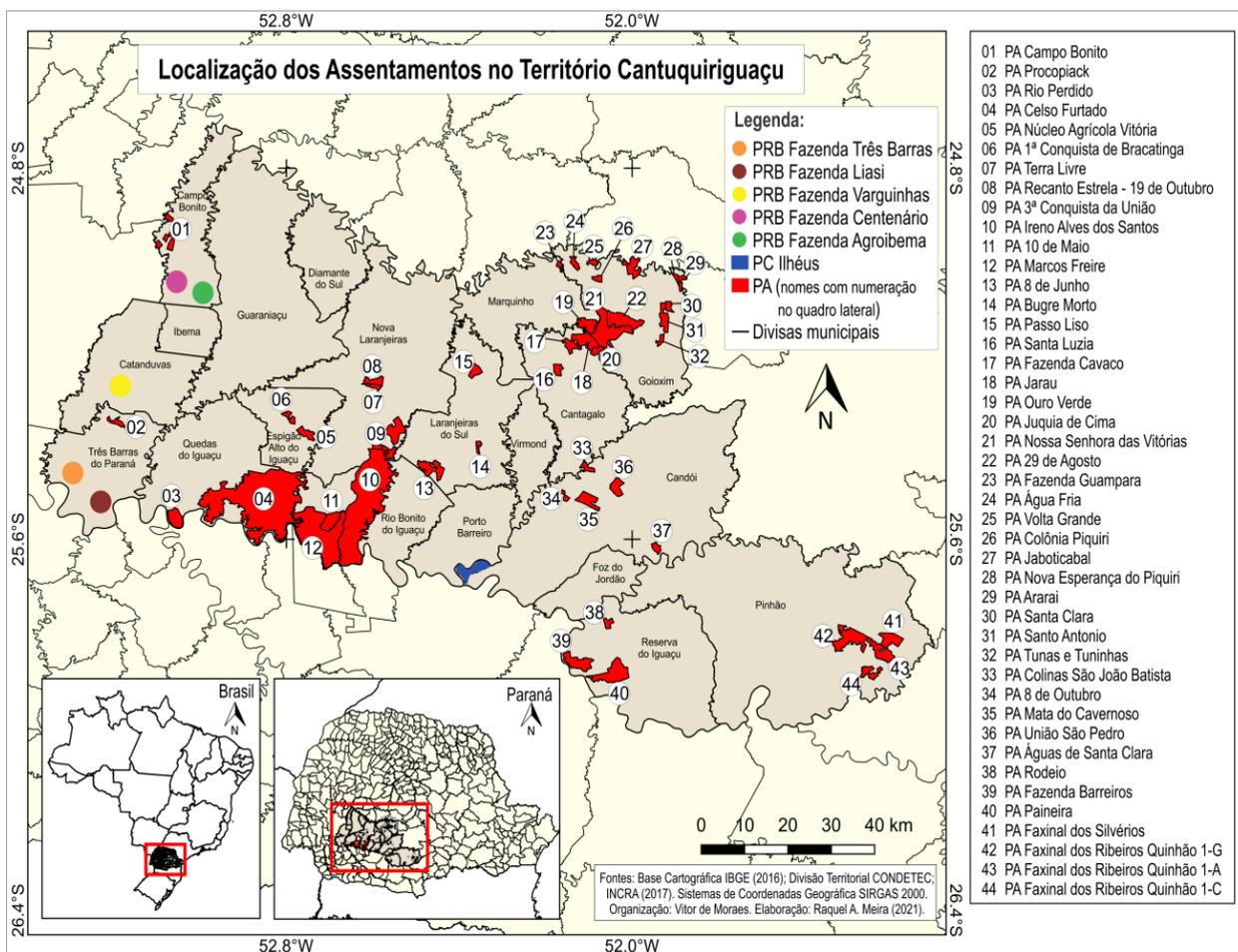
Fonte: IBGE, 2016. Org.: o Autor.

ANEXO III –Território Cantuquiriguaçu & Território do Campesinato.



Fonte: IBGE, 2016. Org.: o Autor.

ANEXO IV – Assentamentos no Território Cantuquiriguaçu – Paraná – Brasil



Fonte: IBGE, 2016. Org.: o Autor.

ANEXO V – Assentamentos, famílias e área utilizada no território da Cantuquiriguaçu.

Assentamentos	Município	Unidades	Área (ha)	Início
PA Campo Bonito	Campo Bonito	48	946,7989	20/10/1993
PRB Fazenda Centenário	Campo Bonito	41	1.462,49	28/11/2005
PRB Fazenda Agroibema	Campo Bonito	48	1.944,019	28/11/2005
PC Ilhéus	Candói	79	1.172	19/11/1984
PA Colônia São João Batista	Candói	24	396	23/09/1986
PA Águas de Santa Clara	Candói	25	365,22	30/06/1999
PA Mata do Cavernoso	Candói	65	1.177,197	22/12/1999
PA 8 De Outubro	Candói	10	201,0232	13/12/2010
PA União São Pedro	Candói	43	854,2146	02/08/2001
PA Juquia de Cima	Cantagalo	20	550	14/08/1987
PA Ararai	Cantagalo	19	601,612	18/10/1995
PA Santa Luzia	Cantagalo	20	454,2375	30/11/1995
PA Nossa Senhora das Vitórias	Cantagalo	136	3.448,759	17/09/1997
PRB Fazenda Varguinhas	Catanduvras	44	1.401,279	28/11/2005
PA 1ª Conquista de Bracatinga	Espigão Alto do Iguaçu	23	403	30/06/1994
PA Fazenda Cavaco	Goioxim	24	704	22/06/1987
PA Colônia Piquiri	Goioxim	10	228	27/10/1988
PA Volta Grande	Goioxim	10	266	10/06/1992
PA Tunas e Tuninhas	Goioxim	9	263	10/06/1992
PA Nova Esperança do Piquiri	Goioxim	9	202	10/06/1992
PA Água Fria	Goioxim	15	368	02/09/1992
PA Santo Antônio	Goioxim	32	1.003,277	23/02/1995
PA Jabuticabal	Goioxim	37	1.110,659	16/06/1995
PA 29 De Agosto	Goioxim	79	2381	16/06/1995
PA Santa Clara	Goioxim	12	296,0064	16/06/1995
PA Passo Liso	Laranjeiras do Sul	31	574	12/05/1987

(continua)

ANEXO V – Assentamentos, famílias e área utilizada no território da
Cantuquiriguaçu.

(continuação)

Assentamentos	Município	Unidades	Área (ha)	Início
PA Bugre Morto	Laranjeiras do Sul	9	216	17/07/1987
PA 8 De Junho	Laranjeiras do Sul	73	1.477,443	25/09/2000
PA Terceira Conquista da União	Nova Laranjeiras	161	2.425,96	16/09/1986
PA Recanto Estrela-19 de Outubro	Nova Laranjeiras	26	611,1615	30/11/1995
PA Terra Livre	Nova Laranjeiras	30	400	26/11/1997
PA Ouro Verde	Marquinho	35	1.206	27/02/1989
PA Fazenda Guampara	Marquinho	7	176	21/10/1992
PA Faxinal Dos Ribeiros Quinhão 1- A	Pinhão	45	1.487	27/02/1989
PA Faxinal Dos Ribeiros Quinhão I- C	Pinhão	25	872	18/05/1992
PA Faxinal Dos Silvério	Pinhão	43	1.212	10/06/1992
PA Faxinal Dos Ribeiros Quinhão 1-G	Pinhão	88	2.395,355	22/12/1999
PA Rio Perdido	Quedas do Iguaçu	55	1.200	27/10/1988
PA Núcleo Agrícola Vitória	Quedas do Iguaçu	11	642,4947	23/02/1995
PA Com Cultivo de Espécies Florestais Celso Furtado	Quedas do Iguaçu	1007	23.733,19	06/12/2004
PA Rodeio	Reserva do Iguaçu	18	363	30/06/1999
PA Fazenda Barreiros	Reserva do Iguaçu	76	1.347,985	25/02/2000
PA Paineira	Reserva do Iguaçu	80	2.619,819	16/11/2006
PA Ireno Alves dos Santos	Rio Bonito do Iguaçu	934	16.852,16	30/10/1997
PA Marcos Freire	Rio Bonito do Iguaçu	575	10.095,43	01/12/1998
PA 10 De Maio	Rio Bonito do Iguaçu	67	1.035,324	26/09/2005
PRB Fazenda Três Barras	Três Barras do Paraná	27	1.013,87	28/11/2005
PRB Fazenda Liasi	Três Barras do Paraná	26	823,0536	28/11/2005
PA Procopiack	Três Barras do Paraná	21	353,7828	25/06/2005
	Total	4352	95.332,82	

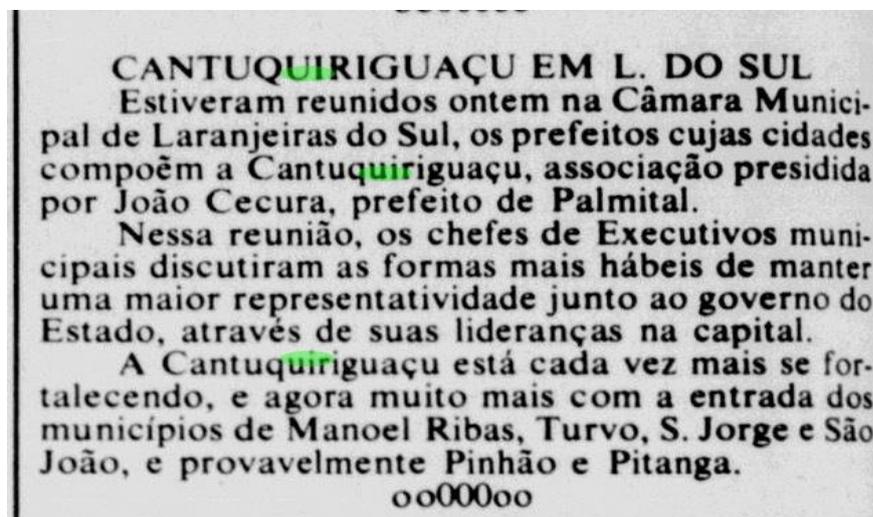
Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2017. Org.: o Autor.

ANEXO VI – Agroindústria no Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil.

Município	Número de estabelecimentos	Valor da venda de produtos (Mil Reais)
Campo Bonito	42	368
Candói	30	150
Cantagalo	25	263
Catanduvas	32	356
Diamante do Sul	15	23
Espigão alto do Iguaçu	26	93
Foz do Jordão	16	158
Goioxim	35	180
Guaraniaçu	180	1.286
Ibema	18	312
Laranjeiras do Sul	969	19.025
Marquinho	12	71
Nova Laranjeiras	121	733
Pinhão	130	604
Porto Barreiro	11	79
Quedas do Iguaçu	92	5.093
Reserva do Iguaçu	36	8
Rio Bonito do Iguaçu	72	333
Três Barras do Paraná	73	509
Virmond	5	12
Cantuquiriguaçu	1.940	29.656
Paraná	42.915	536.796
Brasil	1.527.056	10.830.806

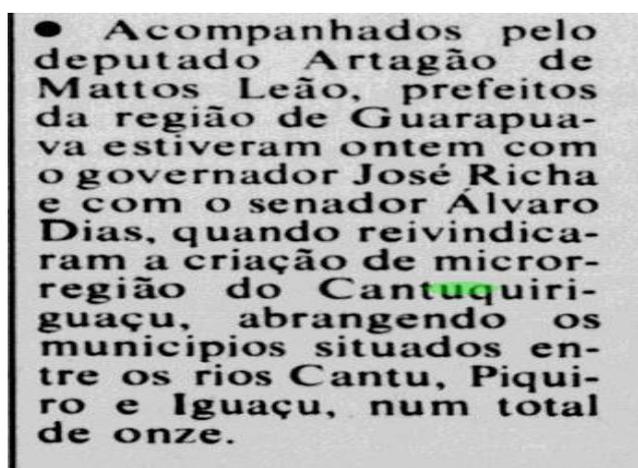
Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2017. Org.: o Autor.

ANEXO VII – Cantuquiriguaçu: a formação política do território.



Fonte: Correio de Notícias, Ed. 01141, de 13 de abril 1985⁵².

ANEXO VIII – A luta política



Fonte: CORREIO DE NOTÍCIAS. Ed. 01451, de 25 de abril de 1986⁵³.

⁵² Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Cantuquirigua%C3%A7u&pasta=ano%201985. Acesso em: jan. 2018.

⁵³ Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Cantuquirigua%C3%A7u&pasta=ano%201986\edicao%2001451. Acesso em: jan. 2018.

ANEXO IX – A criação do Território na Microrregião 18

Microrregião 18, em f

A Famepar está estudando a criação da Microrregião 18, partindo da Cantuquiriguaçu, associação de municípios criada há mais de 2 anos.

O prefeito Valmir Loures, atual presidente da Cantuquiriguaçu esteve recentemente em Curitiba, e numa audiência com o governador José Richa, na presença também do senador Alvaro Dias, tratou sobre aquela associação criada há mais de dois anos, e que reúne pelo menos 11 municípios.

Segundo consta, a Cantuquiriguaçu reconhecida pelo governador, autoridade que antes não aceitava essa espécie de desmembramento de alguns municípios de suas respectivas regiões, e já existe na Famepar um estudo para a criação da microrregião 18, partindo da entidade.

"A receptividade do governador para com a Cantuquiriguaçu - disse Valmir - nos deixou bem animados, pois desde a criação da entidade o município de Laranjeiras do Sul faz parte dela, e acompanhamos bem de perto a luta da diretoria anterior, à

frente o prefeito João Cecura, de Palmital, que batalhou bastante em torno do assunto, deixando para nós uma abertura muito grande para o diálogo com as autoridades estaduais".

HISTÓRIA

A Cantuquiriguaçu foi criada, tendo em vista as dificuldades que encontravam determinados municípios em reivindicar junto às autoridades governamentais alguns benefícios para suas cidades. Assim, onze prefeitos se reuniram e fundaram a associação, composta por municípios banhados pelos rios Cantu, Piquiri e Iguazu, e desde o início vêm lutando pelo seu reconhecimento por parte do governo do Estado.

A associação em si, se criada a microrregião 18, será composta por alguns municípios que provavelmente serão desligados de outras microrregiões, cessando assim a luta iniciada

pelo prefeito João Cecura, de Palmital e continuada por Valmir Loures, de Laranjeiras do Sul, ensejando assim novas perspectivas para esses municípios que têm como objetivo maior serem ouvidos em bloco, e representados por cada um de seus prefeitos, o que antes, segundo a opinião da maioria deles, não ocorria, em virtude do município-sede da microrregião, também com seus vários problemas, não encarar com maior ímpeto o que acontecia ou o que acontece nos demais municípios.

Entretanto, a criação da microrregião 18 está apenas em cogitações, muito embora haja por parte das autoridades estaduais o reconhecimento da Cantuquiriguaçu, como uma associação criada para colaborar com o governo, e não fundada para impor determinadas condições quando apresenta suas reivindicações.

Fonte: CORREIO DE NOTÍCIAS. Ed. 01451, de 25 de abril de 1986⁵⁴.

⁵⁴Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Cantuquirigua%C3%A7u&pasta=ano%201986\vedicao%2001451. Acesso em: jan. 2018.

ANEXO X – As pautas coletivas.

Valmir quer mais água em Laranjeiras

Em recente visita a Curitiba, o prefeito Valmir Loures, de Laranjeiras do Sul, manteve contato com a direção da Sanepar, visando aumentar o sistema de captação d'água naquele município.

Esse aumento de captação do precioso líquido se afigura dos mais importantes, em virtude de estar sendo instalado em Laranjeiras o Parque Industrial, com algumas indústrias já com suas instalações em fase de conclusão, havendo portanto, a necessidade de água em abundância para o funcionamento dessas empresas.

"A industrialização em Laranjeiras do Sul é um fato concreto – afirma Valmir, acentuando que o município deverá receber até o final do ano, novas confirmações de empresas



• Valmir (ao lado de Richa) está vibrando com a Cantuquiriguaçu.

que querem se instalar no Parque Industrial, pelo fato de estarmos mantendo contatos permanentes com empresários de outros Estados".

A prefeitura está pretendendo dotar o Parque Industrial de toda uma infraestrutura básica, facilitando a instalação de novas empresas que já escolheram Laranjeiras para expandir suas atividades.

CANTUQUIRIGUAÇU

A matéria publicada na

página Centro-Oeste do último domingo repercutiu favoravelmente entre os municípios que formam atualmente a Cantuquiriguaçu, associação que reúne 11 cidades banhadas pelos rios Cantu, Piquiri e Iguacu.

"A possibilidade desses municípios virem a formar a microrregião 18, somente traz um novo alento a todos os prefeitos, uma vez que o nosso espírito de luta é basicamente unificado, e sempre que um dos municípios componentes da entidade tem de reivindicar algo, a maioria ou todos os prefeitos vão em bloco à repartição onde deve ser tratado o assunto, seja ele na esfera estadual ou federal. Só assim estamos conseguindo alguma coisa de positivo", declarou Valmir Loures, presidente da entidade.

Fonte: CORREIO DE NOTÍCIAS. Ed. 01631 de 23 de novembro de 1986⁵⁵.

⁵⁵ Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Cantuquirigua%C3%A7u&pasta=ano%201986/vedicao%2001631. Acesso em: jan. 2018.

ANEXO XI – O planejamento político territorial

Cantuquiriguaçu

No sábado, 13 do corrente, o economista Leocádio Pupo fez a apresentação do perfil da Cantuquiriguaçu, entidade que reúne 10 prefeitos.

Laranjeiras do Sul - Numa reunião onde estiveram presentes prefeitos das cidades que compõem a Cantuquiriguaçu, vereadores e secretários municipais de Laranjeiras do Sul, o economista Leocádio Pupo fez a apresentação do perfil da futura microrregião 18, no sábado 13 do corrente, no auditório do Sindicato Rural do município.

Leocádio acentuou que a "Cantuquiriguaçu saiu na frente das demais regiões, pois no documento elaborado pela Fafig, os dados sobre os dez municípios são minuciosos, além de ter uma perspectiva acerca do que poderá ser feito em cada uma das cidades".

Já o prefeito Valmir Rocha Loures, presidente da entidade, elogiou bastante o perfil elaborado pela faculdade em convênio com a Secretaria da Indústria e do Comércio, ressaltando ser aquela reunião "um grande passo para novas conquistas dos municípios que compõem a futura microrregião 18".

Presentes estavam os prefeitos Blamir Bortoli, de Guaraniaçu, Guilherme de Paula Neto, de Cantagalo, José Pereira de Campos, de Turvo, João Cecura, de Palmital, Augusto Becher, de Roncador e Sebastião (Nhotão) Passos, representando o prefeito João Gonçalves, de Pinhão.

Bastante proveitosa, a reunião em si teve algumas decisões to-



um documento, espécie de "carta de Laranjeiras", em que os prefeitos presentes naquele encontro, solicitam do governador eleito uma maior representatividade na próxima gestão, com a provável nomeação de um secretário que representa a Cantuquiriguaçu, para defender os interesses da entidade junto a alta cúpula governamental.

VISITA

O anfitrião ofereceu aos presentes um churrasco em sua chácara situada próxima a BR-277, e terminado o almoço, os prefeitos e convidados oficiais fizeram uma visita ao Pilar de Esportes local, e conheceram outras realizações da gestão Valmir Gomes da Rocha Loures, naquele município.

Nova reunião ficou marcada para o próximo ano, quando algumas decisões importantes serão tomadas pelos componentes da Cantuquiriguaçu acerca de diretrizes a serem definidas pelos prefeitos dos dez municípios que dela fazem parte.

A Cantuquiriguaçu é uma associação que reúne as prefeituras de Altamira do Paraná, Catanduvas, Cantagalo, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Palmital, Pinhão, Roncador e Turvo, municípios banhados pelos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu, daí a origem do nome da entidade.

** Leocádio Pupo fez a apresentação do perfil da Cantuquiriguaçu.*

madas pelos prefeitos presentes, entre as quais a nomeação por unanimidade do secretário Flores Pilarski, para representar os prefeitos da entidade em Curitiba, quando da abertura de um escritório da Cantuquiriguaçu na capital do Estado.

A escolha do nome de Flores repercutiu bem entre os presentes, havendo o consenso geral de que o atual secretário da prefeitura de Laranjeiras poderá vir a ser um bom representante dos interesses da Cantuquiriguaçu em Curitiba, em virtude de sua aproximação do governador eleito Alvaro Dias, e o acesso que o mesmo tem nas várias repartições governamentais do Estado.

DOCUMENTO
Após a reunião foi elaborado

Fonte: CORREIO DE NOTÍCIAS. Ed. 01654 de 21 de dezembro de 1986⁵⁶.

⁵⁶Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Cantuquirigua%C3%A7u&pasta=ano%201986vedicao%2001654. Acesso em: jan: 2018.

ANEXO XII - Foto Histórica da luta pela terra. Foto de Sebastião Salgado.



Fonte: MST Paraná, 2020.

ANEXO XIII –Unidade de Experimentação e capacitação em Agroecologia (Ceagro), Vila Velha, Rio Bonito do Iguazu - PR.



Foto: Ceagro, 2019.

ANEXO XIV – Cesta Camponesa: orgânicos e agroecológicos.



Fonte: Ceagro, 2020.